



X ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPs

II ENCONTRO BINACIONAL CIENTÍFICO DA FICS BRASIL - PARAGUAI

Homenageado do evento:
Evitom Corrêa de Sousa (in memoriam)

Ricardo Figueiredo Pinto
Victória Baía Pinto



CONSELHO CIENTÍFICO

Divaldo Martins de Souza – Dr.

Eliana da Silva Coêlho Mendonça – Dra.

Elyene Elene Meireles da Rocha Silva – Me.

Janaína Santana de Melo – Me.

Jorge Luís Martins da Costa – Dr.

Lindemberg Monteiro dos Santos – Dr.

Lorena de Castro Portal – Ma.

Luciano Barros da Silva – Do.

Márcio Venício Cruz de Souza – Dr.

Marco José Mendonça de Souza – Dr.

Moisés Simão Santa Rosa de Sousa – Dr.

Mylene Cunha de Melo Calixto – Ma.

Robson Antônio Tavares Costa – Dr.

FICHA CATALOGRÁFICA

PINTO, Ricardo Figueiredo; PIINTO, Victória Baía. (Orgs). X Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações – GPs; II Encontro Binacional Científico da FICS Brasil – Paraguai– 2023. 305 f. : il. color.

Editora Conhecimento & Ciência, 1, Belém, 2023.

1. Educação 2. Saúde. 3. Empreendedorismo.

ISBN: 978-65-86785-62-3

DOI: 10.29327/5194617

Supervisão e Revisão Final: Ricardo Figueiredo Pinto

Diagramação e Design: Victória Baía Pinto

Capa: Victória Baía Pinto

APRESENTAÇÃO

Em apenas dois anos e nove meses este é o décimo primeiro e-book que registra os encontros do Grupo de Pesquisas & Publicações – GPs no momento em que se realiza o X Encontro Científico do GPs, em parceria com a editora Conhecimento & Ciência – C&C que no próximo mês de abril completará vinte e três anos em atividades ininterruptas.

Neste e-book trazemos importantes contribuições fruto das produções dos graduandos do FormaPará em educação física e de concluintes do curso de graduação em Educação Física da Universidade do Estado do Pará campus III, dos mestrandos e doutorandos e de concluintes de cursos de mestrado e doutorado da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais de Assunção do Paraguai – FICS. Além de docentes do curso de graduação em Educação Física da Universidade do Estado do Pará-GEDF da UEPA.

O e-book contém 16 artigos de pesquisas concluídas, 2 relatos de experiências e 8 banners todos no formato de capítulo totalizando 27 capítulos em 319 páginas.

Alguns capítulos bem como os banners deste e-book também serão apresentados no X Encontro Científico do GPs e II Encontro Binacional Científico da FICS Brasil – Paraguai no formato presencial em comunicação oral oportunizando um contato direto entre autores e leitores sobre as publicações.

Convidamos a todos a lerem o e-book e aproveitarem o máximo dos conteúdos aqui disponibilizados. Boas leituras a todos.

Os organizadores

SUMÁRIO

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	10
Adriana de Nazaré Johnson Melo da Silva	
Jhonatas Soares Martins	
Lígia Gizely dos santos Chaves	
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.....	17
Alice Pequeno de Brito	
Ricardo Figueiredo Pinto	
BNCC E O NOVO ENSINO MÉDIO.....	28
Anibal Neves da Silva	
Ricardo Figueiredo Pinto	
AVALIAÇÃO DO ESTADO DE ANSIEDADE EM PRATICANTES DE AIRSOFT DA CIDADE TUCURUÍ-PARÁ	50
Antonio Joaquim Moraes dos Santos	
Lucas Carvalho Fernandes	
Olavo Raimundo de Macêdo Barreto da Rocha Júnior	
ESTADO DA ARTE SOBRE AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO EMPREENDEDORISMO	70
Augusto Vasconcelos Façanha	
Rildo e Silva	
Victória Baía Pinto	
Ricardo Figueiredo Pinto	
A IMPORTÂNCIA DO DEBATE A RESPEITO DA DEFINIÇÃO DE CIÊNCIA PÓS-COVID 19: UMA POPULARIZAÇÃO FORÇADA.....	94
Biratan dos Santos Palmeira	
Ricardo Figueiredo Pinto	
RELATO DE VIVENCIA NA DISCIPLINA TEORIAS DO MOVIMENTO E EDUCAÇÃO FÍSICA	106
Caroline Rodrigues Almeida	
Cristiano Reis da Silva	

Sabrina Maia Soeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER.....115

Fernando Costa Barroso

Roseane Monteiro-Santos

A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS NAS UNIVERSIDADES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PA.....134

Hilery Emanuele Amorin Viana

Stéfany Daiane Menezes Batista

Olavo Raimundo de Macedo Barreto da Rocha Junior

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O AUTOCUIDADO NA INFÂNCIA ATRAVÉS DA INTERPROFISSIONALIDADE.....157

Joliene Kate Nascimento Pinto

Simone De La Rocque

CORRIDA DE RUA169

Joseana Moreira Assis Ribeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....182

Julian Oliveira da Rocha

Victória Baia Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

A CULTURA POPULAR E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NAS REGIÕES DO BRASIL197

Larissa de Oliveira Barbosa

O ENSINO DE ARTES NO CONTEXTO HISTÓRICO214

Leandro Ribeiro da Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: A MONITORIA COMO CONTRIBUINTE NO DESPERTAR DO ALUNO-MONITOR PARA O ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO	238
Mylena Gabriely Almeida da Silva	
Roseane Monteiro-Santos	
GINÁSTICA LABORAL E SEUS ASPECTOS EMPREENDEDOR, INOVADOR E TECNOLÓGICO	246
Roberto Penafort Amorim da Silva	
Victória Baía Pinto	
Ricardo Figueiredo Pinto	
SAÚDE COLETIVA NA INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO CONTROLE DE CRISES DE ASMA	275
Simone De La Rocque	
OS BENEFÍCIOS DA DANÇA MODERNA PARA MULHERES COM SINTOMAS DE ANSIEDADE	292
Sofia da Silva Rocha	
Thayssa Bianca Eleres da Rocha	
Maria Auxiliadora Monteiro	

SEÇÃO ARTIGOS



**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO
FÍSICA SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Adriana de Nazaré Johnson Melo da Silva
Jhonatas Soares Martins
Lígia Gizely dos santos Chaves**

DOI:10.29327/5194617.1-1

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

DOI: 10.29327/5194617.1-1

Adriana de Nazaré Johnson Melo da Silva

Jhonatas Soares Martins

Lígia Gizely dos santos Chaves

RESUMO

O estágio curricular supervisionado é uma disciplina essencial para a formação dos acadêmicos, futuros profissionais da área, visto que experimental a real vivência com os campos de sua futura profissão. Dentre essas experiências, a atenção à saúde mental no setor terciário, demonstra uma proposta desafiadora e inovadora para os acadêmicos de educação física. Com isso, o objetivo do trabalho é relatar o local de atuação da equipe de educação física dentro de um hospital de alta complexidade com especialidade em saúde mental e as metodologias empregadas, além de demonstrar a importância dos estágios curriculares para a formação dos acadêmicos do curso.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Educação física e saúde mental. Educação física hospitalar.

ABSTRACT

The supervised curricular internship is an essential discipline for the training of academics, future professionals in the area, since they experience reality in various fields of their future profession. Among these experiences, mental health care in the tertiary sector shows a challenging and innovative proposal for physical education students. With this, the objective of the work is to report, show and where the work of the physical education team works within a hospital of high complexity with a specialty in mental health, in addition to demonstrating the importance of curricular internships for the formation of the academics.

Keywords: Supervised Internship. Physical education and mental health. Hospital physical education.

RESUMEN

La práctica curricular supervisada es una disciplina esencial para la formación de los académicos, futuros profesionales del área, ya que viven experiencias reales con los campos de su futura profesión. Entre esas experiencias, la atención a la salud mental en el sector terciario demuestra una propuesta desafiante e innovadora para los estudiantes de educación física. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es informar sobre el lugar donde trabaja el equipo de educación física dentro de un hospital de alta complejidad con especialidad en salud mental y las metodologías utilizadas, además de demostrar la importancia de las prácticas curriculares para la formación de académicos.

Palabras clave: Pasantía Supervisada. Educación física y salud mental. Educación física hospitalaria.

INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado (ECS), consiste em uma disciplina obrigatória de educação física, que tem como objetivo proporcionar um contato do acadêmico com diversos

ambientes de esporte-lazer-saúde e sua realidade, afim de desenvolver as competências e habilidades do curso. O ECS promove a ligação entre teoria e prática, apresentando relevância na formação de acadêmicos, visto que possibilita um sustento ao trabalho dos futuros professores Sousa *et al.*, (2011)

Segundo Bernardi *et al*, (2008) a ferramenta de estagio curricular supervisionado no curso de educação física, permite que os acadêmicos tenham contato e sejam inseridos nos contextos o qual irão trabalhar futuramente, permitindo assim, um acumulo de experiencias que poderão vir a serem resgatadas e aproveitadas durante a atuação na profissão.

O ECS tem como objetivo possibilitar as vivências e contato com a educação física nos mais diversos ambientes que o exercício físico está em prol da saúde e bem estar, fazendo com que os acadêmicos reflitam sobre os obstáculos a se enfrentar e os objetivos a se cumprir com os públicos a serem atendidos através da educação física. Com o contato no lócus escolhido, os alunos de educação física podem alinhar as teorias aprendidas no curso e a prática do estágio, se familiarizando com seu futuro campo de atuação.

O presente estudo objetiva relatar as experiências dos discentes de educação física no estágio curricular supervisionado em um hospital de alta complexidade com especialidade em psiquiatria, que buscam com a pesquisa, aprimorar as habilidades e conhecimentos adquiridos no ambiente hospitalar.

O trabalho trata-se de um relato de experiência de cunho descritivo, sobre a vivência de graduandos de educação física, durante o estágio curricular, na ala de psiquiatria de um Hospital de alta complexidade, localizado na cidade de Belém do Pará. O período de estagio compreendeu de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023, com a supervisão da professora de educação física tutora do hospital.

O estágio curricular supervisionado, permite a interação do discente com diversos campos da educação física, dentre eles, o ambiente hospitalar, tendo em vista que na cidade de Belém, o campo de atuação de estagiários de educação física, só é permitida no setor terciário de atenção a saúde na especialidade de psiquiatria, devendo ser feita em hospitais de grande porte, como o campo descrito no presente relato.

FUNCIONAMENTO EM CLÍNICA PSQUIÁTRICA

A ala psiquiátrica é dividida em dois setores, sendo eles a urgência/emergência e o Serviço de Internação Breve (SIB). Na emergência psiquiátrica, se encontram os pacientes recém-chegados que ficam aguardando leito. As duas alas são destinadas ao nível terciário de atenção a saúde para pessoas com transtornos mentais que estão em momento de surto psicótico.

Os transtornos mentais são caracterizados por diversas alterações mentais e comportamentais, que são ocasionados por diversos fatores, dentre eles, estão relacionados o desequilíbrio nas combinações de pensamentos, emoções e os comportamentos interpessoais, que podem ser notadas em pessoas de toda faixa etária. Isso ocorre devido as alterações do sistema nervoso central. (BERNARDI *et al.*, 2008). Geralmente, o paciente que passa pela internação no hospital de referência em psiquiatria apresenta um grau de agitação e agressividade ou um estado depressivo bastante profundo.

Durante a experiência, foi possível observar que a maioria dos casos de internação são causadas por três motivos, dentre eles: o uso nocivo de drogas, na qual segundo o estudo de Chaves *et al.* (2021) o uso de álcool, tabaco, cocaína, crack, maconha e outras substâncias que podem alterar o comportamento causando efeitos depressivos, estimulantes e perturbadores; esquizofrenia que causam distorção da realidade do paciente, causando delírios, agitação e dificuldade de se expressar e o transtorno bipolar que causam picos de euforia ou depressão.

No momento da internação, os pacientes se mostram agitados ou bastante depressivos, geralmente não estão abertos ao diálogo e por isso pouco tolerantes a atividade.

ATIVIDADES PROPOSTAS PELA EQUIPE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As atividades são elaboradas de forma planejada e bem específica para cada paciente ou grupo, dependendo do estado no qual eles se encontram durante sua internação. O atendimento varia de acordo com o estado que os pacientes se encontram no dia em específico e a tolerância dos mesmos para as atividades propostas.

As atividades buscam estimular a interação entre eles e ao mesmo tempo testar suas capacidades motoras. Uma das atividades mais utilizadas para o atendimento em grupo é o treino funcional, porém não é realizado de modo muito complexo, respeitando as limitações dos pacientes. As capacidades força, flexibilidade e agilidade são as mais exploradas pela equipe, pois são as mais utilizadas nas tarefas do dia.

Atividades esportivas como o futebol também são propostas aos pacientes, nesse momento é quando eles mais interagem entre si, porém a maioria dos que aderem essa atividade são os pacientes do sexo masculino. Assim como na atividade esportiva, as demais atividades propostas sempre são compostas por um alongamento muscular que antecede o momento principal, sendo a parte mais aceita pelos pacientes, por conta de ser um estímulo de baixa intensidade que não exige grande capacidade física para realiza-la, melhora o bem estar e a capacidade flexiva (CAPPARELLI; BARAÚNA; DE LIMA, 2022)

Dentre as propostas mais aceitas pelos pacientes, os circuitos cognitivos e lúdicos, estão inclusos. Em sua maioria, são utilizados de recursos que possam ser obstáculos ou desafios como cones, chapéu chinês, bumbolês e etc., intercalados com a realização de movimentos mais complexos ou, circuitos onde o paciente precise utilizar estratégias para conseguir finalizar.

Os treinamentos individuais também são bastante variáveis, na maioria das vezes, geralmente é feito com os pacientes mais limitados fisicamente ou sensíveis mentalmente. A probabilidade do paciente não aderir às atividades propostas ao grupo é muito grande, portanto a alternativa é o profissional criar um laço com o paciente para que possa ajudá-lo a interagir com os demais. Geralmente as atividades propostas individualmente são aeróbias ou treino de força resistido. Essas propostas mais individuais, em grande maioria são realizadas na academia terapêutica que de localiza no (Setor de Internação Breve) SIB da clínica psiquiátrica (CP). O treino resistido tem o objetivo de melhorar a cognição e o humor para reduzir os sintomas depressivos, o aeróbio o ajuda a reduzir a ansiedade e por consequência a agitação (CHAVES *et al.*, 2021).

PERFIL E AGRESSIVIDADE DOS PACIENTES

Por ser um hospital de nível de atenção terciário a saúde mental, não é difícil a chegada de pacientes com um nível alto de agressividade. Quando eles oferecem algum risco geralmente são colocados sob contenção pelos técnicos de enfermagens com o intuito de impedir agressão a algum membro da equipe multiprofissional, paciente ou acompanhante.

O perfil de deles são diversamente variados, pois o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é universal e oferece atendimento a todos, por isso é comum ver pacientes que estavam em situação de rua ou por demanda judicial.

Após esse perfil de paciente estabilizar e mostrar menos agressividade, as contenções são removidas ou mesmo contidos, se for da vontade do paciente, podem participar livremente das atividades propostas pela equipe de educação física, onde na maioria das vezes, se mostram mais calmo e com facilidade de interagir e se comunicar durante o momento, não oferecendo risco para si e nem para os demais.

FINALIZAÇÃO DO PEÍRODO DE INTERNAÇÃO

É preciso entender que apesar de ser um hospital de referência, o serviço prestado não é curar o e sim acolher em momento de surto psicótico e ajudar a voltar a retomar a consciência. Com isso, para que o paciente possa receber a alta médica hospitalar é necessário que apresente melhorias significativas em seu quadro, e com isso, o trabalho do profissional de educação física além de desenvolver as atividades é avaliar esse paciente durante a realização da dinâmica e relatar o estado que o mesmo se encontra na ficha de evolução que há no prontuário individual, para que o médico esteja atualizado sobre o estado clínico do paciente. Atualmente, o exercício físico começou a ser reconhecidos como parte fundamental para o tratamento e é recomendado pelos psiquiatras no momento de alta do paciente.

CONCLUSÃO

A educação física vem ganhando bastante espaço no setor terciário de atenção à saúde mental, possibilitando mais qualidade de vida e saúde aos pacientes internados em hospitais de alta complexidade. Com isso, a necessidade dos estágios curriculares para que o acadêmico possa ter o contato com essa vertente do curso e auxiliar as equipes de profissionais de educação física nos hospitais, na elaboração de atividades e projetos que busquem sempre inovar o campo da educação física hospitalar, nesse caso em específico a saúde mental.

Ademais, visando ampliar cada vez mais o campo de conhecimento da educação física na saúde mental, é necessário oferecer mais conhecimentos específico dentro da grade curricular do curso de educação física, para que se construam profissionais que possam unir a teoria e a prática dentro dos hospitais, de maneira mais abrangente.

REFERENCIAS

BERNARDI, A.P.; CRISTINO, A.P. da R.; IVO, A.A.; ILHA, F.R. da S.; KRUG, H.N. A Prática de Ensino no processo de formação inicial em Educação Física. In: KRUG, H.N.; KRÜGER, L.G.; CRISTINO, A.P. da R. (Orgs.). Os professores de Educação Física em formação. 1. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008b. p.28-31. (Coleção Formação de Professores de Educação Física; v.4).

CHAVES, L. G. d. S. et al. Prescrição de exercícios físicos para pessoas em sofrimento psíquico. Recife: Even3 Publicações, 2021. DOI 10.29327/546067

CAPPARELLI, Rafael; BARAÚNA, Rafael; DE LIMA, Filipe Dinato. Exercícios de alongamento e seus efeitos no desempenho esportivo e funcional.

MADRID, Silvia. O estágio curricular supervisionado no curso de Licenciatura em educação física nas instituições públicas do estado do Paraná Curricular: a visão docente sobre a disciplina. Humanidades&Inovação, 2022. Disponível e : <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6427>. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

MELO, Ligia et al. A educação física no âmbito do tratamento em saúde mental: um esforço coletivo e integrado. Scielo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/3bmnLPsLW9xtsdBFXjwXP9P/?lang=pt>: Acesso em : 23 de fev. de 2023.

MELO, Virvalene et al. Orientações para professores de Educação Física sobre transtornos mentais. SIBIUEPA, 2019.

OLIVEIRA, Clélia et al. O profissional de Educação física e atuação a saúde pública, 2011. Disponível em`https://www.efdeportes.com/efd153/o-profissional-de-educacao-fisica-na-saude-publica.htm#:~:text=O%20NASF%20est%C3%A1%20dividido%20em,da%20mulher%20e%20assist%C3%A3ncia%20farmac%C3%A3o%20autica.` Acesso em 26 de fev. de 2023.

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**

**Alice Pequeno de Brito
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/5194617.1-2

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

DOI:10.29327/5194617.1-2

Alice Pequeno de Brito

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) busca além de uma simples reorganização de elementos que integram o currículo e exige efetiva posição dos sujeitos envolvidos, com a definição de ações educativas que possibilitem a concretização daquilo que se pretende, ou seja, a formação do profissional-cidadão, responsável, competente e compromissado com as transformações e intervenções necessárias na sociedade. O objetivo do Curso de Educação Física na Universidade do Estado do Pará, busca tornar profissionais os quais sejam habilitados e competentes para executar a Educação Física, os quais sejam capazes de problematizar, analisar, planejar e desenvolver ações em diversas situações na formação do Bacharel e/ou Licenciado, com intuito de contribuírem para a construção de uma sociedade humanizada. Portanto, o projeto pedagógico de curso é um instrumento essencial para a construção de um ensino de qualidade, mas deve ser visto como um processo contínuo e dinâmico, que deve ser constantemente revisado e atualizado para garantir que o curso atenda às necessidades dos alunos e da sociedade em geral.

Palavras-chaves: Projeto Político Pedagógico, Educação Física, Bacharel

ABSTRACT

The Pedagogical Political Project (or Educational Project) is the institution's overall plan. It can be understood as the systematization, never definitive, of a Participatory Planning process, which is perfected and materialized along the way, which clearly defines the type of educational action to be carried out. In this sense, the Pedagogical Project of the Course (PPC) seeks beyond a simple reorganization of elements that make up the curriculum and requires an effective position of the subjects involved, with the definition of educational actions that enable the achievement of what is intended, that is, the formation of the professional-citizen, responsible, competent and committed with the necessary transformations and interventions in society. The objective of the Physical Education Course at the University of the State of Pará, seeks to make professionals who are qualified and competent to perform Physical Education, who are able to problematize, analyze, plan and develop actions in different situations in the formation of the Bachelor and /or Licensed, with the intention of contributing to the construction of a humanized society. Therefore, the pedagogical project of the course is an essential tool for building quality teaching, but it must be seen as a continuous and dynamic process, which must be constantly reviewed and updated to ensure that the course meets the needs of students and the community. society in general.

Keywords: Pedagogical Political Project, Physical Education, Bachelor

RESUMEN

El Proyecto Político Pedagógico (o Proyecto Educativo) es el plan general de la institución. Puede entenderse como la sistematización, nunca definitiva, de un proceso de Planificación Participativa, que se va perfeccionando y materializando en el camino, que define claramente el tipo de acción educativa a realizar. En este sentido, el Proyecto Pedagógico de Curso (PPC)

busca más allá de una simple reorganización de los elementos que componen el currículo y exige un posicionamiento efectivo de los sujetos involucrados, con la definición de acciones educativas que posibiliten el logro de lo que se pretende, es decir, la formación del profesional-ciudadano, responsable, competente y comprometido con las transformaciones e intervenciones necesarias en la sociedad. El objetivo del Curso de Educación Física de la Universidad del Estado de Pará, busca formar profesionales calificados y competentes para ejercer la Educación Física, capaces de problematizar, analizar, planificar y desarrollar acciones en diferentes situaciones en la formación del Bachiller y/o Licenciado, con la intención de contribuir a la construcción de una sociedad humanizada. Por lo tanto, el proyecto pedagógico del curso es una herramienta fundamental para la construcción de una enseñanza de calidad, pero debe ser visto como un proceso continuo y dinámico, que debe ser revisado y actualizado constantemente para garantizar que el curso responda a las necesidades de los estudiantes y la comunidad, sociedad en general.

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico, Educación Física, Licenciatura

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002).

O Projeto Político Pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Construído de maneira participativa, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. Em relação a outras nomenclaturas correlatas, temos a dizer que preferimos Projeto Político Pedagógico a Proposta Pedagógica por entender que a primeira é mais abrangente, qual seja, contempla desde as dimensões mais específicas da escola (comunitárias e administrativas, além da pedagógica), até as mais gerais (políticas, culturais, econômicas, etc.). Tem, portanto, este valor de articulação da prática, de memória do significado da ação, de elemento de referência para a caminhada (VASCONCELLOS, 2002).

O Projeto Pedagógico é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola, não é algo que se coloca como um 'a mais', como um rol de preocupações que remete para fora dela, para questões 'estratosféricas' (VASCONCELLOS, 2002).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é um conjunto de diretrizes e estratégias que orientam a organização do trabalho pedagógico. Nele é possível mostrar o que se pretende fazer,

direcionando da melhor forma um rumo e uma direção, explicitando um compromisso assumido coletivamente, oriundo de um processo de reflexão acerca de suas finalidades. No projeto é indicado meios, formas operacionais e ações a serem implementadas. Tem como referências para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, os princípios e orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEPA e deste Projeto Pedagógico de Graduação em Educação Física. Além disso, está sintonizado com as demandas educacionais do contexto social e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Educação Física (PPC, 2019).

DESENVOLVIMENTO

Nesse sentido, o PPC (2019) busca além de uma simples reorganização de elementos que integram o currículo e exige efetiva posição dos sujeitos envolvidos, com a definição de ações educativas que possibilitem a concretização daquilo que se pretende, ou seja, a formação do profissional-cidadão, responsável, competente e compromissado com as transformações e intervenções necessárias na sociedade. Esse seguimento exige uma reflexão permanente sobre a identidade e a responsabilidade do curso com a qualidade e a eficácia de suas ações. O PPC vislumbra atender às necessidades da sociedade Paraense e da Amazônia, na dimensão da estreita organização possível do trabalho pedagógico.

O objetivo do Curso de Educação Física na Universidade do Estado do Pará, busca tornar profissionais os quais sejam habilitados e competentes para executar a Educação Física, os quais sejam capazes de problematizar, analisar, planejar e desenvolver ações em diversas situações na formação do Bacharel e/ou Licenciado, com intuito de contribuírem para a construção de uma sociedade humanizada (PPC, 2019).

Dessa maneira, o PPC direciona a formação da Graduação de Educação Física com a possível titulação do Licenciado com perfil profissional para atuação no ambiente da Educação Física escolar e/ou Bacharel, com exercício no âmbito profissional não escolar. Portanto, o PPC revela o empenho do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Educação Física (NDE-CEDF), de maneira, mas efetiva a partir do ano 2016 até o atual momento, ademais várias contribuições foram recebidas de toda a comunidade acadêmica do CEDF, por meio do corpo docente, discente e administrativo dos cinco campi nos quais o curso está em desenvolvimento (PPC – UEPA, 2019).

Segundo Souza Neto (2004) o Curso de Educação Física foi criado e aprovado pelo parecer CFE nº 894/69 e da Resolução nº 69, de 6 de novembro de 1969, que estabelecia o

currículo mínimo para as graduações de formação de Educação Física, com tempo estabelecido de no mínimo três anos de durabilidade e no máximo cinco anos com carga horária mínima de 1800 horas-aulas, o qual o curso lhe conferiria de Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos.

As matérias pedagógicas (Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus e Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado), de acordo com o Parecer n. 672/69, passaram a fazer parte dos currículos dos cursos de Educação Física a partir desse período.

Conforme Santos (1985), o curso de Educação Física foi criado no dia 11 de maio de 1970 para suprir a demanda de professores, entretanto foi por meio do decreto Nº 66.548 foi inaugurada a Escola Superior de Educação Física do Pará - ESEF/PA no Colégio Souza Franco que foi doada pelo Governo do estado para a Fundação Educacional do Estado do Pará – FEP.

Em 18 de maio de 1993, através da Lei Estadual Nº 5.747 foi criada a Universidade do Estado do Pará - UEPA, incorporando os seus cursos e inserindo o Curso de Licenciatura em Educação Física no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde dessa universidade, dessa forma com a sua expansão para os interiores, foi implementado o curso para novos campis no Pará (OLIVEIRA, et al 2017).

Conforme Pereira Filho (2005), esse demonstra um dos currículos oficiais para os cursos de Graduação em Educação Física. O currículo mínimo consistia em um bloco de matérias obrigatórias que apresentavam a seguinte divisão: matérias básicas (Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene) e matérias profissionais (Socorros Urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação). Cada região iria determinar de acordo com suas necessidades se iria haver complementação, dessa maneira a partir da união do currículo mínimo, com a parte complementar sendo responsabilidade de cada instituição, o currículo iria se tornar pleno.

A resolução CNE/CES nº 7 de 2004 estabelece orientações para o curso de Licenciatura em Educação Física e para Educação Física Plena, de maneira que as instruções de maneira geral para Educação Física estabelecem assuntos voltados para o ser humano, sociedade, biológica, incluindo também o âmbito do conhecimento científico e tecnológico com intuito de formar o indivíduo de modo abrangente e totalitária. Já para a Educação Física Plena traz orientações na área das dimensões culturais do movimento humano, técnico-instrumental e

didático-pedagógica e tem o objetivo de qualificar o profissional para diversos campos de intervenção. (BRASIL. 2004)

O Ministério da Educação (MEC) junto com o Ministério da Saúde (MS) promoveu grandes mudanças curriculares nos cursos de graduação da área da saúde, objetivando a diminuição das demandas crescente junto com o amparo da necessidade de saúde das pessoas. O início dessa modificação foi por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para esses cursos, buscando que as orientações presentes construíssem um perfil em que atitudes, habilidades e conteúdos almejam a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com competência para a atuação em todos os níveis de atenção à saúde (HOLANDA; ALMEIDA; HERMETO, 2012).

O Núcleo Docente Estruturante - NDE, órgão consultivo de assessoramento e acompanhamento aos Cursos, segundo a resolução nº 2629/13, Art,2º, usando das atribuições e prerrogativas legais que lhes são conferidas pela gestão superior da Universidade do Estado do Pará - UEPA, propôs a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física – PPP- CEDF, elaborado em 2007, visando atender as novas diretrizes Curriculares Nacionais/DCN, resolução CNE/CES nº 6/2018, bem como às orientações emanadas dos órgãos superiores da UEPA e os anseios da comunidade acadêmica, para a formação do Graduado em Educação Física nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física no Estado do Pará.

É importante salientar que o NDE, por definição do Colegiado do CEDF, providenciou a possível adequação entre um projeto de atualização da licenciatura, o qual foi apontado pelo NDE e outro projeto de comissão específica a preparação do Bacharelado, o qual ainda tinha em seu projeto caráter piloto ao campus III e, expandido de maneira progressiva aos campis da UEPA. Dessa forma, buscou-se uma melhor aproximação entre os dois projetos, que após debate interno no Colegiado do CEDF, foi possível obter aprovação.

A Graduação em Educação Física Bacharelado (GEDF-B) da UEPA simboliza os anseios de professores, alunos, egressos e comunidade acadêmica de um modo geral, que sempre vislumbraram a oportunidade de efetivação de mais um curso superior nesta universidade, levando-se em consideração as demandas reais e a responsabilidade e compromisso social desta Instituição de Ensino Superior enquanto organização pública detentora de quadro docente capacitado e uma infraestrutura de alta qualidade, com elevado

reconhecimento e potencial para a utilização de seus espaços físicos e instalações capazes de atender, de forma imediata, as necessidades desta modalidade de formação.

O Curso de Bacharelado em Educação Física da UEPA constitui-se em uma proposta de formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, estruturada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. A formação do Bacharel em Educação Física proposta neste projeto vislumbra a aquisição e desenvolvimento de competências e habilidades que permitam dominar os conhecimentos, procedimentos e atitudes específicas, orientadas por valores sociais, morais e éticos próprios de uma sociedade plural e democrática (PPC, 2019).

Segundo o PPC (2019), a profissionalização implica a mobilização de competências e habilidades que só se desenvolvem plenamente no contexto profissional real. As competências e habilidades para o Bacharel em Educação Física estão em consonância com as competências definidas nas Diretrizes de Formação de Professores, com as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, bem como, com os quatro pilares da educação que orientam este projeto pedagógico. Desse modo, para atuar nos campos de intervenção, o curso de formação em Bacharel em Educação Física deverá contemplar os seguintes eixos articuladores (BRASIL, 2018):

I – Saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde;

II – Esporte: políticas e programas de esporte; treinamento esportivo; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do esporte; gestão do esporte; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de esporte;

III – Cultura e Lazer: políticas e programas de cultura e de lazer; gestão de cultura e de lazer; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do lazer; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na cultura e no lazer. Neste contexto, os graduandos da GEDF-B deverão desenvolver competências e habilidades relativas ao conhecimento crítico e transformador, para intervir nas diversas áreas de atuação.

O Profissional de Bacharel em Educação Física poderá trabalhar nas seguintes áreas de atuação: Avaliação Física e Condicionamento Físico, Ginástica Laboral, Grupos Especiais e Atenção Primária a Saúde, Recreação e Lazer em Atividade Física, Treinamento Desportivo e Ensino e Avaliação (PPC, 2019). É necessário que o profissional seja qualificado e competente a executar de acordo com cada área de atuação proposta.

Segundo Fleury (2001) competência é uma palavra do senso comum, utilizada para designar uma pessoa qualificada para realizar alguma coisa. No andamento da graduação do ensino superior o procedimento para obter as competências e as habilidades requeridas na formação do Graduado em Educação Física deve ocorrer a partir de experiências de interação teoria-prática em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de intervenção acadêmico-profissional e que estas sejam balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual. Logo, não podem ser adquiridas apenas no plano teórico. É importante, portanto, que haja sentido entre a formação ofertada, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e as necessidades de formação, de ampliação e de enriquecimento cultural das pessoas, e compreendida além das dimensões do fazer, do saber fazer ou do saber intervir (PPC 2019).

As bases filosóficas da Graduação em Educação Física da UEPA são conduzidas para que os conteúdos sejam organizados por meio das competências, entendendo-as como práxis pedagógica, como ação crítica e reflexiva, afirmando que o ensino deve formar um indivíduo com autonomia da gestão escolar e o respeito aos saberes adquiridos pelos alunos em processos informais implementando a realização da prática de interação continuada em todo o processo de formação acadêmico/profissional, passando pelas práticas ampliadas e específicas de ensino, incluindo as disciplinas de estágios obrigatórios.

Dessa maneira, a teoria e a prática passam a caminhar juntas com conhecimento básico da formação, possuindo o conhecimento da prática como ponto de partida de cada ação nova, construindo uma bagagem de conhecimento humano em níveis cada vez mais superiores. É de fundamental importância que a teoria-prática seja pertencente da formação do graduado em Educação Física, por meio da prática como item curricular, estágio curricular e atividades complementares, segundo o art. 10 da RES. CNE/CES nº 07/2004 e reforçado na RES. CNE/CES nº 06/2018.

O estágio é importante para a formação do acadêmico, que possui o objetivo de propiciar ao indivíduo experimentar os assuntos abordados durante a graduação e praticá-las na realidade

no ambiente de trabalho com intuito de maior aprendizado e assim está preparado para a sua devida função na sua profissão. (SILVA, 2019).

O estágio curricular supervisionado é um momento de formação profissional do formando, seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

Segundo o art. 10 da RES. CNE/CES nº 07/2004 e reforçado na RES. CNE/CES nº 06/2018 a formação do graduado em Educação Física deve assegurar que a teoria-prática deve ser inseparável por meio da prática como componente curricular, estágio curricular e atividades complementares, (PPC, 2019).

No âmbito da GEDF/UEPA, o estágio curricular supervisionado em Educação Física, ocorrerá durante a etapa de formação específica com carga horária de acordo com a resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018/CNE, e deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física (PPC, 2019).

Segundo PPC (2019) cada curso vai demanda sua área de atuação para o estágio obrigatório e o Bacharelado possui as seguintes: Na Educação Física não escolar, nos diversos campos de intervenção profissional, como academias de ginástica, clubes e escolas desportivas, SPAs, hotéis, condomínios, hospitais, projetos sociais, na gestão e demais áreas que guardem relação com a formação do Bacharel em Educação Física, investigando as problemáticas destas áreas, finalizado com a elaboração de documento e socialização da experiência de estágio.

É importante ressaltar o papel social da UEPA e o compromisso legal com as diretrizes sobre a formação da Educação Física, contribuindo com a evolução da Educação no Estado do Pará, assim possibilitando novas oportunidades para os indivíduos na inserção do mercado de trabalho, acreditando-se na formação e no desenvolvimento de qualidade do profissional para o mercado de trabalho em uma Universidade Pública.

Além disso, toda mudança proposta pelo PPC da UEPA ocasiona na mudança do perfil do acadêmico que ingressa no Curso de Educação Física, necessário se faz resguardar a possibilidade de migração dos alunos do currículo de 2008 para o currículo novo, conforme Art. 29 da Resolução CNE Nº 6, de 18 de dezembro de 2018 (PPC, 2019).

A alteração será efetuada de maneira gradual, considerando que os dois primeiros anos de introdução da nova proposta curricular serão de base comum para os dois cursos de formação em educação física, assim, apresentamos a compatibilização entre as disciplinas dos dois

primeiros semestres de formação, remetendo para a Assessoria Pedagógica e ao NDE do Curso de Educação Física a compatibilização das demais disciplinas à medida em que haja pedido de mudança de desenho curricular pelos atuais alunos do Curso (PPC, 2019).

CONCLUSÃO

O Projeto Pedagógico de Curso é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, pois estabelece as bases para a organização, estruturação e implementação do curso. Através dele, é possível definir objetivos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino, avaliação e infraestrutura necessárias para o curso.

Além disso, o projeto pedagógico de curso deve ser dinâmico e estar em constante revisão para acompanhar as mudanças na sociedade e no mercado de trabalho, garantindo que o curso esteja atualizado e atenda às demandas e necessidades dos alunos.

É importante ressaltar que o sucesso de um curso não depende apenas do projeto pedagógico, mas também da competência dos professores, da qualidade da infraestrutura, dos recursos disponíveis e da colaboração entre alunos e professores.

Portanto, o projeto pedagógico de curso é um instrumento essencial para a construção de um ensino de qualidade, mas deve ser visto como um processo contínuo e dinâmico, que deve ser constantemente revisado e atualizado para garantir que o curso atenda às necessidades dos alunos e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de educação. Resolução CNE/CES n. 7/2018, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 07, de 31 de março de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em educação física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 05 de abril de 2004. Seção 1, p.18. Disponível em: <https://www.crefsc.org.br/principal/wp-content/uploads/2016/04/res_2004_0007_cne_ces.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

HOLANDA, Isabel Cristina Luck Coelho de; ALMEIDA, Magda Moura de; ERMETO, Edyr Marcelo Costa. Indutores de mudança na formação dos profissionais de saúde: pró-saúde e pet-saúde. Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, 25(4): 389-392, out./dez., 2012.

OLIVEIRA, et al. Plano De Desenvolvimento Institucional. Universidade do Estado do Pará. 2017

PEREIRA FILHO, E. Educação Física: Limites da Formação e Exercício Profissional. In: Figueiredo, Zenólia Christina Campos (Org.). Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. Coletânea de textos, v. 1. Vitória: ES. 2005. p. 47-69.

SILVA, Mickaelly Raissa Vieira da. Ressignificação da prática docente no estágio supervisionado e sua contribuição como formação continuada. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Língua Inglesa), 2019.

SOUZA NETO, S. de. et al. A Formação do Profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no século XX. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

Universidade do Estado do Pará, Projeto Pedagógico de Graduação do Curso em Educação Física – Licenciatura e Bacharelado. Belém-Pará, 2019.

BNCC E O NOVO ENSINO MÉDIO

**Anibal Neves da Silva
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/5194617.1-3

BNCC E O NOVO ENSINO MÉDIO

DOI: 10.29327/5194617.1-3

Anibal Neves da Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Efetivamente, desde a Constituição Federal do Brasil, estabelece-se a necessidade de fixar-se “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, art. 210). A LDB, por sua vez, afirma que a União deverá estabelecer competências e diretrizes para a educação básica, em colaboração com os demais entes federados responsáveis pelos sistemas de ensino, “que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996, art. 9, inciso IV). Do ponto de vista normativo esses artigos parecem configurar no embrião do que se estabeleceu por Base Nacional Curricular Comum. O presente artigo objetiva discorrer sobre o processo de implementação da BNCC, especificamente na etapa do Ensino médio, disposto em seis tópicos que em síntese trataram de forma cartesiana, para não incorrer em anfibologias e proposições antagônicas, sobre o que ela é, como foi elaborada, quais foram as tendências que influenciaram a sua elaboração, quais os marcos legais que ela se estabeleceu, quais foram os fundamentos pedagógicos que a nortearam e como ela aprimorou a etapa do Ensino Médio.

Palavras Chaves: BNCC, LDBE, Educação, Ensino Médio, Formação, Pedagógico.

ABSTRACT

Effectively, since the Federal Constitution of Brazil, the need to establish “minimum content for elementary education, in order to ensure common basic training and respect for national and regional cultural and artistic values” (BRASIL, 1988, art. 210). The LDB, in turn, states that the Union should establish competences and guidelines for basic education, in collaboration with the other federal entities responsible for the education systems, “which will guide the curricula and their minimum contents, in order to ensure basic training common” (BRASIL, 1996, art. 9, item IV). From the normative point of view, these articles seem to configure the embryo of what was established by the Common National Curriculum Base. This article aims to discuss the implementation process of the BNCC, specifically in the high school stage, arranged in six topics that, in summary, dealt with in a Cartesian way, so as not to incur in amphibologies and antagonistic propositions, about what it is, how it was elaborated, what were the trends that influenced its elaboration, what were the legal frameworks that it was established, what were the pedagogical foundations that guided it and how it improved the high school stage.

Keywords: BNCC, LDBE, Education, High School, Training, Pedagogical.

RESUMEN

Efectivamente, desde la Constitución Federal de Brasil, la necesidad de establecer “contenidos mínimos para la educación básica, a fin de asegurar la formación básica común y el respeto a los valores culturales y artísticos nacionales y regionales” (BRASIL, 1988, art. 210). La LDB, por su parte, establece que la Unión deberá establecer competencias y lineamientos para la educación básica, en colaboración con las demás entidades federativas responsables de los sistemas educativos, “que orientarán los planes de estudio y sus contenidos mínimos, a fin de asegurar una formación básica común”. (BRASIL, 1996, art. 9, inciso IV). Desde el punto de vista normativo, estos artículos parecen configurar el embrión de lo establecido por la Base

Curricular Nacional Común. Este artículo tiene como objetivo discutir el proceso de implementación de la BNCC, específicamente en la etapa de secundaria, ordenado en seis temas que, en síntesis, tratados de manera cartesiana, para no incurrir en anfibologías y proposiciones antagónicas, sobre lo que es, cómo se elaboró, cuáles fueron las tendencias que influyeron en su elaboración, cuáles fueron los marcos legales que se establecieron, cuáles fueron los fundamentos pedagógicos que la orientaron y cómo mejoró la etapa de bachillerato.

Palabras clave: BNCC, LDBE, Educación, Bachillerato, Formación, Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. A ausência de indicações claras do que todos os alunos devem aprender para enfrentar com êxito os desafios do mundo contemporâneo tem impactos diretos sobre a qualidade da educação. Sem igualdade de oportunidades para que todos possam ingressar, permanecer e aprender na escola, por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos têm direito, a busca pela equidade, com acolhimento da diversidade que é inerente ao conjunto dos alunos, fica comprometida. Esses problemas pontuados na Educação Básica brasileira se agravam ainda mais na etapa correspondente ao Ensino Médio, em função de outras situações problemas que são peculiares a referida etapa como: o insuficiente desempenho dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, implementação de políticas públicas insuficientes, metodologias que não conseguiam, etc.

É diante dessa complexa e dissonante realidade da etapa final da Educação Básica brasileira, que A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecida para o Ensino Médio se materializa como um instrumento de política educacional em meio à proposta de reformulação para a etapa, via Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que se converteu na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017a), com vistas a equacionar as situações problemas supracitadas, através da aplicação pedagógica de competências e habilidades, que propiciem aos alunos terem competência intelectual, social e profissional para atuarem e contribuírem no mundo em que vive.

Destarte, o presente artigo discorrerá sobre o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular, especificamente na etapa do Ensino médio, disposto em seis tópicos de forma cartesiana, objetiva e pontual. Observamos que o tema que esse artigo trata é de notória relevância, na medida em que a pesquisa empreendida busca responder sobre como

a BNCC e o Novo Ensino Médio corroboram para que o Art. 2º da LDBE seja aplicado na sala de aula contemplando todas as dimensões que existem nele?

O que é a BNCC

De acordo com o conceito descrito pelo MEC, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7). Observamos que na visão do Conselho Nacional de Educação (CNE) essa normatização é compreendida como instrumento que propicia uma equidade educacional, em função da ideia de equidade está presente na introdução do texto da BNCC, conforme descrito abaixo:

A BNCC é um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo inspirado nas mais avançadas experiências do mundo. A partir dela, as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passarão a ter uma referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas, promovendo a elevação da qualidade do ensino com equidade e preservando a autonomia dos entes federados e as particularidades regionais e locais. (BRASIL, 2017, p. 5).

A partir do que o referido documento estabelece, o Ministério da Educação (MEC) orienta que as instituições de ensino e todos os profissionais da educação propiciem o respeito à pluralidade, desconstruindo assim todo tipo de rejeição às minorias sociais e ratificando a garantia do direito à educação para estudantes de todas as classes sociais. Neste sentido o MEC, através da BNCC, dispõe aos sistemas educacionais, escolas e professores um instrumento de gestão pedagógica para efetivar uma educação com equidade.

De acordo com Castro (2017), a BNCC é um documento normativo que se aplica exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) que promove uma reforma curricular em toda a Educação Básica. Por conseguinte, o referido documento estabelece o conjunto orgânico de competências e habilidades essenciais que todos os alunos têm o direito de aprender, nos anos correspondentes a cada etapa do processo de educação escolar.

Destarte, diante das respostas fundamentadas em estudos desenvolvidos por especialistas em currículo educacional, em entidades que atuam na área da educação básica e em documentos oficiais do MEC, consideramos que a BNCC Prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e no Plano Nacional de Educação, de 2014, além de ser um documento normativo que estabelece o currículo escolar nas três etapas da educação básica, expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma

educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, orientada por princípios éticos, políticos e estéticos que objetivam tanto à formação humana integral, quanto à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, proporcionando o acolhimento com respeito às diferenças e combatendo discriminações e preconceitos.

Nesta perspectiva, entendemos que o empenho por parte de integrantes do Estado e do segmento da rede privada de ensino, além de outros setores do empresariado em aprovar a BNCC e o NEM se deve, em tese, à compreensão de que a baixa qualidade da educação tem três causas fundamentais. A primeira é o currículo ultrapassado e extenso (BRASIL, 2017a), que faz com que os alunos deixem a escola porque o acham chato, cansativo e desmotivador. Isso aumenta a evasão e rebaixa o IDEB13. A segunda é a suposta dissonância inadmissível existente entre o que se ensina na escola e o que se exige fora dela, sobretudo no mercado de trabalho. Essa dissonância faz com que, de um lado, os jovens deixem a escola tão logo percebam que nada do que ali aprendem lhes é útil; de outro, faz com que os diversos setores da economia não encontrem mão-de-obra qualificada para ocupar os vários postos disponíveis. Disto decorre, então, a terceira causa, qual seja a baixa produtividade da força de trabalho no Brasil, razão pela qual, em tese, mantêm-se precários os padrões de vida do trabalhador brasileiro e o país em posições desprivilegiadas no mercado internacional.

Como foi elaborada a BNCC.

É relevante observar que, a ideia de construção de uma base nacional comum para a Educação Básica no Brasil não é recente. De acordo com Saviani (2016), a discussão sobre uma base comum nacional iniciou no Brasil desse a década de 1970, através de um movimento que propunha a reformulação dos cursos de formação de professores, que acabou culminando na I Conferência Brasileira de Educação realizada em São Paulo em 1980, e posteriormente deu suporte para a criação de comitês e comissões que se transformaram na ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) em 1990.

Saviani (2016), afirma que o debate em torno de uma base tendia bem mais para a não aceitação do que da confirmação, pois consideraram que o debate deveria propor a construção de um currículo mínimo ou comum pensado e organizado pelo Governo Federal via Ministério da Educação com a participação de intelectuais da educação, com vistas a dar mais visibilidade aos contextos locais nos quais a educação se materializa, a partir das suas realidades e

experiências específicas. Apesar da ampla maioria discordar da ideia de uma base nacional comum, Saviani (2016) ressalta que a Lei 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, já indicavam que os currículos deveriam ter uma base nacional comum. Em função dessa indicação,

Corroborando na proposta da construção de uma base curricular unificada, em 2008 o MEC instituiu o Programa Currículo em Movimento, com vistas a aperfeiçoar a qualidade do ensino realizado na educação básica. Destacamos que a ideia de elaboração de uma base curricular nacional comum para a Educação Básica no Brasil está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal sobre uma Base Nacional Comum: “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, artigo 210). A LDB estabelece a seguinte referência para a referida Base:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, artigo 26).

É nesse contexto de elaboração de uma base curricular unificada que foram introduzidas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, em todos os níveis, isto é, da educação infantil ao ensino médio. Essas diretrizes foram emitidas a partir de Pareceres do Conselho Nacional de Educação. E em 2010 foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que têm os seguintes objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica; III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencam. (BRASIL, 2013, p. 63).

Neste sentido, as DCNs têm como objetivo primaz orientar uma formação comum, através do currículo estabelecido, onde as escolas de todo o país devem colocar em prática, dar suporte para a construção dos Projetos políticos-pedagógicos e orientar também à elaboração de cursos de formação inicial e continuada. Observamos que a palavra de comando utilizada para efetivar esses objetivos é a “orientação”, ou seja, um documento que na prática, objetiva

orientar a elaboração dos currículos. Nesse contexto, segundo informações no site do MEC, em 2010, especialistas discutiram os direcionamentos da Educação Básica e salientaram a necessidade da Base Nacional Comum como parte do Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre o início da discussão em torno da BNCC Andrade, Neves e Piccinini (2017), afirmam que foi a partir de 2013 que se intensificou um movimento de reivindicação pela organização de um currículo nacional, propondo uma homogeneidade curricular para a Educação Básica. Por sua notabilidade e argumentos fundamentados em uma formação mais atual e preparada para os desafios do presente e do futuro, esse movimento se configurou como o Movimento pela Base Nacional Comum.

Apesar da discussão em prol de um currículo nacional não ser nova, visto que, ela foi iniciada desde a década de 1970, as autoras mencionadas afirmam que nunca houve um movimento com tanta força e com tantos atores envolvidos no processo. O Movimento pela Base Nacional Comum (MPB) seria, portanto, o principal ator dessa reforma:

O Movimento pela Base Nacional Comum é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade. O grupo promove debates, produz estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos e investiga casos de sucesso em vários países. O grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas. (MPB, 2018, s/p, “quem somos”).

A partir da organização do MPB, em 2015 foi realizado o I Seminário Interinstitucional para a elaboração da Base que reuniu assessores e especialistas. A portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, institui uma comissão de especialistas para a elaboração da proposta da BNC, composta por:

[...] 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação (BRASIL, 2015, on-line).

Considerando os dados oficiais citados, é correto afirmar que a referida Base foi elaborada em cumprimento às leis educacionais vigentes no País e contou com a participação de várias entidades representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a Educação Básica nas esferas federal, estadual e municipal, das universidades, escolas, instituições do terceiro setor, professores e especialistas em educação brasileiros e estrangeiros. Sua primeira versão, disponibilizada para consulta pública entre os meses de outubro de 2015 e março de

2016, recebendo mais de 12 milhões de contribuições dos diversos setores interessados, conforme texto introdutório do MEC citado abaixo:

O Ministério da Educação, após intenso e dedicado trabalho das equipes formadas pela Secretaria de Educação Básica, apresenta à sociedade essa versão inicial, para amplo debate, do que poderá ser a Base Nacional Comum. Importa salientar que as equipes tiveram plena autonomia e que, por isso mesmo, essa versão não representa a posição do Ministério, ou do Conselho Nacional de Educação, a quem caberá por lei a tarefa de aprovar sua versão inicial. Mas ela é fruto de um trabalho intenso, empenhado, digno de elogios. (BRASIL, 2015, p. 2).

Em maio de 2016, após nova rodada de debates, foi elaborada uma segunda versão. Nas duas primeiras versões, um grupo de redação foi composto por especialistas indicados pelo MEC e por professores e técnicos de secretarias com experiência em currículo indicados por Consed e Undime. O grupo de redação foi formado por 116 pessoas, divididas em 29 comissões compostas, cada uma, por 2 especialistas das áreas de conhecimento, 1 gestor de secretaria ou professor com experiência em currículo e 1 professor com experiência em sala de aula. Para a elaboração de uma terceira versão, coube a um Comitê Gestor, constituído por titulares e suplentes de diversos órgãos e entidades vinculados ao MEC, a indicação do grupo de especialistas responsável pela revisão dos documentos anteriormente elaborados, com base em insumos das consultas públicas e pareceres técnicos. A esse Comitê Gestor coube, ainda, propor as diretrizes para a redação do documento final encaminhado ao CNE. Esta terceira versão foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2017. Ao longo desse mesmo ano, o CNE promoveu cinco audiências públicas regionais para colher sugestões. Ainda em dezembro de 2017, o CNE aprovou o documento e o devolveu ao ministério, que o homologou naquele mesmo mês, para entrada em vigor. A BNCC homologada continha as orientações gerais para toda a Educação Básica e específicas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. No caso do Ensino Médio, o Ministério da Educação optou por aprofundar o debate. Em agosto de 2018, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o apoio do Ministério da Educação, entre outras instituições, realizou uma mobilização para que os professores e gestores educacionais discutissem e opinassem sobre a BNCC etapa Ensino Médio. Todas as 28,5 mil escolas de Educação Básica do país que atendem esta etapa do ensino foram convidadas a participar dos debates, a maioria deles realizados em 2 de agosto, Dia D da BNCC. A ação resultou na participação de 21,5% das escolas públicas e privadas que ofertam o Ensino Médio no Brasil. Após esse amplo ciclo de debates e discussões, o CNE revisou o documento e em seguida enviou-o ao MEC, para homologá-lo e, posteriormente, entrar em vigor.

A BNCC elaborada para o Ensino Médio foi aprovada um ano depois, em dezembro de 2018 e, embora tenha sido anexada ao documento já aprovado, dele em muito difere, pois enquanto a BNCC aprovada em 2017 é integrada por todos os componentes curriculares, a Base do ensino médio prevê competências e habilidades específicas somente para os componentes curriculares português e matemática. Nesse sentido, é importante ressaltar, em primeiro lugar, que a BNCC elaborada para o NEM, estabelece a reforma tanto no currículo, quanto na carga horária, instituída pelo programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Com a aprovação da BNCC, portanto, foi finalizada a tramitação legal da reforma do Ensino Médio, que prevê como disciplinas obrigatórias, nos três anos, somente português, matemática e inglês. Observamos que inicialmente a MP retirou da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) as menções à obrigatoriedade das disciplinas artes, educação física, filosofia e sociologia. Após as várias manifestações de repúdio à retirada, o texto final da Lei determinou que “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica [...]” (BRASIL, 2017a, art. 2º), mas diluiu as outras três disciplinas no ensino médio ao determinar que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.” (BRASIL, 2017a, art. 35-A).

A partir de todas as atividades supracitadas referentes ao percurso histórico que a BNCC percorreu, consideramos que o formato empreendido em sua elaboração, iniciou com uma característica democrática, em função da participação popular no processo de feitura e reflexão sobre o texto, principalmente na primeira versão em 2015. No que se refere a sua organização, a BNCC defende a importância do ensino baseado no desenvolvimento de “competências e habilidades” (BRASIL, 2017, p. 15). Na seção “os fundamentos pedagógicos da BNCC”, o documento explicita que os conteúdos curriculares devem estar a serviço do desenvolvimento de competências. Assim sendo, a competência se caracteriza como um “conhecimento mobilizado, operado e aplicado em situação” (BRASIL, 2017, p. 15). Para esse tipo de abordagem a BNCC justifica o seguinte:

Essa mesma tendência de elaboração de currículos referenciados em competências é verificada em grande parte das reformas curriculares que vêm ocorrendo em diferentes países desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). No âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos

escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído. (BRASIL, 2017, p. 16).

Entretanto, o processo democrático efetivado mediante os canais de acesso para consulta pública foi sendo diminuído com o passar do tempo, em função das contribuições populares não terem sido contempladas, por causa do curto espaço temporal que foi destinado para a sua análise, considerando que não se conseguiu mensurar em que medida essas contribuições foram escutadas e acatadas ou não. A consequência dessa não contemplação foi a sensação de uma falsa democratização proporcionada por esses canais de acesso.

Diante do exposto, consideramos que a versão final da BNCC objetivou agregar, sistemática e pedagogicamente os pontos diferentes apresentados nas duas versões anteriores, com vistas a estabelecer uma padronização nos critérios de organização de cada componente curricular. Essa última versão também incluiu temas considerados relevantes que não estavam suficientemente contemplados nas versões anteriores. Por fim, ela buscou propiciar uma educação de qualidade com equidade a partir de critérios claros, formando estudantes com conhecimentos e habilidades essenciais para o seu desenvolvimento na sociedade do século XXI, proporcionando a realização do projeto, de vida dos estudantes, seja no âmbito profissional o acadêmico, como também, formar cidadãos que contribuirão ativamente para o desenvolvimento da sociedade

Tendências e Influências na elaboração da BNCC.

De acordo com Andrade, Neves e Piccinni (2017), a Base Nacional Comum Curricular integra um grande movimento de mudanças nas políticas públicas que buscavam aumentar o acesso à educação, dar mais qualidade a ela, visando o desenvolvimento de capacidades e habilidades individuais, como também do desenvolvimento social e econômico da população. Essas diretrizes foram implementadas em vários países, principalmente os que estão em desenvolvimento, onde a educação brasileira busca se estruturar por elas.

Para Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), as diretrizes estabelecidas para as políticas educacionais em vários países, adquirem uma concepção salvacionista para a educação brasileira. Eles destacam que a partir dos anos de 1990 uma vasta documentação internacional, oriunda de importantes agências internacionais, apresentaram um conjunto de propostas consensuais em torno do qual deve ser a função da educação. Neste mesmo ano ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, onde definiram uma agenda política que

teve a educação básica como pauta principal. Dessa conferência resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, assinados por 155 países, incluindo o Brasil, que se comprometeram em assegurar a educação básica de qualidade para as crianças, jovens e adultos. Relevante destacar que esses documentos internacionais atribuíram à educação um importante papel na luta contra a pobreza, a expansão do crescimento econômico e a superação da desigualdade social, principalmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Marsiglia et. all. (2017) observa que a elaboração da BNCC ocorreu em função de uma forte influência dos organismos internacionais, exigindo uma mudança na estrutura curricular e pedagógica na educação básica, que teve sustentação jurídica na Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Eles ressaltam, que por todo período de organização, planejamento e elaboração da BNCC, ela teve a participação de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e também de representantes da classe empresarial, não só do segmento educacional, mas de outros, que compõem a Organização Não Governamental (ONG) Movimento pela Base Nacional Comum.

Nesta perspectiva Macedo (2014), destaca os principais agentes públicos, além de outros agentes, que participaram diretamente do debate do processo de elaboração da BNCC, sendo instituições financeiras e empresas como: Itaú (Unibanco), Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação LEMANN, CENPEC, Todos pela Educação e Amigos da Escola. A autora observa que a interferência de agentes externos, nacionais e internacionais, no planejamento e na elaboração das políticas educacionais, assim como na organização curricular das escolas, não é prática recente. De acordo com Saviani (2014), Fundações ligadas a instituições financeiras, como as supracitadas, além de outras, têm buscado meios para adquirir poder de decisão e suprir suas demandas mercadológicas, conforme destaque abaixo:

[...] a força do privado traduzida na ênfase nos mecanismos de mercado vem contaminando crescentemente a esfera pública. É assim que o movimento dos empresários vem ocupando espaços nas redes públicas via Undime e Consed nos Conselhos de Educação e no próprio aparelho do Estado, como o ilustram as ações do Movimento “Todos pela Educação”. (SAVIANI, 2014, p. 105).

Corroborando nesta mesma perspectiva Zanatta (2017), cita exemplos de interferências do mercado na esfera pública, cujas ações servem para atender aos interesses da iniciativa privada. Ele chama atenção, que é preciso avaliar o tipo de influência que essas parcerias exercem na educação pública do estado brasileiro, e nos mecanismos de governabilidade, desenvolvendo, por meio das políticas educacionais, soluções para as crises do mercado e do setor empresarial, secundarizando as questões sociais, consoante ele diz:

[...] em função dessa regulação social, promovida entre os poderes público e privado, as discussões que permeiam as políticas públicas educacionais se tornaram mais complexas. Isto porque o Estado vem perdendo seu papel central como autor da regulação e os empresários, através de suas organizações, (instituições filantrópicas, ONGs, fundações), vão se consolidando como protagonistas das políticas educacionais. (ZANATTA, 2017, p. 324).

Diante das várias influências que a política educacional brasileira vem sofrendo ao longo de décadas, Lessard e Tardif (2004), destacam que a prescrição de um programa nacional comum, centrado sobre os saberes de base, faz parte de um movimento de reestruturação escolar ao qual vários países de todos os continentes se submeteram como: Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Cuba, Chile, Portugal, Coreia do Sul, objetivando alcançar uma educação de maior qualidade e equidade.

Isto posto, consideramos que a construção da BNCC segue uma tendência internacional entre países que se propuseram a reformar seus sistemas educacionais. Concebemos relevante observar que o desenvolvimento de competências tem sido um dos principais objetivos propostos em diferentes países na construção de seus currículos, como: Austrália, Portugal, França, Polônia, Estados Unidos, Chile e Peru. Esse objetivo também tem sido preterido e, por conseguinte, utilizado como instrumento de análise nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Os Marcos Legais Que Fundamentam a BNCC

Como já foi exposto anteriormente a proposta para a elaboração de uma Base Curricular Comum, já é mencionada na Constituição Federal de 1988. Neste sentido, a justificativa que dá legalidade para que o Governo Federal implementasse uma Base Curricular para a educação básica está fundamentada na própria Constituição Federal, conforme estabelece o Artigo 210 de Constituição Federal de 1988: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental,

de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (BRASIL, 1988).

Destarte, a elaboração e implementação de uma Base Curricular Comum é ratificada em cada um dos documentos normativos que norteiam a educação nacional. Para elucidar as finalidades no âmbito da educação escolar. Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

O Artigo mencionado corrobora com o Artigo 26 da mesma lei, no que tange a observar uma diferença entre o que é básico-comum e o que é diverso, consoante o que ele estabelece:

os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Nesse artigo, a LDB nos apresenta dois relevantes conceitos que se configuram como pilares para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil que são o básico-comum e o diverso. Concebemos que eles correspondem nos fundamentos que se ergueu a BNCC.

Objetivando colocar em prática o que estabelece o artigo 26 da LDB, o Conselho Nacional de Educação elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), sendo estas uma referência para a elaboração de uma Base Nacional Comum. Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como "a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade", conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Em 2014, a Lei nº 13.005/2014, promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de:

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

A partir desse parecer o MEC estabeleceu a Portaria nº 592, que institui a Comissão de Especialistas responsáveis pela elaboração da primeira proposta da Base Nacional Comum Curricular.

Com a alteração da LDB em 2017, em função da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passou a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação. Consoante Chiaro (2007), os dois conceitos apresentados pela referida lei, apesar de diferentes, eles convergem no que tange ao que os estudantes devem aprender na Educação Básica. Consideramos relevante destacar o que os Artigos 35 e 36 estabelecem para etapa do Ensino Médio, corroborando com o propósito da lei supracitada:

Art. 35. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]. Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017).

Diante de todo o expositivo acima, consideramos que ele ratifica que o fundamento legal para a elaboração e implementação da BNCC é de fato a Constituição Federal, conforme já descrito no início desse tópico. Com efeito, entendemos que a elaboração da BNCC não se restringe a contemplar um artigo constitucional, mas seu objetivo é fazer com que ela transcend a esfera teórica da lei e se torne um instrumento que propicie um conhecimento mais abrangente para o estudante da Educação Básica, como a aplicação desse aprendizado na vida desse estudante.

Os Fundamentos Pedagógicos Da BNCC

A priori, entendemos que o conceito de pedagógico, em termos práticos, está relacionado ao processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Isto é, um conjunto de saberes que orientam o planejamento educativo desses alunos. É em meio a este processo pedagógico de ensino-aprendizagem, que se erigiu os fundamentos pedagógicos da BNCC. Em síntese, entendemos que os fundamentos pedagógicos que norteiam a BNCC, estão relacionadas as concepções de competência e de educação integral. No que tange a concepção de competência, ela objetiva dar continuidade ao que está proposto na LDB e que é adotado na maioria dos Estados e municípios do Brasil, conforme descrito abaixo:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores

para resolver demandas complexas da vida cotidiana e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 13).

Sobre a concepção de educação integral, a BNCC pretende empreender uma transcendência o espaço físico da sala de aula, para que os alunos aprendam a se pensionarem nas mais diversas situações que eles experimentam diariamente, consoante texto abaixo:

A educação básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2017, p. 14).

Outro ponto que consideramos relevante no texto-base sobre a educação integral, é que ela é apresentada como uma condição para o desenvolvimento global do aluno, de acordo com o destaque abaixo:

o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos alunos e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, de modo a formar pessoas autônomas, capazes de se servir dessas aprendizagens em suas vidas (BRASIL, 2017, p. 17).

Nesta perspectiva, consideramos que a BNCC se aplica sobre uma fundamentação pedagógica que não se restringe a determinar curricularmente o que os alunos devem estudar, mas também como eles devem estudar, onde estudar, para que estudar, para adquirirem discernimento de como, quando e aonde o conhecimento que eles aprenderam, pode ser aplicado. Com efeito, concebemos que a BNCC passa a desempenhar papel fundamental no processo ensino-aprendizagem, através das aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressar, visando aplicar e desenvolver uma educação baseada na igualdade em meio às diversas singularidades que os estudantes possuem. O projeto de uma educação com igualdade é um dos pilares propostos pela BNCC para todos os estudantes da Educação Básica, democratizando assim, tanto o conhecimento, quanto à aprendizagem.

Sobre a questão do conceito de igualdade aliançado ao projeto de educação, proposto pela BNCC, concebemos relevante a crítica feita por Almeida (2007), sobre essa aliança, por ele entender que o referido conceito ainda está vinculado a ideia do “aprender a aprender” de forma autônoma. Para ele não é a autonomia que garante ao aluno aprender a aprender, mas à relação dialética que se deve estabelecer entre quem ensina e quem aprende, porquanto é a partir

dessa relação que o aluno aprende a desenvolver uma autonomia para discernir o propósito do conhecimento e da educação, tanto em sua vida, quanto na de toda sociedade.

Sobre a proposta pedagógica da BNCC, desenvolvida com base nas competências, Marsiglia et all. (2017), apresenta uma crítica. Para ele, essa forma de desenvolvimento pedagógico, não proporciona um aprendizado epistêmico e reflexivo dos alunos frente à realidade da qual fazem parte, com vistas a empreender transformações sobre ela. Ele entende que subordinar os conteúdos escolares ao desenvolvimento das competências o conhecimento adquirido pelos alunos torna-se pragmático, em função dele ser definido pela soma das habilidades que eles devem ter, cujo resultado o condiciona à formação de mão de obra aos interesses do mercado, conforme está descrito abaixo:

Ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. Ou seja, com o crescente desemprego e a consequente diminuição do trabalho formal, o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível”. (MARSIGLIA et. al. 2017, p. 118).

Consideramos relevante a crítica apresentada por Marsiglia et al. (2017), porquanto nos faz refletir sobre à questão da qualidade da aprendizagem requerida pela LDB, de acordo com o Artigo 3º (BRASIL, 1996), ratificando assim o Artigo 206 da CF/88 (BRASIL, 1988). Corroborando a questão supracitada, o Artigo 4º da LDB, que se refere ao direito à educação e do dever de educar, faz referência ao padrão da qualidade na aprendizagem. Reafirmando a questão da qualidade educacional, o inciso IX destaca a determinação de que sejam garantidos: “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. A questão da qualidade educacional também é tratada nos Artigos 70 e 75 da LDB. Destarte, observamos que nenhuma mudança realizada na educação, seja normativa, curricular e pedagógica, não pode comprometer à qualidade da educação à luz da LDB, por ela ser condição para o êxito do processo ensino-aprendizagem da Educação Básica.

BNCC Etapa Ensino Médio

De acordo com a LDB, o Ensino Médio corresponde na etapa final da Educação Básica, onde todos os cidadãos brasileiros têm o direito de cursá-lo. Mas apesar da lei garantir a todos os brasileiros o acesso ao Ensino Médio, a realidade se apresenta diferente, em função de vários

motivos conforme destacamos alguns: o insuficiente desempenho dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, uma política educacional que não contempla os objetivos pedagógicos necessários para uma formação educacional com eficiência plena, escolas carentes de boas estruturas físicas e instrumentos didáticos, o aumento da evasão escolar causada pelos mais diversos problemas, o flagelo da miséria, etc. Diante de uma realidade adversa, está o desafio do Ensino Médio de propiciar aos estudantes um ensino, educação e formação, consoante as pretensões apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais:

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (BRASIL, 2011, p. 167).

Diante dos desafios e pretensões destacadas é que a BNCC se apresenta como um instrumento pedagógico, diversificado e útil no aprimoramento da matriz curricular do Ensino Médio, com vistas a efetivar uma formação que proporcione aos estudantes enfrentarem os desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas nos contextos nacional e internacional do mundo contemporâneo.

Observando que a etapa de aprendizagem do Ensino Médio é parte integrante da Base Nacional Curricular Comum, então é lógico considerar que essa etapa irá aprimorar e ampliar os conhecimentos que os alunos abstraíram e aprenderam ao longo da etapa anterior e, por isso, ela seguiu os mesmos critérios de elaboração da etapa do Ensino Fundamental, ou seja, a proposta apresentada para ela, também teve os mesmos pressupostos legais referentes à Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação 2014/2024 e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Com base no documento oficial do MEC, ressaltamos que além das competências gerais da Educação Básica, a BNCC etapa Ensino Médio está organizada por áreas do conhecimento, cujo objetivo é propiciar a integralidade entre duas ou mais disciplinas do currículo, buscando capacitar os alunos ler, interpretar e compreender a realidade que estão inseridos, para influenciá-las e transformá-las. De acordo com o documento oficial, as áreas do conhecimento definidas na BNCC etapa Ensino Médio são:

Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). (BRASIL, 2018, p. 469).

É relevante destacar que, conforme estabelece a BNCC, as competências específicas à cada área do conhecimento, considerando também seus respectivos itinerários formativos, do Ensino Médio, estão articulados às competências específicas de área da etapa do Ensino Fundamental, para que os estudantes aprimorem os conhecimentos aprendidos na referida etapa. Observamos que, para cada competência é descrita uma habilidade a ser desenvolvida ao longo da etapa do Ensino Médio, onde estão organizadas da seguinte forma:

A BNCC define as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as quatro áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do Ensino Médio definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ensino Médio. As disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio são Língua Portuguesa e Matemática. No caso de Língua Estrangeira há a obrigatoriedade do inglês, o que não impede a escola de acrescentar outras. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a saber: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação técnica e profissional. Os currículos é que vão estabelecer como atender às orientações da BNCC e envolverão aspectos como material didático, metodologia de ensino, preparação dos professores e avaliações. Compete às redes de ensino e às escolas elaborarem os currículos, considerando a BNCC e as realidades e necessidades locais. (O QUE É A BNCC. Disponível em <https://escola-dev.nsctotal.com.br/html> acessado em 25 de novembro de 2022).

Neste sentido, consideramos que a BNCC se constitui como um documento de caráter pedagógico, em função dela apresentar detalhadamente as competências e as habilidades correspondentes às áreas de conhecimento. Entendemos também, que a BNCC corresponde em um instrumento pedagógico que, além de se alinhar à reforma do Ensino Médio, ela é a referência básica na elaboração dos currículos ofertados pelas escolas e redes.

Um outro ponto relevante é que a BNCC traz a proposta da formação técnica e profissional para os alunos do novo Ensino Médio. Anteriormente, o aluno que quisesse obter uma formação técnica de nível médio, teria que cursar 2.400 horas no ensino regular e mais 1.200 no técnico, totalizando 3.600 horas. Com a nova proposta, ele terá a opção por uma formação técnico-profissional dentro da carga horária estabelecida para o Ensino Médio, que está distribuída em: 1.800 horas-aulas dedicadas às áreas do conhecimento e 1.200 para os itinerários formativos, totalizando 3.000 horas. Ao todo, são cinco itinerários formativos, onde o aluno terá a liberdade de escolher qual deseja cursar.

A nova proposta confere as escolas e redes de ensino a autonomia para organizar o ensino técnico e profissional, e por isso, devem orientar seus estudantes acerca da escolha dos itinerários, considerando que a BNCC estabelece que a formação geral e a técnico-profissionalizante são indissociáveis. A nova proposta também oferece a possibilidade dos

estudantes fazerem a formação técnica e profissional em outra instituição conveniada a escola ou rede de ensino que ele faz a formação geral, cabendo a essa escola ou rede a responsabilidade da emissão do certificado.

Diante do que foi discorrido até o momento e de acordo com o documento oficial do MEC, consideramos que um dos principais objetivos da BNCC etapa Ensino Médio, é elevar a qualidade deste nível de ensino em todo país, através de uma referência comum estabelecida para todas as escolas que atuam na educação básica, ratificando a autonomia garantida pela Constituição Federal, tanto para os entes federados, quanto para as escolas. Destarte, entendemos que a BNCC etapa Ensino Médio, corresponde em um instrumento que visa preparar os estudantes à inserção no mundo do trabalho, como também para os desafios do Século 21. Nesta perspectiva, Souza (2020), considera que a BNCC objetiva promover a equidade no ensino, através do desenvolvimento integral do cidadão.

CONCLUSÃO

Com base estritamente no documento oficial do MEC que apresenta as diretrizes da BNCC etapa Ensino Médio, temos a considerar o seguinte: as competências e habilidades estabelecidas para a referida etapa, estão pedagogicamente articuladas com as aprendizagens essenciais estabelecidas para o Ensino Fundamental. Com isso, ratifica o princípio da formação integral dos estudantes, correspondendo assim, com as finalidades desse nível de ensino e corroborando para que eles estejam aptos a construírem e realizarem seus projetos de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania. Entendemos que, com a definição dessas competências e habilidades, a BNCC reconhece que a educação deve advogar valores que estimulem ações que proporcionem transformações benéficas para toda sociedade, com vistas a torná-la mais justa, humana, e contribuindo na preservação do ecossistema. Neste sentido, concebemos que a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que certificam à BNCC etapa Ensino Médio, se constitui como um instrumento pedagógico de políticas educacionais, cujo resultado é o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e o alinhamento dos currículos e das propostas pedagógicas, propiciando assim, uma educação com qualidade, igualdade e equidade para todos os estudando do território nacional. Portanto, tomando por base os pressupostos normativos que subsidiaram a elaboração da BNCC com vistas a aprimorar em todos os aspectos a última etapa da Educação Básica, atribuindo a ela a concepção de Novo Ensino Médio, consideramos que,

os objetivos de ambos convergem para que o Art. 2º da LDBE seja aplicado na sala de aula. Entretanto, tal convergência ainda não contempla todas as dimensões da formação integral dos estudantes desse nível de ensino, haja vista a aplicação desse Novo Ensino Médio, estruturado em uma nova Base Curricular unificada nacionalmente, ainda ser prematura e por isso está passando pelo período de adaptações, que não deve ser curto, e de soluções dos diversos os problemas existem e outros que surgirão no decorrer do processo de sua implementação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. L. V. Aprender a aprender: uma sedução, com base na Escola Nova, para afirmar a escola burguesa. In: GRANVILLE, M. A. Teorias e práticas na formação de professores. 2007, Campinas: Papirus.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Corrêa das; PICCININI, Cláudia Lino. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. 2017 In:

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Números dos seminários, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/numeros-dos-seminarios>. Acesso em 02 dez 2020.

BRASIL, Constituição. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 dez 2020.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planossubnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 02 dez 2020.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 dez 2020.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – 1º versão. Brasília, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCCAPRESENTACAO.pdf>. Acesso em 02 dez 2020. _____.

_____. Base Nacional Comum Curricular – 2º versão. Brasília, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em 02 dez 2020. _____.

_____. Programa Currículo em Movimento, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=935&id=13449&option=com_content&view=article. Acesso em 02 dez 2020. _____.

_____. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmddocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 02 dez 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. MEC. CONSED. UNDIME. MPB. Base Nacional Comum Curricular. Terceira versão. MEC/Consed/Undime, 2017.

CASTRO, M. H. A BASE não é currículo. O Globo, Sociedade, Rio de Janeiro, 12 abril 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/a-base-nao-curriculo-21194267> Acesso em: 28 set. 2018.

CHIARO, L. Estado e políticas educacionais: uma análise sobre o conceito de cidadania em textos escolares após a promulgação da constituição Federal de 1988. 2007, Curitiba: UTP.

Conselho Nacional de Educação. Audiências Públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular – Caderno técnico. Brasília: CNE, 2017b.

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/8_versaofinal_site.pdf

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio.html> Acessado em 31 de outubro de 2022.

PARECER HOMOLOGADO Portaria n° 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc.html> Acessado em 25 de novembro de 2022.

O que é a BNCC. Disponível em <https://escola-dev.nsctotal.com.br/html> Acessado em 25 de novembro de 2022.

INEP. Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas. Brasília: MEC, 2017. 28 p.

LESSARD, C.; TARDIF, M. Les transformations actuelles de l'enseignement: trois scénarios possibles dans l'évolution de la profession enseignante? In: LESSARD, C.; TARDIF, M. La profession d'enseignant aujourd'hui: évolutions, perspectives et enjeux internationaux. Québec: Université Laval, 2004.

MACEDO, Elizabeth. Base curricular comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. E-curriculum, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, dez. 2014.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Salvador v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Sistema nacional de educação e plano nacional de educação. 2014, Campinas: Autores Associados, 118 p.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. movimento-revista de educação, n. 4, 2016, Campinas: Autores Associados.

SHIROMA, Eneida Oto; MARAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda de. Política Educacional. 2011, Rio de Janeiro: Lamparina.

ZANATTA, Shalimar Calegari. A implantação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto do progresso ensino e aprendizagem de Física. In: NEVES, Marcos Cesar Danhoni. 2017, Maringá: LCV-UEM.

**AVALIAÇÃO DO ESTADO DE ANSIEDADE EM
PRATICANTES DE AIRSOFT DA CIDADE TUCURUÍ-
PARÁ**

**Antonio Joaquim Moraes dos Santos
Lucas Carvalho Fernandes
Olavo Raimundo de Macêdo Barreto da Rocha Júnior**

DOI: 10.29327/5194617.1-4

AVALIAÇÃO DO ESTADO DE ANSIEDADE EM PRATICANTES DE AIRSOFT DA CIDADE TUCURUÍ-PARÁ

DOI: 10.29327/5194617.1-4

Antonio Joaquim Moraes dos Santos

Lucas Carvalho Fernandes

Olavo Raimundo de Macêdo Barreto da Rocha Júnior

RESUMO

Este estudo trata-se sobre os níveis de ansiedade dos praticantes de Airsoft da cidade de Tucuruí – PARÁ. Para a realização deste trabalho adotou-se um método de pesquisa, realizado em duas etapas de coleta de dados de caráter misto, ou seja, quantitativo e qualitativo. A revisão na literatura apontou que o Airsoft é um esporte de simulação militar que surgiu no Japão no início da década de 1970, popularizando no Brasil a partir de 2003. O esporte é estratégico, contribui para **aliviar as tensões** do cotidiano, pois é realizado por meio de exercícios de resistência, trabalho em equipe e raciocínio rápido. Os resultados coletados entre atletas no município de Tucuruí-Pará (n=50) apontou níveis baixos de ocorrência de sintomas psíquicos e sintomáticos prejudiciais, pelos contrários, foram **benefícios** positivos para a **saúde física e mental** dos praticantes, como auxílio tanto na consciência neuromuscular, como funcionamento cardiorrespiratório e na manutenção do peso corporal, bem como na promoção do bem-estar.

Palavras-chave: Airsoft; Ansiedade; Atividade Física.

ABSTRACT

This study is about the anxiety levels of Airsoft practitioners in the city of Tucuruí - PARÁ. To perform this work, a research method was adopted, carried out in two stages of mixed data collection, i.e., quantitative and qualitative. The literature review pointed out that Airsoft is a military simulation sport that emerged in Japan in the early 1970s, popularizing in Brazil from 2003. Sport is strategic, contributes to alleviate the tensions of everyday life, as it is performed through resistance exercises, teamwork and quick thinking. The results collected among athletes in the city of Tucuruí-Pará (n=50) showed low levels of occurrence of impaired psychic and symptomatic symptoms, on the contrary, they were positive benefits for the physical and mental health of the practitioners, as well as aid in both neuromuscular awareness, cardiorespiratory functioning and maintenance of body weight, as well as in the promotion of well-being.

Keywords: Airsoft; Anxiety; Physical activity.

RESUMEN

Este estudio trata sobre los niveles de ansiedad de los practicantes de Airsoft en la ciudad de Tucuruí - PARÁ. Para llevar a cabo este trabajo, se adoptó un método de investigación realizado en dos etapas de recolección de datos de carácter mixto, es decir, cuantitativo y cualitativo. La revisión de la literatura señaló que el Airsoft es un deporte de simulación militar que surgió en Japón a principios de la década de 1970 y se popularizó en Brasil a partir de 2003. El deporte es estratégico, contribuye a aliviar las tensiones de la vida cotidiana, ya que se realiza a través de ejercicios de resistencia, trabajo en equipo y rapidez mental. Los resultados recogidos entre los atletas del municipio de Tucuruí-Pará (n=50) señalaron bajos niveles de ocurrencia de síntomas psíquicos y síntomas perjudiciales, por el contrario, hubo beneficios positivos para la salud física y mental de los practicantes, como una ayuda tanto en la conciencia neuromuscular, como el funcionamiento cardiorrespiratorio y el mantenimiento del peso corporal, así como la promoción del bienestar.

Palabras clave: Airsoft; Ansiedad; Actividad Física.

INTRODUÇÃO

Airsoft é um esporte de simulação militar que surgiu no Japão no início da década de 1970, cujos jogadores participam de combates simulados com armas de pressão que disparam esferas plásticas de 6 mm e utilizam táticas autênticas de estilo militar (SOUZA et al., 2018). No Pará, o esporte é regido pela Federação de Airsoft de Ação Real do Pará (FAARPA), e chegou ao município de Tucuruí em 2017, espalhando-se de imediato para os municípios próximos.

Cabe apontar que esse jogo desportivo e estratégico pode trazer uma série de benefícios, contribuindo para aliviar as tensões do dia a dia, uma vez que, além de prazeroso, o Airsoft envolve exercícios de resistência, trabalho em equipe e raciocínio rápido, trazendo benefícios para a saúde física e mental do praticante (BLOG LAZER E AVENTURA, 2018).

Portanto, este estudo correlaciona os efeitos do Airsoft no estado de ansiedade em praticantes da cidade Tucuruí-Pará. Segundo Rúbio (2007) a ansiedade refere-se a um sentimento vago e desagradável de medo e apreensão, podendo ser identificado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho.

O Airsoft produz diversão, como também é um esporte saudável, tem como base a filosofia de respeito, honra e disciplina, cujos benefícios físicos, mentais e sociais são proporcionados pelos combates e podem envolver exercícios que envolvam resistência física, habilidades de tiro e trabalho em equipe.

Embora as bolinhas de plástico possam deixar marcas na pele, o Airsoft exige ética dos jogadores para que se autodenunciem ao serem atingidos e consequentemente eliminados do jogo, independente de alguém ter visto. Diante do exposto, questiona-se: Quais são os efeitos do Airsoft no estado de ansiedade em praticantes na cidade Tucuruí-Pará?

Portanto o objetivo geral foi identificar os efeitos do Airsoft no estado de ansiedade dos praticantes da cidade de Tucuruí-PA. E os específicos foram: Abordar aspectos conceituais e legais do Airsoft no Brasil; analisar os níveis de ansiedade de praticantes do Airsoft em Tucuruí-Pará e correlacionar os benefícios à saúde dos praticantes.

Para a realização deste trabalho fez-se pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, descritivo. Foi realizado em duas etapas de coleta de dados de caráter quantitativo, construído inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, fazendo a leitura e análise de referências sobre o Airsoft.

Na primeira parte constam os fundamentos teóricos que embasam o assunto em livros, base de dados da internet confiáveis. Em seguida, apresentam-se os materiais e métodos realizados, complementados com pesquisa de campo entre residentes de Tucuruí-Pará, praticantes do esporte. Depois, os resultados tabulados em tabelas e gráficos, seguidos das discussões das informações coletadas.

Justifica-se, o interesse pela pesquisa surgiu durante o Festival Junino 2022, da Universidade do Estado do PARÁ, polo TUCURUÍ, onde ficamos responsável pela barraca de tiro ao alvo, onde utilizamos armas de Airsoft na barraca.

REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

AIRSOFT

O Airsoft é um esporte em plena expansão no Brasil, ou seja, mais adeptos vêm aderindo-o em todas as regiões do país. Esse esporte não só diminui o estresse e traz diversão, mas também melhora o poder de concentração e habilidades de movimentação como a agilidade. As armas de Airsoft e os locais que simulam combates, trazem realismo e fazem sucesso entre os amantes da adrenalina (SOUZA et al., 2018).

Os jogos de Airsoft simulam ações militares, estas podendo ser fictícias ou baseadas em eventos reais, um prato cheio para amantes de história e geopolítica. Algumas das modalidades dentro do Airsoft são: Milsim – Simulação militar. Speedsoft – modalidade de competição (SOUZA et al., 2018).

Segundo a Actionx Airsoft (2017) no jogo de Airsoft, cada jogador tem uma função e equipamentos indicados, além de regras, que podem variar de acordo com jogo ou evento. Essas características são inspiradas em questões militares pelo tipo de arma e sua função em campo.

De acordo com a Actionx Airsoft (2017) as principais classes de jogadores em um jogo de Airsoft são:

For Fun – Jogos simples e casuais. Os jogadores de Airsoft, estes chamados de operadores nos jogos são divididos em classes operacionais e funções.

Assault é o operador conhecido por fazer a linha de frente, a classe pra popular nos jogos de Airsoft, as armas de Airsoft usadas costumam ser rifles e submetralhadoras.

Suporte é o operador que age em prol do esquadrão, dá suporte e usa metralhadoras para ajudar o time a defender ou progredir.

DMR ou atirador é um operador que atua no combate a longa distância utilizando um rifle de precisão semiautomático.

Sniper é o operador que atua no combate a longa distância utilizando armas de Airsoft de acionamento manual, os famosos rifles Sniper.

Função Médico – médico é o operador responsável por realizar a cura dos operadores atingidos e trazê-los de volta ao jogo.

Engenheiro é o responsável por executar dinâmicas que exigem conhecimento técnico dentro do jogo, como descobrir senhas e operar computadores.

A ASSOCIAÇÃO DE AIRSOFT TUCURUÍ E REGIÃO, surgiu no início de 2020, após a união de 2 equipes de Airsoft visando fortalecer o esporte na região, equipes estas, Merc Raiders e War Mage. Trabalho este que gerou frutos rápidos e hoje a região que envolve Breu Branco e Tucuruí é reconhecida como o maior polo de Airsoft do estado do Pará. Hoje Tucuruí e Breu Branco são responsáveis por possuir mais de 150 praticantes de Airsoft e mais de 10 equipes (SOUZA et al., 2018).

OS CONCEITOS DE ANSIEDADE

Apesar de seu uso leigo ser muito antigo, a palavra “ansiedade” só aparece em indexadores de revistas científicas a partir dos anos 1920, graças à introdução, por Freud, do conceito de “neurose de ansiedade” ou “neurose de angústia”. Neurose, que antes significava afecção dos nervos, passou a ser o termo usado na segunda metade do século XIX para disfunções do então recém-descoberto sistema ganglionar (sistema nervoso autônomo) (GRAEFF; HETEM, 2012).

Em 1960, ciente das variações nos significados dos termos ansiedade e angústia e seus equivalentes na psiquiatria, na psicanálise e na filosofia, em vários idiomas, e pretendendo aprimorar a nomenclatura psiquiátrica para as neuroses (GRAEFF; HETEM, 2012).

Em 1992, a OMS lançou as Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas da Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. O sistema de codificação é alfanumérico e os transtornos mentais e de comportamento têm seus códigos iniciados pela letra F, seguida de, pelo menos, três dígitos. Nessa classificação os Transtornos de ansiedade aparecem no bloco F40-F48 “Transtornos neurótico, relacionados ao estresse e

somatoformes". O termo "neurose" não é definido na CID-10, nem sua distinção tradicional de "psicose".

O transtorno de ansiedade é um termo dado a diversos distúrbios que causam medo, apreensão, nervosismo e preocupação caracterizados por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido, estranho ou da expectativa de que algo ruim aconteça. O medo tem um alvo definido, se destacando dentro dele o ataque de pânico; enquanto a ansiedade é uma emoção difusa, com uma condição voltada para o futuro, determinada por: apreensão relativa à percepção de não poder prever ou controlar eventos potencialmente aversivos (CARDOZO et al., 2016).

Os transtornos de ansiedade são muito frequentes na atualidade, caracterizando-se por estados subjetivos desagradáveis de inquietação, tensão e apreensão, assim, levando ao aumento dos estudos entre vários grupos de pessoas. (WHO, 2017). A ansiedade pode ser tecnicamente conceituada como um estado emocional vivenciado com a qualidade subjetiva do modo ou emoção a ele relacionada, desagradável, dirigido para o futuro, desproporcional a uma ameaça reconhecível, com desconforto subjetivo e manifestações somáticas (GRAEFF; HETEM, 2012).

O limite entre a ansiedade normal e a patológica é arbitrário. Em geral, o avaliador, seja ele quem a sente ou um observador, leva em conta o sofrimento, as normas para a população, o contexto e os possíveis desencadeantes, além das características individuais do sujeito. A partir disso, decide se as manifestações são desproporcionais em intensidade, duração e interferência com o desempenho, ou na frequência em que ocorrem. Assim, um mesmo estado ansioso poderá ser considerado normal ou patológico, conforme o avaliador e as circunstâncias (GRAEFF; HETEM, 2012).

A ansiedade pode se manifestar de forma episódica, física ou tônica e pode estar relacionada a determinados eventos, situações ou objetos (chamada situacional ou específica), ou ainda, ocorrer de forma aparentemente imotivada (chamada espontânea ou livre-flutuante). Quando habitual e frequente, pode corresponder a um traço de personalidade. No período em que ocorre, é chamada estado ansioso. Muitos testes, inventários, escalas e outros instrumentos de avaliação, como a Escala de Hamilton de Ansiedade ou Interventário de Ansiedade Traço-Estado de Spielberger, foram desenvolvidos nos últimos sessenta anos e permitem quantificar as manifestações de ansiedade e classificar pessoas em mais ou menos ansiosas. O uso desses instrumentos tem sido útil em estudos epidemiológicos, sobre a etiopatogenia dos estados

ansiosos e, sobretudo, para avaliação dos resultados de intervenções terapêuticas (GRAEFF; HETEM, 2012).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) os transtornos de ansiedade são classificados em transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de pânico, agorafobia, transtorno de conduta, transtorno de ansiedade social, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de ansiedade de doença, luto, transtornos depressivo e bipolar, transtorno de oposição desafiante, transtornos psicóticos e transtornos de personalidade.

Há vários tipos de transtornos acometidos pela ansiedade, dentre eles, podemos destacar o Transtorno do Pânico, que se caracteiza pela ocorrência de ataques de pânico inesperadamente, ou seja, períodos diferentes de medo intenso que podem acontecer várias vezes ao dia. Esse transtorno costuma ser adjunto de agorafobia pode existir medo de ficar só em lugares públicos, onde seria difícil uma saída rápida durante o curso de um ataque de pânico (FERNANDES et al., 2017).

Em estado de ansiedade crônica interepisódios teria vários componentes. Um deles seria a ansiedade antecipatória decorrente dos sentimentos de insegurança, incerteza e desamparo diante da possibilidade da ocorrência de novos ataques inesperados. Outro componente seria a sensibilização, que levaria o indivíduo a uma hiper-reatividade a estímulos neutros ou condicionados, a qual, por sua vez, contribuiria para a manutenção do estado de tensão (GRAEFF; HETEM, 2012).

Os altos níveis de ansiedade crônica levariam o paciente a acreditar que determinadas situações poderiam desencadear o ataque de pânico e, portanto, deveriam ser evitadas. Situações nas quais a ajuda possa não estar facilmente disponível, no caso da ocorrência do ataque de pânico, também são evitadas. Em razão desse comportamento evitativo, os pacientes desenvolvem como portadores de Transtorno de Personalidade Dependente, pois melhoram do “transtorno de personalidade” com o tratamento dos sintomas do TP (GRAEFF; HETEM, 2012).

O Transtorno de Ansiedade Generalizada é evidenciado por ser um transtorno no qual o indivíduo encontra-se ansioso por tudo, por ter preocupações excessivas sobre vários acontecimentos ou atividades na maior parte dos dias. Associa-se a sintomas somáticos, como tensão muscular, irritabilidade, dificuldade de dormir e inquietação (PELUSO et al., 2016).

Os sinais ou sintomas somáticos observados em estados ansiosos incluem aumento do tônus autonômico e suas consequências, com midríase, alterações respiratórias (taquipneia, sufocação, “o ar não falta, mas não satisfaz”), cardiovasculares (taquicardia, elevação da pressão arterial, vaosconstrição periférica, com palidez, sudorese, extremidades frias e úmidas), digestivas (sialosquese, dificuldade para engolir, aerofagia, dispepsia, queimação, empachamento, náuseas ou vômitos, aumento do peristaltismo, cólicas, diarreia ou constipação), contraturas musculares, cefaleia e outras dores tensionais, tremores, calafrios, piloeração, cenestesias e parestesias (formigamento, adormecimentos, sensação de frio ou calor), tontura e sensação de flutuação, entre outros (GRAEFF; HETEM, 2012).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado no modelo de investigação descritiva com abordagem quantitativa dos dados. A parte descritiva compreendeu a análise documental, o inquérito (entrevistas e questionários), a observação dos entrevistados e relato de experiência. “A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos” (FONSECA, 2002, p. 16). Desse modo, buscaram-se através de leituras, subsídios para o desenvolvimento da pesquisa.

O relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (MUSSI *et al.*, 2021). A produção de estudos tem como finalidade contribuir para o progresso do conhecimento, sendo assim tornam-se relevantes trabalhos que abordem a sistematização da construção de estudos, uma vez que o saber científico contribui na formação do sujeito e a sua propagação está relacionada com a transformação social (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018).

A parte quantitativa compreendeu o tratamento estatístico das respostas do questionário. Essas informações coletadas formarão a base para as discussões dos resultados dessa pesquisa.

De acordo com Gil (2002, p. 92), “a pesquisa bibliográfica é considerada o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, pois recolhe e seleciona conhecimentos prévios e informações acerca de um problema ou hipótese, já organizado e trabalhado por outro autor, colocando o pesquisador em contato direto com materiais e informações que já foram escritos anteriormente sobre determinado assunto”. Em seguida, para aprimorar o desenvolvimento

desse trabalho uma pesquisa de campo sobre os níveis de ansiedade de praticantes do Airsoft em Tucuruí-Pará.

A área de estudo está localizada no município de Tucuruí, pertencente ao estado do Pará, com extensão territorial de 2 086,2 km². A densidade demográfica é de 54,5 habitantes por km² no território do município. Tucuruí fica a 460,0 km de distância da capital Belém, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população estimada de Tucuruí em 2021, foi de 116.605 habitantes.

O critério de inclusão foram: ser atleta que pratica Airsoft na associação de Tucuruí-Pará maior que 18 anos de idade, e como critério de exclusão atletas afastados do esporte durante a pesquisa. Foi realizada uma metodologia análise qualitativa na qual a coleta de dados foi feita com a aplicação de um questionário semiestruturado com amostra de 50 participantes.

A tabulação dos dados e a realização da montagem dos gráficos foram feitas no Microsoft Excel versão 2016. Para a hipótese tem-se um pressuposto de que haverá uma variação estatisticamente significante quanto à aplicação do checklist.

Modelo adotado para a realização da pesquisa foi a escala de ansiedade de Beck ou inventário de ansiedade de Beck, criada pelo Dr. Aaron Beck é um questionário de autorrelato com vinte e uma questões de múltipla escolha, utilizada para medir a severidade da ansiedade de um indivíduo.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), de acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Ministério da Saúde.

Foram entrevistados 50 praticantes de Airsoft em Tucuruí-Pará. Antes do início das entrevistas, foi apresentado a cada participante o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE) (APÊNDICE A).

Este documento descreve os objetivos da pesquisa, a sua importância, bem como garante o anonimato dos participantes e a futura utilização das respostas, inclusive as imagens gravadas, obtidos para fins unicamente acadêmicos. Este termo será assinado pelos participantes em duas vias, sendo entregue uma via para cada um. A outra via foi arquivada com o autor da pesquisa. Os participantes não receberam qualquer pagamento em dinheiro; a participação foi voluntária. A identificação dos mesmos não foi revelada por questões éticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por (n=50) praticantes de **Airsoft** frequentadores da associação de atletas do município de Tucuruí-Pará, os quais responderam no mês de dezembro de 2022, o BAI que se refere a um Inventário de Ansiedade de Beck.

A tabela 1 está relacionada à dormência e formigamento sentidos pelos atletas durante a prática do esporte.

Tabela 1 - Dormência ou formigamento

	Qtd	%
Absolutamente não	23	46%
Levemente	19	38%
Moderadamente	5	10%
Gravemente	3	6%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Constatou-se maior frequência negativa, ou seja, 46% dos entrevistados relataram que absolutamente não sentiram esses sintomas, 38% disseram que levemente, 10% moderadamente e apenas 6% gravemente.

Em seguida, dados relacionados à sensação de calor apontada pelos atletas, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Sensação de calor

	Qtd	%
Absolutamente não	21	42%
Levemente	19	38%
Moderadamente	7	14%
Gravemente	3	6%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Os dados acima apontaram negativa de 42% ao apontarem que absolutamente não sentiram calor durante a prática do esporte, 38% disseram que levemente, 14% responderam moderadamente e 6% gravemente.

Em seguida, dados relacionados aos tremores nas pernas, na tabela 3 encontram-se as informações.

Tabela 3 - Tremores nas pernas

	Qtd	%
Absolutamente não	25	50%
Levemente	17	35%
Moderadamente	5	10%
Gravemente	3	5%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Verificou-se que 50% afirmaram não sentir absolutamente nada, 35% levemente, 10% moderadamente e 5% gravemente.

Com relação à incapacidade de relaxar dos atletas durante a prática de Airsoft, têm-se os dados na tabela 4.

Tabela 4 - Incapaz de relaxar

	Qtd	%
Absolutamente não	30	60%
Levemente	14	28%
Moderadamente	5	10%
Gravemente	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Segundo informações acima, apontaram 60% de ocorrência a não sentirem absolutamente nada, 28% disseram que levemente, 10% que moderadamente e 2% gravemente.

Se tratando da questão sobre o medo que aconteça o pior, consta na tabela 5.

Tabela 5 - Medo que aconteça o pior

	Qtd	%
Absolutamente não	34	68%
Levemente	9	18%
Moderadamente	6	12%
Gravemente	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Verifica-se acima que 68% disseram não sentirem medo que aconteça o pior, enquanto 18% sentiram levemente, 12% moderadamente e 2% gravemente.

Na tabela 6, encontra-se dados sobre como os atletas sentem atordoados ou tontos.

Tabela 6 - Atordoados ou tontos

	Qtd	%
Absolutamente não	34	68%
Levemente	11	22%
Moderadamente	4	8%
Gravemente	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Segundo dados anteriores, 68% dos atletas disserem sentir absolutamente nada, 22% levemente atordoados, enquanto que 8% afirmaram moderadamente e 2% gravemente ou tontos.

Na tabela 7, dados sobre a palpitação ou aceleração do coração dos atletas ao praticarem Airsoft.

Tabela 7 - Palpitação ou aceleração do coração

	Qtd	%
Absolutamente não	27	54%
Levemente	14	28%
Moderadamente	8	16%
Gravemente	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Constatou-se acima, que 54% dos atletas sentiram palpitação ou aceleração do coração, os demais 28% disseram que levemente, 16% moderadamente e 2% gravemente.

Segundo tabela 8 acerca da falta de equilíbrio dos atletas ao praticarem Airsoft:

Tabela 8 - Sem equilíbrio

	Qtd	%
Absolutamente não	33	66%
Levemente	10	20%
Moderadamente	7	14%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Os dados apontaram 66% de ocorrência de não absolutamente nada da falta de equilíbrio, 20% levemente, 14% moderadamente. Nenhum citou gravemente.

Constam na tabela 9, dados relacionados ao sentimento de aterrorizado por parte dos atletas na prática de Airsoft.

Tabela 9 - Aterrorizado

	Qtd	%
Absolutamente não	35	70%
Levemente	12	24%
Moderadamente	3	6%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Contatou-se que a maioria, 70% disseram não sentirem nada, 24% levemente aterrorizados, 6% moderadamente e nenhum citou gravemente.

Na tabela 10, constam informações sobre o sentimento de nervosismo ao praticamente Airsoft.

Tabela 10 - Nervoso

	Qtd	%
Absolutamente não	23	46%
Levemente	20	40%
Moderadamente	5	10%
Gravemente	2	4%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Verificou-se que 46% disseram não sentirem nada de nervosismo, por outro lado 40% disseram levemente nervosos, 10% moderadamente e 4% gravemente.

A tabela 11 destaca a sensação de sufocação por parte dos atletas ao praticarem Airsoft.

Tabela 11 - Sensação de sufocação

	Qtd	%
Absolutamente não	34	68%
Levemente	12	24%
Moderadamente	4	8%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Os dados apontaram que 66% dos atletas disseram que não sentiram sensação de sufocação, porém 24% afirmaram que levemente sufocados, 8% moderadamente e nenhum gravemente.

Na tabela 12, dados acerca dos tremores nas mãos dos atletas ao praticamente Airsoft.

Tabela 12 - Tremores nas mãos

	Qtd	%
Absolutamente não	31	62%
Levemente	12	24%
Moderadamente	5	10%
Gravemente	2	4%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Verificou-se que a maioria, isto é, 62% não sentem tremores nas mãos ao praticarem Airsoft, porém 24% sentem levemente, 10% moderadamente e 4% gravemente.

Na tabela 13, encontra-se informações sobre o estado trêmulo por parte dos atletas praticamente de Airsoft.

Tabela 13 - Trêmulo

	Qtd	%
Absolutamente não	28	56%
Levemente	19	38%
Moderadamente	3	6%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Dessa maneira, nota-se acima que 56% dos atletas de Airsoft sentiram-se trêmulos, enquanto que 38% levemente, 6% moderadamente, todavia, nenhum gravemente.

Em relação ao medo de perder o controle, a tabela 14 aponta essa sensação dos atletas praticamente de Airsoft.

Tabela 14 - Medo de perder o controle

	Qtd	%
Absolutamente não	32	64%
Levemente	16	32%
Moderadamente	2	4%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

A maioria dos atletas, ou seja, 64% nada sentiram, 32% sentiram levemente, 4% moderadamente e nenhum gravemente.

A tabela 15, traz dados acerca da dificuldade de respirar durante a prática.

Tabela 15 - Dificuldade de respirar

	Qtd	%
Absolutamente não	35	70%
Levemente	13	26%
Gravemente	2	4%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Segundos disseram os atletas de Airsoft questionados, a maioria, 70% disseram que absolutamente nada sentiram sobre a dificuldade de respiração, porém 26% apontaram levemente, 4% gravemente e nenhum moderadamente.

Na tabela 16, sobre o medo de morrer disseram os atletas de Airsoft.

Tabela 16 - Medo de morrer

	Qtd	%
Absolutamente não	34	68%
Levemente	12	24%
Moderadamente	2	4%
Gravemente	2	4%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Verificou-se que a 68% disseram não sentirem medo de morrer, 24% levemente, 4% moderadamente e também 4% disseram sentir gravemente.

Em relação à questão de se sentirem assustados, os atletas de Airsoft apontaram, conforme tabela 17.

Tabela 17 - Assustado

	Qtd	%
Absolutamente não	35	70%
Levemente	12	24%
Moderadamente	3	6%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

A maioria deles que foram questionados, isto é, 70% disseram que não sentiram assustados ao praticarem esse esporte, mas 24% disseram levemente, 6% moderadamente e nenhum gravemente.

Quanto a indigestão ou desconforto no abdômen, consta esses dados na tabela 18.

Tabela 18 - Indigestão ou desconforto no abdômen

	Qtd	%
Absolutamente não	35	70%
Levemente	14	28%
Gravemente	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Disseram a maioria, ou seja, 70% que sentem indigestão ou desconforto no abdômen durante o esporte, enquanto que 28% disseram levemente indigestos, 2% gravemente e nenhum disse moderadamente.

Em se tratando da sensação de desmaio dos atletas na prática de Airsoft, tem-se a tabela 19.

Tabela 19 - Sensação de desmaio

	Qtd	%
Absolutamente não	41	82%
Levemente	9	18%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Verificou-se que a maior parte deles, 82% informou a sensação de desmaio, 18% levemente, nenhum deles citou moderadamente ou gravemente.

Acerca do rosto afogueado, tem-se a tabela 20, que traz os dados apontados pelos atletas de Airsoft questionados.

Tabela 20 - Rosto afogueado

	Qtd	%
Absolutamente não	40	80%
Levemente	10	20%
Total Geral	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Constatou-se nas respostas, que a maioria, 80% não sentem com rosto afogueado, mas 20% disserem sentir levemente, nenhum afirmou sentir moderadamente ou gravemente.

A tabela 21 traz dados acerca do suor (não devido ao calor), sentidos pelos atletas de Airsoft.

Tabela 21 - Suor (não devido ao calor)

	Qtd	%
Absolutamente não	23	46%
Levemente	17	34%
Moderadamente	8	16%
Gravemente	2	4%
Total Geral	50	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Identificou-se que 46% disseram não sentirem absolutamente nada de suor, porém 34% afirmaram que sentem levemente calor não devido ao calor, 16% moderadamente e 4% gravemente.

Na tabela 22, consta a síntese do inventário aplicado, ou seja, do questionário com todas as variáveis investigadas.

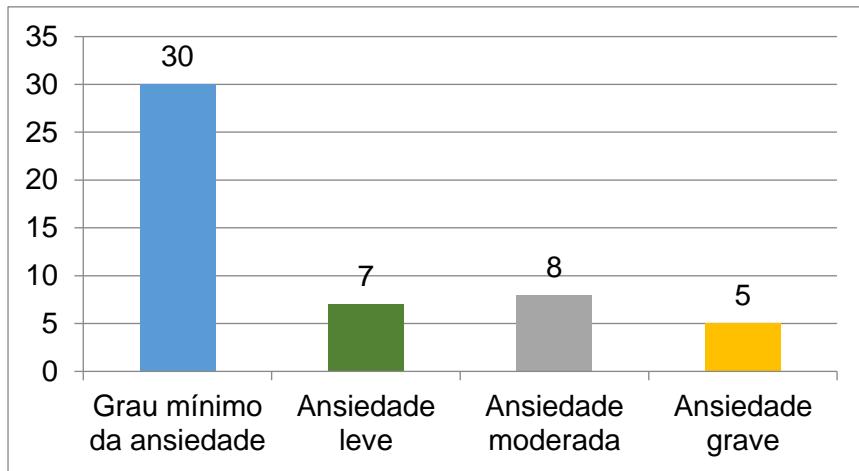
Tabela 22 – Síntese do inventário aplicado.

	Gravidade da Ansiedade	Qt.	%
0-7	Grau mínimo da ansiedade	30	60%
8-15	Ansiedade leve	7	14%
16-25	Ansiedade moderada	8	16%
26-63	Ansiedade grave	5	10%
Total Geral		50	100%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Diante do quadro resumo do inventário aplicado, constatou-se no escore (n=50) baixas ocorrências de sintomas psíquicos entre os praticantes de Airsoft em Tucuruí-PA. Na tabela 5, com relação ao medo que aconteça o pior, 2% disseram sentir gravemente, na tabela 9, 6% disseram sentir aterrorizados; na tabela 10 gravemente com medo de morrer apenas 4% e 6% disseram sentir assustados conforme tabela 17.

Gráfico 1 - Síntese do inventário aplicado (n=50).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Considerando os casos de ocorrências apontados pelos atletas ($n=50$), segundo o inventário: 0-7 Grau mínimo de ansiedade, 8-15 Ansiedade leve, 16-25 Ansiedade moderada e 26-63 Ansiedade grave, o resultado final apontou que 60% dos atletas foram com grau mínimo de ansiedade (30), enquanto que 16% ansiedade moderada (8), 14% ansiedade leve (7) e 10% (5) com ansiedade grave.

Os sintomas psíquicos incluem insegurança, apreensão, nervosismo, aflição, choro, sustos e reações de sobressalto, alterações cognitivas (com prejuízo à atenção e à concentração e consequente falha nos registros da memória recente), fadiga, insônia inicial ou sono entrecortado, pesadelos, terror noturno, sensações de despersonalização ou derealização. (GRAEFF; HETEM, 2012). Os sintomas podem incidir em consequências negativas à vida pessoal do indivíduo e à formação profissional. Estudos têm mostrado que a ansiedade afeta a percepção motora e intelectual, além do que, os Transtornos de Ansiedade (TA) produzem morbidade desordenada, uso de serviços de saúde e comprometimento do desempenho (CHAVES, 2015). A ansiedade quando muito acentuada, causa ameaça ao bem-estar físico e psicológico, com consequente dificuldade em manter um bom desempenho acadêmico (NOGUEIRA et al., 2021).

Com relação aos sinais e sintomas somáticos, observou-se uma média positiva, entre 62% a 80%, em que os atletas apontaram que não sentem absolutamente nada, em casos como dormência ou formigamento (tabela 1), sensação de calor (tabela 2), tremores nas pernas (tabela 3), incapacidade de relaxar (tabela 4), atordoado ou tonto (tabela 6), palpitação ou aceleração do coração (tabela 7), sem equilíbrio (tabela 8), sensação de sufocação (tabela 11), tremores nas mãos (tabela 12), trêmulo (tabela 13), dificuldade de respirar (tabela 15), indigestão ou

desconforto no abdômen (tabela 18), sensação de desmaio (tabela 19), rosto afogueado (tabela 20) e suor (tabela 21).

A atividade física como a questão da prática do esporte Airsoft auxilia tanto na consciência neuromuscular, como funcionamento cardiorrespiratório e na manutenção do peso corporal, bem como promover o bem-estar, além disso, promove a redução da ansiedade (SILVA; LEONÍDIO; FREITAS, 2015).

Uma vez que tenham sido identificados casos de transtornos ansiosos bem definidos, as medidas psicossociais simples devem sempre ser consideradas, como indicar a participação em grupo comunitário que funcione nas proximidades e atenda pessoas do perfil do paciente, o reforço na participação em grupos de atividade física e outras medidas higiênicas gerais saudáveis à mente e ao corpo (GRAEFF; HETEM, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, foi possível identificar os efeitos positivos do Airsoft, um esporte em ascensão no País, que embora praticado em caráter de igualdade entre homens e mulheres, das mais diferentes faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência, ainda não é popularizado, haja vista seus custos.

Na pesquisa de campo com praticantes de Airsoft em Tucuruí, detectou nível baixo de ansiedade enquanto praticam o esporte, contribuindo na consciência neuromuscular, funcionamento cardiorrespiratório dos atletas além de promover a sensação de bem-estar.

Acerca dos limites desta pesquisa, verificou-se que a literatura sobre Airsoft é escassa e bastante limitada a plataformas digitais de esporte, sendo necessários mais estudos nessa área correlacionando o esporte à prática de atividades físicas e saúde mental. Além do que esta pesquisa se limitou a verificar a ansiedade por um único instrumento de pesquisa, sendo necessário um estudo multidisciplinar mais aprofundado e em longo prazo com Psicólogos, por exemplo.

Devido à amplitude e complexidade do assunto abordado, sugerem-se novas pesquisas e reflexões que venham colaborar na popularização deste esporte promovendo a saúde e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CHAVES, E. C. L et al. Anxiety and spirituality in university students: a cross-sectional study. *Rev Bras Enferm*, 2016.

DSM V. Manual diagnostic e estatístico de transtornos mentais – DSM V. Artmed, v. 5, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/ADM/Desktop/tcc%20iremar/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

Esporte de ação Airsoft treina tática e habilidades motoras. Publicado em: 20/04/2022. Disponível em: <https://costanorte.com.br/colunas/detudoumpouco/esporte-de-ac-o-Airsoft-treina-tatica-e-habilidades-motoras-1.381570>. Acesso em: 05 set. 2022.

FERNANDES, M. A. et al. Transtornos de Ansiedade: vivências de usuários de um ambulatório especializado em saúde mental. *Rev enferm UFPE on line*. Recife, v. 11, n. 10, p. 3839-44, out. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/ADM/Downloads/25366-69610-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ADM/Downloads/25366-69610-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAEFF, Frederico Guilherme; HETEM, Luiz Alberto B. Transtornos de ansiedade. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

IGLECIAS, Chrystian. Airsoft: conheça o esporte que simula operações militares e policiais. In: GMC Online, publicado em: 14/03/2019. Disponível em: <https://gmconline.com.br/esportes/Airsoft-conheca-o-esporte-que-simula-operacoes-militares-e-policiais/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

NOGUEIRA, Érika Guimarães et al. Avaliação dos níveis de ansiedade e seus fatores associados em estudantes internos de Medicina. *Revista Brasileira De Educação Médica* - 45 (1): e017, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/bkzPCH6nwfBfNHzsVj6YJyF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2023.

PELUSO, E. T.; QUINTANA, M. I.; GANANÇA, F. F. Anxiety and depressive disorders in elderly with chronic dizziness of vestibular origin. *Braz J Otorhinolaryngol*, 2016.

REZENDE, Fabiane Aparecida Canaan et al. Aplicabilidade do Índice de Massa Corporal na Avaliação da Gordura Corporal. *Rev Bras Med Esporte* – Vol. 16, No 2 – Mar/Abr, 2010.

RUBIO, K. Ética e compromisso social na psicologia do esporte. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(2), 304-315, 2007.

SILVA, M. L.; LEONIDIO, A. C. R.; FREITAS, C. M. S. M. Prática de atividade física e o estresse: uma revisão bibliométrica. *Rev. Educ. Fís/UEM*, v. 26, n. 2, p. 331-339, 2. trim. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/refuem/a/4mThpKKVzS3YNSxmG985N4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SOUZA, Nilmar de et al. Sistema inteligente para detecção de impacto em partidas de Airsoft usando máquinas de vetores de suporte e redes neurais-artificiais. Sociedade Brasileira de Automática, vol. 1, n° 1, (2019): CBA 2018. Disponível em: https://www.sba.org.br/open_journal_systems/index.php/cba/article/view/753. Acesso em: 02 set. 2022.

TEIXEIRA, Niceane dos Santos Figueiredo (org.) et al., Transtorno de ansiedade: fatores de vulnerabilidade entre profissionais de enfermagem. Belém: Neurus, 2022.

TERRA. Conheça o Airsoft, o esporte que mais cresce no Brasil. Publicado em: 27 jun2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/conheca-o-Airsoft-o-esporte-que-mais-cresce-no-brasil,c9ee596eba9303a21041c9c0416d8dc87512twxe.html#:~:text=A%20pr%C3%A1tica%20de%20Airsoft%20vem,tiveram%20todo%20seu%20aparato%20legal>. Acesso em: 12 jan. 2023.

WILLIARTS. Airsoft, o esporte que mais cresce no Brasil, será aberto hoje no North Shopping. In: Jornal de Barretos, publicado em: 02/06/2017. Disponível em: <https://jornaldebarretos.com.br/noticias/Airsoft-o-esporte-que-mais-cresce-no-brasil-sera-aberto-hoje-no-north-shopping/>. Acesso em: 12 jan. 2023.



ESTADO DA ARTE SOBRE AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO EMPREENDEDORISMO

Augusto Vasconcelos Façanha

Rildo e Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

DOI: 10.29327/5194617.1-5

ESTADO DA ARTE SOBRE AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO EMPREENDEDORISMO

DOI: 10.29327/5194617.1-5

Augusto Vasconcelos Façanha

Rildo e Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar e analisar o estado da arte sobre a evolução de diferentes concepções a respeito do empreendedorismo. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde foram incluídos artigos que abordassem concepções históricas do empreendedorismo a partir de conceitos e definições de autores referências na área. Independente das diferenças conceituais, todas as definições recorrem a raízes intelectuais variadas ao enfocarem o tema do empreendedor. Assim, como as características empreendedoras mudam conforme o contexto em que o indivíduo que se insere nas atividades empreendedoras, o empreendedorismo também muda o seu redor, seja na economia, no ambiente, nas relações humanas e na história.

Palavras-chave: Empreendedorismo; concepções; revisão.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present and analyze the state of the art on the evolution of different conceptions regarding entrepreneurship. This is a bibliographic review study, which included articles that addressed historical conceptions of entrepreneurship based on concepts and definitions by leading authors in the area. Regardless of conceptual differences, all definitions resort to varied intellectual roots when focusing on the theme of the entrepreneur. Thus, as entrepreneurial characteristics change according to the context in which the individual is inserted in entrepreneurial activities, entrepreneurship also changes around it, whether in the economy, in the environment, in human relations and in history.

Keywords: Entrepreneurship; conceptions; revision.

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar y analizar el estado del arte sobre la evolución de diferentes concepciones en torno al emprendimiento. Se trata de un estudio de revisión bibliográfica, que incluyó artículos que abordaron concepciones históricas del emprendimiento a partir de conceptos y definiciones de destacados autores del área. Independientemente de las diferencias conceptuales, todas las definiciones recurren a variadas raíces intelectuales al enfocarse en el tema del emprendedor. Así, como las características empresariales cambian según el contexto en el que el individuo se inserta en las actividades empresariales, el espíritu empresarial también cambia en torno a él, ya sea en la economía, en el medio ambiente, en las relaciones humanas y en la historia.

Palabras llave: Emprendimiento; concepciones; revisión.

INTRODUÇÃO

Os conceitos do empreendedorismo passaram por alterações ao longo do tempo a medida que as transformações do empreendedor evoluíram, de uma base de produção agrária para uma economia mercantil e para uma sociedade industrial (VALE, 2014). Ou seja, a forma de ver a palavra “empreendedorismo” muda conforme a história, e reflete um novo significado.

Conceitos e teorias sobre o empreendedor se alteraram com o tempo, seus fundamentos surgiram principalmente no contexto da economia e puderam ser identificados, no primeiro momento, na França e depois na Inglaterra.

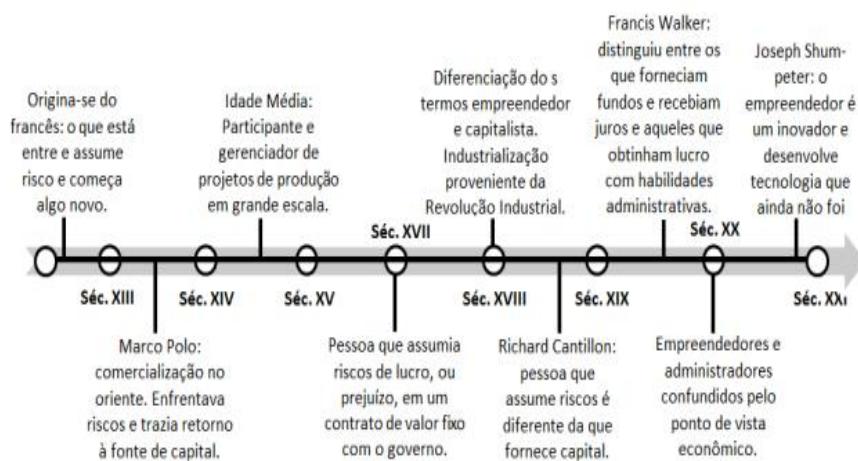
No século XX até os dias de hoje, foi se introduzindo na sociedade uma preocupação com o empreendedorismo entre os grandes temas das ciências sociais, e essas contribuições vieram de várias áreas de conhecimentos (VALE, 2014). Porém, cada concepção teórica carrega e enfatiza uma determinada faceta ou dimensão desse personagem. Lohrke e Landstrom (2012) consideraram que as pesquisas sobre empreendedorismo estão se tornando mais influenciadas por teorias que pesquisadores vêm extraíndo de vários campos de conhecimentos, dessa forma torna-se importante conhecer essas diferentes raízes reflexivas sobre o empreendedor.

A partir disso, o objetivo do presente artigo é apresentar e analisar as perspectivas históricas sobre o empreendedorismo ao redor do mundo, compreender sua importância, descrever os tipos de empreendedorismo presentes na literatura, além de abordar conceitos sobre o intraempreendedorismo.

PERSPECTIVA HISTÓRICA DO EMPREENDEDORISMO

A história do empreendedorismo é apresentada com destaques na Figura 1 de forma resumida. A palavra inicia-se com o termo *entrepreneur*, que significa empreendedor, cuja origem é francesa e literalmente pode ser traduzida como “aquele que está entre” ou “intermediário”, o que implica dizer aquele que assume riscos e comece algo novo (DORNELAS, 2015).

Figura 1. Linha do tempo - Histórico do empreendedorismo.



Fonte: Adaptado de Hisrich; Peters; Sheper (2019).

A palavra empreendedorismo não é recente. Assim, tem-se como as primeiras definições aferidas a Marco Polo, quando à época, fez um acordo com um homem que possuía dinheiro e mercadorias. Pode-se dizer que como empreendedor Marco Polo seria o aventureiro e trabalharia ativamente, enquanto o homem que emprestou dinheiro seria o capitalista, o que assume riscos de forma passiva (DORNELAS, 2015). Quando bem-sucedido na venda das mercadorias os lucros eram divididos (HISRICH; PETERS; SHEPHER, 2019).

Na idade média, a palavra foi utilizada para descrever tanto um participante quanto um administrador de projetos de produção em obras arquitetônicas, como construções de castelos e fortificações catedrais (HISRICH; PETERS; SHEPHER, 2019).

Conforme os autores acima, no século XVII, o empreendedor estava ligado à pessoa que estabelecia um acordo contratual com o governo com o propósito de desempenhar um serviço ou fornecer produtos. Avançando para o século XVIII, o empreendedor foi diferenciado do fornecedor de capital. Já nos séculos XIX e meados do século XX, o empreendedor era entendido como que um gerente e/ou qualquer pessoa que faz a organização e gerencia uma empresa para lucro pessoal.

Ainda no século XX, foi estabelecido a relação entre noção de empreendedor como inovador, ou seja, ocorreu uma transformação na função de empreender, pois passa a se reformar ou revolucionar o padrão de produção, produzir um novo bem ou um bem antigo de uma maneira nova, ou seja, uma nova comercialização para produtos (HISRICH; PETERS; SHEPHER, 2019).

Passando para o século XXI, na visão de Dornelas (2008), o empreendedor é conhecido como um administrador completo, interagindo com seu ambiente, a fim de poder tomar as melhores decisões, agregar os inúmeros aspectos existentes sem restrições, assumir as funções, os papéis e as atividades do administrador de forma complementar, sabendo utilizá-los no momento certo para atingir seus objetivos. O autor faz uma observação interessante sobre o empreendedor de sucesso, enfatizando que é aquele que assume uma característica particular, tendo o conhecimento do negócio em que atua como ninguém. Somado a isso, o fator planejamento contínuo a partir de uma visão de futuro é o fato que difere o empreendedor de sucesso do administrador comum.

Empreendedorismo

Para Dolabela (2009, p. 43) a origem da palavra empreendedorismo é “um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação”.

O autor ainda conceitua empreendedorismo como “um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar” (DOLABELA, 2009, p. 24), a partir de um levantamento de diversas definições de empreendedorismo, o qual sintetizou a conceituação do termo ao afirmar que alguns aspectos encontram-se presentes na maioria das definições: a “iniciativa para criar um negócio”, a “utilização dos recursos disponíveis de forma criativa”, a “aceitação de assumir riscos e não ter medo de errar”, por exemplo.

Tomando por base o estudo anual realizado pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), surgiram duas definições gerais de empreendedorismo, com base em Dornelas (2008), a saber: o empreendedorismo de oportunidade e o empreendedorismo de necessidade. O primeiro tem como característica o empreendedor “saber aonde quer chegar, criar uma empresa com planejamento prévio, ter em mente o crescimento que quer buscar para a empresa e visar à geração de lucros, empregos e riqueza” (DORNELAS, 2008, p. 13). A segunda definição que é o empreendedorismo de necessidade, se caracteriza pela ausência de opção e alternativas de trabalho, incidindo no impulsionamento do cidadão a buscar prover o seu próprio sustento e o da sua família com o estabelecimento de atividades profissionais “por conta própria”.

Assim, o termo empreendedorismo significa criar, inovar, com o intuito de gerar fontes de renda e espaços inovadores. Nos dias atuais o estudo do empreendedorismo vem sendo incluído em universidades para despertar o perfil empreendedor nos alunos e ampliar seus campos de atuação, os trazendo mais possibilidades (GARCIA; ANDRADE; 2019).

Para melhor compreensão, é importante ressaltar que empreender, também tem a ver com as características pessoais do indivíduo de inovar, criar produtos e serviços, ter uma visão para novos benefícios terapêuticos que os conhecimentos da enfermagem podem proporcionar (POLAKIEWCICZ, 2019).

Sendo assim, entende-se que o empreendedorismo tem uma função muito importante, a partir do momento que pode gerar riquezas com vistas a aumentar as alternativas de

empregabilidade em uma região (CORTEZ; VEIGA, 2019). E, ainda para Bessant e Tidd (2019, p. 11) entendem que a definição do empreendedorismo é “como a força motriz que move esse processo por meio dos esforços de indivíduos entusiasmados, equipes engajadas e redes focadas”.

De modo específico, Bessant e Tidd (2019) pontuam que o empreendedorismo ocorre em diferentes estágios, a saber:

- Existe a figura do empreendedor de negócio que pode estar em uma fase inicial (nova startup) ou em organizações estabelecidas quando se buscam renovar suas ofertas ou o modo como as crias e as entrega.
- Existem os empreendedores internos que apresentam a motivação, energia e visão para levar adiante novas ideias no âmbito da organização em que trabalha.
- Aqueles empreendedores cuja paixão por mudanças está associada à melhoria das condições na esfera social ou ambiental.

Entretanto, definir o empreendedorismo se torna uma tarefa complexa, haja vista que ao longo dos anos pesquisadores de diferentes áreas trouxeram diferentes perspectivas para o fenômeno (CRAMMOND, 2020; LANDSTRÖM, 2020). Assim, nos dias atuais existe uma busca de definições para conceitos centrais como empreendedorismo, empreendedor e processo empreendedor (LOW; MACMILLAN, 2008; LANDSTRÖM, 2020).

Desse modo, percebe-se que diferentes investigações buscaram organizar e sintetizar as várias definições e abordagens que existentes que se relacionam ao empreendedorismo (LOW; MACMILLAN, 2008; LANDSTRÖM; HARIRCHI; ÅSTRÖM, 2012; GAMANIS et al., 2019; LANDSTRÖM, 2020).

Na visão de Klein et al. (2020, p. 2) há o argumento de que o empreendedorismo é frequentemente definido como “inovação, criatividade, o estabelecimento de novas organizações ou atividades, ou algum tipo de novidade”. Pode ser entendido também como a descoberta de novas formas de combinação de recursos, assumir riscos para obter lucros, como ferramenta a fim de corrigir as possíveis falhas de mercado, bem como a criação de valor e descoberta de novos mercados (CRAMMOND, 2020; LANDSTRÖM, 2020). De acordo com Gamanis et al. (2019) o termo empreendedorismo pode ser definido como função, iniciativa, comportamento ou espírito. Existem, portanto, concepções polissêmicas sobre empreendedorismo.

Prosseguindo com a discussão, Landström (2020) cita que o empreendedorismo pode ser definido a partir de três principais abordagens: 1) empreendedorismo em função do mercado; 2) empreendedor como indivíduo; 3) empreendedorismo como processo, pelo fato de que estão fundamentadas em diferentes disciplinas e explicam aspectos diferentes do fenômeno.

Com relação a primeira e a segunda abordagem citadas por Landström (2020) são denominadas também de abordagem econômica e comportamental, respectivamente. De certo que em termos cronológicos, essas abordagens foram as primeiras que se destacaram no campo do empreendedorismo (LANDSTRÖM, 2020; CRAMMOND, 2020), porque faz alusão de modo explicativo e específico sobre a importância da abordagem econômica do empreendedorismo na geração do crescimento e do desenvolvimento econômico (LANDSTRÖM, 2020). Sendo assim, o impacto socioeconômico aliado aos fatores ambientais que impulsionam o empreendedorismo, são questões centrais. A abordagem comportamental, por sua vez, explica o empreendedorismo a partir do indivíduo empreendedor (LANDSTRÖM, 2020). A questão central consiste em procurar características que diferenciam o indivíduo empreendedor do não empreendedor.

Mesmo diante da reconhecida contribuição das abordagens acima, uma crítica comum às duas abordagens perpassa pela falta de uma teoria que explique o processo empreendedor (LOW; MACMILLAN, 1988; SHANE; VENKATARAMAN, 2020; LANDSTRÖM, 2020). Enquanto a vertente econômica concentra seus esforços nas consequências socioeconômicas do fenômeno, a vertente comportamental tem sua análise centrada nas características do empreendedor. Logo, ambas não explicam o que o empreendedor faz, por falta de respaldo empírico e inconsistência teórica (LOW; MACMILLAN, 1988).

A terceira abordagem – a processual – surge a partir das inconsistências e críticas às abordagens anteriores, na busca de explicar de que forma o empreendedorismo é desenvolvido, cujo foco se encontra no processo empreendedor que ocorre ao longo do tempo, em uma perspectiva longitudinal. A partir disso surgem duas principais correntes: o processo de surgimento de novas organizações e o processo de surgimento de novas oportunidades (LANDSTRÖM, 2020). Essas correntes são diferentes quanto ao objeto de estudo (organizações e oportunidades), mas comungam quanto ao foco no processo.

No decorrer do tempo, surgiram também diversas tipologias, ramificações e nomenclaturas no campo do empreendedorismo como: empreendedorismo sustentável, social e público são alguns exemplos. Essas nomenclaturas têm em comum o objetivo de facilitar uma

definição na medida em que restringem o objeto de análise. Entretanto, pautam-se, normalmente, por uma diferenciação de objetivos e resultados esperados (sociais/individuais; lucro/benefícios coletivos; público/ privado) e tipos de indivíduos que tem tendência para determinados tipos de empreendedorismo. Contudo, isso não resolve o problema de definição e objeto de estudo do empreendedorismo e reforça abordagens que enfatizam apenas alguns aspectos do fenômeno.

O trabalho de Shane e Venkataraman (2020) discute não o conceito, mas qual é o objeto de estudo que faz com que o campo do empreendedorismo seja distinto dos demais. E sugere que o empreendedorismo deve ter como o foco o estudo de como as oportunidades empreendedoras são identificadas, avaliadas e exploradas.

A partir desse pensamento citado acima, desencadeou uma discussão sobre o domínio acadêmico do empreendedorismo (LANDSTRÖM, 2020), o que contribuiu para que outros trabalhos mapeassem a história do termo (GAMANIS et al., 2019; LANDSTRÖM, 2020), ficando, portanto, evidente seu dinamismo, evolução teórica e as diferentes definições.

Empreendedorismo ao redor do mundo

A evolução conceitual do empreendedorismo e sua importância enquanto tema de pesquisa sofreram influências ao redor do mundo, nos quais podem ser traduzidos por intermédio das transformações da própria sociedade, que saiu de um sistema feudal para um sistema capitalista (CORNELIUS; LANDSTRÖM; PERSSON, 2016).

Nesse panorama, economistas como Richard Cantillon, Adam Smith, Joseph Schumpeter, Israel Kirzner, Frank Knight e Jean-Baptiste Say foram os pioneiros do desenvolvimento da área, cujas pesquisas centraram-se nas questões econômicas relacionadas ao crescimento e desenvolvimento econômico, nos quais lançaram as bases epistemológicas que fundamentaram os estudos sobre empreendedorismo (CHANDRA, 2018; CRAMMOND, 2020; LANDSTRÖM, 2020).

Mediante ao contexto, a partir da década de 1970 várias mudanças ocorreram de modo que instigaram diferentes estudos relacionados ao empreendedorismo (CORNELIUS; LANDSTRÖM; PERSSON, 2016; LANDSTRÖM, 2020). As mudanças ocorridas foram as alterações na estrutura industrial, a desregulamentação dos mercados, o surgimento rápido de novas tecnologias, o maior debate sobre o papel e a importância das pequenas empresas, as

recessões e a globalização, cujos exemplos impulsionaram os pensamentos nas pesquisas relacionadas ao empreendedorismo.

A seguir, apresenta-se um panorama sobre a temática.

O período 1990-2000: temas introdutórios

A partir das mudanças mencionadas acima, já durante a década de 1990, os estudos sobre empreendedorismo evoluíram de forma significativa (CHANDRA, 2018), com grupos de pesquisadores em diversos países, periódicos e eventos especializados e esteve presente em cursos de graduação e pós-graduação (CHANDRA, 2018; LANDSTRÖM, 2020), com resultados satisfatórios no que concerne a um desenvolvimento teórico, conceitual e metodológico da temática, surgindo, portanto, ao longo do tempo, diferentes abordagens, definições, perspectivas ontológicas e epistemológicas, conceitos, teorias e subcampos (empreendedorismo sustentável, social, público, corporativo, feminino) na área do empreendedorismo.

Nesse período contempla-se os principais temas como *social mobility*, *local development* e *entrereneurial economic-development*, no qual é possível inferir que algumas pesquisas desse período estavam relacionadas ao impacto socioeconômico do fenômeno empreendedor, ou seja, buscavam analisar como o empreendedorismo é impactante no crescimento e no desenvolvimento econômico, além de ser fator de mobilidade social.

Como os pioneiros da área foram economistas, os estudos das décadas de 1980 e 1990 estavam fortemente fundamentados na função econômica do empreendedorismo (LANDSTRÖM, 2020). Audretsch e Thurik (2020) apontam que o empreendedorismo é fundamental para a atividade econômica, na geração de empregos e na distribuição de renda. Quadrini (2020) argumenta que o empreendedorismo aumenta a probabilidade de mobilidade socioeconômica dos indivíduos e, portanto, deve ser objeto de política pública. Apesar da contribuição, o foco no resultado econômico dessas pesquisas não explica o processo empreendedor.

Outras discussões sobre empreendedorismo corporativo e gestão empreendedora também marcaram esse período. Dessa forma, os estudos já consideravam o empreendedorismo que ocorre dentro das organizações (a criação de novos produtos, métodos de produção, descoberta de novos mercados, inovações incrementais). Assim, o tema ganhou importância,

na medida em que foi reconhecido como elemento fundamental para promover vantagens competitivas, melhorar o desempenho e possibilitar a sobrevivência das organizações (BARRINGER; BLUEDORN, 2019).

Diante da sua importância, outro tema de pesquisa na década de 1990 foi a educação para o empreendedorismo - *entrepreneurship education* – na qual houve um aumento significativo na quantidade de cursos de empreendedorismo (GARTNER; VESPER, 2004; SOLOMON; WEAVER; FERNALD JUNIOR, 2004).

Nota-se, portanto, a existência de uma iniciativa no sentido de ensinar e buscar melhores práticas pedagógicas para o empreendedorismo, por meio de cursos que envolviam palestras, casos de sucessos, elaboração e avaliação de planos de negócio e administração de empresas (GARTNER; VESPER, 1994; SOLOMON; WEAVER; FERNALD JUNIOR, 1994). É oportuno dizer que o debate na década de 1990, centrava-se na melhor forma de fazer empreendedorismo e não mais sobre a viabilidade de ensiná-lo (SOLOMON; WEAVER; FERNALD JUNIOR, 1994).

Na sequência, outro tema com destaque nesse período, foi o empreendedorismo étnico – *ethnic entrepreneurship* – cujo termo faz menção sobre a criação de novos negócios por imigrantes e minorias étnicas (RAZIN; LIGHT, 2008). Então, o empreendedorismo seria uma das principais formas de mobilidades social e sobrevivência para os diferentes grupos étnicos, e as discussões centrais estavam relacionadas as dificuldades e contingências encontradas por esses grupos e por buscas de grupos étnicos mais propensos ao empreendedorismo, aliado ao contexto de saída de um país (motivação e recursos disponíveis quando saiu) e chegada em outro (comunidade já existente, estruturas existentes) e como esses contextos estimulavam ou restringiam a prática empreendedora (RAZIN; LIGHT, 2008).

Nesse período, outros estudos buscavam saber as características atitudinais, comportamentais e psicológicas que diferenciariam empreendedores de não empreendedores (BARON, 2020), com base na chamada cultura nacional - *national culture*.

Assim, McClelland et al. (2019), discutia a necessidade de realização dos indivíduos como componente-chave para explicar o diferente nível de atividade empreendedora nos países. Low e MacMillan (2018) mostraram como as teorias socioculturais foram bastante utilizadas para explicar como fatores sociais e culturais poderiam explicar diferentes taxas de empreendedorismo em diferentes regiões. Além disso, o *self-reported motivation* – motivação autorreferida – também indica o foco nas motivações individuais para o empreendedorismo.

Sobre isso, Baron (2020) afirma que os empreendedores pensam de forma diferente, pois são mais confiantes e mais dispostos a correr riscos.

Outra temática discutida na década de 1990, diz respeito sobre a relação do empreendedorismo com os arranjos cooperativos – *arrangement cooperative*, com a finalidade de conquistar vantagens competitivas, expandir mercados, reduzir custos de produção, criar redes mais fortes, compartilhar riscos e melhorar o desempenho (BARON, 2020; MCCLELLAND et al., 2019).

O período 2001-2010: surgimento de novos temas e conceitos

Devido ao crescimento da área percebido ao longo dos anos, no período em voga, ocorreu estímulo na busca por novas abordagens e perspectivas teóricas (SHANE; VENKATARAMAN, 2020), com reforço na interdisciplinaridade - *integrating entrepreneurship* -, o que indica uma chamada para integrar empreendedorismo em diferentes campos.

O texto de Ireland et al. (2021), por exemplo, destaca a necessidade de integrar empreendedorismo e estudos sobre estratégia. Contudo, cabe citar que a virada praxiológica mais relevante nesse período corresponde ao conceito de oportunidade empreendedora - *entrepreneurial opportunity evaluation* -, no qual o estudo de Shane e Venkataraman (2020) partem do pressuposto de que para existir empreendedorismo é necessário que existam oportunidades empreendedoras, o que leva ao entendimento que os autores definem o empreendedorismo como o processo de descoberta, avaliação e exploração dessas oportunidades.

Nesse sentido, a discussão de empreendedorismo deve buscar compreender “como, por quem e com quais efeitos as oportunidades para criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas” (SHANE; VENKATARAMAN, 2020, p. 218). Essa definição torna-se importante por conferir ao empreendedorismo uma característica processual, que traz como fundamento não somente quem é o empreendedor e os impactos do empreendedorismo, mas como ele ocorre na prática. Assim, tal definição adiciona novas questões à área, explorando sobre a natureza das oportunidades empreendedoras sobre o processo de avaliação e exploração dessas oportunidades.

Dessa forma, o conceito de oportunidade empreendedora atribui importância ao indivíduo no processo empreendedor, à medida em que procura compreender o porquê de

alguns indivíduos e não outros descobrirem tais oportunidades. Conforme observado no primeiro período, as discussões buscavam diferenciar indivíduos empreendedores a partir de características psicológicas, comportamentais e demográficas. Entretanto, a partir das críticas e da falta de respaldo empírico, novas alternativas para explicar o indivíduo empreendedor foram colocadas em discussão (MITCHELL et al., 2014).

Outros estudos foram direcionados ao conceito de empreendedorismo feminino ganhando força nesse período, devido ao aumento do número de mulheres empreendedoras observado ao longo dos anos (VERHEUL; VAN STEL; THURIK, 2016), com discussões acirradas sobre as dificuldades e desvantagens que as mulheres encontravam para empreender quando comparadas aos homens (LEWIS, 2016).

Outro tema de pesquisa que surge nesse período é o empreendedorismo social – *social entrepreneurship*, onde grande parte dos estudos estava preocupada em oferecer uma definição para o conceito (DACIN; DACIN; MATEAR, 2020), de forma que o empreendedorismo social é visto como instrumento de mudança social e utilizado para solucionar problemas de diversas ordens. E, ainda, pode ser praticado por meio de organizações públicas, filantrópicas e sem fins lucrativos, além de ações realizadas por organizações privadas (DACIN; DACIN; MATEAR, 2020).

Com o avanço da globalização, nesse período, surge também o empreendedorismo internacional - *international entrepreneurship*, que em um primeiro momento, era considerado como a criação de negócios que operam de forma internacional desde os estágios iniciais. Com o tempo incorporou as empresas já estabelecidas que buscam o processo de internacionalização (ZAHRA; GEORGE, 2012).

O período 2011-2019: alterações e desenvolvimento de conceitos

Ao contrário do período 2001-2010, que foi marcado por uma ampliação de temas, o período 2011-2019 manteve os temas anteriores, mas passaram por algumas alterações teóricas. O conceito de oportunidade empreendedora – *entrepreneurial opportunities*, por exemplo, proposta por Shane e Venkataraman (2020), foi o tema mais forte porque ampliou várias vertentes de pesquisa e contribuiu com o avanço do empreendedorismo, por questões relacionadas a natureza e ao processo de avaliação, descoberta e exploração das oportunidades, o que Davidsson (2015, p. 2) apontam que “o aumento da atenção às ‘oportunidades’ parece ter ajudado a abrir novas e frutíferas linhas de investigação”.

Com relação aos estudos relacionados ao indivíduo empreendedor continuam significativos e também ganharam força e novos contornos a partir da definição proposta por Shane e Venkataraman (2020), que enfatiza o nexo entre indivíduo e oportunidade empreendedora. Nesse contexto, intenção empreendedora é um – *entrepreneurial intention* – com relevância significativa nesse período e refere-se à intenção dos indivíduos de iniciar novos negócios (LIÑÁN; FAYOLLE, 2015; SCHLÄGEL; KÖNIG, 2014). Portanto, a intenção é o primeiro passo para o processo empreendedor.

Outros temas que permanecem ao longo do tempo são empreendedorismo corporativo e orientação empreendedora – *entrepreneurial orientation e corporate entrepreneurship*. Segundo Covin e Lumpkin (2021), a orientação empreendedora surge como um tópico do empreendedorismo corporativo, que vê a organização como unidade de análise e em um conjunto de atributos e comportamentos empreendedores sustentados pelas organizações ao longo do tempo. Ou seja, trata essa orientação como uma postura estratégica, e não como um comportamento ocasional/transitório (COVIN; LUMPKIN, 2021). Além do que, os autores ressaltam a necessidade de aprimoramento do conceito de orientação empreendedora e de discussões de perspectivas metodológicas, apesar da evolução ao longo do tempo.

Outro tema que permanece nesse período é o empreendedorismo acadêmico – *academic entrepreneurship*. Junto com o ensino, a pesquisa e a extensão, o empreendedorismo é considerado uma missão das universidades e um instrumento importante de desenvolvimento e crescimento econômico. Além disso, o empreendedorismo acadêmico pode ser importante para arrecadação de fundos para manutenção e desenvolvimento das universidades (CENTOBELLI et al., 2019; GRIMALDI et al., 2021).

Grimaldi et al. (2021) elencam algumas formas de empreendedorismo acadêmico: patentes e licenciamentos, empresas que se originam dentro das universidades, incubadoras e agências de inovação, criação de fundos para investimento em startups, comercialização de resultados de pesquisa, prestação de consultorias e parceiras público-privadas para desenvolvimento de inovações. O empreendedorismo acadêmico necessita de estrutura legal e organizacional que o permitam, além de políticas públicas e engajamento dos acadêmicos (GRIMALDI et al., 2021).

O empreendedorismo feminino - *women entrepreneur* - é outro tema que permanece nesse período, pois, o número de mulheres empreendedoras evoluiu consideravelmente em diversos países, seja iniciando o próprio negócio ou assumindo cargos administrativos em

organizações. Entretanto, Byrne et al., (2019) apontam que as mulheres ainda enfrentam maiores dificuldades para empreender.

O empreendedorismo social – *social entrepreneurship* - também permanece nesse período, apesar de ser considerado um campo nascente, enfrenta dilemas teóricos e metodológicos (Dacin; Dacin; Tracey, 2021). O que na visão de Santos (2012), o empreendedorismo social deve construir suas próprias teorias.

Outro tema que continua com presença significativa nesse período é o empreendedorismo internacional. A pesquisa sobre o tema avançou, mas é criticada por ser fragmentada e inconsistente (Jones; Coviello; Tang, 2021). A crítica perpassa pelo fato de ser um novo domínio acadêmico e, nesse sentido, são provocativas e fundamentais para o desenvolvimento do campo.

Mesmo diante de avanços importantes que foram observados ao longo dos anos (Shane; Venkataraman, 2020; Landström, 2020), alguns autores reconhecem que o campo do empreendedorismo alcançou legitimidade, mas ainda é preciso avançar em demandas por uma busca contínua por novos referenciais, conceitos, teorias e perspectivas (Shepherd, 2015; Landström, 2020). Isto porque enquanto campo em expansão, o empreendedorismo continua atraindo pesquisadores de diferentes áreas, encontrando novos objetos de estudo e criando conceitos e perspectivas teóricas.

Atualmente, o empreendedorismo é um campo dinâmico e de grande interesse público (Chandra, 2018; Gamanis et al., 2019; Landström, 2020). Assume-se que o empreendedorismo está ligado ao desenvolvimento e crescimento econômico (Gartner; Vesper, 2004; Shepherd, 2015; Crummond, 2020). Entretanto, até os anos 1970 o empreendedorismo não atraiu muitos pesquisadores, o que resultou em um desenvolvimento lento das pesquisas (Chandra, 2018; Landström, 2020). Essa marginalização pode ser explicada pelo foco nas grandes organizações e na produção em massa como principais forças de crescimento e desenvolvimento econômico e, consequentemente, pelo pouco interesse prático na inovação e na criação de novas organizações (Landström, 2020).

A inovação, por sua vez, trazida pelo empreendedorismo é um ponto a se considerar para a vantagem competitiva definitiva. Mas para que, de fato, esta inovação aconteça, é necessário o elemento fundamental, que é o intraempreendedor, cuja característica perpassa pelo sujeito que dentro da organização assume a responsabilidade da promoção da inovação,

sendo ela de qualquer tipo, a qualquer momento e em qualquer lugar da empresa (HASHIMOTO, 2006).

Importância e tipos de empreendedor

Como já fora citado antes no trabalho, não existe um único tipo de empreendedor ou modelo-padrão. Essa afirmação mostra o entendimento de qualquer pessoa pode tornar-se empreendedor, ou seja, é algo que pode acontecer a qualquer um. A seguir são apresentados alguns tipos de empreendedores (DORNELAS, 2015).

Os empreendedores são classificados em sete tipos: O Empreendedor Nato, O Empreendedor que Aprende, O Empreendedor Serial, O Empreendedor Corporativo, O Empreendedor Social, O Empreendedor por Necessidade e O Empreendedor Herdeiro.

O Empreendedor Nato ou Mitológico - é o tipo mais conhecido, pois geralmente é o mais respeitado e reconhecido, por suas histórias que são brilhantes e muitas vezes, começam do nada e criam grandes impérios. Nos países ocidentais, esses empreendedores são, em sua maioria, imigrantes ou filhos de imigrantes. As características perpassam por serem visionários, otimistas, e por estarem à frente do seu tempo, e se comprometem 100% para a realização de seus sonhos e acabam se tornando grandes exemplos da humanidade (DORNELAS, 2015).

O Empreendedor que Aprende ou Inesperado – é muito comum, pelo fato de que a pessoa nunca pensou em ser empreendedor, mas consegue ver a alternativa de carreira em grandes empresas como a única possível, a partir do momento que é convidado a fazer parte de alguma sociedade ou quando percebe uma oportunidade de criar o próprio negócio. Em outras palavras, uma pessoa que quando menos esperava se deparou com uma nova oportunidade e decidiu mudar o que fazia na vida para se dedicar ao próprio negócio. É o caso da frase a “oportunidade bate à porta”. Entretanto, para mudar de carreira ou negócio, geralmente leva-se um tempo para tomar a decisão, pois o medo de mudar assusta, dá temor, a não ser que já tenha sido demitido ou esteja prestes de acontecer. Antes de virar empreendedor, a pessoa acreditava que não gostava de assumir riscos. Logo, tem de aprender a lidar com as novas situações e se envolver com as atividades de um negócio próprio (DORNELAS, 2015).

O Empreendedor Serial ou que Cria Novos Negócios - é aquele apaixonado pelo ato de empreender e, principalmente pelo que faz na criação de empresas. É um destemido, pois não se satisfaz somente em criar um negócio e ficar à frente dele, mas quer construir uma grande

corporação. Tem como adjetivos o dinamismo, gosta de desafios e adrenalina de criar algo novo, ao invés de assumir a postura de um executivo que lidera grandes equipes. Normalmente fica atento a tudo que acontece ao seu redor e adora participar de eventos, associações, conversar com as pessoas, fazer networking. É relevante citar uma expressão que define bem esse tipo: “tempo é dinheiro”. E, ainda, é um líder nato porque tem uma habilidade incrível de montar equipes, motivar o time, captar recursos e colocar a empresa em funcionamento. Sua maior habilidade está em acreditar nas oportunidades e não se sente contente enquanto não as ver implementadas. Além disso, precisa sempre de um novo desafio para manter-se motivado. Por isso se envolve em vários negócios simultaneamente e, encara as várias histórias de fracasso com normalidade, o que de uma forma, sempre serve de estímulo e superação para o próximo desafio (DORNELAS, 2015).

O Empreendedor Corporativo - trabalha com foco nos resultados para crescer no mundo corporativo. Esse tipo está em mais evidência nos últimos anos, graças à necessidade das organizações se renovarem, inovarem e criarem novos negócios. Aqui geralmente são executivos que tem muita competência, com capacidade gerencial e conhecimento de ferramentas corporativas. Assume riscos e são desafiados a lidar com a falta de autonomia, já que nunca terão total poder para agir. Em contrapartida, faz com que desenvolvam estratégias avançadas de negociação. Possuem habilidades de comunicação ao venderem suas ideias. Desenvolve networking dentro e fora da organização. Tem o poder de persuadir e convencer as pessoas a fazerem parte de seu time, reforça e reconhece o empenho da equipe. Sabe se autopromover e são ambiciosos. Gosta de planos cujas metas são ousadas e recompensas variáveis, pois não se contentam em ganhar o que ganham. Se saírem da corporação para criar o próprio negócio podem ter problemas no começo, já que são acostumados com o acesso a recursos e regalias do mundo corporativo (DORNELAS, 2015).

O Empreendedor Social – se envolve em causas humanitárias com comprometimento. Sua missão de vida se baseia na construção de um mundo melhor para as pessoas. Poder transformar o mundo e criar oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas, faz parte de seus desejos. Suas características são similares às dos demais, mas a diferença é que se realizam vendo seus projetos trazerem resultados para o próximo e não para si próprio. É conveniente dizer que este tipo de empreendedor tem um papel social extremamente importante, uma vez que através de suas ações e das organizações que são criadas, possam preencher as lacunas deixadas pelo poder público. Assim, entende-se que os empreendedores sociais são um fenômeno mundial, principalmente em países como o Brasil que estão em desenvolvimento.

Isto porque seu perfil é atípico, por serem os únicos que não procuram desenvolver um patrimônio financeiro, uma vez que preferem partilhar recursos e contribuir para o desenvolvimento das pessoas e do ambiente em que vive e não objetiva ganhar dinheiro (DORNELAS, 2015).

O Empreendedor por Necessidade – está ligada à pessoa desempregada há certo tempo e não consegue emprego, o que de certo modo, decide investir em um negócio próprio porque a situação em que se encontra o acabou levando a isso. Ou também relaciona-se ao profissional que permaneceu longe do mercado de trabalho por muitos anos e está com dificuldades para conseguir uma recolocação profissional, encontrando no empreendedorismo uma forma de obter renda e contornar os seus problemas financeiros. Assim, cria o próprio negócio por falta de alternativa, resultando na opção de trabalhar por conta própria. Os negócios são informais, desenvolvendo tarefas simples, prestando serviços e como resultado pouco retorno financeiro. É possível mencionar que este tipo gera um grande problema social aos países em desenvolvimento, pois apesar da iniciativa, trabalhar duro e buscar de todas as formas sua subsistência e a dos seus familiares, não contribui para o desenvolvimento econômico. Sociologicamente falando, são vítimas do modelo capitalista atual, sem acesso à educação, aos recursos e às mínimas condições para empreender estruturadamente. As iniciativas são simples, pouco inovadoras, geralmente não contribuem com impostos e acabam por inchar as estatísticas empreendedoras de países em desenvolvimento (DORNELAS, 2015).

O Empreendedor Herdeiro ou Sucessão Familiar – é a pessoa responsável em continuar o legado da sua família com o desafio de multiplicar o patrimônio herdado. Faz-se mister escrever que por ter nascido em um berço empreendedor, muitas vezes esse tipo de empresário inicia seu aprendizado muito cedo e acaba por assumir cargos de direção ainda jovem. Alguns dos representantes desse perfil têm um forte senso de independência, desejando inovar e mudar as regras nas organizações criadas pelos seus pais e avós. Já outros preferem seguir a velha máxima de “em time que está ganhando não se mexe”. Muitos impérios foram construídos por famílias empreendedoras que permaneceram o legado, ocorrendo a profissionalização da gestão de empresas familiares, por meio de contratação de executivos de mercado para administrar a empresa. Outro perfil desse tipo de empreendedor é a criação de uma estrutura de governança corporativa, no qual os herdeiros opinam no conselho de administração da empresa e não necessariamente assumem cargos executivos (DORNELAS, 2015).

Intraempreendedor ou empreendedor

Neste item, é relevante descrever o indivíduo conhecido como intraempreendedor ou empreendedor pela importância de ser reconhecido como um agente de mudanças e estimular inovações dentro das organizações e transformar ideias em produtos ou serviços de sucesso (ROEHR, 2019), a fim de atenderem em boa parte as exigências globais por inovação e tecnologia.

Se empenham em favor da organização e também em busca da sua realização pessoal. Sobre isso, Hashimoto (2016, p. 21) afirma que “o intraempreendedor representa aquele que dentro da organização assume a responsabilidade de promover a inovação de qualquer tipo, a qualquer momento, em qualquer lugar da empresa”.

Este profissional empreendedor tem se mostrado como uma ferramenta eficaz para promover a revitalização e o desenvolvimento de inovações no contexto das organizações. Assim, acredita-se que seja de fundamental importância para o êxito das empresas de diferentes segmentos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público.

De acordo com o arcabouço teórico percebe-se uma evolução crescente no estudo do empreendedorismo, devido este ser um profissional pelo qual as organizações podem reforçar suas habilidades inovadoras e também aumentar seu desempenho através da criação e aperfeiçoamento de novos processos administrativos, produtos ou serviços (SOUZA, 2014).

Assim, os intraempreendedores e/ou empreendedores possuem características que os tornam competitivos e fundamentais ao bom desempenho das organizações, uma vez que apresentam aptidão para gerenciar, criar e implementar as necessárias inovações, agregando valor para a sociedade em que atuam (ROEHR, 2019).

Dessa forma, destaca-se que os benefícios do empreendedorismo não estão restritos a organizações empresariais, podendo ser obtidos também em organizações públicas (SOUZA, 2014). Mesmo apesar das previsíveis dificuldades em seu desenvolvimento, o intraempreendedorismo no setor público pode resultar em diversas mudanças e inovações organizacionais, tais como: o desenvolvimento de serviços novos e existentes, tecnologias, técnicas administrativas e novas estratégias de melhoria (SOUZA, 2014).

Ademais, também pode impulsionar mudanças na estrutura de recursos da organização, na medida em que os recursos forem criados e recriados mediante os desafios diários da iniciativa intraempreendedora (FELDMAN, 2014 citado por SOUZA, 2014). Lógico que, as

organizações que incentivam o empreendedorismo e a inovação podem obter ganhos, tanto na capacidade de comunicação e troca de informações como na motivação dos funcionários ao exporem suas ideias e participarem ativamente das mudanças organizacionais (NUNES, 2019), independente do contexto.

Para Santos (2018), houve a ampliação da abordagem sobre empreendedorismo ligando-o, de certa forma, ao processo de inovação, com base na observação do economista Jean-Baptiste Say, pois,

Na concepção de Say, empreendedor é todo aquele que reúne os fatores de produção para formar um produto, qualquer que seja assumindo riscos e benefícios. Para exercer essa função ele recomenda que, antes de tudo, sejam aprendidos os rudimentos da atividade para só depois iniciar a execução das tarefas de reunir os elementos necessários à realização da produção. Com isso ele deixa claro que o conhecimento tem um lugar de importância na atividade empreendedora. Apesar de nos dias de hoje parecer óbvia, uma recomendação desse tipo ainda não foi suficientemente absorvida por alguns que ingressam nas atividades de negócios, provocando posteriormente a ruína dos sonhos, acalentados talvez durante muito tempo, e as consequentes perdas financeiras com o fracasso da empresa. Mesmo tendo sido formulada há muito tempo essa recomendação ainda continua atual (SAY, 2003 citado por SANTOS, 2018, p. 49).

Isto significa que a partir do resultado da criação de novos empreendimentos, ocorrerá o desenvolvimento econômico. Say também elaborou as funções do empresário e atribuiu-lhe um papel de especial importância na dinâmica de crescimento da economia. Para ele, o empresário é um agente econômico que age com a razão e dinamismo em um universo de certezas, ou ainda, é representado como aquele que, aproveitando-se dos conhecimentos postos à sua disposição pelos cientistas, reúne e combina os diferentes meios de produção para criar produtos úteis (GOMES, 2021).

Na concepção de McClelland (2019), para ser empreendedor, não é necessário que o indivíduo tenha aberto uma empresa, ou seja dono de uma empresa. Ao contrário, outras pessoas também podem ser empreendedoras. Para ele “um empreendedor é alguém que exerce o controle sobre os meios de produção e produz mais do que ele pode consumir e em decorrência vende (ou troca) essa produção objetivando renda pessoal (ou familiar)” (MCCELLAND, 2019, p. 34).

Ainda dissertando sobre o tema, é cabível citar que Schumpeter (1883-1950) tornou-se uma referência, amplamente citada até os dias de hoje, quando se discute a função empreendedorial com inovação. Em sua obra *Theory of Economic Development*, o autor traz

uma grande contribuição teórica ao associar o empreendedor com a inovação e a partir daí com o desenvolvimento econômico.

Para tanto, destacou a inovação no desenvolvimento econômico colocando-a bem no seu âmago descrevendo o papel exercido por esta no processo de empreender, na conexão do indivíduo empreendedor com ela. Deve-se a esse estudioso, o conceito moderno de empreendedorismo e a conclusão de que todos os que se dedicam a exercer o empreendedorismo são empreendedores.

Desse modo, os empreendedores são os instrumentos para que haja a introdução inovadora da mudança na economia, são os agentes que instigam a “destruição criativa” em economias estáticas, resultando na eliminação de produtos e processos obsoletos através da inovação. Então, é possível inferir e dizer que existe, para Schumpeter, um elo de ligação entre empreendedorismo e inovação, não podendo, portanto, existir o primeiro sem o segundo ou vice-versa (SANTOS, 2018).

De modo similar, o pensamento de Coelho (2010), diz que Schumpeter fez associação pioneiramente a inovação ao empreendedorismo como processo que o permeia nas suas mais diversas formas e meios sem, no entanto, confundi-lo ou mesmo suplantá-lo. Pontua que o empreendedor impulsiona o capital, à medida que traz em si “a força destruidora e criativa” de novos mercados, produtos e serviços.

Em outras palavras, só se é empreendedor enquanto se consegue fazer novas combinações, pois, do contrário, a partir do momento que passar a dirigir o negócio e perder essa condição, torna-se apenas administrador. Logo, empreender e gerir são funções diferenciadas; as inovações necessariamente não precisam ser invenções. Isso remete ao pensamento de Schumpeter cuja diferenciação entre empreendedor e não-empreendedor se dá pelo ato inovativo. A para ilustrar este trabalho, tem-se como exemplo, que ao passar a dirigir a empresa e cuidar da burocracia, o empreendedor deixa de executar combinações novas, função que o caracterizava bem, e torna-se a partir daí um gestor (COELHO, 2010).

Por sua vez, Gramigna (2017) elenca determinadas competências ao empreendedor que se encontram entre as mais solicitadas no mercado. Entre elas, a capacidade empreendedora, que, para Gramigna (2017, p. 56) é “a facilidade para identificar novas oportunidades de ação e capacidade para propor e implementar soluções aos problemas e necessidades que se apresentam de forma assertiva e adequada ao contexto”.

Dentre as capacidades empreendedoras, destacam-se a implementação de ideias, acompanhamento das atividades e promoção de melhorias; a motivação diante de problemas, barreiras e desafios e a capacidade de criar alternativas novas e eficazes para a solução dos problemas detectados (GRAMIGNA, 2017).

REFERENCIAS

AUDRETSCH, D. B.; THURIK, A. R. **Capitalism and democracy in the 21st century: from the managed to the entrepreneurial economy.** *Journal of Evolutionary Economics*, New York, v. 10, n. 1-2, p. 17-34, 2020.

BARON, R. A. Psychological perspectives on entrepreneurship: cognitive and social factors in entrepreneurs' success. **Current Directions in Psychological Science**, New York, v. 9, n. 1, p. 15-18, 2020.

BARRINGER, B. R.; BLUEDORN, A. C. The relationship between corporate entrepreneurship and strategic management. **Strategic Management Journal**, Hoboken, v. 20, n. 5, p. 421-444, 2019.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

BYRNE, J.; FATTOUM, S.; DIAZ GARCIA, M. C. Role models and women entrepreneurs: entrepreneurial superwoman has her say. **Journal of Small Business Management**, Morgantown, v. 57, n. 1, p. 154-184, 2019

CENTOBELLI, P. et al. Exploration and exploitation in the development of more entrepreneurial universities: a twisting learning path model of ambidexterity. **Technological Forecasting and Social Change**, New York, v. 141, p. 172-194, 2019.

CHANDRA, Y. **Mapping the evolution of entrepreneurship as a field of research (1990-2013):** a scientometric analysis. PloS One, San Francisco, v. 13, n. 1, e0190228, 2018.

COELHO, Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota. Intraempreendedorismo e a inovação na gestão pública federal. **Revista do Serviço Público**: Rio de Janeiro, 2010.

CORNELIUS, B.; LANDSTRÖM, H.; PERSSON, O. Entrepreneurial studies: the dynamic research front of a developing social science. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Hoboken, v. 30, n. 3, p. 375-398, 2016.

CORTEZ, P. A.; VEIGA, M. S. Intenção empreendedora na universidade. **Ciências Psicológicas**, v. 13, n. 1, p. 143-149, 2019.

COVIN, J. G.; LUMPKIN, G. T. Entrepreneurial orientation theory and research: reflections on a needed construct. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Hoboken, v. 35, n. 5, p. 855-872, 2021.

CRAMMOND, R. J. Entrepreneurship: origins and nature. In: CRAMMOND, R. J. (Org.). **Advancing entrepreneurship education in universities**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 23-55.

DACIN, P. A.; DACIN, M. T.; MATEAR, M. Social entrepreneurship: why we don't need a new theory and how we move forward from here. **The Academy of Management Perspectives**, New York, v. 24, n. 3, p. 37-57, 2020.

DACIN, M. T.; DACIN, P. A.; TRACEY, P. Social entrepreneurship: a critique and future directions. **Organization Science**, Maryland, v. 22, n. 5, p. 1203-1213, 2021.

DAVIDSSON, P. Entrepreneurial opportunities and the entrepreneurship nexus: a re-conceptualization. **Journal of Business Venturing**, New York, v. 30, n. 5, p. 674-695, 2015.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor. A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. 6. Ed. São Paulo: Ed de Cultura, 2009.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 3.ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2008.

_____. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso: 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2015.

FELDMAN, M. S. Resources in Emerging Structures and Processes of Change. **Organization Science**, v.15, n. 3, p. 295-309, 2014.

GAMANIS, A. et al. Tracing the concept of entrepreneurship and the role of an entrepreneur: a critical review. International **Journal of Entrepreneurship and Innovative Competitiveness**, Cyprus, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019.

GARCIA, A. S.; ANDRADE, D. M. O campo de pesquisas do empreendedorismo: transformações, padrões e tendências na literatura científica (1990-2019). **Revista Brasileira de Inovação**, v. 21, ee022002, p. 1-30, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8663831>. Acesso em: 4 mar. 2023.

GARTNER, W. B.; VESPER, K. H. Experiments in entrepreneurship education: successes and failures. **Journal of Business Venturing**, New York, v. 9, n. 3, p. 179-187, 2004.

GOMES, Almiralva Ferraz. **O empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento local**. Bahia, 2011.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2017.

GRIMALDI, R. et al. 30 years after Bayh-Dole: Reassessing academic entrepreneurship. **Research Policy**, Amsterdam, v. 40, n. 8, p. 1045- 1057, 2021.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**: aumentando a competitividade através do intraempreendedoríssimo. São Paulo: Saraiva, 2006.

HISRICH, Robert; PETERS, Michael; SHEPHER, Dean. **Empreendedorismo**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

IRELAND, R. D. et al. Integrating entrepreneurship and strategic management actions to create firm wealth. **Academy of Management Perspectives**, New York, v. 15, n. 1, p. 49-63, 2021.

HISRICH, Robert; PETERS, Michael. **Empreendedorismo**: 5 ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2014.

JONES, M. V.; COVIELLO, N.; TANG, Y. K. International entrepreneurship research (1989-2009): a domain ontology and thematic analysis. **Journal of Business Venturing**, New York, v. 26, n. 6, p. 632-659, 2021.

LANDSTRÖM, H. **The evolution of entrepreneurship as a scholarly field**. Foundations and Trends® in Entrepreneurship, Boston, v. 16, n. 2, p. 65-243, 2020.

LANDSTRÖM, H.; HARIRCHI, G.; ÅSTRÖM, F. Entrepreneurship: exploring the knowledge base. **Research Policy**, Amsterdam, v. 41, n. 7, p. 1154-1181, 2012.

LEWIS, P. The quest for invisibility: female entrepreneurs and the masculine norm of entrepreneurship. **Gender, Work & Organization**, Oxford, v. 13, n. 5, p. 453-469, 2016.

LIÑÁN, F.; FAYOLLE, A. A systematic literature review on entrepreneurial intentions: citation, thematic analyses, and research agenda. **The International Entrepreneurship and Management Journal**, New York, v. 11, n. 4, p. 907-933, 2015.

LOW, M. B.; MACMILLAN, I. C. Entrepreneurship: past research and future challenges. **Journal of Management**, v. 14, n. 2, p. 139-161, 2018.

MCCLELLAND, D. C. et al. **Achieving society**. London: Simon & Schuster, 2019.

MITCHELL, R. K. et al. The distinctive and inclusive domain of entrepreneurial cognition research. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Hoboken, v. 28, n. 6, p. 505-518, 2014.

NUNES, Luciana Aparecida. **Nível de Intraempreendedorismo dos Dirigentes da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ**. Chapecó, 2019.

POLAKIEWICZ, R. O empreendedorismo na enfermagem: um novo espaço para o cuidado. **PEBMED**, São Paulo, 3 dez. 2019 Disponível em: <https://pebmed.com.br/oempreendedorismo-na-enfermagem-um-novo-espaco-para-o-cuidado/> Acesso em: 4 mar. 2023.

QUADRINI, V. Entrepreneurship, saving, and social mobility. **Review of Economic Dynamics**, Orlando, v. 3, n. 1, p. 1-40, 2020.

RAZIN, E.; LIGHT, I. Ethnic entrepreneurs in America's largest metropolitan areas. **Urban Affairs Review**, Thousand Oaks, v. 33, n. 3, p. 332-360, 2008.

ROEHR, M. D. A.; SCHMIDT, C. M.; CIELO, I. D. Intraempreendedorismo feminino no contexto público. **Revista Expectativa**. Toledo, v. 8, n. 8, 2019. p. 71-88.

SANTOS, Paulo da Cruz Freire dos. **Uma escala para identificar potencial empreendedor /** Paulo da Cruz Freire dos Santos; Orientador Álvaro Guillermo Rojas Lezana. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2018.

SCHLÄGEL, C.; KÖNIG, M. Determinants of entrepreneurial intent: a meta-analytic test and integration of competing models. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Hoboken, v. 38, n. 2, p. 291-332, 2014.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2020.

SHEPHERD, D. A. Party on! A call for entrepreneurship research that is more interactive, activity based, cognitively hot, compassionate, and prosocial. **Journal of Business Venturing**, New York, v. 30, n. 4, p. 489-507, 2015.

SOLOMON, G. T.; WEAVER, K. M.; FERNALD JUNIOR, L. W. A historical examination of small business management and entrepreneurship pedagogy. **Simulation & Gaming, Newbury Park**, v. 25, n. 3, p. 338-352, 2004.

SOUZA, C. P. da S. Processo de Intraempreendedorismo e Mudança Organizacional em uma Organização Universitária Pública Brasileira. In: Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 8, Goiânia, GO, 24 a 26 de março de 2014. **Anais...** São Paulo/SP: Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, ANEGEPE, 2014.

VERHEUL, I.; VAN STEL, A.; THURIK, R. Explaining female and male entrepreneurship at the country level. **Entrepreneurship & Regional Development**, London, v. 18, n. 2, p. 151-183, 2016.

ZAHRA, S. A.; GEORGE, G. International entrepreneurship: the current status of the field and future research agenda. In: HITT, M. et al. (Org.). **Strategic entrepreneurship: creating a new mindset**. Oxford: Blackwell, 2012. p. 255-288.

**A IMPORTÂNCIA DO DEBATE A RESPEITO DA
DEFINIÇÃO DE CIÊNCIA PÓS-COVID 19: UMA
POPULARIZAÇÃO FORÇADA**

**Biratan dos Santos Palmeira
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/5194617.1-6

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE A RESPEITO DA DEFINIÇÃO DE CIÊNCIA PÓS-COVID 19: UMA POPULARIZAÇÃO FORÇADA

DOI: 10.29327/5194617.1-6

Biratan dos Santos Palmeira

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Realiza-se neste trabalho uma pesquisa documental dos termos ciência, pesquisa, método científicos e sua popularização em tempos de pandemia de COVID19, tendo como objetivo discutir esses termos e sua aplicação no momento de pandemia. Foi utilizado como procedimento metodológico a análise documental de livros e artigos de autores reconhecidos pela comunidade científica sobre ciência e covid 19. Verificou-se que as definições de ciência transcendem das instituições produtoras de ciência e foram para os lares, para a mídia e para as conversas informais. Por se tratar de um estudo teórico, apresentam alguns problemas relacionados aos limites do próprio método e do tempo e duração do mesmo, novos estudos precisam ser atualizados para o termo ciência.

Palavras-chave: ciência; conhecimento; epistemologia; Educação.

ABSTRACT

A documentary research of the terms science, research, scientific method and their popularization in times of a COVID19 pandemic is carried out in this work, aiming to discuss these terms and their application at the time of a pandemic. As a methodological procedure, the documental analysis of books and articles by authors recognized by the scientific community on science and covid 19 was used. informal conversations. Because it is a theoretical study, it presents some problems related to the limits of the method itself and its time and duration, new studies need to be updated for the term science.

Keywords: science; knowledge; epistemology; Education.

RESUMEN

En este trabajo se realiza una investigación documental de los términos ciencia, investigación, método científico y su popularización en tiempos de la pandemia de COVID19, con el objetivo de discutir estos términos y su aplicación en tiempos de pandemia. Como procedimiento metodológico se utilizó el análisis documental de libros y artículos de autores reconocidos por la comunidad científica sobre ciencia y covid 19. Conversaciones informales. Por ser un estudio teórico, presenta algunos problemas relacionados con los límites del propio método y su tiempo y duración, nuevos estudios necesitan ser actualizados al término ciencia.

Palabras clave: ciencia; conocimiento; epistemología; Educación.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema ocorreu em função da importância do mesmo dentro do debate atual na busca por uma definição sobre ciência, principalmente sobre a banalização do termo durante a pandemia do COVID19 na área da saúde no Brasil. Este ensaio faz parte de uma reflexão a respeito do termo ciência e suas muitas implicações, sob a orientação do professor PHD Ricardo Figueiredo Pinto.

Como profissional de educação física, que concluiu esse ano uma especialização sobre Metodologia da Pesquisa, onde foram discutidas muitas percepções de pesquisa e de ciência, diversos autores foram apresentados, muitas definições e com a utilização do termo de forma simples e complexas, havendo uma relação direta entre os princípios da metodologia científica e da própria instituição ciência, onde até certos dias era para pouco e agora muitos conseguiram compreender a retidão, a precisão e o rigor que a ciência requer.

CONCEITOS DE CIENCIA

A ciência e o conhecimento científico são definidos de maneiras diferentes pelos diversos autores que abordam estes temas. Algumas definições são bastante semelhantes, outras levantam algumas diferenças. Contudo, a maior parte dos que buscam definir a ciência concordam que "ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes" (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 17).

Para Ferrari (1982, p. 8), ciência "é um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação". Desde o seu nascimento o homem interage com a natureza e os objetos ao seu alcance, observando as relações sociais e culturais no meio em que vive. E é através dessa observação e da sua interação com as pessoas e os objetos que o homem adquire conhecimento

Antes de começar a falar sobre CIÊNCIA, precisamos distinguir de senso comum, que é o saber comum. Diferente da ciência, não possui rigor ou comprovação, é baseado apenas na crença. Basta que uma pessoa ou grupo acredite, esse tipo de conhecimento pode ser tratado como se fosse um conhecimento verdadeiro. O senso comum é um saber subjetivo, varia de pessoa para pessoa e de grupo para grupo.

É baseado nas experiências cotidianas, por isso, também é chamado de saber empírico. Parte de uma observação superficial da realidade, buscando explicações que possam parecer razoáveis ou verossímeis.

A Ciência é o conhecimento que busca explicar os fenômenos obedecendo as leis que foram verificadas por métodos experimentais. A ciência baseia-se na regularidade, na previsão e no controle de fenômenos que podem ser observados, replicados em qualquer lugar.

A ciência é um modo de conhecer fundamentado em um método, o método científico. O método é o modo de funcionamento das ciências, é fundamentado na observação, na experimentação e na produção de teorias e leis. As teorias são constantemente testadas, visando sua comprovação ou substituição por outra teoria que resista à checagem.

O objetivo da ciência é explicar, descrever e prever os fenômenos a partir do desenvolvimento de procedimentos metodológicos que possam ser constantemente verificados e reproduzidos.

Para autores, como RUIZ 1997, LAKATOS 2015, são características da ciência:

Objetiva: a ciência é um conhecimento que pressupõe uma objetividade, ou seja, busca ser imparcial, com a mínima influência dos interesses pessoais, com linguagem clara, rigorosa e precisa para evitar ambiguidades.

Verificável: todas as teorias científicas são postas à prova. Teorias que não resiste à verificação são descartadas. A verificação deve ser realizada pelo próprio cientista ou por qualquer pessoa e também passa pelo julgamento da comunidade científica.

Controlada: todos os elementos das ciências devem ser controladas para possibilitar a sua verificação e reprodução.

Lógica: a ciência é um conhecimento baseado na lógica, não aceita contradições.

O conhecimento é um conjunto de informações adquiridas através da experiência ou da introspecção. Pode ser organizado sobre a estrutura de factos objetivos e acessíveis a vários observadores, através de um conjunto de técnicas e de métodos conhecido sob o nome de ciência. O vocábulo deriva do latim *scientia*, que significa precisamente conhecimento.

A aplicação sistemática dos respectivos métodos dá origem a novos conhecimentos objetivos (científicos), que adoptam a forma de previsões concretas, quantitativas e comprováveis. As previsões são susceptíveis de ser estruturadas em leis ou regras universais, que descrevem o funcionamento de um sistema e preveem como irão atuar em determinadas circunstâncias.

E nesse sentido de conhecimento, o termo costuma ser usado para descrever quando uma pessoa tem conhecimento sobre alguma coisa, mas não necessariamente referente a estudo. Por exemplo: “no dia da apresentação, todos ficaram espantados com tema que eu trouxe, como eu não tinha ciência do que estava acontecendo, senti-me um tanto quanto sem jeito” ou exemplo: “a mão não tinha nenhuma ciência do comportamento do seu filho na escola”.

Há também o termo “ciente” que deriva desse e possui similar significado, por exemplo: “você precisa estar ciente de que não existem mais oportunidades como essa no mercado”, “eu estou ciente de que você consegue fazer esse serviço para mim”.

A ciência pode ser dividida em ciência básica (a ciência que é considerada uma ciência fundamental e pura) e em ciência aplicada (quando é aplicado o conhecimento científico às necessidades humanas). Existem, por outro lado, outras classificações das ciências, como aqueles propostos pelo epistemólogo alemão Rudolf Carnap, quem as dividiu em ciências formais (despojados de conteúdo concreto, como é o caso da lógica e da matemática), ciências naturais (o seu objeto de estudo é a natureza. Exemplo: biologia, química, geologia) e em ciências sociais (estudam aspectos da cultura e da sociedade, como a história, a economia e a psicologia).

A definição de ciência básica é de que ela é aquela que tem como base a aquisição de novos conhecimentos e também no desenvolvimento de novas teorias, ou seja, ela é essencial para se gerar novas teorias. Enquanto que a ciência aplicada é aquela que tem seu foco na aplicação dos conhecimentos que já existem, também com o objetivo de adquirir novos conhecimentos e para se resolver problemas mais básicos.

Apesar de cada ciência ter o seu próprio método de investigação, os métodos científicos devem obedecer a vários parâmetros, como a reproduzibilidade (a capacidade de repetir uma experiência num determinado local e por qualquer pessoa) e a refutabilidade (a capacidade de uma teoria em ser submetida a provas que a contradigam/contrariem).

As etapas próprias do processo científico são a observação (com base numa amostra), a descrição detalhada, a indução (quando é extraído o princípio geral implícito dos resultados observados), a hipótese (que explica os resultados e a sua relação causa-efeito), a experiência controlada (para comprovar a hipótese), a demonstração ou a refutação da hipótese e, por fim, a comparação universal (para contrastar a hipótese com a realidade).

Para os cristãos, Deus é o criador de toda a ciência e sabedoria que há no mundo, tendo, por tanto, todo o conhecimento que existe.

Há ainda o que é conhecido como pesquisa científica que se trata do uso de processos metodológicos de investigação com o objetivo de se construir conhecimento humano, buscando respostas para problemas propostos sendo esse um processo sistemático e também racional.

Resumidamente podemos dizer que a ciência se caracteriza pelo conhecimento racional, sistemático, exato, verificável e, por conseguinte, falível. Conhecimento certo do real pelas suas causas. Conhecimento sistemático dos fenômenos da natureza e das leis que o regem, obtido pela investigação, pelo raciocínio e pela experimentação intensiva.

Conceito de ciência de Ander-Egg (1978) apud Marconi e Lakatos: A ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza.

Conceito de ciência de Trujillo (1974) apud Marconi e Lakatos: Assim, entendemos por ciência uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de preposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar. “A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação.

Definições conforme Iarozinski, 2012: Ciência Básica é a que trata dos aspectos gerais ou fundamentais da realidade, produzida sem preocupação com suas aplicações a curto prazo. A designação de Ciência Pura é muitas vezes utilizada como seu sinônimo, no sentido de que é a investigação feita sem qualquer preocupação com a aplicação. Alguns autores e cientistas não apreciam essas designações por entenderem que a aplicação dos conhecimentos gerados pode ser apenas uma questão de tempo ou de oportunidade, como demonstrado à exaustão pela história da Ciência. Estas pessoas preferem chamá-la Ciência Fundamental, no sentido de que se dedica à procura dos fundamentos ou causas dos fenômenos observados.

Ciência Aplicada é a produzida com a intenção de aplicar seus resultados à objetivos práticos, ou seja, na técnica. Para fazer isso, a ciência aplicada utiliza os conhecimentos gerados pela ciência básica

Os princípios da metodologia científica determinam a nova ciência

Uma das principais características do conhecimento científico é a sua estruturação, pois consiste num saber ordenado, o qual é construído a partir de um conjunto de ideias. Outra característica do conhecimento científico é ser verificável, isto é, determinada ideia deve ser verificada e comprovada sob a perspectiva da ciência para que possa fazer parte do conhecimento científico.

O conhecimento científico é falível, não sendo definitivo, pois determinada ideia pode ser substituída por outra, a partir de novas comprovações e experimentações científicas (MASCARENHAS, 2017).

O trabalho científico deve seguir a ótica da ciência, a fim de investigarmos um tema importante da nossa pesquisa. Conforme Silva (2017), a ciência pode ser verificada sob duas dimensões: – relativa ao caráter comprehensivo: contextualiza uma questão específica estudada em vasto conteúdo e, – operacional: refere-se a aspectos lógicos e técnicos da investigação; envolve decisões muitas vezes complexas sobre como interpretar os dados, identificar problemas, prosseguir após a resolução deles e identificar quando finalizado o processo de investigação.

O início do trajeto para se chegar à ciência, começa com o desenvolvimento de um plano de pesquisa. A construção do plano inicia com a construção de um pequeno projeto que abrange o que se pretende realizar. Depois de elaborar a ideia geral é preciso definir as etapas do trabalho científico.

Sabemos que todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, mas nem todas as áreas de estudo que empregam estes métodos são ciências. Desta forma podemos entender que a utilização de métodos científicos não é de uso apenas na ciência, mas não há ciência sem a utilização de métodos científicos.

Conceito de método (alguns deles): Método é o “caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (Hegenberg, 1976, apud Marconi e Lakatos).

- “Método é uma forma de selecionar técnicas, forma de avaliar alternativas para ação científica... Assim, enquanto as técnicas utilizadas por um cientista são fruto de suas decisões, o modo pelo qual tais decisões são tomadas depende de suas regras de decisão. Métodos são regras de escolha; técnicas são as próprias escolhas” (Ackoff in Hegenberg, 1976, apud Marconi e Lakatos).

- “Método é uma forma de proceder ao longo do caminho. Na ciência os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo” (Trujillo, 1975, apud Marconi e Lakatos).

“Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado (...) é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências” (Jolivet, 1979, apud Marconi e Lakatos).

- “Método é o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos” (Nérici, 1978, apud Marconi e Lakatos).
- “Método é um procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material ou conceitual” (Bunge, 1980, apud Marconi e Lakatos).
- Método científico é “um conjunto de procedimentos por intermédio dos quais (a) se propõe os problemas científicos e (b) colocam-se à prova as hipóteses científicas” (Bunge, 1974, apud Marconi e Lakatos)

Ciência e a pandemia de COVID 19

Do que vimos sobre as limitações das concepções indutivista e falseacionista de ciência, transparece que elas representam as teorias científicas e suas relações com a experiência de modo demasiadamente simples e fragmentário. A inspeção da natureza, gênese e desenvolvimento das teorias científicas reais evidencia que devem ser consideradas como estruturas complexas e dinâmicas, que nascem e se elaboram gradativamente, em um processo de influenciação recíproca com a experiência, bem como com outras teorias.

Essa visão da ciência é ainda apoiada por argumentos de ordem filosófica e metodológica. Se é verdade que as teorias científicas devem apoiar-se na experiência embora não dos modos descritos pelo indutivismo e pelo falseacionismo, residindo mesmo nela a sua principal razão de ser, não é menos verdade que a busca, condução, classificação e análise dos dados empíricos requer diretrizes teóricas.

Além disso, a própria malha conceitual na qual formulamos nossas ideias e experiências sensoriais constitui-se ao menos parcialmente pela atuação de nosso intelecto. No caso específico dos conceitos abstratos da ciência, o exame de sua criação e evolução mostra que surgem tipicamente como ideias vagas, só adquirindo significado gradualmente mais preciso à medida que as teorias em que comparecem se estruturam, embasam e ganham coerência.

Por fim, em contraste com o que propõe a visão indutivista (e talvez também a falseacionista), as teorias científicas não consistem de meros aglomerados de leis gerais. Devem

incorporar ainda regras metodológicas que disciplinem a absorção de impactos empíricos desfavoráveis, e norteiem as pesquisas futuras com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Novos conceitos e a popularização da ciência em tempos de pandemia

A concepção lakatosiana de ciência envolve um novo critério de demarcação entre ciência e não-ciência. Lembremos que o critério indutivista considerava científicas somente as teorias provadas empiricamente. Tal critério é, como vimos, forte demais: não haveria, segundo ele, nenhuma teoria genuinamente científica, pois todo conhecimento do mundo exterior é falível.

Também o critério falseacionista, segundo o qual só são científicas as teorias refutáveis, elimina demais: como nenhuma teoria pode ser rigorosamente falseada, nenhuma poderia classificar-se como científica.

O critério de demarcação proposto por LAKATOS, por outro lado, adequadamente situa no campo científico algumas das teorias unanimemente tidas como científicas, como as grandes teorias da física. Esse critério funda-se em duas exigências principais: uma teoria deve, para ser científica, estar imersa em um programa de pesquisa, e este programa deve ser progressivo. Deixemos a LAKATOS a palavra (1970, pp. 175-6):

Pode-se compreender muito pouco do desenvolvimento da ciência quando nosso paradigma de uma porção de conhecimento científico é uma teoria isolada, como ‘Todo cisne é branco’, solta no ar, sem estar imersa em um grande programa de pesquisa. Minha abordagem implica um novo critério de demarcação entre ‘ciência madura’, que consiste de programas de pesquisa, e ‘ciência imatura’, que consiste de uma colcha de retalhos de tentativas e erros

...
A ciência madura consiste de programas de pesquisa nos quais são antecipados não apenas fatos novos, mas também novas teorias auxiliares; a ciência madura possui ‘poder heurístico’, em contraste com os processos banais de tentativa e erro. Lembremos que na heurística positiva de um programa vigoroso há, desde o início, um esboço geral de como construir os cinturões protetores: esse poder heurístico gera a autonomia da ciência teórica.

Essa exigência de crescimento contínuo [progressividade do programa] é minha reconstrução racional da exigência amplamente reconhecida de ‘unidade’ ou ‘beleza’ da ciência. Ela põe a descoberto a fraqueza de dois tipos de teorização aparentemente muito diferentes entre si. Primeiro, evidencia a fraqueza de programas que, como o marxismo ou o freudismo, são indubitavelmente ‘unificados’, e fornecem um plano geral do tipo de teorias auxiliares que irão utilizar para a absorção de anomalias, mas que invariavelmente criam suas teorias na esteira dos fatos, sem ao mesmo tempo anteciparem fatos novos. (Que fatos novos o marxismo previu desde, digamos, 1917?) Em segundo lugar, ela golpeia sequências remendadas de ajustes ‘empíricos’ rasteiros e sem imaginação, tão frequentes, por exemplo, na psicologia social moderna. Tais ajustes podem, com o auxílio das chamadas ‘técnicas estatísticas’, produzir algumas previsões ‘novas’, podendo mesmo

evocar alguns fragmentos irrelevantes de verdade que encerrem. Semelhantes teorizações, todavia, não possuem nenhuma ideia unificadora, nenhum poder heurístico, nenhuma continuidade. Não indicam nenhum programa de pesquisa, e são, no seu todo, inúteis.

Entre os diferentes paradoxos que povoam a atualidade situa-se a proliferação de informações, especialmente propiciadas pela expansão do acesso à internet (LIMA, 2020), porquanto poderia supor-se que eliminaria o desatino da alienação e da desinformação. Contudo, paradoxalmente, as novas tecnologias se prestam a captar, difundir e multiplicar milhares de dados, todavia não são mecanismos neutros, pois podem ser manipulados por grupos ideológicos, políticos, mercantis ou religiosos para lograr desígnios específicos. A afinidade com a tragédia em curso dos bens ambientais pode ser aparada por uma ecologia política e que por sua vez requer que de alguma forma se ancore em um projeto de sociedade.

Enfim, quem é sujeito e quem é objeto se considerarmos o transcurso da pandemia do Covid-19? ou nas mudanças climáticas? São circunstâncias em que causa e efeito se mesclam ou fundem em uma amalgama, pois na circulação os dois polos passam a ser dinâmicos ou sujeitos de ação. As desigualdades se manifestam presentes de forma constrangedora, uma vez que “tanto as injustiças ambientais, urbanas e climáticas como a pandemia do vírus não atingem, afetam, impactam e tem consequências iguais para todos” (MACHADO, 2020, p. 35).

Por fim, o paradoxo das inovações tecnológicas diante das quais os educadores ambientais não estão imunes: adquirir senso de discernimento quanto ao impacto de novas tecnologias na saúde humana e do planeta com operações aparentemente de maior risco (PIAIA; CERVI, 2020). Entenda-se que os tempos pandêmicos fizeram crescer a adesão de crianças e jovens aos jogos eletrônicos e às redes sociais cuja ótica pode não ser penhor da melhor forma de pesquisar ou buscar informação, mas já é um alento, onde certos direitos foram perdidos e outros reforçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cientista analisa o atual momento pelo qual passa a ciência no Brasil e identifica possíveis caminhos através da mediação de uma metodologia científica, com muitas horas voltadas em pesquisa teórica e empírica. Ao apontar para as delicadas capacidades para a tomada de decisão para a inovação das novas práticas frente às consequências pandêmicas se

faz presente uma interpretação cujo alicerce é o conhecimento acumulado e produzido por outros centros mais desenvolvidos.

Os obstáculos enfrentados em tempos pandêmicos advertem que nem a ciência, nem as novas ondas viróticas podem ser analisadas como desconectadas das sociedades que a produzem, bem como estas últimas localizam-se encaixadas em determinadas regiões. Assim a educação para a ciência deve estar conectada à produção de redes de coexistência e interdependências. Grandes desafios à ciência, aqui insuficientemente apontados, suscitados em decorrência da pandemia pode fazer emergir alternativas se lidas as devidas lições. A junção da dimensão individual e coletiva, do poder associado ao fascínio e sedução, de expectativas e de vontades podem criar elos em torno de um projeto amplo de educação desde o ensino fundamental. O contexto da pandemia nos fez reconhecer as incontestáveis relações entre ciência e saúde, entre cuidado de si, dos outros e do ambiente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B.; MARIN, Rosa E. A.; MELO, Eriki A. (Org.) Pandemia e Território. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade. 2. Ed. São Paulo: 34, 2011

GROSSI, Miriam P.; TONIOL, Rodrigo (org). Cientistas sociais e o Corona vírus. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURENÇO Filho, M. B. Introdução ao estudo da Escola Nova. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa. 2.ed. São Paulo: EPU, 2013.

MALLMANN, E.M. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 155. p. 76-98. 2015.

MASCARENHAS, J. V. D. Os Tipos de Conhecimento e suas Referentes Características. Disponível em: [.Acesso em 24 de out. 2022.](#)

MATTAR, J. Metodologia científica na era digital. São Paulo: Saraiva, 2017.

PIAIA, Thami C.; CERVI, Jacson R. E se tivermos errado o caminho? Reflexões sobre questões ambientais-tecnológicas em tempos de covid-19. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 8, n. 16, p. 152-163, 2020.

PINTO, Céli R. J. As ciências e o conhecimento como ameaças, in GROSSI, Miriam P.; TONIOL, Rodrigo (org). *Cientistas sociais e o Corona vírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, p. 355-359.

RELATO DE VIVENCIA NA DISCIPLINA: TEORIA DO MOVIMENTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

**Caroline Rodrigues Almeida
Cristiano Reis da Silva
Sabrina Maia Soeiro**

RELATO DE VIVENCIA NA DISCIPLINA TEORIAS DO MOVIMENTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

DOI: 10.29327/5194617.1-7

Caroline Rodrigues Almeida

Cristiano Reis da Silva

Sabrina Maia Soeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

INTRODUÇÃO

A disciplina teorias do movimento em educação física, foi ministrada pelo professor pós-doutor Ricardo Figueiredo Pinto no curso de licenciatura em educação física da Universidade do estado do Pará no programa FormaPará no município de Tracuateua-Pa.

A disciplina abordou métodos pedagógicos por meio de conteúdos teóricos e práticos utilizados nas aulas educação física. Foram utilizadas diversas dinâmicas visando a aprendizagem dos conteúdos da referida disciplina. Esta disciplina teve por objetivo estudar especialmente as teorias psicomotricidade, desenvolvimento motor e aprendizagem motora, da criança ao idoso, utilizando como ferramenta para estas práticas a modalidade esportiva ManBol como aspecto de valorização do esporte criado em nosso estado (**Pará**).

DESENVOLVIMENTO

Utilizamos para esta experiência pessoas de diferentes faixas etárias, da criança ao idoso, trabalhando com atividades utilizadas no esporte ManBol, o qual foi criado em 2004 no estado do Pará inspirado em brincadeiras de criança, onde utilizava-se uma fruta popular do estado para realizar arremessos durante a brincadeira, **manga**, que serviu mais tarde de inspiração para o nome desta modalidade MANBOL criado por Rui Hildebrando, até então residente na cidade de Parauapebas-PA.

O desenvolvimento da disciplina foi planejado de forma que os acadêmicos pudessem vivenciar as teorias do movimento a partir do esporte ManBol e por meio de uma atividade de caminhada, a qual foi desenvolvida com a participação de todos, desde o planejamento a execução da mesma.

Portanto foram em dois momentos o desenvolvimento dos conteúdos da disciplina, sendo o primeiro desenvolvendo os conteúdos teóricos e práticos utilizando a prática do esporte ManBol, da iniciação ao jogo.

No primeiro momento do processo ensino aprendizagem, sobe as orientações pedagógicas do docente da disciplina, foram utilizadas dinâmicas recreativas, por meio do ManBol, dos conteúdos como esquema corporal, lateralidade, ritmo, equilíbrio, consciência corporal, maturação, psicomotricidade, desenvolvimento motor e aprendizagem motora.

Visando a participação de todos as dinâmicas das aulas possibilitaram que, por exemplo, alguns alunos participavam de forma ativa, executando as atividades, e outros de forma passiva, observando e registrando o desenvolvimento das atividades. Mas sempre estimulando a participação de todos.

Como já dito anteriormente, as dinâmicas das aulas foram pautadas neste novo esporte e de forma lúdica e recreativa, as quais tiveram total aceitação dos alunos na disciplina. Sempre ao final de cada turno de aulas, os quais eram desenvolvidas durante quatro horas pela manhã e quatro horas no turno da tarde, havia um momento de avaliação do que tinha sido desenvolvido.

Neste momento todos podiam se manifestar, em uma grande roda de conversa, sobre o entendimento, aprendizagem e compreensão dos conteúdos e dinâmicas trabalhadas, desempenho da turma, além de avaliar os aspectos positivos e negativos das aulas, e por fim a apresentação de sugestões para serem utilizadas nas aulas seguintes.

Ainda referente ao primeiro momento houve a realização de um breve torneio de iniciação do ManBol, para tal foram montadas nove equipes de quatro integrantes cada uma que jogaram entre si, finalizando com uma equipe vencedora, e os demais alunos que não jogaram o torneio ficaram responsáveis em fazer a arbitragem dos jogos. O que resultou numa experiência muito interessante e rica em aprendizagem dos conteúdos da disciplina.

A seguir apresentamos algumas fotos de algumas aulas desenvolvidas no primeiro momento:

Foto 01: Aula Prática



Foto 02: Aula Prática



Fonte: arquivo pessoal

Foto 03: Aula Prática



Fonte: arquivo pessoal

Foto 04: Aula Prática



Fonte: arquivo pessoal

Foto 05: Aula Prática



Fonte: arquivo pessoal

Foto 06: Aula Prática



Fonte: arquivo pessoal

Fonte: arquivo pessoal

No segundo momento do processo ensino aprendizagem foi proposto aos alunos, o que foi aceito por todos, a realização de uma vivência motora, uma caminhada, na qual os alunos pudessem exercitar desde o planejamento de uma ação até o relatório final desta ação, e para isto foi desenvolvida uma caminhada, a qual foi denominada “Caminhando para a saúde”, nas ruas da cidade.

Esta atividade foi planejada com os alunos e na mesma deveria ser vivenciado o máximo possível dos conteúdos da disciplina, como coordenação, percepção, equilíbrio, coordenação motora e coordenação viso motora, lateralidade, aprendizagem motora, e demais conteúdos já trabalhados.

Neste sentido foi planejado o tempo de 60 minutos de caminhada e que cada um teria seu ritmo, porém foi sugerido pelo docente da disciplina que este implementaria um ritmo de 10 min para cada quilômetro percorrido, totalizando assim 6 km em uma hora de caminhada. Porém cada um desenvolveria sua caminhada de acordo com suas condições, em ritmo mais ou menos forte do que foi sugerido. Tivemos como resultado que dois alunos acompanharam o ritmo do professor percorrendo 6 Km em 57 minutos, enquanto que os demais percorreram uma menor distância nos 60 min previstos. de forma passiva que coordenaram a ação.

Nesta ação tivemos de forma ativa na caminhada 45 alunos e 4 de forma passiva que coordenaram a ação. A ação contou também com a participação de pessoas externas ao grupo de alunos, moradores do município de Tracuateua, lembrando que intuito de promover a caminhada visava também incentivar mais pessoas para a prevenção de doenças, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas, e com isso tivemos uma boa adesão de interessados considerando a pouca divulgação que foi feita da caminhada, mas contamos com a presença e incentivo da prefeitura do município e especialmente do prefeito que se fez presente na ação.

Vale ressaltar que antes da iniciar a caminhada foi servido um café da manhã aos participantes, e que após a ação foram sorteados brindes aos mesmos doados pelo docente da disciplina e por comerciantes locais.

A seguir apresentamos algumas fotos da caminhada, nos momentos pré, durante e após a mesma.

Foto 07 Café da manhã

Foto 08 Café da manhã



Fonte: arquivo pessoal

Foto 09 Aquecimento



Fonte: arquivo pessoal

Foto 10 Caminhada



Fonte: arquivo pessoal

Foto 12 Entrega de brindes



Fonte: arquivo pessoal

Foto 10 Aquecimento



Fonte: arquivo pessoal

Foto 11 Caminhada



Fonte: arquivo pessoal

Foto 13 entrega de brindes



Fonte: arquivo pessoal



Fonte: arquivo pessoal

Foto 14 Convidada na Caminhada



Fonte: arquivo pessoal

E para finalizar com os alunos concluindo a disciplina, nos dias 27 e 28 de fevereiro 2023 foram gravadas aulas de atividades motoras planejadas pelos alunos a partir do esporte ManBol e da caminhada como avaliações finais da disciplina. E os registros destas produções estarão disponíveis em breve no canal do Laboratório de Desenvolvimento infanto Juvenil – LADEINJU, do curso de graduação em educação física da UEPA – GEDF.

Foto 15 Aula gravada



Fonte: arquivo pessoal

Foto 16 Aula gravada



Fonte: arquivo pessoal

Foto 17 Aula gravada



Fonte: arquivo pessoal

CONCLUSÃO

Concluímos que esta experiência, trouxe resultados positivos e visíveis no processo de ensino aprendizagem desta disciplina, com métodos recreativos e de muito potencial para a compreensão da psicomotricidade, do desenvolvimento motor e da aprendizagem motora humana.

Estas teorias da forma que foram associadas ao esporte Manbol e a caminhada sem dúvida nenhuma possibilitou um melhor entendimento, aprendizagem e compreensão das teorias referidas além das duas modalidades de exercícios físicos.

Finalmente ficou também visível que os alunos de graduação que participaram da aulas tiveram momentos não só de estudos mas de prazer e felicidade em estudar os conteúdos planejados. E não podemos esquecer que a disciplina deixou ainda mais um grande legado que foi o e-book da disciplina que poderá ser consultado ao longo do curso.

BIBLIOGRAFIA

GALLAHUE, D. L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebê, crianças, adolescentes e adultos. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PINTO, Ricardo Figueiredo. Coleção Livro Didático Digital (CLDD) Vol 5. Teorias do movimento e educação física. Editora Conhecimento & Ciência – Belém – Pará – Brasil, 2023, 18 p.

PINTO, Ricardo Figueiredo. Educação Física e Saúde. Vol. 3. Coleção Livro Didático Digital (CLDD) – Editora Conhecimento & Ciência – Belém – Pará – Brasil, 2022, 23p.

SILVA, J. V. Crescimento e desenvolvimento humano e aprendizagem motora. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER**

**Fernando Costa Barroso
Roseane Monteiro-Santos**

DOI: 10.29327/5194617.1-8

PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

DOI: 10.29327/5194617.1-8

Fernando Costa Barroso
Roseane Monteiro-Santos

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar a situação da participação social da pessoa com deficiência nos espaços de lazer. Este estudo é um estudo exploratório, qualitativo, do tipo de revisão de literatura com características de revisão integrativa após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, dos 21 resultados encontrados nas bases eletrônicas de dados, obteve-se um total de 10 estudos, dentre estes, 5 localizavam-se na base de dados Google Acadêmico e o outros 5 na BDTD. A partir dos dados levantados no presente estudo notou-se às diversas barreiras que impedem a participação social da PCD como a ausência de equipamentos públicos acessíveis, pelo pouco investimento em políticas públicas de acessibilidade, barreiras atitudinais, ausência da participação da população na criação de projetos de espaço de lazer, para que assim tais espaços não abracem apenas uma parcela da população, mas a todos.

Palavras-chave: Participação Social. Pessoa Com Deficiência. Lazer

ABSTRACT: The objective of this study was to investigate the situation of social participation of people with disabilities in leisure spaces. This study is an exploratory, qualitative study, of the type of literature review with characteristics of an integrative review after applying the inclusion and exclusion criteria, of the 35 results found in the electronic databases, a total of 10 studies were obtained, among of these, 5 were located in the Google Scholar database and the other 5 in the BDTD. From the data collected in the present study, it was noted the various barriers that prevent the social participation of PCD such as the lack of accessible public facilities, the little investment in public accessibility policies, attitudinal barriers, lack of participation of the population in the creation of leisure space projects, so that such spaces do not embrace just a portion of the population, but all.

Keywords: Social Participation. Disabled Person. Recreation

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar la situación de la participación social de las personas con discapacidad en los espacios de ocio. Este estudio es un estudio exploratorio, cualitativo, del tipo revisión de literatura con características de revisión integradora luego de aplicar los criterios de inclusión y exclusión, de los 21 resultados encontrados en las bases de datos electrónicas se obtuvo un total de 10 estudios, entre estos, 5 se ubicaron en la base de datos de Google Scholar y los otros 5 en la BDTD. A partir de los datos recogidos en el presente estudio, se notaron las diversas barreras que impiden la participación social de los PCD, como la falta de equipamiento público accesible, la poca inversión en políticas públicas de accesibilidad, barreras actitudinales, falta de participación de la población en la creación de proyectos de espacio de ocio, para que dichos espacios no abarquen sólo a una parte de la población, sino a toda.

Palabras clave: Participación Social. Persona discapacitada. Ocio

INTRODUÇÃO

A partir da vivência e experiência com a temática do lazer dentro da universidade (UEPA) no curso de Educação Física, sendo essa também uma das disciplinas obrigatórias no curso, e com a oportunidade de criar e desenvolver atividades de lazer nos diversos espaços sociais, como CRAS, lar de idosos, CAPS, associações para pessoa com deficiência (PcD), dentre elas ADVASP – Associação dos Deficientes Visuais e Amigos do Sudeste do Pará, e nas escolas públicas de ensino infantil, é que surgiu interesse em estudar a participação social da pessoa com deficiência nos espaços públicos de lazer.

O lazer é reconhecido desde 1988 no Brasil como direito social, além do qual estão amalgamados outros direitos como: educação, saúde, trabalho, moradia e segurança (BRASIL, 1988). Para mais, a Constituição ordena aos poderes públicos incentivar o lazer, sendo este um direito social constitucional, estando no artigo 6º, *caput*, artigo 7º, IV, artigo 217, § 3º, e artigo 227. Diante do exposto, todas as pessoas de igual forma, por lei, têm direito ao lazer.

Para Beltrame (2018) o lazer ocupa um espaço em oposição ao trabalho, atuando como uma válvula de escape para o estresse, compensador de algumas questões da vida, desta forma o lazer assume um importante papel social, ou seja, no lazer as pessoas são incentivadas a compartilhar os mesmos valores dentro dos componentes do sistema, desta forma o tempo livre é um dos fatores de integração do homem a um grupo, unindo pessoas de diversos campos profissionais e níveis socioeconômicos diferentes, atuando como facilitador nas relações humanas.

Para que tal direito seja exercido, é necessário que tais locais estejam preparados para receber a todos, não apenas pessoas com deficiências específicas, como também pessoas com mobilidade reduzida, o qual se inserem pessoas com sobrepeso, grávidas, idosos além de outros grupos que se encaixam neste contexto, porém, não vamos aprofundar no momento. Quanto às deficiências específicas, são pessoas com deficiência visual, auditiva, motora, mental e paralisia cerebral.

Não há como falar de integração social sem trazer à tona a temática acessibilidade, pois a mesma está amalgamada à inclusão, e integração social da pessoa com deficiência. O tema acessibilidade é um assunto de grande importância social, visto que, a acessibilidade abre espaço para que todos tenham acesso aos espaços públicos e equipamentos urbanos de forma independente; como a instituição educacional, áreas de cultura, lazer, esporte, e trabalho etc. (SOUZA, 2021).

Apesar de ser um assunto que nos últimos anos temos observado com uma certa frequência, o tema acessibilidade tem um contexto histórico que denota a grandes conquistas das pessoas com deficiência, as quais por muito tempo foram excluídas da sociedade, e deixadas à margem, no entanto com o surgimento de grandes discussões sobre o tema e com o processo de legalização da inclusão, e conquista de seus direitos, essa realidade tem mudado. (BELTRAME, 2018).

A acessibilidade é a possibilidade de perpassar os entraves que representam as barreiras, para participação ativa e autônoma das pessoas na vida social, a acessibilidade também é um fator de inclusão social primordial, para a pessoa com deficiência, como ressalta Batistel (2020), o espaço público deve ser um espaço democrático, e oferecer a mesma possibilidade a todos, em destaque o direito de ir e vir.

Ainda existem obstáculos ao acesso de equipamentos, serviços sociais e culturais, ou seja, a pessoa com deficiência sofre privação de liberdade social e equidade nos envolvimentos sociais os quais são fundamentais na vida do ser humano. Dada a problemática desta pesquisa, é que se faz a seguinte pergunta norteadora: Qual a conjuntura da participação social e acesso da pessoa com deficiência aos espaços de lazer?

O objetivo deste estudo foi investigar a situação da participação social da pessoa com deficiência nos espaços públicos de lazer.

Propõe-se por meio deste artigo uma revisão de literatura com caráter de revisão integrativa, qualitativa, nas bases de dados eletrônicos, com o intuito de investigar, discutir e refletir sobre a questão da participação social no que diz respeito ao lazer da pessoa com deficiência nos diversos espaços sociais, além desta pesquisa cooperar como documento para trazer a luz as pesquisas mais atuais sobre o assunto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acessibilidade e políticas públicas

Na década de 1950, profissionais de reabilitação começaram a denunciar a existência de barreiras físicas que impediam a mobilidade de pessoas com deficiência. Durante as décadas de 1960 e 1970, as universidades americanas começaram a desmantelar as barreiras arquitetônicas em seus campi, e o primeiro centro de vida independente do mundo nasceu na Califórnia, EUA. Em 1975, foi publicada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 1975): “As pessoas com deficiência, independentemente da origem, natureza e gravidade de sua

deficiência, têm direitos essencialmente os mesmos que seus cidadãos da mesma idade ". (PERUQUE, 2018)

A década de 1980 foi marcada por campanhas mundiais para alertar a sociedade para as barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a retirada destas, mas também a não inserção das barreiras em projetos arquitetônicos futuros. Em 1990, conceitos de design universal surgiram de uma visão de diversidade humana, que estendeu o conceito de acessibilidade para incluir dimensões arquitetônicas, comunicação, vertical, etc.

O tema acessibilidade é um assunto de grande importância social, visto que, a acessibilidade posta em prática abre espaço para que todos tenham acesso aos espaços públicos de forma independente; como a instituição educacional, áreas de cultura, lazer, esporte, e trabalho etc. Apesar de ser um assunto de grande importância social percebe-se que ainda não é integralmente cumprido pelo poder público.

Atualmente devido a diversos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, muito do que se conquistou até os dias atuais no que diz respeito à acessibilidade não tem eficiência, a acessibilidade vem ser uma das legalidades que se apresenta negligenciada social (GARCIA AT AL, 2018). Mesmo com a criação de políticas públicas que visam promover a acessibilidade, ainda assim percebe-se a negligência dos governos na consecução de projetos de lazer que agalguem a inclusão.

A acessibilidade está relacionada a autonomia que qualquer pessoa tenha de se locomover em qualquer espaço, Bernardini e Carmo (2021) destaca que a prática da atividade física nos espaços de lazer depende diretamente do atendimento da necessidade dos diferentes grupos sociais, além da importância da participação dos próprios usuários na concepção do projeto.

Dessa forma as políticas de acessibilidade destacam-se à medida que aumenta a preocupação com o atendimento das pessoas com deficiência física, a fim de que tenham espaço na sociedade. São pessoas fisicamente limitadas; aquelas com alguma deficiência física, como a pessoa com deficiência – PDC ou a pessoa com mobilidade reduzida – PMR, segundo o Decreto Federal nº 5.296/04, Art. 5º, Inciso II,

A Pessoa com Deficiência – PD é a pessoa que possui algum tipo de limitação ou incapacidade para o desempenho de alguma atividade. Enquadram-se nesta categoria pessoas com: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. (Decreto Federal nº 5.296/04, Art. 5º, Inciso II). 2 A Pessoa com Mobilidade Reduzida – PMR é pessoa que possui uma dificuldade de movimento (permanente ou temporária), gerando redução de mobilidade,

flexibilidade, coordenação motora, percepção, mas não se agrupa à PCD. Incluem-se nesta categoria os idosos, os obesos e as gestantes. (Decreto Federal nº 5.296/04, Art. 5º, Inciso II).

Ademais a Lei nº. 10.098 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000) estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade da PCD, e da Pessoa com mobilidade reduzida, a fim de extinguir as barreiras e os obstáculos nos espaços públicos, mobiliário urbano, na construção civil, no transporte público e comunicação. A presente lei propõe definições de acessibilidade, barreiras e entraves que impossibilitem o acesso e o direito de ir e vir da PCD.

À vista disso torna-se importante o desenvolvimento de políticas públicas de acessibilidade, para Demarchi e Maieski (2020), o desenvolvimento de políticas públicas de acessibilidade são baseadas em indicadores sociais a partir de requisitos específicos, possibilita a construção de projetos inclusivos, com a acessibilidade como um cinto, garantindo às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida viver de forma independente, exercer seus direitos civis e sociais.

Para a promoção de um espaço público acessível é necessário que haja um planejamento das estruturas arquitetônicas do espaço público que atendam as normas da acessibilidade, Tronca (2019) ressalta que infelizmente a ideia de acessibilidade associa-se apenas as barreiras físicas, que de certa forma omite-se as necessidades que tem relação a outros tipos deficiência, portanto deve-se pensar em ações que estejam voltadas a outros tipos de deficiência, sejam físicas ou motoras.

A norma técnica NBR 9050/2020, a qual baseia-se no Desenho universal, na construção ou de reforma dos espaços públicos, livre de obstáculos, barreiras e 100% acessível a qualquer pessoa. As normas técnicas no Brasil são elaboradas pela ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, criada em 1940, a qual foi considerada utilidade pública em 21 de novembro de 1962 pela Lei nº 4.150. (ABNT, 2009)

A NBR 9050 foi criada em 1985, até o momento passou por quatro revisões, a primeira em 1994, a segunda em 2004 (corrigida em 2005), a terceira em 2015, e a quarta 2020 (corrigida em 2021); a qual deve-se observar os critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Concepções acerca do lazer

A priori é necessário entender o papel do lazer e o seu sentido na sociedade, não apenas como um conjunto de ocupações às quais as pessoas se entregam em seu tempo livre, mas também sobre a importância social que este tem para os indivíduos dentro da sociedade.

Dumazedier (1974) Denota que o lazer está ligado à atividades desinteressadas do homem, as quais relacionam-se ou se contradizem com as necessidades da sociedade, para o autor o lazer define-se sobre três princípios, para o divertimento, descanso e desenvolvimento pessoal, desta forma uma pessoa consegue aproveitar o lazer no quanto libera-se das obrigações do trabalho, lazer não é diretamente sinônimo de tempo livre, à medida que o mesmo se restringe ao limite do tempo do trabalho, dentre outras atividades.

O Lazer está além de atividades que dizem respeito que as são desenvolvidas no tempo livre para Nunes e Hutz (2014) o lazer é definido a partir de um conjunto de estruturas que dizem respeito às necessidades do corpo e do espírito, o quais são; lazeres físicos, práticos, intelectuais, artísticos e sociais, nos limites econômico, social, político e cultural dentro da sociedade.

Pillon e Silva (2019) Denotam que lazer é um objeto e instrumento de educação, assim, as práticas corporais podem ser experimentadas, de forma que as pessoas revejam seus conceitos e sentidos na sociedade, para este efeito, é essencial que tenham acesso a ações educativas no sentido de educação para e pelo lazer.

Para Beltrame (2018) o lazer ocupa um espaço em oposição ao trabalho, atuando como uma válvula de escape para o estresse, compensador de algumas questões da vida” desta forma o lazer assume um importante papel social, ou seja, no lazer as pessoas são incentivadas a compartilhar os mesmos valores dentro dos componentes do sistema, desta forma o tempo livre é um dos fatores de integração do homem a um grupo, unindo pessoas de diversos campos profissionais e níveis socioeconômicos diferentes, atuando como facilitador nas relações humanas.

O lazer é vivenciado, como uma atividade simples, dependendo da pessoa que o realiza. Marques (2019) ressalta que o lazer pode ser praticado pelas pessoas no tempo livre estando elas sozinhas ou acompanhadas, totalmente sem relação com o trabalho ou tarefas do cotidiano, trazendo à tona a interação social e coletiva, desta forma as atividades de lazer não dependem de condição financeira para terem valor, as quais vão desde ler um livro, caminhar, brincar, estar com os amigos, dentre outras atividades.

A partir dessas ideias pode-se perceber o lazer como um fenômeno sócio cultural, considerando componentes educativos, comunicativos e sociais, com capacidade de promover, além do desenvolvimento da cidadania, a valorização dos direitos humanos, além de fornecer espaço para experiências significativas para valorização do tempo (PACHECO & SCHWARTZ, 2021)

Trazendo a realidade nem todos conseguem ser integrados ou participar socialmente de muitos espaços e lugares que promovem o lazer, como por exemplo a pessoa com deficiência, as quais infelizmente têm o seu direito afetado e muitas vezes impedido, devido diversos fatores, como barreiras arquitetônicas, acessibilidade desses espaços, além do preconceito.

Batistel (2020) relata que o lazer atua também como uma ferramenta de inclusão social, e na melhoria da qualidade de vida, desta forma a incompreensão da importância do lazer tem sido uma das barreiras que limitam a garantia deste direito a todos, desta forma menosprezando o lazer comparado a outros direitos sociais, além de outros obstáculos como a disponibilização e o acesso aos equipamentos de lazer.

Oliveira e Carretta (2020) apresentam o lazer como uma atividade livre, sem obrigações ou restrições, apenas pelo prazer da atividade, as atividades de lazer permitem às pessoas a satisfaçrem suas necessidades pessoais, expressar e criar, sentir-se capaz de fazer algo, além de relacionar-se com a comunidade.

Para Dornellas et al (2021) o lazer é um componente importante nas experiências diárias, além de ser um objeto que deve ser trabalhado na perspectiva da acessibilidade, o autor refere-se a vivência lúdica das diversas práticas culturais, essas vivências são de extrema importância para a qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Espaços públicos de lazer e a participação social da PCD

O lazer deve ser estudado dentro do espaço, pois a sociedade leva em consideração o espaço onde o lazer é desfrutado, principalmente no que diz respeito ao lazer realizado em praças, parques, teatros e cinemas. A atividade do lazer pode ser realizada em locais diversos em uma cidade, alguns construídos exclusivamente para o lazer dos moradores, os quais são considerados espaços públicos, desta forma, os espaços de uso coletivo, pertencem ao poder público.

Adendo a isso Dos Santos e Manolescu (2018) “definem os espaços públicos como espaços de livre circulação, praças, ruas e etc; espaços de lazer e recreação, parques urbanos; espaços de contemplação, os jardins públicos, ou grandes parques de reservas ecológicas, além dos centros culturais, que apesar de serem considerados públicos, possuem circulação restrita.”

Para a promoção de um espaço público acessível é necessário que haja um planejamento das estruturas arquitetônicas dos espaços públicos que atendam as normas da acessibilidade, Tronca (2019) ressalta que, infelizmente a ideia de acessibilidade associa-se apenas as barreiras físicas, que de certa forma omite-se as necessidades que tem relação a outros tipos deficiência, portanto deve-se pensar em ações que estejam voltadas a outros tipos de deficiência, sejam físicas ou motoras.

Barbosa (2020) ressalta que o direito, as leis, os programas e a convenção da ONU, prevê uma mudança de atitude da sociedade, a qual deve ser para além da infraestrutura, incluindo assim a participação social da PCD nos diversos setores da sociedade, dentre estes na cultura e no lazer e outros.

De acordo com a lei 13.443 alterada em maio de 2017, art. 04, a pessoa com deficiência também dispõe de tal direito, que pode ser oferecido com espaços acessíveis:

No mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos locais, devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2017, art. 04)

Batistel (2020) afirma que, para que a pessoa com deficiência consiga ter um acesso democrático aos equipamentos públicos de lazer é necessário que haja um planejamento nas estruturas que atendam às normas de acessibilidade. Desta forma, tais equipamentos exigem que haja uma postura mais compreensiva do poder público sobre as capacidade e potencialidades da pessoa com deficiência.

Para que todos possam participar de forma igualitária dos espaços sociais, é necessário reconhecer os aspectos dos indivíduos participantes, para que assim, os indivíduos não se voltem apenas para seus iguais, desta forma, as instituições sociais e seus conjuntos de dogmas e normas, devem desenvolver uma organização informal com códigos e comportamentos que as distinguem dos que não participam do grupo, por isso torna-se importante conhecer a realidade, a organização, a comunicação e a educação para a participação de todos (BELTRAME, 2018).

Para D'angelo (2019) devemos nos questionar sobre a acessibilidade no que diz respeito ao que é de fato direito e o que é da vivência diária nas cidades, desta forma ainda há aspectos que devem ser observados para que assim as pessoas possam participar dos diferentes segmentos sociais, dentre estes os que oferecem atividades de lazer.

Souza (2021) aponta que a participação social da pessoa com deficiência em locais públicos para a prática do lazer, estimula contatos que podem ser portas para inclusão da PCD na comunidade, no entanto essa participação social não é tão simples, nem fácil de ser alcançada, desta forma é preciso compreender mais sobre a participação, e como integrar a pessoa com deficiência nos espaços públicos.

Mesmo com as diversas políticas públicas e com os direitos por lei da pessoa com deficiência ainda existem diversos espaços que embora tentem abraçar as normas ainda há ausência de acessibilidade, sem pensar no acesso da pessoa com deficiência a tais espaços, quando se observa as estruturas dos espaços sociais de lazer seja ele público ou não, em hipótese as pessoas com deficiência sofrem discriminação ao serem submetidas a uma condição social que determina uma condição de normalidade a ser seguida (BELTRAME, 2018).

Sendo assim a acessibilidade não é apenas uma ação social, é um direito estabelecido por lei e deve ser cumprido, todavia grande parte dos equipamentos e espaços de lazer não dispõem da estrutura legal para que tal direito seja exercido, impedindo assim que a pessoa com deficiência possa ter acesso ao espaço de lazer.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é um estudo exploratório, qualitativo, do tipo de revisão de literatura com características de revisão integrativa seguindo as orientações e etapas de Botelho, Cunha e Macedo (2011) (TABELA 1). Para Souza et al (2010) possibilita determinar o conhecimento mais atual acerca de uma temática, já que a mesma pretende identificar, analisar e sintetizar diversos estudos sobre um determinado assunto, desta forma, a revisão integrativa tem um impacto não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas no pensamento crítico que a prática cotidiana necessita.

Tabela 1 - Etapas da revisão integrativa

ETAPA	AÇÃO
1	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

2	Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão
3	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados
4	Categorização dos estudos selecionados
5	Análise e interpretação dos resultados
6	Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento

Fonte: dados extraídos a partir dos estudos de Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Seguindo a 1^a etapa na elaboração da pergunta norteadora, foram consultados artigos entre os anos de 2018 a 2022, nas bases de dados Google acadêmico e BDTD, para segunda etapa desta pesquisa para busca nas bases de dados seguiu-se as orientações dos operadores lógicos booleanos das bases (AND e OR). A partir dos tópicos apenas artigos em português, demarcando por prazos de publicação, título, resumo e descritores, a busca realizou-se a partir dos termos “participação social”, “pessoa com deficiência” e “lazer”, sendo assim encontrados 20 artigos no Google Acadêmico e 9 na Base de dados BDTD.

Desta forma para a 3^a etapa foi feita a leitura dos títulos, resumos e descritores destes artigos, aqueles que tivessem em seu título, resumos os descritores acima foram incluídos para leitura extensa, quanto aos critérios de exclusão aquelas que não tivessem em seu título e resumo os descritores e não foram publicados nos últimos 5 anos foram excluídos, sendo selecionados 13 artigos (4^a etapa), após a leitura atenta foram selecionados 10 artigos, sendo 5 artigos do GOOGLE ACADÊMICO e 5 da Base de dados BDTD, que não apenas discorreram a teoria, mas também detém casos empíricos relacionados ao trabalho (5^a etapa), em seguida foi feito fichamento e síntese de conhecimento dos artigos selecionados (6^a etapa).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos relacionados à participação social da pessoa com deficiência nos espaços de públicos de lazer são raros nos últimos 5 anos, sendo evidenciado pelos poucos trabalhos publicados nos periódicos, desta forma após a sumarização dos artigos selecionados para revisão integrativa, é feita a análise dos artigos selecionados, a partir da metodologia estabelecida neste trabalho.

Tabela 2 – Sumário dos artigos que constituem as amostras da pesquisa para revisão integrativa

Nº	BASE	TITULO	AUTOR	DESCRITOR
1	BDTD	Lazer e a pessoa com deficiência: interfaces e contradições no seu acesso e participação	Beltrame, André Luís Normanton (2018)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
2	BDTD	A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros de esporte e lazer de Curitiba: um estudo de caso	Batistel, Juliana (2020)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
3	BDTD	O lazer sob a percepção de pessoas com deficiência usuárias de cadeiras de rodas	CLÁUDIA MÁRCIA BARBOSA (2020)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
4	BDTD	Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte - MG: desafios múltiplos para a garantia dos direitos	Débora da Silva Oliveira (2020)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
5	BDTD	Participação em atividades de lazer na percepção de crianças com deficiência e dos seus cuidadores: estudo utilizando grupos focais para identificação de barreiras e facilitadores	Marques, Janice Souza (2019)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
6	GOOGLE ACADÊMICO	Acessibilidade de pessoas com deficiência física: inclusão social e desafios atuais	Marjory Furlan Rueda; Murillo Vetroni Barros (2018)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
7	GOOGLE ACADÊMICO	Lazer e participação social na percepção da pessoa com Deficiência visual	Maria Lúiza Valeriano Martins Oliveira, Regina Yoneko Dakuzaku Carretta (2020)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
8	GOOGLE ACADÊMICO	Pessoas com deficiência e o lazer: uma análise das publicações nas revistas brasileiras LICERE e RBEL	Cláudia Márcia Barbosa, Edson José Carpintero Rezende, Cristiane Miryam Drumond de Brito. (2021)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer
9	GOOGLE	A importância da percepção de qualidade	Ricardo Alexandre	Participação social,

	ACADÊMICO	de vida familiar na qualidade do lazer das pessoas com deficiência: compreendendo para superar	de Souza (2021)	pessoa com deficiência, lazer
10	GOOGLE ACADÊMICO	Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência	Liege Coutinho Goulart Dornellas, Anselmo Nunes do Nascimento, Mauro Lúcio Maciel Júnior, Meirele Rodrigues Gonçalves, Silvana Lopes Nogueira (2021)	Participação social, pessoa com deficiência, lazer

Tabela elaborada pelos autores

A fim de fazer uma análise da participação social da pessoa com deficiência, e a importância da acessibilidade dos espaços públicos de lazer é que se seguiu a linha de estudo de alguns autores que publicaram a respeito do assunto entre os anos de 2018 a 2023, para desta forma dar autenticidade aos assuntos discutidos nesse trabalho.

Oliveira e Carretta (2020) realizaram uma pesquisa a qual teve como objetivo compreender a percepção da pessoa com deficiência visual sobre o lazer e sua participação social no espaço público, sendo assim percebe-se que a partir da percepção das pessoas com deficiência visual envolvidas, é necessário investir em intervenções que beneficiem a PCD como ações profissionais, serviços básicos de atenção à população, criação de políticas públicas, além disso o lazer e a participação social ainda são temas pouco desenvolvidos, o que sugere ampliação de estudos relacionados com o tema.

Corroborando com o estudo anterior Barbosa, Rezende & De Brito (2021), elaborarão um estudo que teve como objetivo fazer uma avaliação de estudos publicados em duas revistas brasileira de estudo do lazer, LICERE - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer e RBEL – Revista Brasileira de estudos do lazer, o estudo consistiu em analisar a inserção da pessoa com deficiência no campo do lazer, como resultado foi possível perceber que apesar da relevância do assunto, ainda são escassos os estudos relacionados à inserção da pessoa com deficiência no campo do lazer, tendo em vista que as duas revistas dispõem de 21 anos de estudos em diversas áreas de conhecimento.

Sobre o que diz respeito à participação social da PCD Beltrame (2018) elaborou um estudo que revisou a produção científica nacional, além de decretos e leis, e as iniciativas de projetos e políticas públicas, o estudo apontou que o lazer ainda é experimentado de forma individualizada pela pessoa com deficiência, dentre as barreiras relatadas estão a inacessibilidade arquitetônica, transporte, preconceito, além da alienação da cultura lúdica de consumo (quando se transfere para outra pessoa um bem ou direito, dessa forma o espaço é construído e vivenciado a partir da concepção de uma pessoa sem deficiência). Observa-se que mesmo com tantos decretos e leis, o espaço para participação social da PCD no lazer encontra-se minimizado, pelo mal gerenciamento das políticas públicas, ou seja, problemáticas que vão além de decretos, leis e projetos, que mesmo existindo não são colocados em prática.

Com o intuito de analisar a acessibilidade da pessoa com deficiência em atividades sistemáticas em centros de esporte e lazer na cidade de Curitiba-PR, Batistel (2020) fomenta que nenhum dos centros de esporte e lazer da cidade de Curitiba está plenamente acessível, sendo assim o autor denota que a falta de acessibilidade não é o único fator que impede a inclusão, o estudo aponta também a falta de capacitação dos profissionais, ausência de equipamentos adaptados, além das barreiras atitudinais, estas foram algumas das barreiras encontradas que podem impedir a inclusão e a participação social da pessoa com deficiência, tendo em vista que o lazer é direito de todos de acordo com a constituição, qualquer espaço públicos que não detenha em si meios para que todos tenham direito de acessá-lo inflige no direito de ir e vir da PCD e fere a constituição federal de 1988.

A partir de uma investigação da participação social da pessoa com deficiência que utiliza cadeira de rodas, o qual objetiva saber se tais têm os mesmos direitos e oportunidades que outras pessoas, além de procurar o entendimento pessoal do que é lazer para estes sujeitos, Barbosa (2020) evidenciou que a medida que menores são as restrições da participação social da pessoa com deficiência, e maior é o espaço para a participação social das mesmas, melhor é a qualidade e estilo de vivência do lazer, percebe-se que as atividades de lazer são fatores importantes para a inclusão social da pessoa com deficiência, no entanto as barreiras de acessibilidade podem ser um entrave para que este público tenha acesso a tais espaços.

Após elaborar um estudo que teve como objetivo analisar a implementação de políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência em Belo Horizonte - MG, Oliveira (2020) aponta que os investimentos no esporte e em atividades de lazer para pessoa com

deficiência ainda são mínimos, e que tais recursos são voltados para gestão pública, assim a parte que compete aos investimentos de esporte e lazer da PcD ainda são ínfimos.

Para identificar as possíveis fragilidades na questão de acessibilidade, Rueda e Barros (2018) tiveram por objetivo expor a necessidade das organizações seguirem a NBR9050, evidenciando que existem melhorias em termos de barreiras arquitetônicas e inclusão de pessoa com deficiência no Brasil, assim ver-se a importância de debates e a sensibilização dos direitos fundamentais em todas as áreas de políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência, e como esses debates são essenciais para efetivação da participação social da pessoa com deficiência.

Com o objetivo de identificar a conjuntura dos equipamentos de lazer que estão sob a responsabilidade do poder público municipal de Governador Valadares – MG, a partir da perspectiva da inclusão da PcD's, Dornellas et al. (2021), aponta que, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, as condições de estrutura atende de forma parcial aos requisitos de acessibilidade, entre outras palavras a participação social da PCD ainda é ínfima comparada ao número total de PcD's atendidas no local, sobre o percentual de PcD's atendidas no município de Governador Valadares.

Marques (2020) a fim de identificar as barreiras e os facilitadores para a participação de crianças em atividades de lazer, o autor aponta que as condições ambientais são principais barreiras encontradas, no entanto percebe-se que o mesmo utiliza tais barreiras como atenuantes para a participação da criança com deficiência.

Objetivando compreender o lazer e qualidade de vida da PCD Souza (2021), realizou como proposta metodológica uma entrevista com 553 pessoas com deficiência, sendo física, auditiva e visual (com grau diversos de acometimento) no município de Belo Horizonte – MG, como resultado foi possível perceber que a medida que se aumenta a capacidade da PcD em participar, melhora-se também na sua qualidade de lazer, foi possível também encontrar diferença na participação social do lazer nos gêneros, notou-se o homem tem mais qualidade em questões estruturais dentro da sociedade que as mulheres, desta forma clareia-se temas importantes e complexos, e como essas questões podem afetar a qualidade da participação social da pessoa com deficiência.

CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto que o objetivo de pesquisa deste estudo foi investigar a participação social da pessoa com deficiência nos espaços de lazer públicos, apesar de todos os pontos pertinentes sobre a verdadeira importância do lazer, como atividade de lazer ser um

direito de todos, a importância social do lazer na vida das pessoas como um dos fatores de integração do homem aos grupos sociais, facilitador das relações humanas e importante ferramenta na promoção da saúde no tempo livre, ainda há um grupo que encontra com sua participação social fragilizada, a PCD.

A partir dos dados levantados no presente estudo notou-se às diversas barreiras que impedem a participação social da PCD como a ausência de equipamentos públicos acessíveis, pelo pouco investimento em políticas públicas de acessibilidade, barreiras atitudinais, ausência da participação da população na criação de projetos de espaço de lazer, para que assim os tais espaços não abracem apenas uma parcela da população, mas a todos.

É necessário também que devam ser feitos estudos em linha de pesquisa exploratória, para que assim possamos chegar a uma conclusão mais objetiva da conjuntura atual dos equipamentos de lazer e espaços de lazer.

Como sugestão, o poder público poderia consultar a população na consecução de projetos de lazer, além de consultar os profissionais responsáveis por atividades de lazer, pois, a presença de profissionais de Educação Física nos espaços públicos de lazer poderia contribuir na solução de parte dos problemas advindos pela ausência de acessibilidade.

Por fim, tendo em vista o pouco acervo a respeito do tema disponível nas bases de dados digitais, este estudo, trouxe a compreensão que, apesar dos diversos entraves no que diz respeito a acessibilidade da pessoa com deficiência nos espaços públicos de lazer, deve-se encontrar meios para que a PCD tenha seus diretos atendidos, pois o profissional de Educação Física atua como colaborador a fim de que as barreiras arquitetônicas, sociais e de comunicação sejam problemas ínfimos no desenvolvimento de nossas atividades profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira 9050:2004, Item Escolas, p.87. (Citado em 06/2009). Disponível em: www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf. Acesso em: 13/03/2022

Barbosa, Cláudia Márcia; Rezende, Edson José Carpintero; De Brito, Cristiane Miryam Drumond. Pessoas Com Deficiência E O Lazer: Uma Análise Das Publicações Nas Revistas Brasileiras LICERE E RBEL. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, v. 7, n. 3, p. 123-139, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34195>. Acesso em: 21/11/2022

BARBOSA, CLÁUDIA MÁRCIA et al. O LAZER SOB A PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA USUÁRIAS DE CADEIRAS DE RODAS. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34195>. Acesso em: 21/11/2022

BATISTEL, Juliana. A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros de esporte e lazer de Curitiba: um estudo caso. 2020. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5418>. Acesso em: 13/12/2022

BATISTEL, Juliana; CARVALHO, Hilda Alberton. Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros esportivos—estudo de caso. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 2, p. 12279-12294, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24163>. Acesso em: 13/03/2022

BELTRAME, André Luís Normanton et al. Lazer e a pessoa com deficiência: interfaces e contradições no seu acesso e participação. 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2435>. Acesso em: 13/12/2022

BERNARDINI, Sidney Piochi; CARMO, Carolina Guida Cardoso do. A qualidade dos espaços públicos de lazer na urbanização contemporânea: o caso das periferias do município de Campinas. *Ambiente Construído*, v. 21, p. 243-262, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/YRDQGtzhYDPbYptSVK9KBQy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/03/2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/O-M%C3%89TODO-DA-REVIS%C3%83O-INTEGRATIVA-NOS-ESTUDOS-Botelho-Cunha/b99b4f7d8cb581a59f92915a0c64430d43dc65b0?p2df>. Acesso em: 13/12/2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13/03/2022.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: . Acesso em: 10 dez. 2004

DA SILVA OLIVEIRA, Débora et al. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte-MG: desafios múltiplos para a garantia dos direitos. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35191>. Acesso em: 19/01/2023.

DEMARCHI, Clovis; MAIESKI, Elaine Cristina. INDICADORES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE: SOCIAL INDICATORS AND ACCESSIBILITY PUBLIC POLICIES. *Ponto de Vista Jurídico*, p. 7-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/2446>. Acesso em: 11/10/2022

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart et al. Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência. 2021: Disponível em: <https://www.editoracentífica.com.br/artigos/espacos-de-lazer-esportivo-em-governador-valadaresmg-possibilidade-de-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 21/11/2021

Dumazedier, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1974.

DOS SANTOS, Ana Carolina M. Figueira; MANOLESCU, Friedhilde MK. A. IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO PARA O LAZER EM UMA CIDADE. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Vale do Paraíba - SP, 2018.

D'Angelo, Mayeda Silvia. As Contribuições Do Terceiro Setor Na Ampliação De Oportunidades Para Pessoas Com Deficiência. 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1091256>. Acesso em: 16/10/2022

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, p. 33-40, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/n9MVpKJ5r7fTknh9rVv9rdc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/03/2022

BRASIL. Lei nº 13.443, de 11 de maio de 2017. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13443.htm. Acesso em: 13/03/2022

MARQUES, Janice Souza. Participação em atividades de lazer na percepção de crianças com deficiência e dos seus cuidadores: estudo utilizando grupos focais para identificação de barreiras e facilitadores. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32257>. Acesso em: 21/11/2022

NUNES, Maiana Farias Oliveira; HUTZ, Claudio Simon. Análise da produção de artigos científicos sobre o lazer: uma revisão. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 30, p. 307-315, 2014. Disponível em: scielo.br/j/ptp/a/WcC6fsCqnPjCtcDF7F4HhMd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02/02/2023

OLIVEIRA, Maria Luiza Valeriano Martins; CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaku. Lazer e Participação Social na Percepção da Pessoa com Deficiência Visual. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 23, n. 1, p. 561-581, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/19802>. Acesso em: 21/11/2022

PACHECO, José Pedro Scarpel; SCHWARTZ, Gisele Maria. Políticas Públicas e Espaços de Esporte e Lazer nos Estudos Acadêmicos: Uma Revisão Sistemática. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 24, n. 2, p. 341-376, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/34948>. Acesso em: 26/03/2022

PERUQUE, Thiago Ceribelli. Inclusão das pessoas com deficiência nas atividades cotidianas culturais, de lazer e educação. ETIC-encontro de iniciação científica-ISSN 21-76-8498, v. 14, n. 14, 2018. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/7113>. Acesso em: 13/03/2022

PILLON, Rosiane; DA SILVA, Cinthia Lopes. A Pesquisa qualitativa na Educação Física brasileira: investigando a relação saúde e lazer. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/tCJ5ZpYftXxwVbwLKQGZdJP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/03/2022

RUEDA, Marjory Furlan; BARROS, Murillo Vetroni. Acessibilidade de pessoas com deficiência física: inclusão social e desafios atuais. Revista Espaço Acadêmico, v. 18, n. 208, p. 75-82, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42758>. Acesso em: 19/01/2023

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02/02/2023

TRONCA, Bruna. Turismo, hospitalidade urbana e acessibilidade: estudo aplicado aos museus municipais de Caxias do Sul-RS. 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/4787>. Acesso em: 13/03/2022

**A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS
ACADÊMICAS NAS UNIVERSIDADES LOCALIZADAS NO
MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PA**

**Hilery Emanuele Amorin Viana
Stéfany Daiane Menezes Batista**

Olavo Raimundo de Macedo Barreto da Rocha Junior

DOI: 10.29327/5194617.1-9

A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS NAS UNIVERSIDADES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PA

DOI: 10.29327/5194617.1-9

Hilery Emanuele Amorin Viana

Stéfany Daiane Menezes Batista

Olavo Raimundo de Macedo Barreto da Rocha Junior

RESUMO

As Associações Acadêmicas Atléticas, são órgãos estudantis que são criadas no meio acadêmico universitário pelos próprios alunos independente da graduação, a qual tem o intuito de abranger diversas formas de integração com os discentes de uma Instituição de Ensino Superior pública ou privada. O presente estudo tem como objetivo descrever a importância das Associações Atléticas Acadêmicas no Município de Tucuruí – Pará meio acadêmico, descrever os efeitos das atividades propostas na vida dos universitários e investigar a relação das A.A.A. junto à Gestão da Universidade. Desse modo, foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa, aplicando um questionário aos alunos associados às Atléticas de duas Instituições de Ensino Superior Pública (IES) no Município de Tucuruí-PA, para extrair informações sobre as práticas interativas disponibilizadas em ambos os Campi e a importância trazem para seu meio. Diante os resultados analisados, essas associações trazem diversos benefícios para a vida dos alunos que participam desta comunidade acadêmica, as formas de integração social foram relatadas de forma positiva, tanto para a área do esporte que pode visar a competição, a iniciação esportiva e a integração, tanto para a área de lazer, ações sociais (implementação de ações dentro e fora da universidade), eventos acadêmicos (criação de projetos, trabalhos, oficinas e artigos), tanto para a saúde física quanto para a saúde mental do discente e além disso, mostra que pode existir uma boa relação entre a Coordenação de um campus e a A.A.A, podendo ajudar no desenvolvimento e crescimento dessas Associações, para que haja mais reconhecimento e estudos criados sobre o tema.

Palavras-chave: Associações Atléticas Acadêmicas; Universidade e Prática Esportiva; Atividades Integrativas e Saúde Mental.

ABSTRACT

The Academic Athletic Associations are student bodies that are created in the university academic environment by the students themselves, regardless of graduation, which aims to cover various forms of integration with the students of a public or private Higher Education Institution. The purpose of this study was to describe the importance of Academic Athletic Associations in the academic environment of the Tucuruí - Pará municipality, describe the effects of the activities proposed in the lives of university students and investigate the relationship between the Academic Athletic Associations and University Management. In this way, research of quantitative approach was carried out, applying a questionnaire to students associated with the Athletics of two Public Higher Education Institutions (HEI) in the Municipality of Tucuruí-PA, to extract information about the interactive practices made available at both Campi and the importance they bring to their environment. In view of the results analyzed, these associations bring several benefits to the lives of students who participate in this academic community, the forms of social integration were reported positively, both for the area of sport that can aim at competition, sports initiation and integration, both for the area of leisure, social actions (implementation of actions inside and outside the university), academic events (creation of projects, works, workshops and articles), both for physical and mental health of the student and furthermore, shows that there can be a good relationship between the Coordination of a campus and the A. A.A.A., and can help in the development and growth of these Associations, so that there is more recognition and studies created on the theme.

Keywords: Academic Athletic Associations; University and Sports Practice; Integrative Activities and Mental Health.

RESUMEN

Las Asociaciones Atléticas Académicas son entidades estudiantiles creadas en el ambiente académico universitario por los propios estudiantes, independientemente de la graduación, que tiene como objetivo abarcar diversas formas de integración con los estudiantes de una Institución de Enseñanza Superior pública o privada. El objetivo de este estudio fue describir la importancia de las Asociaciones Atléticas Académicas en el ambiente académico de Tucuruí - Pará, describir los efectos de las actividades propuestas en la vida de los estudiantes universitarios e investigar la relación entre estas asociaciones y la Gestión Universitaria. Para ello, se realizó una encuesta con enfoque cuantitativo, aplicando un cuestionario a los estudiantes asociados a las Academias de Atletismo de dos Instituciones Públicas de Enseñanza Superior (IES) del municipio de Tucuruí, Pará, con el objetivo de obtener información sobre las prácticas interactivas disponibles en ambos Campi y la importancia que aportan a su medio. Teniendo en cuenta los resultados analizados, estas asociaciones traen varios beneficios a la vida de los estudiantes que participan en esta comunidad académica, las formas de integración social fueron reportados positivamente, tanto para el área de deporte que puede apuntar a la competencia, la iniciación deportiva y la integración, tanto para el área de ocio, acciones sociales (implementación de acciones dentro y fuera de la universidad), eventos académicos (creación de proyectos, obras, talleres y artículos), tanto para la salud física y para la salud mental del estudiante y, además, muestra que puede haber una buena relación entre la Coordinación de un campus y la A. A.A.A, y puede ayudar en el desarrollo y crecimiento de estas Asociaciones, para que haya más reconocimiento y estudios creados sobre el tema.

Palabras clave: Asociaciones Atléticas Académicas; Universidad y Práctica Deportiva; Actividades Integradoras y Salud Mental.

INTRODUÇÃO

Atualmente, percebe-se o grande avanço e mobilização das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA) dentro das universidades públicas e privadas presentes no Brasil. Isso se dá mediante aos inúmeros benefícios, tanto para a saúde física quanto para a saúde mental, oferecidos aos acadêmicos incluídos nesse movimento (MULATINHO e SILVA, 2019). Os benefícios são potencializados através de eventos esportivos, culturais e/ou sociais no espaço da Universidade.

As AAA's são fundações sem fins lucrativos constituídas, na maioria das vezes, por discentes das universidades. Inicialmente tinham como objetivo principal proporcionar a prática desportiva dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio de torneios e campeonatos (OLIVEIRA, 2016). Com o passar dos anos, as atléticas passaram a ter um papel mais ativo socialmente e culturalmente, assim incluindo os discentes em outras atividades além da prática dos esportes.

Assim, o objetivo das AAA's, além de promover a prática, é proporcionar a interação entre os alunos de diferentes graduações através de festas, viagens, competições e ações sociais (Oliveira, 2016). Nesse cenário, levando em conta o desejo de colaborar com o meio acadêmico de modo que aperfeiçoe o ambiente universitário, as Associações Atléticas Acadêmicas procuram, de diversas formas, inserir-se no seu contexto social.

As Associações Atléticas Acadêmicas, que surgiram através de formação de times universitários, não são instituições recentes em nosso meio. Foi no ano de 1930 que compareceram as primeiras confederações acadêmicas, como a Federação Atlética de Estudantes (FAE), na cidade do Rio de Janeiro, que na atualidade se designa Federação de Esportes Universitário do Rio de Janeiro (Feurj), formada em 1933, e a Federação Universitária Paulista de Esportes (Fupe), formada em 1934 (TOLEDO, 2007).

O estudo a respeito da importância das Associações Atléticas Acadêmicas dentro da universidade surgiu através da experiência das autoras, responsáveis por esta pesquisa, com a Associação Atlética Acadêmica de Ciências Biológicas e da Saúde COLOSSAIS da Universidade do Estado do Pará — Campus XIII, sendo uma ex-presidente da AAA Colossais e outra Diretora de Esporte da mesma.

Uma das principais atividades realizadas pelas Atléticas, é a prática de atividades esportivas, tanto individuais quanto coletivas, sejam de caráter competitivo ou de lazer. Desse modo, dentro do ambiente universitário, em frente às solicitações, diligências e fatores requisitados, o desporto colabora ao incentivar a criação e o avanço nas relações entre os alunos, integração dos acadêmicos no meio das Instituições de Ensino Superior (IES), assim, melhorando a convivência com as obrigações diárias (NETO, 2014).

Segundo uma pesquisa executada com discentes de uma instituição pública de ensino superior no Nordeste do Brasil, Sousa, Mororó e Barbosa (2018) dizem que o pouco consumo de alimentos mais saudáveis, como as frutas, legumes e verduras, a inatividade física em momentos de lazer, a grande ingestão de bebidas alcoólicas e cigarros foram os pontos mais negativos e mais comuns entre os acadêmicos.

É visível que são muitas as opções de práticas esportivas e de lazer a serem consideradas, sejam elas individuais ou coletivas. Contudo, através das experiências vividas pelas autoras, quando se trata das Universidades que ofertam o curso de Educação Física ou a disciplina de Educação Física na sua grade curricular, a instituição consegue oferecer poucas dessas

atividades. Isso acontece pela falta do investimento nas compras de materiais para a prática de diferentes esportes e lazer.

Ademais, mesmo obtendo materiais das modalidades mais comuns, os mesmos por muitas vezes estão sucateados, deteriorados e bastante desgastados, assim precisando de ferramentas novas para as suas práticas.

Mas, quando passa para as Universidades que não oferecem nem a graduação de Educação Física e nem a disciplina na sua grade curricular, a prática de exercícios desportivos e de lazer ficam mais difíceis por diversos motivos, dentre eles pode-se destacar a falta de espaços apropriados, como uma quadra, além de dificultar mais ainda o acesso aos materiais exigidos por não ser uma prioridade da IES.

Além disso, ao promover eventos culturais e sociais, por diversas vezes, não há apoio suficiente da instituição para a realização de atividades prestadas à comunidade, isso se dá por falta de verbas disponíveis na universidade ou por simplesmente não darem a devida importância para a efetivação desses projetos sociais e culturais.

Com isso, surge o questionamento da pesquisa “Qual a importância das Associações Atléticas Acadêmicas dentro das Universidades?”

Diante a explicação do problema exibido, o corrente tema determina como objeto os associados das A.A.A das Instituições de Ensino Superior Públicas (IES) do Município de Tucuruí-PA, sendo assim, para orientar esta temática, geraram-se 3 questionamentos da pesquisa:

- Qual é a importância da Associação Atlética Acadêmica para os acadêmicos?
- Quais são os efeitos das atividades propostas na vida dos universitários?
- Como é a relação das A.A.A. junto à Gestão da Universidade?

Convém mencionar, ainda, que o objetivo geral se trata de descrever a importância das Associações Atléticas Acadêmicas no Município de Tucuruí - Pará e, além disso, há a divisão dos objetivos específicos, a qual traz três propostas, as quais são: Analisar a importância da Associação Atlética Acadêmica no meio acadêmico, descrever os efeitos das atividades propostas na vida dos universitários e investigar a relação das A.A.A. junto à Gestão da Universidade.

PERCURSO METODOLÓGICO

DESENHO DO ESTUDO

A presente pesquisa foi feita com base em análises de acordo com Bryman (1989), as quais têm como a abordagem quantitativa, na qual as informações são reunidas para analisar um acontecimento dentro de um trabalho.

O autor Bryman (1989) relata que diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa o pesquisador já observa e tem alguns conceitos pré-estabelecidos referente ao tema e de acordo com a realidade a pesquisa acontece.

Silva & Menezes (2000, p.21), relatam que o método de pesquisa descritiva visa ressaltar as características de tal população ou acontecimento ou local de diversas relações e variáveis.

UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa aconteceu na Universidade do Estado do Pará (UEPA), situada na R. Quatro, número 20, no bairro Santa Mônica e na Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), situada na Rodovia BR 422 km 13 – Canteiro de Obras UHE - Vila Permanente, no Município de Tucuruí, Pará.

AMOSTRA

O público investigado foram os alunos associados das A.A.A localizadas na Universidade do Estado do Pará (A.A.A. Colossais), sendo 53 dos pesquisados, e na Universidade Federal do Pará (A.A.A Predadores da Engenharia) com 10 associados que participaram da pesquisa.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO

- 1) A.A.A situadas em Instituições no Município de Tucuruí;
- 2) A.A.A de Instituições Públcas;
- 3) Alunos associados em uma Atlética.

CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

- 1) A.A.A situadas em Instituições fora do Município de Tucuruí-PA;
- 2) A.A.A de instituições privadas;

3) Alunos que não são associados em uma Atlética.

INSTRUMENTOS/PROCEDIMENTOS

No primeiro momento foi enviado o *link* que disponibilizou o questionário, onde inicialmente apresentou-se o projeto para os discentes associados das A.A.A das instituições participantes, com objetivos, informações das pesquisadoras e professor orientador, além de apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

aos pesquisados para que autorizassem o uso das respostas obtidas.

A pesquisa contou com 1 questionário com perguntas fechadas, no qual foi destinado aos alunos. O questionário teve como objetivo coletar informações sobre a importância das Associações Atléticas Acadêmicas na visão dos discentes referente às práticas integrativas como: incentivo ao esporte, lazer, ações sociais, festas e etc.

O questionário, conforme Gil (2008, p.121) cita, pode ser conceituado “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”

A escolha do questionário como instrumento de coleta de dados se dá pelos seguintes pontos positivos: consegue atingir um número maior de pessoas; garante anonimato dos indivíduos; não precisa de grandes gastos, além de permitir que os entrevistados respondam no melhor momento julgado por eles.

ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a análise de dados do presente estudo foi escolhida a Técnica de Bardin (1977). Este processo do trabalho passará por três fases: “a pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 125).

A análise de informações foi via questionário, mais conhecido como Google Formulário, o qual foi construído pelas autoras para obter os resultados desejados, com essa ferramenta você torna sua pesquisa segura e confiável, respeitando a privacidade de cada participante e a mesma, automaticamente, repassa os dados para outro instrumento tecnológico que se chama Google planilhas ou Excel, neste aplicativo que foi feito a junção e resultado do estudo.

O instrumento usado na pesquisa permitiu a abordagem com perguntas relacionadas a “A Importância Das Associações Atléticas Acadêmicas Nas Universidades Localizadas No Município De Tucuruí-Pa”. Para essas perguntas foi utilizado a Escala Likert (LIKERT, 1932) com alternativas pré-estabelecidas para cada questão, possuindo cinco opções de respostas, da seguinte forma: () Concordo Totalmente; () Concordo; () Não concordo e nem discordo; () Discordo; () Discordo Totalmente, para que seja marcada uma única alternativa, sendo atribuídos valores ordinais crescentes (MCQUELLAND, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados se deu através de uso de formulário online enviado aos alunos que são associados em uma das duas atléticas de instituição pública que se encontra em Tucuruí-PA. Abaixo encontra-se os resultados obtidos durante a pesquisa.

TABELA 1 - Primeira seção do questionário aplicado aos associados

VARIÁVEIS	N °	%
Sexo		
• Feminino	35	55,6%
• Masculino	28	44,4%
Idade	18 a 35 anos	23,01*
Instituição		
• Pública	63	100%
• Particular	0	0%
AAA's		
• Colossais	53	84,13%
• Predadores	10	15,87%
Curso		
• Educação Física	36	57,14%
• Enfermagem	3	4,76%
• Biologia	2	3,17%
• Fisioterapia	12	19,05%
• Engenharia Sanitária e Ambiental	3	4,76%
• Engenharia de Pesca	1	1,59%
• Engenharia Elétrica		
• Engenharia da Computação	3	
• Engenharia Mecânica		

Atividades propostas		
• Esportes	61	96,8%
• Festas	56	88,9%
• Viagens	19	30,2%
• Ações Sociais	45	71,4%
• Integração com outras IES	1	1,6%
• Lazer	2	3,17%
• Socialização	1	1,6%
Atividades preferidas		
• Esportes	57	90,5%
• Viagens	8	12,7%
• Ações Sociais	23	36,5%
• Festas	31	49,2%
• Lazer	1	1,6%
Benefícios para Saúde Física		
• Prática Esportiva	57	90,5%
• Aula de Ginástica	2	3,2%
• Recreações	33	52,4%
• Musculação	2	3,2%
• Não usufruem das atividades	2	3,2%
Benefícios para Saúde Mental		
• Rodas de conversas	32	50,8%
• Apoio Psicológicos	7	11,1%
• Formação de novas amizades	58	92,1%
• Socialização	1	1,6%
• Lazer	1	1,6%
• Não usufruem das atividades	2	3,2%

Benefícios Materiais

• Parcerias com o meio alimentício	26	41,3
• Parcerias com o meio fitness		%
• Parcerias com lojas de bebidas	35	
• Parcerias com lojas de roupas		55,6
• Parcerias com eventos e festas	15	%
• Não usufruem das parcerias	11	23,8
	2	%
	13	17,5
		%
		3,2%
		20,63
		%

Fonte: Sistematizado com os dados da pesquisa pelas autoras.

Inicialmente, a pesquisa obteve a participação de **75 alunos**, os quais responderam ao questionário, porém ao respeitar o processo de exclusão do estudo foram retirados **12** discentes, sendo **3** de instituições particulares e que estudam em Instituições fora de Tucuruí-PA e **9** alunos que estudam fora do Município. Após o critério de exclusão, a presente pesquisa levou em consideração a resposta de **63** acadêmicos.

De acordo com os resultados obtidos 55,6% são do sexo feminino e 44,4% são do sexo masculino e a média de idade está em 23,01 anos, assim permitindo perceber que os acadêmicos participantes e mais atuantes das atléticas são mais jovens, onde conseguem participar das atividades propostas pela mesma, por muitas vezes em busca de lazer, saúde e qualidade de vida. Os dados coletados foram de 100% de alunos matriculados e associados em instituições públicas de ensino superior no Município de Tucuruí-PA. Desses, 84,13% são alunos vinculados com a AAA de Ciências Biológicas e da Saúde Colossais da Universidade do Estado do Pará, enquanto 15,87% são integrantes da AAA Predadores da Engenharia da Universidade Federal do Pará, todas situadas em Tucuruí.

Quando partimos para a identificação de qual curso estão se graduando, percebe-se que a maioria dos alunos associados nas atléticas são os acadêmicos do curso de Educação Física, com isso, usufruindo mais das atividades propostas pelas AAA's.

Sabe-se que a mesma tem o objetivo de proporcionar diversas atividades para seus associados, assim, no questionário, onde cada um poderia escolher mais de uma alternativa, como, também, nas demais questões a seguir da primeira seção do documento, pôde-se identificar as atividades propostas pelas Atléticas. Dos alunos vinculados, 96,8% relataram que a prática esportiva é uma das atividades ofertadas e, como destaca Hatzidakis (2006), dentro do

Esporte Universitário, apresentam-se três classificações diferentes, os quais são o Esporte de Rendimento que busca convocar os melhores atletas da instituição para compor equipes visando participação em campeonatos, o Esporte de Participação onde se preocupa em incluir o máximo de alunos em busca de presença e envolvimento somente por lazer, sem objetivo de seleção alguma e, por fim, o Esporte Educacional que em sua maioria encontra-se no componente curricular das IES, dependendo do curso. Além disso, 88,9% citaram as festas, 30,2% destacaram as viagens que muitas vezes estão vinculadas à campeonatos esportivos ou eventos científicos, 71,4% disseram participar de ações sociais em prol da comunidade ou da Universidade, enquanto 3,17% informaram que houve atividades que facilitaram a interação e integração com outras instituições e 3,17% mencionaram o lazer.

Entre as preferências dos associados em relação às atividades proporcionadas, declararam o esporte com 90,5%, viagens com 12,7%, ações sociais com 36,5%, festas com 49,2% e lazer com 1,6%. Assim como afirma Almeida, Ferreira e Soares (1999), sabe-se das inúmeras adversidades que os acadêmicos enfrentam ao adentrar uma IES, visto que há uma demanda maior de obrigações e tarefas a serem cumpridas, além do aumento da participação no meio social e, por muitas vezes, tendo que lidar com a distância da família. Portanto, o esporte dentro da universidade vem para auxiliar os alunos a lidarem com essas dificuldades encontradas no meio acadêmico de modo que integrem os discentes em atividades esportivas e de lazer. Com isso, conforme afirmado por Oliveira (2016, p. 9) “A importância do chamado ‘Esporte Universitário’ é fundamental para o bem-estar físico e social dos indivíduos inseridos neste ambiente”, uma vez que a prática esportiva vem contribuir com os acadêmicos a conviver com um meio onde o lazer é deixado de lado por muitas vezes pelas IES.

No que se refere a benefícios a saúde física que as AAA's oferecem, através do questionário aplicado, constatou-se que 90,5% dos pesquisados disseram que praticam esportes, assim Carvalho et. al (2021) diz que a prática regular de atividades físicas, como o desporto, está relacionada e ligada à redução da obesidade e recuperação e alívio das condições de pessoas que tem riscos cardiovasculares.

Ademais, 3,2% participam de aulas de ginástica, 52,4% frequentam recreações, que são exercícios sem objetivo de ganhar ou perder, mas sim de promover diversão, descanso, alegria ou qualquer outra atividade que cada indivíduo sinta prazer em participar (PASSOS et. al. 2022). Por fim, 3,2% fazem musculação através das parcerias ofertadas pelas as AAA's e 3,17% relatam que não usufruem de nenhuma das atividades que trazem benefícios físicos.

Após isso, entre os dados coletados, foi possível observar quais atividades estavam disponíveis para melhora ou apoio da saúde mental de seus associados. Nos Estados Unidos manifestou-se a preocupação com a saúde mental dos acadêmicos, onde tornou-se pauta e passou a ser mais discutida ainda no século XX, começando por reconhecer que os alunos atravessam por uma etapa no qual estão mais frágeis, da perspectiva psicológica, e sendo compromisso das IES' s prestar apoio e auxílio aos alunos postos nesse meio (REIFLER et al. 1969; LORETO, 1985). Nos resultados obtidos, os alunos destacaram, com 50,8%, a presença de rodas de conversas sobre o assunto, 11,1% enfatizaram que obtiveram apoio psicológico, 92,1% reforçaram que tiveram mais oportunidade de formar novas amizades, 1,6% evidenciaram a socialização entre os associados e entre outras instituições e 3,17% relataram não participar de nenhuma das atividades relacionadas ao tema. Portanto, a instituição deve agir de forma que ofereça aos alunos apoio psicológico para passarem por essa fase com ajuda profissional e, assim, prevenir qualquer tipo de doenças adquiridas por pressão advindas das responsabilidades presentes nas universidades.

Quanto aos benefícios materiais e parcerias que as atléticas disponibilizam, os resultados obtidos foram de que 41,3% dos examinados disseram que contém parcerias com o meio alimentício, sejam eles restaurantes, hamburguerias, churrascarias e entre outros espaços. Já no mercado fitness, 55,6% noticiaram que possuem parcerias com lojas de suplementos e/ou academias. 23,8%, 17,5% e 3,17% foram resultados das parcerias com lojas de bebidas, lojas de roupas e eventos, respectivamente. Contudo, 20,63% relataram que não desfrutam de nenhum benefício material ou de parcerias.

Desse modo, nota-se a grande variedade de benefícios e atividades ofertadas, aos seus membros, pelas Associações Atléticas Acadêmicas. Percebe-se, além do mais, a desconstrução da visão que se tem das Atléticas, de modo que seu objetivo não é mais somente a prática de competições esportivas, mas, também promover a saúde, ações de cunho científico, cultural, social e de lazer.

Ribeiro e Marin (2012) relata que quando se deu início às A.A.A, o seu intuito era somente a questão esportiva na universidade, mas após alguns anos, as mesmas começaram a focar em papéis integrativos como: organização de festas, socialização e integração dos alunos dos diferentes cursos, ajudando na recepção dos calouros e incentivando ações de cunho social.

Na segunda seção do questionário, onde aplicou-se o protocolo de Likert e que é permitido a escolha de somente uma alternativa, pode-se observar a escala de concordância dos pesquisados conforme as afirmações apresentadas.

Tabela 2- Dados referente às respostas dos Associados.

Nº do Gráfico	Construto	Maior %	Menor %
1	Inclusão dos alunos nas AAA 's.	46%- Concordo totalmente.	1,6% - Discordo totalmente
2	As AAA 's facilitam a integração dos discentes dentro da Universidade.	52,4%- Concordo totalmente.	3,2% - Discordo.
3	Parceria das AAA 's com a Instituição é boa.	39,7%- Concordo.	1,6%- Discordo totalmente.
4	Atlética e realização de ações sociais em prol da comunidade.	42,9%- Concordo totalmente.	3,2%- Discordo totalmente.
5	Atlética e incentivo ao esporte.	81%- Concordo totalmente.	1,6% - Discordo.
6	Atlética e melhora do humor e stress.	57,1%- Concordo totalmente.	4,8%- Discordo.
7	Felicidade dos alunos ao participar das atividades das AAA 's.	58,7%- Concordo totalmente.	1,6%- Discordo.
8	As atividades ofertadas pela AAA melhoram o desempenho acadêmico dos associados.	31,7%- Concordo.	3,2%- Discordo totalmente
9	Bebidas alcoólicas antes da AAA.	34,9%- Concordo totalmente.	19%- Discordo totalmente.
10	Cigarros antes da AAA.	71,4%- Discordo totalmente.	3,2 %- Concordo totalmente.

11	Bebidas alcoólicas depois da AAA.	38,1%- Discordo totalmente.	6,3%- Concordo totalmente.
12	Cigarros depois da AAA	74,6%- Discordam totalmente.	4,8%- Concordo.

Fonte: Sistematizado com os dados da pesquisa pelas autoras.

A 14º questão do questionário (Gráfico 1) buscou saber se os alunos se sentiam incluídos no meio acadêmico das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's). No total de 63 discentes, 46% dos examinados concordaram totalmente com a afirmativa, 34,9% concordaram, 12,7% não concordaram e nem discordaram, 4,8% discordaram e 1,6% discordaram totalmente.

Na sociedade acadêmica os alunos sentem-se mais à vontade quando existem entidades que ajudam na promoção da integração, podendo ser do seu curso e da relação entre a comunidade a ao que é criado dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) (PAIVA E MARCELLINO 2004).

De acordo com um trabalho realizado pelo autor Oliveira et al. (2019), existem certos motivos para a desistência dos alunos referente à graduação, os quais são: desapontamento pelo rendimento no curso, questões de saúde mental, falta de apoio e sentir-se não incluído no ambiente em que estuda.

Ou seja, ao ressaltar os autores acima, pode-se afirmar que a integração é fulcral na vida do indivíduo, já que os seres humanos necessitam estar em contato com o ambiente social, e, dessa forma, as Atléticas promovem essas interações e contribuem de forma positiva na vida dessas pessoas.

Dois exemplos disso, são as escritoras da pesquisa, já que ambas vivenciaram uma diretoria de atlética, uma foi Presidente por quatro anos e a outra Diretora de Esporte, as mesmas sempre presaram pelo bom convívio e boas oportunidades pra incluir novas pessoas neste meio.

De acordo com Curcio (2019) as atléticas causam uma integração geral pelos cursos, uma vez que incentiva os discentes a fazerem novas amizades, a descobrir talentos na área de esporte, a como liderar cargos em diretorias e entre outros vários momentos que a mesma pode proporcionar durante os anos de graduação. Além de ser a responsável, também, pela integração dos calouros, uma vez que os alunos entram na universidade já são recepcionados por essa organização.

A 15º questão (Gráfico 2) foi possível saber, através do nível de concordância dos alunos, se a Atlética facilita a integração dos discentes dentro das universidades. As informações obtidas resultaram em 52,4% onde concordam totalmente com a afirmativa, 33,3% concordam, enquanto 9,5% não concordam e nem discordam da alternativa, 3,2% discordam e 1,6% discordam totalmente.

Oliveira (2016) destacou que essas associações são, em grande parte, responsáveis pela integração e interação dos alunos da universidade por meio da organização de eventos. Visto que, as IES preocupam-se, em sua maioria, somente com a formação profissional dos seus discentes e as Atléticas vêm para promover e ofertar momentos em que os seus associados possam se distrair e vivenciar ocasiões de lazer e diversão fora e dentro do ambiente acadêmico.

Ao ingressar na faculdade, os alunos, automaticamente, absorvem responsabilidades, sejam as tarefas de casa, criação de projetos, seminários para apresentar, provas objetivas, provas práticas, ou seja, sempre estão preocupados em resolver suas obrigações, criam uma rotina de casa e universidade e esquecem da diversão.

Desse modo, como as atléticas são formadas pelos próprios alunos dos cursos, os mesmos reconhecem que são necessários momentos de lazer, brincadeiras e rodas de conversas, assim, a associação cria meios que inclua esses alunos nas atividades propostas pela AAA.

Como obtivemos experiências na diretoria da atlética e tivemos contato com atléticas de fora, podemos ressaltar que ambos tinham interesse em ajudar os acadêmicos e ficavam felizes em incentivar práticas integrativas, por exemplo, durante o início de cada semestre, os diretores juntavam-se para criar momentos de integração, os quais seriam ofertados aos alunos.

Na 16º indagação (Gráfico 3) do questionário, o objetivo da afirmativa é compreender se a parceria da atlética com a instituição é boa através do grau de concordância ou discordância. Baseado na pesquisa realizada, constatou-se que 28,6% concordam totalmente que a relação das duas instituições é boa, já 39,7% concordam, 20,6% não concordam e nem discordam, 9,5% discordam da alternativa e 1,6% discordam totalmente.

A universidade é um espaço para promover integração social e obter diversas experiências, com isso, os responsáveis pelas coordenações dos campi devem ser mais abertos às novidades, já que a atlética vem crescendo com o passar dos anos e quer apoio dos componentes responsáveis pelas Universidades, além de, fazer com que o aluno se sinta apoiado pelo ambiente da Instituição. Assim, “as instituições de ensino superior (IES) podem oferecer

experiências que transcendem o aprendizado e obtenção de um título acadêmico.” (FAGUNDES, PRADO e FELIX, 2022, p. 3).

Por, ainda, estar a crescer o número de atléticas e ser um assunto “novo”, muitas secretarias não valorizam e não ofertam formas de ajudar na visibilidade da mesma, então é de suma importância conhecê-las. Entretanto, é necessário que haja apresentação da atlética (vindo dos diretores e presidente), também, já que é possível que algumas reclamem da coordenação, mas não fazem o esforço de se apresentarem, de serem participativas e educadas com as pessoas do ambiente.

O gráfico a seguir representa o resultado da 17º (Gráfico 4) questão que procurou compreender se a Atlética das instituições atua na realização de ações sociais em prol da comunidade. Com isso, possibilitou observar que 42,9% concordam totalmente que as suas AAA’s atuam ativamente nas atividades de ações sociais em benefício da comunidade, 34,9% dos pesquisados concordam, 11,1% não concordam e nem discordam, 7,9% discordam sobre a mesma e 3,2% discordam totalmente.

As ações sociais são fulcrais, principalmente, para os profissionais da área da Educação e da Assistência Social quando relacionadas aos locais de maior vulnerabilidade social, pois é um cuidado mútuo com a comunidade, neste espaço há a socialização, promove-se o cuidado, a conversa e a alegria, assim como reconhece- se a tristeza e o silêncio por parte dos indivíduos (GUIMARÃES E SILVA, 2020).

De acordo com a autora citada anteriormente, as ações sociais estão ligadas aos profissionais de áreas mais ativas na sociedade, como por exemplo, a educação, saúde e assistência social e como as Atléticas promovem a integração de diversos cursos, permite com que os discentes apliquem projetos para as comunidades, o que gera experiências e vivências para os futuros profissionais em sua área de atuação.

Por exemplo, em um dia os acadêmicos de Educação Física podem realizar ações com idosos, os de Fisioterapia realizar testes posturais em estudantes, os de Enfermagem fazendo testes de glicemia, tudo isso, feito pelos acadêmicos associados a uma atlética, ou seja, fazendo bem para os mesmos e para a comunidade.

Outro item presente no 18º questionário (Gráfico 5) permitiu que fosse observado se as Atléticas das duas instituições atuam no incentivo ao esporte e, como mostra o gráfico a seguir, 81% concordam totalmente com a afirmação, 17,5% concordam, 1,6% não concordam e nem

discordam e nenhum dos participantes assinalaram a alternativa de “discordo” e “discordo totalmente”.

As atléticas são encarregadas por promover e estimular a prática do esporte na universidade, empenhando-se como meio de viabilizar e possibilitar comemorações, festas, torneios esportivos, colaborando para reduzir prováveis empecilhos iniciais correntes nesse espaço, como obstáculos para a inclusão, havendo o aumento do rendimento acadêmico (FILHO, 2014).

Pode-se afirmar que as AAA's são fundamentais para o meio social dos universitários, uma vez que ajudam na relação entre as pessoas, por exemplo, em um ambiente que os alunos ficam o dia todo estudando, acaba tornando-se sufocante, e as interações de práticas esportivas auxiliam na diminuição do estresse e da ansiedade. E, também, o bem-estar emocional dos atletas é imprescindível para a sua qualidade de vida (RIBEIRO et al. 2018).

Além de uma ferramenta de integração, o esporte pode abrir novos caminhos e ajudar na descoberta de novos atletas e dentro da universidade, juntamente com as AAA's, e com os campeonatos presentes no meio acadêmico, há uma chance maior de descobrir novos talentos. Ademais, é válido ressaltar que nas A.A.A's, os próprios alunos, os quais têm conhecimento sobre tal prática esportiva, tornam-se voluntários para treinar os times, sem almejar pagamentos, bolsas ou certificados, um exemplo disso é a autora, Hilery Amorin, já que a mesma tomava conta dos treinos, procurava ajudar os atletas, ia atrás de materiais esportivos e marcava treinos e amistosos para ajudar no desenvolvimento do time.

Em seguida, no 19º questionário (Gráfico 6) foi analisado se as atividades proporcionadas pela Atlética melhoram o humor e o stress dos associados. Dessa forma, assim como pode ser visto na imagem 6, obteve-se os seguintes resultados: 57,1% concordam totalmente que as atividades que as atléticas oferecem aos seus membros, os deixam mais com bom humor e diminuem os stress diários, 38,1% concordam, 4,8% não concordam e nem discordam e ninguém discorda ou discorda totalmente.

Convém mencionar, ainda, que no novo ciclo da vida de um estudante que é a faculdade, acaba exigindo algumas preocupações e responsabilidades, com isso é provável que os discentes apresentem transtorno de ansiedade, depressão e obesidade pela realidade do dia a dia. (a má qualidade de vida) (TEIXEIRA et al., 2008).

De acordo com a pesquisa realizada, dados mostram que os universitários, ao adentrar na atlética, participam de atividades físicas esportivas, de lazer e integrativas que ajudam na

diminuição do estresse e ansiedade, sendo assim, contribuem na melhor qualidade de vida, no bom humor e na alegria. Stéfany Menezes, a autora, contribuiu com a atlética como presidente por 4 anos e a mesma ressalta que se sentia melhor quando estava interagindo e praticando algum esporte, ou momentos de lazer com os associados.

Posteriormente, na 20º questão (Gráfico 7) pôde-se verificar qual o grau de concordância ou discordância dos avaliados quando se questiona que os alunos se sentem mais felizes quando participam das atividades propostas por suas Atléticas. Fundamentado pela imagem abaixo, 58,7% dos associados concordam totalmente, 30,2% concordam, 9,5% não concordam e nem discordam e 1,6% discordam totalmente.

As atléticas promovem diversas atividades integrativas como competições esportivas, festas, e viagens e além disso, recebem materiais que fazem parte da atlética. Lima (2018) ressalta que há uma “marca” das atléticas, a qual faz com que os alunos fiquem orgulhosos de participar da mesma, com isso, disponibilizando materiais, roupas, acessórios com a logo da A.A.A em que participa. Desse modo, os alunos acabam se sentindo incluídos em um meio onde se identificam e se sentem bem, consequentemente, havendo uma melhora no bom-humor durante as atividades oferecidas.

Logo após, no 21º questionamento (gráfico 8), investigou se as atividades ofertadas pela AAA melhoram o desempenho acadêmico dos associados. Com isso, o questionário permitiu saber que 28,6% dos discentes responderam que concordam totalmente, 31,7% concordam, 28,6% não concordam e nem discordam, 7,9% discordam e 3,2% discordam totalmente.

Oliveira (2019) relata que as Atléticas, ajudam na formação acadêmica, uma vez que se o aluno for associado à mesma, é capaz de colocar em prática o que aprendeu em seu curso, ajudando em eventos de cunho científico, podendo colocar em prática conhecimentos na área esportiva e obter mais empatia, tendo uma visão mais “sensível” para ajudar os outros através de projetos.

Percebe-se que ao falar de incentivo acadêmico pela atlética, foi destacado no gráfico anterior que os treinos, os quais são organizados pelos próprios alunos, podem trazer benefícios, como Gould & Carson (2008) ressaltam que o esporte ajuda na melhoria das competências úteis à vida dos discentes: as chamadas “competências para a vida”, as quais são conhecidas como “life skills” e ajudam a promover o espírito de liderança, trabalho em grupo, em ter autonomia e entre outras capacidades.

Um malefício é a sobrecarga deste aluno, já que o mesmo toma a frente dos treinos e pode sentir-se cansado e atarefado, já que existem outras responsabilidades, mas ao citar um problema, é válido destacar algumas soluções, as quais são: a organização da diretoria Atlética para os dias de treino e em junção com a mesma, a coordenação deveria investir em bolsas de apoio acadêmico, ou na criação de um projeto pela IES que viabilizasse os certificados e a carga horária, para que o aluno - “treinador” sinta-se mais apoiado e incentivado.

Na 22º e 23º questão (gráfico 9 e 10), possibilitou-se compreender se os associados das Associações Atléticas Acadêmicas já ingeriam bebidas alcoólicas e se faziam uso de cigarros, respectivamente, antes de se associarem às AAA's.

Sendo assim, constatou-se que 34,9% dos pesquisados concordaram totalmente que já ingeriam álcool, 34,9% concordaram, 6,3% não concordaram e nem discordaram, 4,8% discordaram e 19% discordaram totalmente de que consumiam bebida alcoólica.

Tratando-se do uso de cigarros, certificou-se que 3,2% concordaram totalmente, 4,8% concordaram, 3,2% não concordam e nem discordam, 17,5% discordaram e 71,4% discordaram totalmente que já faziam uso de cigarros antes de se tornarem membros da AAA.

Finalizando com as perguntas 24 e 25 (gráfico 11 e 12), as quais permitiram analisar se, depois de se associarem à Atlética de suas instituições, os discentes aumentaram o consumo de álcool e passaram a consumir cigarros em maior quantidade ou frequência, respectivamente.

Portanto, adquiriu-se os seguintes resultados, 6,3% concordaram totalmente que aumentaram o consumo de álcool após participar de uma atlética, 14,3% concordaram, 12,7% não concordaram e nem discordaram, 28,6% discordaram e 38,1% discordaram totalmente. Relacionando-se ao aumento de consumo de cigarros após a entrada para uma AAA, 4,8% concordaram, 3,2% não concordaram e nem discordaram, 17,5% discordaram e 74,6% discordaram totalmente.

Silva e Tucci (2014) vem contrariar o resultado obtido nessa pesquisa, onde dizem que as práticas esportivas, as quais são desenvolvidas na Universidade, estão ligadas as Atléticas e a sua respectiva graduação. A mesma, também, realiza e organiza festas, nas quais há um público de jovens acadêmicos, em sua maioria, e, com isso, o número referente ao consumo de bebidas alcoólicas aumenta, já que os estudantes participam ativamente.

Convém mencionar, que muitas pessoas têm uma visão negativa sobre as A.A.A por oferecerem festas e confraternizações como uma de suas formas de integração, já que existem

alguns autores como citados anteriormente, os quais destacam que os universitários ingerem mais bebidas alcoólicas quando estão em uma festa de sua respectiva atlética, mas de acordo com a pesquisa feita nas Instituições citadas na pesquisa, os alunos já consumiam bebida alcoólica e, além disso, referente ao uso de cigarro, o resultado ressaltou que a maioria não recebeu influência das festas organizadas pelas mesmas.

Uma questão a ser ressaltada, para instigar novas pesquisas, é procurar estudos ou realizar projetos sobre o antecedente destes jovens antes de adentrar em uma IES, procurar entender como foi/é a sua relação familiar, como foi a sua adolescência, qual seu ciclo social, como está sua saúde mental, entre outras coisas, para que os (as) futuros (as) pesquisadores (as) não culpem somente as festas fornecidas pelas atléticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propiciou mostrar a importância que as Associações Atléticas Acadêmicas têm dentro das Instituições de Ensino Superior Públicas no Município de Tucuruí-PA, uma vez que é um assunto pouco abordado em pesquisas da área acadêmica e científica.

Apesar de existirem poucos trabalhos relacionados ao tema, pode-se afirmar que ao concluir o estudo, notou-se que as A.A.A são fulcral para a vida universitária, já que a partir do momento que os alunos se associam a esta organização, automaticamente, estão propensos a receberem apoio desta diretoria desde ao acolher pessoal, projetos de sua graduação ou quanto a interação interpessoal.

Ademais, muitos tem a visão de que a Universidade é um ambiente “rígido” de estudo, muitas vezes, sentem-se “deslocados” e, com a Atlética, estes discentes podem descobrir novas inserções em diferentes grupos, como: conhecer novas pessoas em viagens ou treinos esportivos, participar de projetos de extensão propostos pela universidade (os quais podem ser feitos pelos associados), frequentar novos ambientes com as práticas de lazer ou investir na criação de equipes de estudo e ações sociais para obter vivência durante a vida acadêmica.

Para mais, é válido ressaltar que com as atividades proporcionadas pelas A.A.A's, os alunos obtêm melhorias referentes à saúde física e mental, visto que com as práticas de atividades físicas regulares, tanto esportivas, de lazer e de cunho social oferecem diversos benefícios, como: o bom humor ao praticar as atividades integrativas, o controle de sua ansiedade, estresse, a diminuição do sedentarismo e à prevenção de doenças crônicas.

Com relação à gestão do Campus e as A.A.A's, percebeu-se que há um bom relacionamento, mas que pode obter melhorias e crescer, por exemplo, a UEPA- Campus XIII

Tucuruí, investiu e incentivou a atlética, apoiou a causa e aumentou a criação de projetos, eventos científicos, ações de lazer e dinâmicas, com isso tende a gerar mais atividades em prol dos acadêmicos, seja de caráter científico, lazer ou esportivo. Uma sugestão para as coordenações das Instituições é incentivarem e ouvirem os alunos, para ter o respeito mútuo, tanto os discentes quanto aos responsáveis. Assim, podem gerar uma boa harmonia entre ambos, já que, muitas vezes, certas coordenações podem ter, ainda, um olhar mais tradicional referente às novidades, uma vez que as associações estão crescendo no meio acadêmico.

Entretanto, é fulcral, também, que as Diretorias (das associações acadêmicas) se apresentem para melhorar a relação com a coordenação, já que em 2019, não existia a Atlética Colossais, o campus não conhecia e nem a gestão, aos poucos a Diretoria foi crescendo e a presidente sempre buscou apresentar com firmeza e educação a importância desta organização, então, é válido ressaltar que com educação, parceria e apoio a atlética foi ganhando espaço tanto na vida dos alunos quanto à gestão da instituição.

Desse modo, é necessário que haja a criação de mais estudos científicos e pesquisas bibliográficas sobre o assunto, para que as Atléticas tenham mais visibilidade e crescimento, dado que, com este trabalho, o objetivo, também, é impulsionar conhecimentos para que haja mais projetos e futuros estudos sobre o tema. Com o referido trabalho, mostrou-se que os alunos podem ter diversas formas de integração e com as mesmas, incentivar melhorias na saúde mental e física dos discentes. Também, com esse aumento, propiciar uma melhor relação com as coordenações das Instituições, para que as mesmas participem das atividades ofertadas pelas as A.A.A' s e seus associados.

Espera-se que com esse trabalho, os números de futuras pesquisas cresçam ao falar sobre gestão das atléticas, a sua importância para os diversos cursos, sua ligação com viagens, campeonatos, projetos, momentos de lazer, para que ressaltam a questão dos benefícios a saúde mental e sobre o quão é importante apoiar o crescimento dessas entidades organizacionais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/61102466/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1647793540&Signature=S5EO7~kN-PJCNuDml34rIv4o7fUUmaTlwNqiph0ZvAbvCqU7HEXTqFmL7zWtqkg4QjnefjJeSIEUuMrKB1m3YqJKHWkGbdKiWsVVBkIQYvTqUj5Zgy~W-FRZZELCwrF73X~zlcLjvK0Nwu~xjYEfogkcfnq-

AMG2kzbY0QbdI8Cdu6hmLz2gUnmjtm9OUGxdHhb0mJ9aeNBdjMLfTcu3P3o8~Q7gHmL33fBBvbYpMvCucNx9nXgOtiE9FANqBCHA29wKHc0fb77TasIVFNXescaDMr4xCVMeKJ3MOR4BDBt4hORjP75QYEWQcOQRfGt-

WvpsDr0iSiIWtBMQm3CQ &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 10 de março de 2022.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

DOS SANTOS CARVALHO, Anderson et al. Exercício físico e seus benefícios para a saúde das crianças: uma revisão narrativa. Jair, v. 13, n. 1, 2021.

BYAMAN, Alan. Research Methods and Organization Studies. London: Unwin Hyman, 1989.

CURCIO, S. Ter uma sede para sua Atlética: espaço de história, integração e consolidação do trabalho! Revista Integraê, 2019. Disponível em: <https://integrae.com.br/ter-uma-sede-para-sua-atletica-espaco-de-historia-integracao-e-consolidacao-do-trabalho/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

FAGUNDES, A. F. A.; PRADO, R. A. D. P. DO; FELIX, D. F. A identificação dos discentes com as associações atléticas universitárias e o reflexo quanto ao engajamento estudantil junto às instituições de ensino superior. Educação e Pesquisa, v. 48, 2022.

FILHO, C. A. A. M. et al. Influência do exercício físico na cognição: uma atualização sobre mecanismos fisiológicos. v.20, n.3, mai/jun, 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e- tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2022.

Gould, D., & Carson, S. (2008). Life skills development through sport: current status and future directions. International Review of Sport and Exercise Psychology, 1(1), 58-78. doi:10.1080/17509840701834573

GUIMARÃES E SILVA, Conceição Maria. A importância da ação social: trabalho desenvolvido para o reconhecimento das reais necessidades de uma área a ser trabalhada. Revista Pedagogia Social UFF, [S.I.], v. 10, n. 2, dec. 2020.

HATZIDASKI, G. (2006). Esporte Universitário. Atlas do Esporte no Brasil. CONFEF, Rio de Janeiro/RJ.

LIMA, M. G. Espaços de lazer e territórios juvenis em Três Lagoas /MS. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Três Lagoas, 2018.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. Archives of Psychology, United States, v. 22, n. 140, p. 1–55, 1932.

LORETO, G. Uma Experiência de Assistência Psicológica e Psiquiátrica A Estudantes Universitários. 1985. Tese (Concurso de Professor Titular) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

McClelland, M. M., & Cameron, C. E. (2012). Self-regulation in early childhood: Improving conceptual clarity and developing ecologically valid measures. *Child Development Perspectives*, 6(2), 136–142

OLIVEIRA, G. D. Gestão Organizacional nas Atléticas: um estudo sobre gerenciamento das Associações Atléticas Acadêmicas do DF. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Departamento de Administração, Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

OLIVEIRA, P. H. A. A importância das atléticas universitárias para formação de um universitário em administração. 2019. 40 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

PAIVA, J.L., MARCELLINO, N.C Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer, nas faculdades de educação física. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, v.12, n. 1, p. 85-90, 2004.

PASSOS, Ricardo P. et al. Aperfeiçoamento Da Coordenação Motora De Crianças Por Meio Da Recreação. *Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida* Vol, v. 14, n. 2, p. 2, 2022.

REIFLER, C. B.; LIPTZIN, M. B.; HILL, C. Epidemiological studies of college mental health. *Archives of General Psychiatry*, v. 20, n. 1, p. 528-540, 1969.

RIBEIRO, G. M.; MARIN, E. C. Universidades Públicas e as Políticas de Esporte e Lazer. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 15, n. 3, 2012.

RIBEIRO, P.; LACERDA, A.; MELO, R.; HABIB, L. R.; FILGUEIRAS, A.

Psicoeducação Baseada em Evidências no Esporte: Revisão Bibliográfica e Proposta de Intervenção para Manejo Emocional. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*. Brasília, (BR), v. 8, n. 1, p. 56-65, mai./2018.

SILVA E. C; TUCCI A. M. Estudo transversal sobre o uso de risco de álcool em uma amostra de estudantes de uma universidade federal brasileira. Santos, SP. *J Bras Psiquiatr*. 2014

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC/ PPGEP/LED, 2000, 118 P.

TEIXEIRA, M. A. P. et. al. Adaptação à universidade em jovens calouros.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O AUTOCUIDADO NA INFÂNCIA ATRAVÉS DA INTERPROFISSIONALIDADE

Joliene Kate Nascimento Pinto

Simone De La Rocque

DOI: 10.29327/5194617.1-10

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O AUTOCUIDADO NA INFÂNCIA ATRAVÉS DA INTERPROFISSIONALIDADE

DOI: 10.29327/5194617.1-10

Joliene Kate Nascimento Pinto

Simone De La Rocque

RESUMO

A escola é considerada com um espaço de aprendizagem para a vida social, acadêmica e pessoal. Sendo institucionalizada com ambiente de promoção possui currículo determinado por cada estado ou município. O direito à educação é assegurado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU). Crianças e adolescentes fazem parte da população carente de educação em saúde oferecidas no ambiente escolar, apesar de a escola ser um espaço de convivência onde por meio de aprendizagem do ensino tradicional é possível também educar para a saúde. Nesse sentido, o autocuidado é algo a ser fomentado no meio da educação infantil, uma vez que envolve práticas de cuidados realizados para seu benefício próprio a fim de manter a vida, a saúde e o bem-estar, sendo essas ações voluntárias e intencionais. A teoria do déficit do autocuidado é definida como a prática de atividades ou desempenho que os indivíduos realizam para manutenção de bons hábitos que mantenham a saúde e o bem-estar. Portanto, abrange aspectos cotidianos e vivenciais, assim como engloba o autocuidado, a atividade de autocuidado e a exigência terapêutica de autocuidado. Esta pesquisa objetiva avaliar a importância do autocuidado na infância de alunos de ensino fundamental de Belém-PA. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e de abordagem quanti-qualitativa. Crianças na faixa etária de 7 a 12 anos serão participantes. Os instrumentos de coleta dos dados serão um questionário de autocuidado, o qual será aplicado antes e após o período da aplicação da parte de campo, para posterior análise. Os dados serão digitados e organizados em formas de gráficos e tabelas nos softwares Microsoft Office Excel 2010 e no programa Biostat 5.3., a fim de se obter os resultados por meio de uma estatística descritiva, de forma qualitativa. A digitação dos dados será feita pelos pesquisadores, realizando-se análise comparativa de acordo com a natureza dos dados encontrados.

Palavras-chave: Saúde na escola. Autocuidado na Infância. Interprofissionalidade. Educação física.

ABSTRACT

The school is considered a learning space for social, academic and personal life. Being institutionalized with a promotion environment, it has a curriculum determined by each state or municipality. The right to education is guaranteed by the Federal Constitution, by the Child and Adolescent Statute (ECA), by the Universal Declaration of Human Rights (UN). Children and adolescents are part of the population lacking health education offered in the school environment, although the school is a space for coexistence where, through learning traditional teaching, it is also possible to educate for health. In this sense, self-care is something to be encouraged in the middle of early childhood education, since it involves care practices carried out for their own benefit in order to maintain life, health and well-being, these actions being voluntary and intentional. The self-care deficit theory is defined as the practice of activities or performance that individuals perform to maintain good habits that maintain health and well-being. Therefore, it encompasses everyday and experiential aspects, as well as encompasses self-care, self-care activity and the therapeutic requirement of self-care. This research aims to evaluate the importance of self-care in elementary school students' childhood in Belém-PA. This is a field research, descriptive and with a quantitative and qualitative approach. Children aged 7 to 12 years old will be participating. The data collection instruments will be a self-care

questionnaire, which will be applied before and after the period of application of the field part, for further analysis. The data will be typed and organized in forms of graphs and tables in Microsoft Office Excel 2010 software and in the Biostat 5.3 program., in order to obtain the results through descriptive statistics, in a qualitative way. The typing of data will be done by the researchers, carrying out a comparative analysis according to the nature of the data found.

Keywords: Health at school. Childhood self-care. Interprofessionality. Physical education.

RESUMEN

La escuela es considerada un espacio de aprendizaje para la vida social, académica y personal. Al estar institucionalizado con un ambiente de promoción, tiene un currículo determinado por cada estado o municipio. El derecho a la educación está garantizado por la Constitución Federal, por el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA), por la Declaración Universal de los Derechos Humanos (ONU). Los niños y adolescentes forman parte de la población carente de la educación para la salud que se ofrece en el ámbito escolar, aunque la escuela es un espacio de convivencia donde, a través del aprendizaje de la enseñanza tradicional, también es posible educar para la salud. En este sentido, el autocuidado es algo a fomentar en medio de la educación infantil, ya que se trata de prácticas de cuidado realizadas en beneficio propio con el fin de mantener la vida, la salud y el bienestar, siendo estas acciones voluntarias e intencionales. La teoría del déficit de autocuidado se define como la práctica de actividades o desempeño que los individuos realizan para mantener buenos hábitos que mantienen la salud y el bienestar. Por tanto, engloba aspectos cotidianos y experienciales, así como engloba el autocuidado, la actividad de autocuidado y la exigencia terapéutica del autocuidado. Esta investigación tiene como objetivo evaluar la importancia del autocuidado en la infancia de estudiantes de la enseñanza fundamental de Belém-PA. Se trata de una investigación de campo, descriptiva y con un enfoque cuantitativo y cualitativo. Participarán niños de 7 a 12 años. Los instrumentos de recolección de datos será un cuestionario de autocuidado, que se aplicará antes y después del período de aplicación de la parte de campo, para su posterior análisis. Los datos serán digitados y organizados en forma de gráficos y tablas en el software Microsoft Office Excel 2010 y en el programa Biostat 5.3., con el fin de obtener los resultados mediante estadística descriptiva, de forma cualitativa. La tipificación de los datos será realizada por los investigadores, realizando un análisis comparativo según la naturaleza de los datos encontrados.

Palabras clave: Salud en la escuela. Autocuidado de la infancia. Interprofesionalidad. Educación Física.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança, as pessoas com até 12 anos incompletos de idade, estando essa abordagem voltada para a idade cronológica associada aos aspectos sociológicos da lei, garantindo direito à habitação, saúde, educação e outros (BRASIL, 2005). A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura o direito à educação a todas as crianças. Sendo assim, a escola torna-se um ambiente imprescindível para a formação do aluno, haja vista que ela é um espaço heterogêneo que recebe e acolhe vários alunos com diferentes realidades (MACHADO & AVARELI, 2018).

Estudos apontam que a Escola tem se mostrado um ambiente promissor para fomentar a vivências de práticas saudáveis (Domene, 2008), ressaltando todos os benefícios que a mesma

promove, as atividades trazem grandes repercussões dentro da comunidade local. Fazendo assim da escola um ambiente favorável para a promoção da saúde. (Brasil, 2011).

Para crianças e adolescentes que se encontram na faixa etária escolar, deve ser assegurado além do ensino qualidade todas as oportunidades de interação social, como exemplo o estímulo a prática esportes, dentro e fora da escola, o acesso à cultura e ao lazer. Nesse sentido, estas práticas tornam-se cruciais para estes indivíduos no processo de formação saudável, com empatia pela escolarização e desenvolvimento normatizado (LEMOS et. al., 2017).

O ambiente escolar se torna um meio de aprendizagem além da visão meramente estudantil, mas também de interação, de cuidado com o outro e consigo. Com isso, o autocuidado é algo a ser fomentado no meio da educação infantil, uma vez que envolve práticas de cuidados realizados para seu benefício próprio a fim de manter a vida, a saúde e o bem-estar, sendo essas ações voluntárias e intencionais (BUB et al, 2006).

Todas as crianças devem ser cuidadas e educadas em ambientes seguros de modo que cresçam vivazes, saudáveis e com amplas possibilidades de aprender (UNESCO, Plano de Ação – Dacar, 2000, p.9). Sob esse viés, a educação com relação ao autocuidado para com esse público está inserida no contexto, visto que o autocuidado significa cuidar de si mesmo, estar atento às necessidades e buscar desenvolver hábitos saudáveis para o próprio bem-estar (MARQUES, 2018).

Para Silva et al. (2009) quando há a associação da prática do cuidado em si e a promoção da saúde, adota-se uma conduta ética ao longo da vida, assumindo a responsabilidade do viver, e, desta forma estimulando a vida e a saúde.

A teoria do déficit do autocuidado desenvolvida por Dorothea Orem é definida como a prática de atividades ou desempenho que os indivíduos realizam para manutenção de bons hábitos que mantenham a saúde e o bem-estar. Assim, abrange aspectos cotidianos e vivenciais, assim como engloba o autocuidado, a atividade de autocuidado e a exigência terapêutica de autocuidado (LISTA; CORREIA; FONSECA, 2017).

As crenças, antecedentes sociais e culturais, características pessoais e relação entre os profissionais de saúde e os clientes são componentes que se interligam e são alguns dos fatores que influenciam os comportamentos de autocuidado (HARTWEG & PICKENS, 2016).

O autocuidado é uma função na qual as pessoas desempenham por si próprias ou por alguém que a execute para preservar a vida, o desenvolvimento e o bem-estar. Quando tal

atividade é realizada de forma controlada e consciente, atingindo a real autonomia, designasse de autocuidado (TOMEY & ALLIGOOD, 2002).

A Teoria do Autocuidado constitui a base para compreender as limitações e condições da ação do ser humano, embora seja de suma importância existir um ponto de equilíbrio entre o excesso e a carência de cuidado para que o indivíduo seja capaz de se auto cuidar (PINA QUEIRÓS; SANTOS VIDINHA; ALMEIDA FILHO, 2014). Além disso, atualmente, a população infantil vem ganhando destaque na sociedade, ou seja, no ambiente social, econômico, pedagógico ou da saúde (BRASIL, 2005).

Diversos profissionais da saúde, principalmente os que atuam no ambiente escolar devem considerar que é de suma importância a abordagem do tema no trato de alunos na faixa etária escolar. Ao iniciar a proposta de trabalho profissional direcionado ao público infantil, faz-se necessário o cuidado quanto ao repasse das informações. Estas, precisam ser repassadas e compreendidas pelo grupo de maneira que esteja acessível, mediante a adequação de linguagem, como exemplo o brincar.

A linguagem do brincar de acordo com Oliveira (2015), é estabelecido através de um vínculo entre o aluno ou criança e o profissional, proporcionando resultados mais eficazes. Além disso, faz-se necessário também a preparação de um ambiente que permita o bem-estar e a segurança das crianças (OLIVEIRA, 2015), para assim haver uma troca e maior interação.

Em relação as atividades lúdicas em que o objetivo seja a promoção da educação em saúde, devem ser cuidadosamente observados os conteúdos que facilitem o autoconhecimento da criança, sendo essencial para que ocorra mudanças no dia a dia criança. Com o aumento desse conhecimento e possível iniciar o processo de avanço enquanto estratégia de prevenção, ensinando-se dessa forma a criança a cuidar da própria imagem e saúde (CECCHETTO et al, 2017).

Atualmente a população infantil vem ganhando destaque na sociedade, ou seja, no ambiente social, econômico, pedagógico ou da saúde (BRASIL, 2005). Assim, é de suma importância a abordagem e direcionamento para esta população. Entretanto, a visão sobre infância e as crianças é previamente mal interpretada dentro do senso comum, pois ainda se entende como um indivíduo passivo, um sujeito incompleto que precisa de alguém para fazer as coisas para ela. (ARAÚJO, REIS 2000). Prestes (2008) afirma que essa concepção acerca das crianças é histórica, uma vez que desde a Idade Média elas eram comparadas a um animal

de estimação que servia para divertir os mais velhos, mas nunca eram vistas como autor de suas ações.

Nesse contexto, Prestes (2008) defende a ideia de que a infância deve ser entendida como um processo de crescimento biológico, indispensável a todos os indivíduos e está inerente a raça, gênero, sociedade ou cultura. Além disso, vale ressaltar que os fatores psicológicos nem sempre acompanham os caracteres da anatomia e fisiologia.

Nesse sentido, no ambiente escolar se torna um meio de aprendizagem além da visão meramente estudantil, mas também de interação, de cuidado com o outro e consigo. Com isso, o autocuidado é algo a ser fomentado no meio da educação infantil, uma vez que envolve práticas de cuidados realizados para seu benefício próprio a fim de manter a vida, a saúde e o bem-estar, sendo essas ações voluntárias e intencionais (BUB; et al, 2006).

Assim, tratando-se do público infantil, para as informações serem repassadas e compreendidas pelos mesmos, precisam ser expostas na linguagem deles, através do brincar, pelo qual, de acordo com Oliveira (2015), é estabelecido um vínculo entre o participante e o profissional, proporcionando resultados mais eficazes. Além disso, faz-se necessário a preparação de um ambiente em que permita o bem-estar da criança e deixe-a confortável (OLIVEIRA, 2015) para assim haver uma troca e interação maior.

Com isso, através de atividades lúdicas sobre temas de saúde, as quais facilitam a troca dos conhecimentos, proporcionam um entendimento maior da criança acerca da sua própria saúde. Nesse sentido, deve ser ressaltado que o conhecimento é essencial para que ocorra mudança, o aumento desses é o primeiro avanço enquanto estratégia de prevenção, ensinando a criança a cuidar da própria saúde (CECCHETTO; et. Al., 2017).

Indica-se que sejam realizados dois ou três horas diárias de atividade física na infância. Assim sendo, com o estimo de bons hábitos e comportamentos durante as primeiras fases da vida, há maiores índices de transferência conforme o avançar da idade. Dessa forma, a prática de atividades físicas na adolescência é determinante nos estilos de vida adotado pelas pessoas durante as outras fases da vida (PINHEIRO et. Al 2019; JUNIOR, ARAÚJO, PEREIRA, 2016).

Crianças e adolescentes estão em uma fase de oportunidades sociais, uma vez que investimentos para realização de esportes, de cultura e de lazer são imprescindíveis nesta faixa etária. Nesse sentido, estas práticas tornam-se cruciais para estes indivíduos no processo de formação saudável, com empatia pela escolarização e desenvolvimento normatizado (LEMOS et. al., 2017). A prevenção de crimes e violência realizados por crianças e adolescentes é de

suma no ambiente escolar e entidades comunitárias por meio de projetos. A cultura de paz, através da educação, esporte e lazer oferece oportunidades a esta parcela da população, além disso, propicia estudo e sociabilidade para a produtividade e possíveis trabalho, propiciando ao indivíduo estratégias para distanciá-los da criminalidade (LEMOS et al., 2017). Com o uso dos jogos, esportes, atividades culturais e lazer na educação, são possíveis que crianças obedeçam às regras e normas, com o intuito de vigiar e controlar crianças e adolescentes dentro do ambiente governamental (LEMOS et al., 2017).

Considerando que a infância é uma fase básica de sustentação para o futuro adulto a qual oferece estrutura para formação de aspectos emocionais, racionais e sociais, Santos e Timm (2012) afirmam que nessa fase da vida que aprendemos a ter bons hábitos, sendo o autocuidado com saúde um exemplo deles. No contexto, o presente projeto de pesquisa ensinar e estimular o autocuidado de crianças no conteúdo das aulas de educação física de estudantes da rede municipal de Belém-PA. Assim, esse estudo não propõe somente caracterizar a participação da criança com relação ao seu autocuidado, mas também pretende utilizar o tema do autocuidado nas aulas de educação física escolares. Portanto, trata-se aqui de um projeto de pesquisa de campo de caráter exploratório e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, que tem por objetivo avaliar a importância do autocuidado na infância de alunos de duas escolas de ensino fundamental.

DESENVOLVIMENTO

O projeto de pesquisa está sendo desenvolvido de forma teórica e prática, sendo a parte teórica realizada na Universidade do Estado do Pará (UEPA) no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Campus III e a parte prática realizada em duas escolas, sendo uma da rede municipal de ensino e outra da rede estadual de ensino do Pará. As escolas foram escolhidas de formas aleatórias, onde foi apresentado o projeto e o mesmo aceito pela coordenação.

Os participantes da pesquisa são alunos com idade compreendidas entre 7 e 12 anos, de ambos os sexos, matriculadas do 1º ao 5º ano do fundamental e que frequentam regularmente as duas escolas selecionadas. Pretende-se alcançar de 80% a 100% do universo de cada escola.

Estabeleceu-se como critérios de inclusão todos os alunos das turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das escolas selecionadas; alunos com idade de 7 a 12 anos e regularmente matriculados no local de estudo durante o período preestabelecido para coleta de dados; crianças cujos pais ou responsáveis autorizem a participação assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que seus filhos concordem voluntariamente assinando o Termo de

Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Como critérios de exclusão todos os alunos que que não atendem os critérios de inclusão.

Para a coleta de dados são utilizados como instrumentos de coleta o “Questionário de Autocuidado”, contendo perguntas sobre higiene, alimentação e prática de exercício físico, relacionadas as áreas do comportamento adaptativo da rotina de uma criança na fase escola. O questionário terá sua aplicabilidade nas crianças antes e após o período das atividades do projeto (previamente testado e validado), poderá ou não ter a orientação dos pais para sua resposta.

Existe um “Protocolo de Atividades” que está sendo utilizado juntamente com o professor da escola durante cada aula ou sessão da disciplina educação escolar, contendo temas intercalados, como: a) Alimentação: nutritiva/saudável, higiene dos alimentos e das mãos; b) Higiene corporal: tomar banho; escovar dentes, limpas unhas; c) Exercício físico: a importância da aula de educação física para a saúde. Nas sessões do tema do autocuidado ocorrerão pelo período de 6 (seis) meses, sendo realizado 1 (uma) vez na semana. As aulas serão divididas em turmas de acordo com a série em que as crianças estão matriculadas, cada aula será realizada no tempo de 60 (sessenta) minutos.

Para a análise e interpretação dos dados deve ser utilizadas as fichas individuais de cada participante, devidamente preenchidas com todos os itens descritos na coleta de dados para a realização de uma análise qualitativa. Nesse sentido, será feito um comparativo entre as avaliações, verificando o autocuidado e nível de atividade física, ou seja, após 6 meses de intervenção do projeto. Através da análise dos questionários, será traçado um posicionamento com base no nos questionários aplicados, sobre o antes e depois dos alunos participarem da pesquisa.

Após a coleta de dados, será observado os maiores déficits do autocuidado e, a partir disso, realizar intervenções através de atividades e educação em saúde de forma lúdica. Os dados serão digitados e organizados em formas de gráficos e tabelas nos softwares Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010 e no programa Biostat 5.3., a fim de se obter os resultados por meio de uma estatística descritiva, de forma qualitativa. A digitação dos dados será feita pelos pesquisadores, realizando-se análise comparativa de acordo com a natureza dos dados encontrados.

Para a execução do projeto os pesquisadores seguem um plano de atividades sendo elas:

- Atividades lúdicas e recreativas sobre a higienização dos alimentos;
- Jogos recreativos com a temática de higiene;

- Atividades lúdicas sobre alimentação saudável;
- Oficinas com teatro sobre autocuidados;
- Atividades de dança com referências as partes do Corpo humano;
- Atividades de construção de materiais de higiene com os alunos usando material didático;
- Atividades lúdicas sobre o corpo Humano;
- Oficinas sobre os sentidos: (olfato, tato, visão, audição e paladar);
- Oficinas e atividades sobre higiene corporal;
- Oficinas e atividades sobre saúde bucal e mastigação;
- Teatro com marionetes sobre autocuidados;
- Oficinas e rodas de conversas sobre higiene corporal (banho, corte de unhas, etc.);
- Circuitos funcionais com pequenas estações alusivas à higiene corporal;
- Rodas de conversas sobre situações de riscos;
- Atividades de danças relacionadas com o bem-estar;
- Atividades sobre a pirâmide alimentar, com elaboração de cartazes;
- Sessões de filmes educativos sobre autocuidados;
- Gincanas com o tema de autocuidado.

CONCLUSÃO

Espera-se que haja a compreensão de que o profissional de Educação física pode desencadear uma onda de percepção do valor do autocuidado infantil para a obtenção da saúde, e que por meio dos conteúdos propostos, o tema seja utilizado como tema transversal nas aulas de educação física do ensino fundamental.

No entanto, o professor torna-se o intermediário nesse processo pedagógico de ensino-aprendizagem, onde a educação física como uma disciplina que envolve diversos conteúdos da cultura corporal como exemplo, a ginástica, atrelando a temática da saúde. (PARANÁ, 2008).

Pretende-se atentar a sociedade em geral, a população científica e acadêmica para o valor do profissional de educação física dentro do espaço escolar, sendo um ator fundamental para a promoção da saúde de escolares.

Espera-se que projetos dessa natureza mostrem a relevância de despertar políticas públicas para o trabalho interprofissional nas escolas, assegurando a inclusão de outros

profissionais da saúde, como enfermeiros, técnicos de nutrição, etc, como atores construtores de promoção de mais saúde de crianças e adolescentes.

Espera-se maior valorização do professor de educação física como profissional da saúde, capaz de promover a conscientização da importância de projetos de saúde no âmbito escolar nos níveis do ensino fundamental.

A educação em saúde por meio da divulgação de informações e conhecimentos, possibilita a junção de comportamentos e atitudes saudáveis, estimula o protagonismo entre os alunos, amplia a percepção de responsabilidade social, tornando-os capacitados para participarem diretamente como sujeitos de seu processo de saúde. E assim, sendo uma ferramenta ativa para a prática da promoção da saúde, estendendo-se ao núcleo familiar e a comunidade em que está inserido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRITO, B.; TAVARES, G. H.; POLO, M. C. E.; KANITZ, A. C. Lazer, atividade física e BUB, M B C et al. A Noção de Cuidado de si mesmo e o conceito de autocuidado na enfermagem. Texto e Contexto, Florianópolis, n., p.152-157, 2006.

CECCHETTO et al, 2017. Cuidar e educar: perspectiva na Educação infantil no Brasil. Disponível em: <http://www.icpg.com.br>. Comportamento sedentário de idosos participantes de um grupo de aconselhamento. Revista Centro Gráfico, 1988.

DOMENE, S.M.A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. *Psicologia USP*, v. 19, n. 4, p. 505-517, 2008.

HALLAL, P.C; ANDERSEN, L.B; BULL, F; GUTHOLD, R; HAKELL, W; EKELUND, U. Global physical activity levels: surveillance progress, pitfalls, and prospects. *The Lancet*. 380: 247- 257. 2012.

HARTWEG, D. L.; PICKENS, J. A Concept Analysis of Normalcy within Orem's Self-Care Deficit Nursing Theory. *Self-Care, Dependent-Care & Nursing*, v. 22, n. 1, p. 4-13, 2016.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. Práticas de esporte, lazer e cultura do UNICEF. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 2-8, abr. 2017.

LISTA, António; CORREIA, João; FONSECA, César. A Teoria do Autocuidado, uma proposta reflexiva dos cuidados de Enfermagem de Reabilitação. *JOURNAL OF AGING*

AND INNOVATION, [S. l.], 2017. Disponível em:

<http://www.journalofagingandinnovation.org/wp-content/uploads/2-Auto-CuidadoProposta-de-Interven%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

MACHADO, Mariana Ramos; ALVARELI, Luciani Vieira Gomes. Gestão escolar e conselho tutelar: uma parceria necessária baseada no estatuto da criança e do adolescente (ECA). *Educação, Cultura e Comunicação*, v. 9, n. 18, 2018.

MARQUES, José Roberto. A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER HÁBITOS DE AUTOCUIDADO. [S. l.], 2018. Disponível em:

<http://www.ibccoaching.com.br/portal/importancia-de-desenvolverhabitos-de-autocuidado/>. Acesso em: 20 maio 2019.

MENEZES, G. R. S.; DA SILVA, A. S.; SILVÉRIO, L. C.; & DE MEDEIROS, A. C. T. Impacto da atividade física na qualidade de vida de idosos: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(2), 2490-2498, 2020.

OLIVEIRA, A. C. S. S.; CAVALCANTE, M. C. V. Intervenção da terapia ocupacional junto à criança hospitalizada: uma revisão de literatura. *Rev Pesq Saúde*, 16(1): 45-49, jan-abr, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. 2008.

PRESTES, Reulcinéia Isabel. A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: FUNDAÇÃO PROAMOR. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2008.

PINA QUEIRÓS, Paulo Joaquim; SANTOS VIDINHA, Telma Sofia dos; ALMEIDA FILHO, António José de. Autocuidado: o contributo teórico de Orem para a disciplina e profissão de Enfermagem. *Revista de Enfermagem Referência*, [S. l.], 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn3/serIVn3a18.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

SANTOS, Maria Souza Dos; TIMM, Jordana Wruck. O CUIDAR E A CRIANÇA PEQUENA. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Rio Grande do Sul. O CUIDAR E A CRIANÇA PEQUENA [...]. Rio Grande do Sul: [s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.ucs>.

SILVA, Irene de Jesus et al. Cuidado, autocuidado e cuidado de si: uma compreensão paradigmática para o cuidado de enfermagem. *Rev. esc. enferm. USP*. 2009, vol.43, n.3, pp. 697-703.

SOUSA, C. M. S.; DE SOUSA A, A. A. S.; ALVES, A. S. D. S. A.; DE SOUSA, S.; GURGEL, STELLA, F. et al. Depressão no Idoso: Diagnóstico, Tratamento e Benefícios da Atividade Física. *Motriz*, Rio Claro, v. 8, n. 3, p. 91-98, 2002.

TOMEY, A. M.; ALLIGOOD, M. R. Teóricas de enfermagem e a sua obra. 5^a ed., Loures, Portugal: Lusociência, 2002.

UNESCO. Plano nacional pela primeira infância (versão resumida). Brasília: dez./2010.

Arquivo em pdf, disponível em
<<http://entrandonarede.varzeapaulista.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2008/05/Plano-Primeira-Infancia.pdf>>>. Acesso 21 nov. 2022.

CORRIDA DE RUA

Joseana Moreira Assis Ribeiro
Ricardo Figueiredo Pinto

DOI: 10.29327/5194617.1-11

CORRIDA DE RUA

DOI: 10.29327/5194617.1-11

Joseana Moreira Assis Ribeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Um estilo de vida saudável resulta da busca pelo bem estar, tendo como foco principal a saúde, que ultimamente vem sendo muito comentada, nesta escolha de melhora do estilo para uma vida ativa é proposto sua melhor qualidade de vida e, que garanta e favoreça o seu estado físico, mental e emocional. Para tanto o presente estudo, possui como objetivo principal mostrar a prática de um esporte que atualmente vem crescendo e ganhando o maior número de praticantes nos últimos anos, que é a corrida de rua. Este estudo está baseado em trabalhos teóricos (artigos e livros) de autores que discutem a temática, mostrando os benefícios e particularidades da corrida de rua e quando associado de uma boa alimentação podem e devem ser um recurso importante para se atingir objetivos de forma saudável. Confirmou-se o que muitos pesquisadores vêm alertando no decorrer da divulgação de suas respectivas pesquisas: foi possível verificar como surgiu a corrida de rua, seus benefícios e cuidados, não esquecendo que uma alimentação ajustada com a prática do exercício físico e seu objetivo, possibilita-se a obtenção de uma saúde plena. Os resultados obtidos apontam para um hábito saudável da prática de corrida de rua, sem custos elevados e que propicia diversos benefícios.

Palavras-chave: Corrida de Rua; Bem - Estar; Exercício Físico.

ABSTRACT

A healthy lifestyle results from the pursuit of well-being, white heath as the main focus, which has been much talked about lately. Your physical, mental and emotional state. Therefore, the present study has as main objective to show the practice of a sport that is currently growing and gaining the largest number of practitioners in recent years, which is street running. This study is based on theoretical works (articles and books) by authors who discuss the theme, showing the benefits and particularities of street running and when associated with good nutrition, they can and should be an important resource to achieve goals in a healthy way. What many researchers have been warning about during the dissemination of their respective researches was confirmed: it was possible to verify how street running emerged, its benefits and care, not forgetting that an adjusted diet with the practice of physical exercise and its objective, enables to obtain full health. The results obtained point to a healthy habit of street running, without high costs and which provides several benefits.

Keywords: Street Race; Wille-being; Physical exercise.

RESUMEN

Un estilo de vida saludable resulta de la búsqueda del bienestar, con la salud como eje principal, de lo que se ha hablado mucho últimamente de tu estado físico, mental y emocional. Por ello, el presente estudio tiene como principal objetivo mostrar la práctica de un deporte que actualmente está creciendo y ganando el mayor número de practicantes en los últimos años, como es el street running. Este estudio se basa en trabajos teóricos (artículos y libros) de autores que discuten el tema, mostrando los beneficios y particularidades de las carreras callejeras y que, asociadas a una buena alimentación, pueden y deben ser un recurso importante para alcanzar metas de forma saludable. Se confirmó lo que muchos investigadores venían advirtiendo durante la difusión de sus respectivas investigaciones: se pudo comprobar cómo surgió el street running, sus beneficios y cuidados, sin olvidar que una alimentación ajustada con la práctica de ejercicio físico y su objetivo, permite obtener salud plena. Los resultados

obtenidos apuntan a un hábito saludable de correr en la calle, sin costes elevados y que aporta múltiples beneficios.

Palabras clave: Carrera callejera; Bienestar; Ejercicio físico.

INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, é notável o grande número de pessoas praticantes de atividades físicas, devido a descoberta de benefícios, o grande pico de novos praticantes de atividade física eclodiu em meados da década de 80, com a instauração social e midiática do que seria o corpo perfeito. O que é necessário enfatizar com antecedência é que os exercícios estão diretamente ligados com práticas alimentares saudáveis, com o objetivo de beneficiar o corpo, além da melhoria do perfil estético. (EUROBAROMETER, 2010).

A prática de atividades físicas como um benefício de saúde, estética para o corpo, entre outros, são evidenciadas cientificamente paralelamente relacionados a uma alimentação saudável e equilibrada, transmitindo interpretações no indivíduo de que o consumo saudável consiste na ingestão de nutrientes (macro e micronutrientes), fundamentais para o desenvolvimento regular e saudável do corpo. (EUROBAROMETER, 2010).

A popularização da corrida de rua ocorreu devido a vários interesses, tais como: qualidade de vida, promoção de saúde, estética, integração social, fuga do estresse e busca de atividades prazerosas ou competitivas. Na última década, houve um aumento significativo do número de praticantes em todo o mundo, assim como no Brasil, em especial no estado de São Paulo.

Este trabalho tem como finalidade mostrar a prática de um esporte que atualmente vem crescendo e ganhando o maior número de praticantes nos últimos anos, que é a corrida de rua, com o resgate da vida ativa do indivíduo e, contudo, melhorando assim sua saúde e seu prazer pela vida.

DESENVOLVIMENTO

Corrida de Rua

O ato de correr se trata de uma característica natural de diversos animais, sendo inerente ao ser humano, visto que o homem possui os requisitos para tal ato. Desde os tempos mais antigos, os seres humanos já corriam, os relatos mais antigos dessa prática estão na representação de dois corredores em um vaso de cerâmica da civilização micênia do século 16 a.C, sendo que habilidade de corrida era considerada essencial para a sobrevivência (CASTRO,

2014). Sabe-se que o *Homo sapiens*, corria para caçar, fugir de predadores, com o desenvolvimento da cultura e das civilizações com a formação de povoados o homem passou a domesticar animais e utilizá-los como meio de transporte diminuindo o papel da corrida na vida diária (ROJO *et al.*, 2017). Além disso, com a evolução técnico-científica, houve a invenção de outras formas de deslocamento, assim o homem passando a correr cada vez menos. Não somente, como uma habilidade essencial de sobrevivência, a corrida também servia como um meio de comunicação entre povoados distantes. Apesar que esse ato ganhou diferentes significados com o passar das décadas e evolução da sociedade (DALLARI, 2009).

As corridas de rua surgiram no século XVIII na Inglaterra, no qual se tornaram uma modalidade muito popular, posteriormente houve a expansão da modalidade para as regiões da Europa e Estados Unidos. Contudo, somente no século XIX as corridas de rua ganharam um maior impulso depois do grande sucesso da primeira maratona olímpica, a popularizando principalmente nos Estados Unidos (TIBURTINO; GATTO, 2021). O marco fundamental na história das corridas de rua, ocorreu em 10 de Abril de 1896 a maratona dos jogos olímpicos de Atenas. A criação de uma corrida em homenagem ao soldado Phidippides (figura 1), que era o hemerodromo encarregado de levar a mensagem da vitória dos gregos sobre os persas em 490 a.C, se delineando a famosa maratona de Atenas, o corredor morreu por esgotamento, após correr os 40 km, assim dando um significado extraordinário ao ato, que representava o vínculo de uma celebração moderna com os tempos heróicos relatos nos escritos antigos (DALLARI, 2009).

Figura 1. Estátua a Phippidipes



Fonte: Corrida Nossos dias (2015).

A prova de 42 km ainda é tida para muitos atletas e corredores casuais, como um dos grandes desafios na corrida de rua e superá-la se equipara a um ato heróico. Por isso, para uma melhor compreensão da origem da corrida de rua a história desse esporte pode ser dividida em diferentes fases conforme listado abaixo (CASTRO, 2014):

- 1986 – Maratona de Atenas;
- 1987 – Maratona de Boston;
- 1924 – Maratona de Kosice;
- 1925 - Corrida de São Silvestre;
- 1947 – Maratona de Fukuoka;
- 1970 – Maratona de Nova York;
- 1972 – Stramilano;
- 1974 – Maratona de Berlim;
- 1976 – Maratona de Paris;
- 1977 – Maratona de Chicago;
- 1981 – Maratona de Londres.

Essas provas que ainda são realizadas, ainda carregam o significado heróico para aqueles que conseguem superar as grandes distâncias e o desgaste, enfrentando suas limitações físicas e mentais, despertando um sentimento de vitória sobre as suas próprias limitações. Alguns autores, discorrem que a corrida de rua é para independência, para o autoconhecimento e a promoção da saúde e de conquistas (ROJO *et al.*, 2017).

Ademais, no Brasil houve um processo de acompanhamento de fases, a primeira fase remete aos jogos olímpicos de modernos de 1918, no qual ocorreu a primeira prova de vinte e quatro quilômetros, um marco histórico da corrida de rua em âmbito nacional, ocorreu em São Paulo e foi denominada de estadinho, visto que foi promovida pelo jornal O Estado de São Paulo, posteriormente após três anos foi inaugurada a primeira pista de atletismo de São Paulo no Club Athlético Paulistano (TIBURTINO; GATTO, 2021).

No período entre 1970 e 1980, a corrida de rua no Brasil tinha enfoque na prática militar e em corredores de alto rendimento na modalidade de atletismo de pista, influenciada pelo movimento de Kenneth Cooper das décadas de 60 e 70, porém mudanças foram ocorrendo. Além disso Kenneth Cooper obteve uma participação significativa nesse processo, ocasionando

uma expansão no hábito de corre no Brasil (PAROLINI; JÚNIOR; CARLASSARA, 2018). Por sua vez, as primeiras mudanças observadas que refletiram a cultura de Cooper, foi a maratona de internacional do Rio de Janeiro, realizada no dia 29 de julho 1979 (figura 2), era uma prova de 42 km organizada pela empresa Printer, que editou a primeira revista de corrida de rua do Brasil (TIBURTINO; SACRAMENTO, 2019).

Figura 02. Registro histórico da Maratona Internacional do Rio de Janeiro.



Fonte: Thomas H. (1999).

As prescrições do programa de exercícios realizada por Cooper baseava - se no oxigênio, através da sua participação no processo de condicionamento físico, tendo a absorção do ar pelos pulmões um fator limitante. Desta forma, uma das três atividades destaque no processo de condicionamento físico, citadas por Cooper, está a corrida (TIBURTINO; GATTO, 2021).

Para a Federação Internacional de Atletismo (IAAF), define que as corridas de rua podem ser descritas, como provas de pedestrianismo, com disputas em circuitos de ruas (ruas, avenidas e estradas), com a distância que podem variar de 5 a 100 km (MAGALHÃES, 2019).

Para se consagrar um fenômeno cultural hoje, foram necessários quatro ou cinco décadas e muitos envolvidos além de muitas mudanças ambientais (urbanização), políticas, além de consensos médicos. Nesse período foram realizadas diversas pesquisas com resultados que descreviam as novas condições de vida relacionadas a saúde e propostas de programas de exercícios que possuíam um impacto positivo nos indivíduos (DIAS, 2017). Programas de exercício os quais possuíam como características o tempo, onde foi notório nas pesquisas que períodos curtos de exercícios tiveram um impacto positivo quando comparado com períodos

longos de exercícios, concluindo de que a intensidade era mais que a duração (TIBURTINO; SACRAMENTO, 2019).

Prática que vem crescendo exponencialmente nos últimos anos em muitas ruas das cidades brasileiras, o que pode - se comprovar pelo aumento do número de provas. Na cidade de São Paulo, sede da maior quantidade de competições de corrida de rua, a Federação Paulista de Atletismo registrou um aumento de 200% nos últimos 10 anos, onde antes fora registrado 107 provas e em 2014 registrou - se 361 (FPA, 2019), tendência observada também em outras cidades (CRUZ, 2018).

Poucos dos praticantes de corrida de rua participam de competições, assim como muitos dos que se inscrevem em provas, competições são praticantes regulares de corrida de rua, segundo esporte mais exercitado no Brasil (DIAS, 2017).

Em virtude do estilo de vida moderno está atrelado ao sedentarismo e a má alimentação tem corroborado com que a população desenvolva inúmeras patologias e tenham se tornado cada vez mais recorrentes na população mundial, doenças como hipertensão, obesidade, diabetes, cardiopatias, lombalgias, dentre outras. Essas doenças principalmente estão relacionadas a inatividade física e se dar o nome de hipocinesia.

Em decorrência da preocupação do caminho que está seguindo a saúde de uma parcela significativa da população e o avanço das pesquisas sobre a prática regular de exercício físico, destacando os benefícios da corrida de rua, no decorrer dos tempos vem se observando uma tendência na melhora do comportamento sedentário e / ou inatividade física, impactando positivamente na saúde e qualidade de vida, sendo estes, principais fatores pela busca desta atividade, tornando - a quarto lugar no pódio dentre os esportes mais praticados no país (ROJO, 2019).

Para Cardoso (2018) a prática da corrida de rua possui um papel importante no aumento dos níveis de atividade física traduzindo numa redução da incidência e controle de doenças crônicas não transmissíveis, onde além dos fatores já citados, a questão baixo custo e ser de fácil acesso também são fatores que impactam na escolha de decisão.

Ademais, junto com a caminhada a corrida de rua é uma das atividades mais acessíveis, que pode ser praticada de forma individual ou coletiva, em praticamente qualquer lugar e tendo um baixo investimento (MAGALHÃES, 2019). Além de não exigir um alto nível técnico para a sua realização, melhorando diferentes seguimentos da saúde humana como (CASTRO, 2014):

- Na saúde física: controle da pressão arterial, capacidade respiratória melhorada, melhora na capacidade de ejeção no coração (sístole e diástole), controle do nível de colesterol, controle do peso, dentre outras.
- Melhora emocional e cognitiva: redução do estresse, combate de sintomas depressivos e de ansiedade, melhora no humor, liberação de endorfina etc.
- Melhor no aspecto social: desenvolvimento do sentimento de pertencimento a um grupo, a criação de laços de amizade, incentivo a valores de humildade e conquista pessoal, melhora na comunicação etc.

Ressalta-se que apesar da prática de corrida de rua ser considerada uma modalidade esportiva individual, já que o corredor não necessita de outra pessoa para praticar. Contudo, atletas de alto nível possuem um acompanhamento profissional para um melhor rendimento e resultados nas provas, visto que em cada corrida é necessário se traçar objetivos e estratégias a serem alcançadas pelo próprio corredor (DA SILVA *et al.*, 2019).

Diante esse cenário, existem cinco tipo de perfis de corredor sendo essas (CASTRO, 2014):

- O corredor desafiador ou atleta: é aquele que procura na corrida uma maneira de superar e testar seus limites, levando muito em consideração o tempo de conclusão de prova e a distância percorrida e sua colocação;
- O corredor amado: é aquele que ama a prática de corrida, seu maior prazer é correr, não importando a colocação ou ritmo, sendo a atividade quase que uma terapia e quando não realizam a atividade sofrem alterações no humor;
- Corredor social: é aquele que busca nos treinos e provas um momento para se reunir com amigos, encontrar pessoas com os mesmos gostos;
- Corredor pensador: tem a corrida como uma atividade que ajuda no processo de reflexão e visa achar soluções para a sua vida;
- O corredor gastador: o que usa a atividade física para o gasto de calorias, procura correr o suficiente para que obtenha melhores resultados focados principalmente na estética.

Controle de carga do treinamento e aspectos fisiológicos na corrida de rua

Na prática da corrida diferentes ações fisiológicas ocorrem, de maneira integrada para possibilitar um melhor desempenho e menores danos ao organismo como um todo. A capacidade cardiopulmonar é muito destacada na realização da corrida, principalmente quando

se trata dos aspectos de alto rendimento. Dentre estas particularidades, a capacidade de sustentação do consumo máximo de oxigênio (VO₂max) seja uma das mais importantes para que obtenha bons resultados, além de fatores metabólicos também são importantes na corrida para que se haja respostas adaptativas (SANT'ANA; BARA-FILHO; VIANNA, 2021).

Ressalta-se que alguns componentes metabólicos e também hormonais possuem grande importância na realização da atividade, visto que no processo metabólico, a glicose e/ ou o glicogênio, atuam para melhores reações glicolíticas na via aeróbia, o carboidrato, gorduras e proteínas são depletados na estrutura mitocondrial para a produção de energia. Em meio a estas reações metabólicas, o lactato possibilita uma administração durante a realização da atividade, no processo de tamponamento do ambiente celular contra a acidose aumentada pelos íons de hidrogênio e pela redução do Ph sanguíneo (FLETCHER; MACINTOSH, 2017).

A creatinaquinase (CK) atua no processo de hidrólise da creatina fosfato (PCr), possibilitando a liberação de energia através de reações químicas, através da transformação da adenosina difosfato (ADP) em adenosina trifosfato (ATP). Mas, todo este mecanismo metabólico é afetado em caso de um estresse significativo estabelecido, e para que se evite tal quadro pode se desenvolver rotinas de treinamento (FOLLAND *et al.*, 2017).

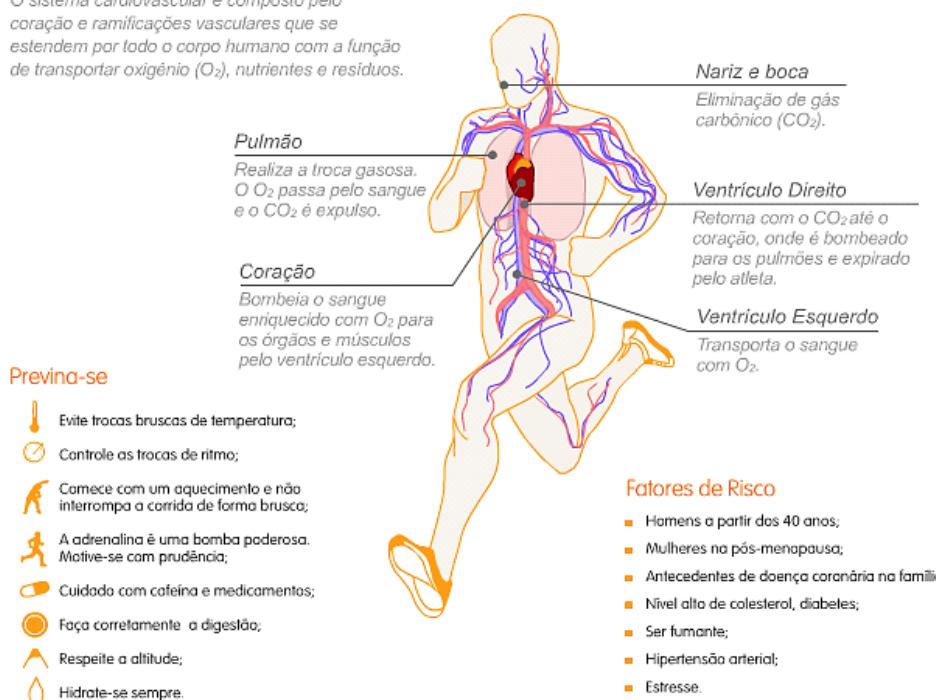
Na corrida de rua, principalmente as com longas distâncias, algumas compensações fisiológicas são elencadas para suportar a intensidade (velocidade) imposta, por isso é importante que o atleta antes de realizar a corrida de longas distâncias realize um preparo prévio para o chamado *drift* cardíaco que consiste no aumento da frequência cardíaca e ao mesmo tempo realizar a manutenção da velocidade (pace), é importante que os atletas compreendam esse mecanismo pois ele é essencial para um maior controle de suas limitações (SANT'ANA; BARA-FILHO; VIANNA, 2021).

Contudo o *drift* cardiovascular gera um maior trabalho cardíaco e isso pode gerar sobrecargas e comprometer a saúde dos indivíduos o que pode resultar em estresse oxidativo (figura 3), iniciando um processo em cascata de biomarcadores como troponina I e T (indicador de estresse cardíaco), hormônio peptídeo natriurético tipo B -NT proBNP (indicador de insuficiência cardíaca) e creatinaquinase MB -CKMB (indica lesão ou inflamação do miocárdio) após a realização de uma corrida de longa distância o que em alguns casos pode levar ao paciente ao óbito caso não esteja preparado assim como Pheidippides (COSTA *et al.*, 2019; SANT'ANA; BARA-FILHO; VIANNA, 2021).

Figura 03. O funcionamento correto do sistema vascular para se evitar mortes súbitas na corrida de rua.

Funcionamento correto do sistema cardiovascular evita mortes súbitas

O sistema cardiovascular é composto pelo coração e ramificações vasculares que se estendem por todo o corpo humano com a função de transportar oxigênio (O_2), nutrientes e resíduos.



Fonte: Assessocor (2016).

Destaca-se que a condução de altos treinos pode influenciar de forma significativa nos acometimentos de lesões nos tecidos musculares, pois dados demonstram que altos volumes e alterações de velocidades aplicadas nos treinos são fatores que merecem maior atenção no processo de prevenção de lesões. Por outro lado, estudos demonstram que o baixo volume de frequência dos treinos semanais, corroboram para o desenvolvimento de lesões (SANT'ANA; BARA-FILHO; VIANNA, 2021).

No âmbito de corrida de rua amadora, muitos praticantes utilizam de aplicativos para o controle do treino, porém esta ferramenta não pode fornecer um monitoramento preciso e adequado e consequentemente, pode favorecer o desenvolvimento de lesões (DE MELO; SILVA, 2021).

Ademais, o monitoramento é realizado através de métodos como a percepção subjetiva do esforço e respostas fisiológicas, utilizando a FC, a variabilidade da frequência cardíaca (VFC), além dos biomarcadores como o lactato, cortisol, dentre outros (DE MELO; SILVA, 2021).

Em suma, o exercício físico é um importante instrumento para a promoção a saúde, a adoção da corrida como prática de atividade física é uma das mais comuns. Visto que desde sua popularização houve a criação dos mais diversos eventos esportivos voltados a corrida de rua, mas existem riscos na prática da atividade de forma demasiada e sem um acompanhamento adequado (DA SILVA JÚNIOR *et al.*, 2021).

Além dos riscos de lesão, estresse ao organismo, um dos casos mais raros pode resultar em casos de morte súbita apesar de um risco baixo estudos demonstram que esse não deve ser subestimado. Pois, sabe-se que a realização de exercícios vigorosos por longos períodos por si só aumentam as chances de estresse oxidativo, torna o pH mais ácido e consequentemente, pode resultar em quadros de infarto do miocárdio entre indivíduos com e sem a presença de cardiopatias prévias (SANT'ANA; BARA-FILHO; VIANNA, 2021).

CONCLUSÃO

O presente estudo vem informar sobre a corrida de rua e suas particularidades. Confirmou-se o que muitos pesquisadores vêm alertando no decorrer da divulgação de suas respectivas pesquisas: o aumento acelerado de praticantes de corrida de rua e seus benefícios.

Falar sobre saúde, independente do âmbito de pesquisa é importante, pois contribuir para uma sociedade que se inova e renova cotidianamente é necessário, pois repassar a informação atualizada contribuirá para uma sociedade ciente do que a circunda.

Abordar sobre a prática de exercício físico, especificamente a corrida de rua, mostrou que é um assunto que precisa ser pesquisado e contribuir para mais informações sobre um assunto tão pertinente que a cada dia ganha mais adeptos é fundamental para mantê-los mais informados sobre os benefícios, os motivos da prática e os riscos à saúde.

A alimentação saudável em conjunto com atividade física ocasionará no organismo diversos fatores benéficos sem a necessidade de suplementação alimentar, pois manterá a disponibilidade de nutrientes durante a prática de exercício físico, além de contribuir para a função imunológica, preservação de massa muscular e óssea.

REFERÊNCIAS

COSTA, Paulo et al. A randomized controlled trial investigating the effects of undulatory, staggered, and linear load manipulations in aerobic training on oxygen supply, muscle injury, and metabolism in male recreational runners. *Sports Medicine-Open*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1–20, 2019.

CASTRO, Grasiela Alves de. A percepção de bem-estar em praticantes de corrida de rua. [s. l.], 2014.

DALLARI, Martha Maria. Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo. [S. l.]: Universidade de São Paulo, 2009.

DA SILVA JÚNIOR, Emanuel Fernandes Ferreira et al. Avaliação cardiopulmonar e qualidade de vida em corredores de rua: estudo transversal. *Brazilian Journal of Development*, [s. l.], v. 7, n. 5, p. 53581–53597, 2021.

DA SILVA, Pâmela Noraila et al. Motivação para a prática da corrida de rua: diferença entre atletas de performance e atletas amadores. *Caderno de Educação Física e Esporte*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 21–27, 2019.

DIAS, C. Corrida de rua no país o futebol. *Recorde - Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-32, jan./jun. 2017.

DE MELO, Lígia Braga; SILVA, Cíntia Maria Torres Rocha. Identificação do risco cardíaco em corredores de rua. *RBPFEV-Revista Brasileira De Prescrição E Fisiologia Do Exercício*, [s. l.], v. 15, n. 95, p. 68–75, 2021.

EUROBAROMETER, Standard. *EUROBAROMETER 72*. Brussels: European Commission, 2010.

FLETCHER, Jared R.; MACINTOSH, Brian R. Running Economy from a Muscle Energetics Perspective. *Frontiers in Physiology*, [s. l.], v. 8, 2017. Disponível em: <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fphys.2017.00433/full>.

FOLLAND, JONATHAN P. et al. Running Technique is an Important Component of Running Economy and Performance. *Medicine & Science in Sports & Exercise*, [s. l.], v. 49, n. 7, p. 1412–1423, 2017. Disponível em: <https://journals.lww.com/00005768-201707000-00017>.

MAGALHÃES, Marcus André Alves Tavares. Uso de suplementos alimentares: em diferentes fases da preparação. [s. l.], 2019.

PAROLINI, Pedro Lucas Leite; JÚNIOR, Ary José Rocco; CARLASSARA, Eduardo De Oliveira Cruz. Evento esportivo ou experiência para o consumidor? Um estudo sobre a

motivação do consumidor em comparecer a eventos de corrida de rua. ReMark-Revista Brasileira de Marketing, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 356–369, 2018.

ROJO, Jeferson Roberto et al. Corrida de rua: reflexões sobre o “universo” da modalidade. Corpoconsciência, [s. l.], p. 82–96, 2017.

ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A.; SILVA, M. M. O discurso da saúde entre corredores: um estudo com participantes experientes da pRova Tiradentes. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 2019; 41 (!): 66-72.

SANT'ANA, Leandro; BARA-FILHO, Maurício Gáttas; VIANNA, Jeferson Macedo. Monitoramento da carga de treinamento na corrida: Aspectos fisiológicos e metodológicos na aplicabilidade prática desta modalidade. Research, Society and Development, [s. l.], v. 10, n. 9, p. e23110916986, 2021. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/16986>.

TIBURTINO, G. Q. T. ; SACRAMENTO, I. Correr para viver mais? O método Cooper e a construção discursiva da corrida como prática de saúde na imprensa carioca (1970-1979). Revista Latino-americana de Ciencias de la Comunicación, v. 18, n. 32, p. 268-278, set./ dez. 2019.

TIBURTINO, G.; GATTO, A. O método Cooper, a mídia impressa e a emergência da corrida de rua como prática de saúde no Brasil: uma história de controvérsias e disputas. Revista Brasileira de História da Mídia, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 159-176, jan./jul. 2021.

**A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REGULAR DE
EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA PREVENÇÃO E
COMBATE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA**

**Julian Oliveira da Rocha
Victória Baia Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/5194617.1-18

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

DOI: 10.29327/5194617.1-18

Julian Oliveira da Rocha

Victoria Baia Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este projeto faz um levantamento bibliográfico acerca das principais influências da prática do exercício físico em crianças e adolescentes com transtornos de ansiedade e/ou depressão com ênfase no combate e prevenção aos mesmos por meio da prática regular de exercícios físicos, uma vez que ao longo dos anos estudos apontam um crescente aumento na incidência de tais quadros em crianças e adolescentes por diversos fatores. O isolamento social desses grupos corroborou para uma maior incidência de quadros de ansiedade e depressão, tendo em vista que a prática das atividades do cotidiano gera certos acúmulos de estresse no indivíduo, agravando tais quadros. Outras causas se dão pela falta de incentivo ou orientação adequada para a realização de exercícios físicos, podendo afetar também de forma negativa os conflitos familiares que podem afetar em nível físico e psicológico essas crianças e adolescentes, gerando uma maior reclusão dos mesmos. Sendo assim a prática regular de exercícios físicos vem para atuar como “ferramenta” neste combate e prevenção aos quadros de ansiedade e depressão, uma vez que a mesma possibilita uma maior interação social ao indivíduo, além de proporcionar redução nos níveis de estresse, melhorar o sono e diminuir quadros de irritabilidade.

Palavras-Chave: Ansiedade; Depressão; Exercício Físico.

ABSTRACT

This project makes a bibliographical survey about the main influences of the practice of physical exercise in children and adolescents with anxiety and/or depression disorders, with emphasis on fighting and preventing them through the regular practice of physical exercises, since over the years Studies over the years point to a growing increase in the incidence of such conditions in children and adolescents due to several factors. The social isolation of these groups led to a higher incidence of anxiety and depression, given that the practice of daily activities generates certain accumulations of stress in the individual, aggravating such conditions. Other causes are due to the lack of encouragement or adequate guidance for carrying out physical exercises, which can also negatively corroborate family conflicts that can affect these children and adolescents on a physical and psychological level, generating greater seclusion for them. Thus, the regular practice of physical exercises comes to act as a "tool" in this fight and prevention of anxiety and depression, since it enables greater social interaction for the individual, in addition to providing a reduction in stress levels, improving the sleep and decrease irritability.

Keyword: Depression; Anxiety; Physical Exercise

RESUMEN

Este proyecto realiza un levantamiento bibliográfico acerca de las principales influencias de la práctica de ejercicio físico en niños y adolescentes con trastornos de ansiedad y/o depresión, con énfasis en combatirlos y prevenirlas a través de la práctica regular de ejercicios físicos, ya que a lo largo de los años los estudios a lo largo de los años apuntan a un aumento creciente en la incidencia de tales condiciones en niños y adolescentes debido a varios factores. El aislamiento social de estos grupos condujo a una mayor incidencia de ansiedad y depresión, dado que la práctica de las actividades cotidianas genera ciertas acumulaciones de estrés en el

individuo, agravando dichas condiciones. Otras causas se deben a la falta de estímulo o de orientación adecuada para la realización de ejercicios físicos, lo que también puede repercutir negativamente en los conflictos familiares que pueden afectar a estos niños y adolescentes a nivel físico y psicológico, generando en ellos un mayor aislamiento. Por tanto, la práctica regular de ejercicios físicos viene a actuar como una "herramienta" en este combate y prevención de la ansiedad y la depresión, ya que permite una mayor interacción social al individuo, además de proporcionar una reducción de los niveles de estrés, mejorando el sueño y disminuir la irritabilidad.

Palabras llave: Ansiedad; Depresión; Ejercicio físico.

INTRODUÇÃO

Considerando a relação atual dos indivíduos em meio a sociedade, a qual vem passando por diversas e constantes mudanças principalmente no meio virtual, que se apresenta como uma "ferramenta" que isola os indivíduos, e faz com que os mesmos tenham uma maior incidência para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e depressão, em contrapartida o exercício físico é capaz de proporcionar estímulos físicos e psicológicos que possuem a capacidade de controlar ou reduzir esses níveis tanto de ansiedade, quanto de depressão (BORGES, 2021).

Com os recentes acontecimentos vivenciados pela sociedade, mais precisamente durante a pandemia do COVID-19, surgiram diversas transformações no cotidiano, contribuindo cada vez mais para o distanciamento, e reduzindo o público praticante de atividades físicas, o que por sua vez ocasionou um aumento significativo na incidência de casos relacionados a ansiedade e depressão, uma vez que essas pessoas acabaram por "perder" o contato com aqueles com os quais buscavam auxílio, seja para realização das práticas da atividade física ou tratamentos com profissionais da área da saúde (AURÉLIO; SOUZA, 2020).

A atividade física se dá por meio do movimento corporal, o qual é produzido pela contração dos músculos esqueléticos e pode atuar como uma intervenção não medicamentosa. O exercício é capaz de promover alterações fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, podendo assim reduzir a ansiedade e quadros de depressão, além de proporcionar o fortalecimento dos ossos e músculos, promovendo assim melhoria na capacidade funcional do indivíduo, o qual pode exercer suas atividades cotidianas com mais fluidez e reduzindo sua carga de estresse diária, a qual contribui negativamente para quadros de ansiedade e depressão (AURÉLIO; SOUZA, 2020; CRUZ *et al.*, 2018).

Relacionando os grupos praticantes e não praticantes de exercícios físicos, verificou-se que os praticantes regulares possuem uma menor chance de apresentarem sintomas de depressão e ansiedade, além de que a prática da atividade física contribui para a ação da

endorfina, que por sua vez atua antes e depois da atividade como um analgésico natural, que alivia as dores, tensões, reduz o estresse e assim por sua vez atua para o tratamento de alguns tipos de depressão e redução da ansiedade (BALEOTTI, 2018).

PROBLEMA

A partir de uma revisão bibliográfica, qual a importância da prática regular do exercício físico para a prevenção e combate a ansiedade e depressão em crianças e adolescentes?

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se deu a partir do estudo e análise do transtorno de ansiedade e da depressão, os quais estão cada vez mais presentes na atual sociedade, sendo assim se faz necessário um estudo que englobe suas causas e possíveis meios para controlá-los, um desses meios se dá pela prática do exercício físico pelas crianças e adolescentes que possuem algum tipo de transtorno de ansiedade ou depressão.

Partindo de uma análise sobre o transtorno de ansiedade, alguns autores apontam tal transtorno como sendo uma das enfermidades psiquiátricas mais comuns e que resultam em um comprometimento e sofrimento funcionais consideráveis para o indivíduo, consequentemente atuando de forma negativa em seu funcionamento social e ocupacional. Sendo assim, a prática do exercício físico busca promover a essas crianças e adolescentes uma experiência de interação social e diminuição em sua carga de estresse, uma vez que a tal prática possibilita a diminuição da irritabilidade, das tensões musculares e melhora a qualidade de sono (LOPES; SANTOS, 2018).

Em um levantamento acerca da relação entre o exercício físico e a depressão, este estudo constatou que em alguns dados da literatura referente ao presente assunto, sugere-se que o transtorno depressivo afeta todas as dimensões da qualidade de vida, e pode estar relacionado a atividades cotidianas comuns, como por exemplo, atividades domésticas, irritabilidade social, escola, etc., sendo assim a prática regular de exercícios físicos busca mais uma vez promover essa interação social e melhoria da qualidade de vida do indivíduo (SILVA *et al*, 2019).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar a importância da prática regular de exercícios físicos para prevenção e combate a ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar as causas e consequências do aparecimento do estado de ansiedade em crianças e adolescentes;

Verificar as causas e consequências do aparecimento do estado de depressão em crianças e adolescentes;

Identificar exercícios físicos que contribuam na prevenção e combate à ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ansiedade

A ansiedade em crianças e adolescentes está presente de diversas formas dentro da sociedade, podendo ser observada em diversos graus, sendo que atualmente os casos de transtornos de ansiedade se tornaram mais frequentes, seja pela condição em que esses indivíduos se encontram ou pelo meio social ao qual estão inseridos. O grande avanço tecnológico vivenciado pela sociedade contribui tanto de maneira positiva, quanto de maneira negativa para o desenvolvimento desses jovens, com o grande aumento tecnológico estudos apontam o surgimento cada vez mais precoce de enfermidades e patologias, decorrentes do isolamento social, falta da prática de exercícios físicos, alimentação e etc, o que de certa forma acaba por contribuir no desenvolvimento de transtornos de ansiedade (AURÉLIO, 2020).

Uma perspectiva muito discutida em diversos estudos é a de que as definições atribuídas aos transtornos de ansiedade sofreram diversas alterações, porém uma das idéias mais aceitas é a de que a maioria dos quadros de transtorno de ansiedade observada na idade adulta pode ter seu início durante a infância ou adolescência, sendo assim tendo uma continuidade da presença desses transtornos ansiosos na vida do indivíduo por boa parte de sua vida caso não tratado, podendo até mesmo evoluir futuramente para quadros mais sérios, sendo um deles a

depressão, outro fator muito presente na sociedade atual e que infelizmente tende a se desenvolver cada vez mais (BORGES, 2021).

Ansiedade: causas e consequências

Em um breve levantamento acerca da ansiedade, pode-se constatar que ela é uma condição inerente a cada indivíduo, variando apenas o seu grau, do mais leve ao mais intenso. Estudos apontam que a ansiedade passou a ser considerada como disfunção da atividade mental por volta do século XIX, sendo classificada até então como uma síndrome composta por aspectos emocionais e por reações fisiológicas, que eram conhecidas como crise de angústia, neurose e expectativa ansiosa, atualmente conhecidas como ataques de pânico, transtorno de pânico e transtorno de ansiedade generalizada.

Especialistas apontam a ansiedade como sendo uma condição clínica que possui componente importante na forma ou temperamento ansioso do indivíduo, podendo se iniciar na infância ou adolescência, não se excluindo a possibilidade de início após a vida adulta. Estudos mais recentes apontam o transtorno de ansiedade como sendo um dos mais comuns entre crianças e adolescentes podendo ser resultado de diversos fatores, tais quais, medo, preocupações, sentimentos de pânico intenso e irracional, dentre outros (GONÇALVES, 2019).

Casos de transtorno de ansiedade tornam-se cada vez mais comuns entre o público de jovens e adolescentes, ao mesmo tempo em que se tem um grande avanço na área da tecnologia, se desenvolvem mais os hábitos de passar o dia em frente a telas e outras mídias sociais, corroborando cada vez mais para o distanciamento social e surgimento de patologias que decorrem da falta de prática do exercício físico ou até mesmo de atividades físicas moderadas, fatores estes que quando associados a traumas vivenciados por esses jovens, tendem a agravar os casos de ansiedade (GUANCINO; TONI; BATISTA, 2020).

Relatos apontam que fatores familiares, tais quais, conflitos familiares ou separação dos pais podem acarretar o desenvolvimento desses transtornos de ansiedade, podendo ser expressos a partir de sintomas somáticos em função do desconforto, podendo ser esses dores de cabeça, dor de estômago, náuseas e etc., podendo se desenvolver para um transtorno de ansiedade generalizado, onde o jovem apresenta um prolongamento do estado ansioso podendo afetar em fator global o seu desenvolvimento (NOBRE; FREITAS, 2021).

Os transtornos de ansiedade podem ser considerados como tendo ligação direta com o estado emocional do indivíduo, sendo assim afetando seus componentes psicológicos, podendo também afetar seus componentes fisiológicos dependendo do quadro no qual o mesmo se encontra, os transtornos podem ser classificados conforme as características que apresenta, podendo ou não estarem associados a outros transtornos mentais ou comportamentais (BALEOTTI, 2018).

Partindo para uma análise mais atual, abordamos o tempo da pandemia, a qual ainda se faz recente, diversos problemas foram agravados durante o período da pandemia, e dentre esses problemas os de saúde mental merecem uma atenção especial, nenhum deles surgiu durante o período da pandemia, mas foram agravados pelas condições impostas pela mesma, principalmente por conta do distanciamento social e reclusão das pessoas, o que fez com que os indivíduos que já apresentavam dificuldade para se relacionar com outras pessoas ou até mesmo sair para praticar um exercício ou atividade física acabaram por deixar cada vez mais de lado tais práticas (RAIOL, 2020).

A ansiedade chegou ao ponto de ser considerada um mal do século, isso se dá pela condição em que essas pessoas estão inseridas, e quando abordamos a mesma sobre as crianças e adolescentes podemos ver sua associação tanto no convívio social, quanto no convívio familiar, os seus distúrbios estão associados às reações do organismo diante dos estímulos sofridos a cada situação, podendo ser até mesmo pelo excesso de informação ou atividades desenvolvidas por esse indivíduo.

Ansiedade: Conclusão

Dentro dessa perspectiva, se faz de grande importância discutir acerca dos Transtornos de Ansiedade, sendo que se trata de um fenômeno que está cada vez mais presente na sociedade e como tal deve ser abordado de forma a se buscar maneiras adequadas de se tratar esses casos, sendo necessário encontrar maneiras corretas de se trabalhar com o objeto de observação a ser estudado, uma vez que o nível de intensidade dos transtornos de ansiedade devem ser considerados como fatores de risco que podem alterar as condições psicológicas do indivíduo de maneira negativa.

Dessa forma, se faz importante o auxílio e atenção por parte dos professores e responsáveis, para que estejam atentos a quaisquer alterações comportamentais dessas crianças

e adolescentes a fim de prevenir e combater possíveis agravamentos desses casos de ansiedade para que eles não evoluam para quadros mais sérios.

Depressão

A depressão vem se tornando ao longo do tempo cada vez mais presente em meio a sociedade, e recentemente mostrou-se cada vez mais comum entre crianças e adolescentes por diversos fatores, fatores esses que vão desde o grupo familiar ao grupo educacional e sociedade em geral, e vem causando grande preocupação principalmente sobre o bem estar desses jovens que acabam por se afastar cada vez mais da sociedade e muitas das vezes não possuem o devido auxílio para combater os quadros de depressão, podendo assim, se não tratado de forma correta acarretar em problemas permanentes para esses jovens podendo levar os mesmo até mesmo a morte (SILVA et al, 2019).

Nesse cenário, podemos observar com base na análise de artigos relacionados à depressão, e suas causas e consequências tanto em crianças e adolescentes que esses jovens se tornaram mais propícios a apresentar quadros depressivos com base no meio social em que estão inseridos, uma vez que por conta do desenvolvimento tanto tecnológico quanto da sociedade em geral os jovens acabam por ficarem mais reclusos da sociedade, seja em meio às mídias sociais ou por meio do sedentarismo, circunstâncias essas que se tornaram mais comuns a partir do período da pandemia do COVID-19. Essa reclusão acaba por desenvolver nesses jovens quadros de ansiedade, ansiedade essa que segundo estudos é um dos principais princípios para futuros quadros depressivos caso não tratados de forma correta, podendo chegar a sua forma mais grave ainda na infância ou acarretando problemas na fase adulta desses indivíduos (SILVA et al, 2019).

Depressão: causas e consequências

A depressão é abordada de diversas formas por diferentes autores, porém o conceito mais abrangente e comumente usado seria o de que ela seria uma reação psicológica do indivíduo a fatores ou fenômeno físicos vivenciados no seu meio social, muito comumente associado ao meio educacional e familiar, uma vez que as crianças e adolescentes que sofrem com quadros depressivos podem não ter o devido auxílio por parte da família ou do meio escolar pela “falta” de conhecimento na área, fazendo-se necessário que tanto a família quanto o

educador tenha uma melhor preparação para que possam ajudar a prevenir e combater a depressão nesses jovens (PLASTINA; OLIVEIRA, 2021).

Por meio de levantamento bibliográfico podemos observar que ainda se tem muito pouco em relação a pesquisas sobre depressão, principalmente no que se refere à crianças e adolescentes, porém a boa parte dos artigos encontrados considera a depressão como um dos principais transtornos presentes na sociedade atual, inicialmente considerada uma patologia específica da fase adulta. No entanto, estudos recentes apontam o crescimento de quadros de depressão em jovens de 0 a 17 anos, podendo ser desencadeados por múltiplos fatores, sejam eles de cunho social ou mesmo de componentes genéticos, uma vez que estudos recentes sugerem que os componentes genéticos, assim como a presença de quadros de depressão na família aumentam o risco de depressão em crianças e adolescentes (SILVA; AZEVEDO, 2022).

As principais causas de depressão em jovens entre 0 e 17 anos abordadas são as que se referem ao meio social em que os mesmos estão inseridos, podendo ser acarretado por diversos fatores, sendo os de estresse excessivo e traumas pessoais os mais comuns. Estudos apontam que jovens em situação de risco, bem como os que presenciam conflitos familiares constantes, ou sofrem algum tipo de abuso físico ou psicológico direto ou indireto tendem a desenvolver transtornos de depressão mais facilmente, acarretando uma forte carga de estresse psicológico a esse jovem, que muitas das vezes perde boa parte de sua habilidade comunicativa e social, assim como algumas de suas habilidades motoras funcionais, e muitas das vezes não tem o devido auxílio por muitos não entenderem ou pensarem que por serem crianças eles não podem ser afetados pela depressão (SOUZA; RODRIGUES, 2020).

As consequências acarretadas nas vidas dessas crianças e adolescentes acometidos pela depressão são das mais diversas, afetando tanto o meio físico e funcional do indivíduo, quanto o meio psicológico de diversas formas, estando ela muito associada a quadros de grande tristeza, podendo afetar continuamente ou durante períodos, e pode acarretar ainda em problemas de memória, perda de concentração, ganho ou perda excessivo de peso, insônia, alterações de humor, etc. A depressão é uma condição que quando não dada a devida atenção pode piorar a cada dia, podendo evoluir para tragédias e ações autodestrutivas do indivíduo ou outros problemas futuros, porém, a depressão é uma doença tratável e que pode ser curada, por isso a importância de um levantamento acerca das principais ações de prevenção e combate, principalmente em crianças e adolescentes, os quais ainda são pouco abordados, no entanto

também são atualmente os mais propícios a apresentarem tais quadros de depressão (ATAÍDE et al, 2019).

Depressão: Conclusão

Após análise e comparação de diversos artigos, podemos observar que a depressão está presente na sociedade de diversas formas, e ainda assim não são muitos os que conhecem ou sabem como abordar o assunto, principalmente no tocante a crianças e adolescentes, sendo assim observamos que a depressão é advinda de diversos fatos sociais, econômicos e culturais, por meio da relação dos indivíduos entre si e com a sociedade em geral.

Podemos observar ainda a grande influência do meio familiar e educacional, que atuam de forma direta na formação desses jovens, podendo desencadear por meio de suas vivências e interações quadros depressivos nesses indivíduos, seja por meio de ocorrências traumáticas, conflitos familiares, bullying, problemas psicológicos ou até mesmo fatores genéticos. Além de que, faz-se importante destacar que a depressão vem se tornando mais comum na faixa etária de 0 a 17 anos, uma vez que os mesmos ainda estão em estado de formação e são muito receptivos a informações, que quando não trabalhados de forma correta podem acarretar em diversos casos, não somente de depressão.

Exercício Físico

O exercício físico está presente na humanidade desde os primórdios e é capaz de promover inúmeros benefícios para o indivíduo, o mesmo inicialmente era utilizado para a sobrevivência do ser humano e foi aprimorado ao longo dos anos, chegando nos dias de hoje a ser uma grande opção não farmacológica para a prevenção e combate de inúmeras doenças, uma vez que o mesmo é responsável não somente pelo fortalecimento físico, mas possui papel importante na produção de substâncias essenciais para o funcionamento do organismo humano em geral. A prática de exercícios físicos pode também afetar de forma direta o psicológico de cada indivíduo por meio da promoção de bem estar físico e mental, diminuição das cargas de estresse, regulação do sono, bem como atuar diretamente na promoção de melhorias anatômicas, fisiológicas, respiratórias e cardiovasculares que atuam em conjunto com o sistema imunológico ajudando a prevenir com grande eficácia o aparecimento de doenças, principalmente as relacionadas com o sedentarismo e com a obesidade, bem como as doenças psicológicas, a exemplo ansiedade e depressão (SANTOS; 2021).

A prática do exercício físico por jovens na faixa etária de 0 a 17 anos está muito ligada a formação dos mesmos, os quais se encontram em período de desenvolvimento tanto físico, quanto psicológico, podendo auxiliar de forma direta na melhoria funcional desses jovens, auxiliando os mesmos no desenvolvimento de suas habilidades psicomotoras quando trabalhados de forma correta. Os exercícios devem ser trabalhados por um profissional devidamente qualificado e podem ser aplicados em diferentes graus de intensidade, os quais deverão ser observados pelo professor, e assim além de contribuir para a formação integral do indivíduo, podem ser utilizados para aprimorar seus aspectos de força, resistência e controle. Podendo a prática do exercício físico atuar no combate direto do sedentarismo, obesidade e doenças psicológicas, as quais se intensificaram nos últimos anos, principalmente no período da pandemia do COVID-19 com a reclusão desses jovens, que acabaram perdendo seu contato direto com a sociedade, onde muitos não possuíam local e nem orientação adequada para execução de tais práticas, além do avanço tecnológico que fez com que boa parte das crianças e adolescentes passassem mais tempo em frente às telas e aparelhos tecnológicos, do que com a prática de exercícios físicos (SANTOS; BAGESTÃO; SILVA, 2021).

Exercício Físico vs Ansiedade e Depressão

No tocante aos exercícios físicos relacionados a crianças e adolescentes com ansiedade a produção de pesquisas ainda é pequena, porém, as encontradas apontam a prática regular do exercício físico como umas das grandes responsáveis pela promoção de bem estar e saúde nesses jovens, principalmente quando relacionado a área da psicologia a educação física, umas vezes que tal relação propicia tanto a prevenção quanto o combate dos transtornos de ansiedade em crianças e adolescentes. Para tanto, deve-se analisar de forma profissional o indivíduo a ser trabalhado, no tocante a qual prática será mais adequada principalmente a suas condições físicas e mentais, partindo deste princípio para determinar quais exercícios podem ser feitos, uma vez que são muitas as variáveis a serem trabalhadas, podendo variar de duração a frequência e intensidade, os quais quando aplicados de forma correta podem influenciar na redução e controle dos quadros de ansiedade (CRUZ; BIASOLI, 2020).

Os exercícios físicos associados a depressão ainda são pouco abordados, porém, a maioria dos autores aponta que a prática regular de exercícios físicos pode promover a redução dos sintomas da depressão, atuando assim de forma a combater os quadros depressivos, apontando ainda o exercício físico como sendo uma alternativa não farmacológica que é capaz

de trazer menos efeitos secundários aos indivíduos. Para que se tenha o máximo desse benefício, faz-se necessário que se tenha um controle profissional sobre as práticas dos exercícios, uma vez que os mesmos devem ser controlados tanto na sua frequência, quanto intensidade. Alguns autores apontam que quanto mais intensa a prática do exercício físico, maior os benefícios para a prevenção e combate a quadros de depressão, porém outros defendem que a prática do exercício físico adequada varia de pessoa para pessoa, no entanto, o consenso seria o de que a prática deve ser regularizada, ou seja, deve ser realizada de forma contínua, contado sempre com o monitoramento adequado para que possa atender da melhor forma possível o indivíduo, potencializando assim os benefícios do tratamento para a depressão (GOMES *et al*, 2019).

Exercício Físico: Conclusão

Diante da análise e comparação dos artigos, podemos constatar que a prática regular de exercícios físicos é capaz de promover alterações tanto físicas quanto psicológicas nos indivíduos, e no tocante às crianças e adolescentes acometidas com transtornos de ansiedade e/ou depressão podem ajudar na prevenção e combate desses quadros, uma vez que o exercício físico é responsável pela liberação e produção de substâncias de prazer, bem como de substâncias que podem atuar como antidepressivos, as quais ajudam a diminuir a sensação de estresse e cansaço, auxiliam na regulação do sono, atuam na promoção do bem estar físico e mental das crianças podendo promover alterações positivas de humor, e ajudando na interação social por meio das práticas de exercícios físico conjuntas.

Sendo assim, o exercício físico pode atuar como ferramenta de grande importância não apenas para o combate e prevenção da ansiedade e da depressão, como também de muitas outras doenças, sendo elas físicas ou psicológicas. Vale, porém, ressaltar que a prática de exercícios físicos necessita de supervisão adequada, por meio de profissionais qualificados, que possam verificar qual a prática mais adequada para aquele jovem, sem que o mesmo corra o risco de se lesionar desnecessariamente por executar atividades desnecessárias, faz-se também de grande importância o auxílio do meio familiar desse jovem o qual é responsável por boa parte do seu desenvolvimento geral.

METODOLOGIA

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi realizado como pesquisa de revisão e tem caráter descritivo, foram coletadas informações por meio de artigos científicos, dissertações e teses encontrados nas bases de dados sCielo e Google Acadêmico, os quais contemplavam a importância da prática regular do exercício físico para a prevenção e combate a ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

LOCALIZAÇÃO E OBTENÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de consulta em artigos científicos, dissertações e teses em português (brasil) com as palavras chave "ansiedade", "depressão" e "exercício físico" encontrados nas bases de dados sCielo e Google Acadêmico no período de busca de 2018 - 2022.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se deu a partir da análise e comparação dos textos relacionados ao tema no intuito de descrever e demonstrar quais seriam as influências observadas na vida de crianças e adolescentes com ansiedade e/ou depressão em meio a prática do exercício físico.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Bruno et al. DEPRESSÃO: ALTERAÇÕES FISIOLÓGICAS NA INFÂNCIA. Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640, v. 16, n. 2, p. 1276-1293, 2021.

AURÉLIO, Suelen da Silva. Atividade física no combate a incidência de depressão e ansiedade na pandemia do Covid-19: uma revisão de literatura. Educação Física Bacharelado-Tubarão, 2020.

BALEOTTI, Maria Eulalia. Efeitos da atividade física na ansiedade e depressão: uma revisão bibliográfica. XI Fórum Científico Fema–Anais. Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)-ISSN, p. 2446-4708, 2018.

BORGES, Isys Stéfany da Silva. Efeitos da atividade física e do exercício físico na prevenção e redução de transtornos de ansiedade e depressão em adultos jovens. 2021.

CAMARGO, Gabriel Aurélio et al. Causas de depressão em crianças e adolescentes. Revista Educação em Saúde, v. 7, n. supl 1, p. 189-199, 2019.

CORREA, André Ricardo et al. EXERCÍCIO FÍSICO E OS TRANSTORNOS DE

ANSIEDADE E DEPRESSÃO. Revista Faculdades do Saber, v. 7, n. 14, p. 1072-1078, 2022.

CRUZ, Eduardo; BIASOLI, Murillo; PRADO, Rodrigo Cribari. A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO CONTROLE DA ANSIEDADE. Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 6, n. 1, p. 100-100, 2020.

JULIÃO, Milena Domingos. A influência da atividade física no bem-estar de pessoas com transtornos de ansiedade e depressão. 2022.

JÚNIOR, Públia Gomes Florêncio; PIAANO, Ronê; DOS SANTOS COSTA, André. Isolamento social: consequências físicas e mentais da inatividade física em crianças e adolescentes. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 25, p. 1-2, 2020.

LOPES, Keyla Crystina da Silva Pereira; DOS SANTOS, Walquiria Lene. Transtorno de ansiedade. Revista de Iniciação Científica e Extensão, v. 1, n. 1, p. 45-50, 2018.

MANGUEIRA, Liane Franco Barros et al. Saúde mental das crianças e adolescentes em tempos de pandemia: uma revisão narrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 11, p. 4919, 2020.

NASCIMENTO, LARISSA; ARAÚJO, Kátia Soane Santos. Depressão infanto juvenil: causas e consequências na vida social dos alunos da Robertinho. In: Anais do Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias-CINTERGEO. 2019. p. 282-282.

NOBRE, Mirella Rodrigues; FREITAS, Lucas Cordeiro. Habilidades sociais e ansiedade social na infância e adolescência: revisão da literatura. Revista Psicologia: Teoria e Prática, v. 23, n. 2, 2021.

PLASTINA, Ana Clara Marcondes; OLIVEIRA, Ridiney Santos. A identificação da depressão infanto-juvenil: principais desafios encontrados na atenção primária à saúde. Research, Society and Development, v. 10, n. 17, p. e160101724418-e160101724418, 2021.

RAMOS, Vera Alexandra Barbosa. Depressão na infância e adolescência. O portal dos psicólogos, p. 1-22, 2018.

RAIOL, Rodolfo. Praticar exercícios físicos é fundamental para a saúde física e mental durante a Pandemia da COVID-19. Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 2, p. 2804-2813, 2020.

SANTOS, Maria Clara Barbuena. O exercício físico como auxiliar no tratamento da depressão. Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício, v. 18, n. 2, p. 108-115, 2019.

SILVA, Lislaiane Cardoso da; SANTOS, Nádia Macedo Lopes. **Efeitos do exercício físico nos aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais em pessoas com depressão.** Revista Científico Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT, v. 14, n. 2, 2019.

SILVA, Jamile Sodré; DE AZEVEDO, Caroline Almeida. O impacto da depressão entre adolescentes no contexto escolar: uma revisão integrativa. **Revista Psicologia em Foco**, v. 14, n. 20, p. 187-200, 2022.

DE SOUZA, Sheila Carla; RODRIGUES, Tuane Mena. Depressão infantil: considerações para professores da educação básica. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 34326-34338, 2020.

VIANNA, Renata Ribeiro Alves Barboza; CAMPOS, Angela Alfano; LANDEIRA-FERNANDEZ, Jesus. Transtornos de ansiedade na infância e adolescência: uma revisão. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 5, n. 1, p. 46-61, 2009.

WENDT, Guilherme Welter; APPEL-SILVA, Marli. Práticas parentais e associações com autoestima e depressão em adolescentes. **Pensando famílias**, v. 24, n. 1, p. 224-238, 2020.

A CULTURA POPULAR E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NAS REGIÕES DO BRASIL

Larissa de Oliveira Barbosa

DOI: 10.29327/5194617.1-12

A CULTURA POPULAR E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NAS REGIÕES DO BRASIL

DOI: 10.29327/5194617.1-12

Larissa de Oliveira Barbosa

RESUMO

O presente trabalho expõe sobre a cultura popular e suas manifestações nas diferentes regiões do Brasil. Tendo como problemática o seguinte questionamento: Como a cultura popular está sendo apresentada atualmente no Brasil? Partindo do pressuposto de que muitas culturas desaparecem, outras se fortaleceram e ainda se misturaram. Então, objetivou-se compreender as várias maneiras de como a cultura popular brasileira se manifesta em diferentes regiões do país. A partir disso desenvolvemos uma pesquisa qualitativa pautada principalmente nos autores: Assis e Nepomuceno (2008), Siebert (2012) e Vannucchi (1999). Como resultados encontraram-se culturas populares específicas de cada região do país da seguinte forma: Região norte (Ritmo brega e Festival Folclórico de Parintins); Região nordeste (Literatura cordeléis); Região centro-oeste (Cavalhadas); Região sudeste (Carnaval) e Região Sul (Chimarrão). Concluímos que a cultura popular pode ser manifestada de diferentes maneiras seja na música, em festivais, na literatura, na culinária, enfim, elas permanecem naquela comunidade como uma forma de reafirmar a identidade de um povo, são passadas de geração em geração e embora, muitas vezes, sofram alterações, elas ainda conseguem ser porta-voz de uma localidade. Portanto, ainda são necessários maiores estudos para que a cultura popular possa alcançar mais pessoas.

Palavras-chave: Cultura popular. Regiões brasileiras. História.

ABSTRACT

This work expounds on popular culture and its manifestations in different regions of Brazil. Having as problematic the following question: How is popular culture currently being presented in Brazil? Assuming that many cultures disappear, others were strengthened and mixed. So, the objective was to understand the various ways in which Brazilian popular culture manifests itself in different regions of the country. From this we developed a qualitative research based mainly on the authors: Assis and Nepomuceno (2008), Siebert (2012) and Vannucchi (1999). As a result, specific popular cultures of each region of the country were found as follows: Northern region (Ritmo brega and Folk Festival of Parintins); Northeast Region (Cordel Literature); Midwest Region (Cavalhadas); Southeast Region (Carnaval) and South Region (Chimarrão). We conclude that popular culture can be manifested in different ways, whether in music, festivals, literature, cooking, in short, they remain in that community as a way of reaffirming the identity of a people, they are passed from generation to generation and although, often undergo changes, they still manage to be a spokesperson for a locality. Therefore, further studies are still needed so that popular culture can reach more people.

Keywords: Popular culture. Brazilian regions. History.

RESUMEN

Este trabajo expone sobre la cultura popular y sus manifestaciones en diferentes regiones de Brasil. Teniendo como problemática la siguiente pregunta: ¿Cómo se presenta actualmente la cultura popular en Brasil? Asumiendo que muchas culturas desaparecen, otras se fortalecen y mezclan. Entonces, el objetivo fue comprender las diversas formas en que la cultura popular brasileña se manifiesta en diferentes regiones del país. A partir de esto desarrollamos una investigación cualitativa basada principalmente en los autores: Assis y Nepomuceno (2008), Siebert (2012) y Vannucchi (1999). Como resultado, se encontraron culturas populares específicas de cada región del país de la siguiente manera: Región Norte (Ritmo brega y Festival Folclórico de Parintins); Región Nordeste (Literatura Cordel); Región Centro-Oeste

(Cavalhadas); Región Sudeste (Carnaval) y Región Sur (Chimarrão). Concluimos que la cultura popular puede manifestarse de diferentes formas, ya sea en la música, las fiestas, la literatura, la cocina, en fin, se mantienen en esa comunidad como una forma de reafirmar la identidad de un pueblo, se transmiten de generación en generación y aunque , a menudo sufren cambios, todavía logran ser un portavoz de una localidad. Por lo tanto, aún se necesitan más estudios para que la cultura popular pueda llegar a más personas.

Palabras clave: Cultura popular. regiones brasileñas. Historia.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a população brasileira herdou a cultura e etnia de diversos povos. No início, estavam no Brasil os índios, posteriormente vieram os europeus, depois os escravos africanos e em seguida, os asiáticos, e então se iniciou o processo de inúmeras imigrações e migrações em nosso país. Vale destacar que muitos desses acontecimentos ocorreram em tempos históricos distintos. Essa miscigenação ocasionou a formação do povo brasileiro e consequentemente a cultura do nosso país que é tão abundante e diversificada.

Para falar de cultura precisamos entender que a sua definição está sendo construída ao longo do tempo estando pautada em diversas teorias as quais não serão discutidas neste trabalho, pois usaremos os conceitos que acreditamos contemplar o foco da nossa pesquisa. Sendo assim, no dicionário *Aurélio*, uma das designações do termo cultura é apresentada como: “Normas de comportamento, saberes, hábitos ou crenças que diferenciam um grupo de outro:provêm de culturas distintas”.

À vista disso, Cuche (1999) afirma que:

Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influí sobre o comportamento dos indivíduos. (CUCHE, 1999 p. 45).

Dessa forma, entendemos que cultura não se remete a questões biológicas, pois não é algo que se adquiri geneticamente ou de modo hereditário, mas é concretizada por meio de relações sociais, como muito bem sublinha Kersten (2014):

É aqui que começamos a perceber o sentido do conceito cultura como um sistema simbólico que define mecanismos de controle, regras e instruções que indicam o que o nativo daquela sociedade deve ou não fazer e como se comportar. Dessa perspectiva, cultura é vista como um código de símbolos partilhados e toda prática social é relativa, provida de sentido e lógica para aqueles que a praticam. (p. 718)

Buscando o aprofundamento na temática da cultura, escolhemos como enfoque da presente pesquisa a área de concentração *Cultura popular*, que está postulada dentro da linha de pesquisa *História cultural e historiografia*, a qual faz parte do trabalho de graduação da instituição onde sou integrante do corpo discente.

A cultura popular é uma forma que o povo tem de transparecer a sua identidade se tornando um tema muito interessante, pois o Brasil é um país muito rico em diversidades culturais, e estudar sobre muitas delas para compor os resultados e discussões deste artigo é uma realização pessoal e construção significativa para minha carreira enquanto historiadora e pesquisadora.

A problemática que serviu como questionamento foi a seguinte: “*Como a cultura popular está sendo apresentada atualmente no Brasil?*”, seguindo o pressuposto de que com o tempo algumas culturas foram extintas ou enfraquecidas enquanto outras foram se fortalecendo e tantas outras foram criadas ou até mesmo mescladas. Portanto, este artigo tem o objetivo de *compreender as várias maneiras de como a cultura popular brasileira se manifesta em diferentes regiões do país*.

Com a sua composição sendo desencadeada por meio de pesquisa qualitativa bibliográfica, pretendemos contribuir com os estudos relacionados ao tema. Portanto, o trabalho está dividido da seguinte forma: o *tópico 2* expõe sobre o conceito de cultura de massa e cultura popular, o *tópico 2.1* traz a história do significado do termo popular e o *tópico 2.2* fala sobre a legislação nacional que engloba a cultura; o *tópico 3* se refere ao material e métodos da pesquisa; o *tópico 4* explana os resultados e discussões da pesquisa mostrando a cultura popular mais evidente em cada uma das regiões do país; e por último o *tópico 5* traz as conclusões do trabalho.

Cultura popular

Inicialmente, é necessário que se faça a distinção entre cultura de massa e cultura popular para que esses termos tão diferentes não sejam confundidos. Posto isso, a cultura de massa se refere ao consumismo incentivado pela mídia e as tecnologias que impulsionam as pessoas a comprarem os lançamentos e o que está “na moda”, para terem e serem como um artista, por exemplo, devido aos itens utilizados: roupa, acessório, automóvel, entre outros produtos. Sendo assim,

O poder da indústria cultural é tanto que muitas pessoas acabam perdendo a cultura

em que foram criados ou modificam-na drasticamente. A cultura de massa procura homogeneizar a sociedade, fazendo com que todos pensem, se vistam e falem da mesma maneira. (SIEBERT, 2012, p. 9)

Enquanto a cultura de massa pretende utilizar a homogeneização, por outro lado, a cultura popular busca destacar o que é heterogêneo, pois se refere ao:

(...) conjunto de conhecimentos e práticas vivenciadas pelo povo, embora possam ser vividos e instrumentalizados pelas elites. Pense-se no candomblé, no carnaval, na feijoada, nos usos folclóricos, no jogo do bicho e na capoeira. (...) Cultura popular simplesmente [é] o que é espontâneo, livre de cânones e de leis, tais como danças, crenças, ditos tradicionais. (...) Tudo que acontece no país por tradição e que merece ser mantido e preservado imutável. (...) Tudo que é saber do povo, de produção anônima ou coletiva. (VANNUCCHI, 1999, p. 98).

Desse modo, a cultura popular não é direcionada por leis, mas, está presente dentro de uma comunidade, com seus costumes peculiares, sendo passados de geração em geração, tornando-se tradição para aquele povo.

O termo popular

É importante salientar que o termo *popular* passou por diversas modificações caindo em contradição em alguns momentos. O autor Canclini (1989) expõe que o popular muitas vezes foi tratado como parte do grupo dos excluídos socioecononomicamente, aqueles considerados “incapazes” de manter algo sólido e duradouro, ao contrário do que era realizado pela elite.

Canclini expressa que os iluministas enxergavam a cultura como algo voltado exclusivamente para a elite. E também destaca a intenção dos positivistas de inserir o folclore como algo científico.

O referido estudioso descreve o conceito de popular sob a ótica dos folcloristas, das indústrias culturais e do populismo político. Ele enfatiza que é preciso que ocorra uma desconstrução do termo popular para que possa se construir seu significado de forma autêntica. Os folcloristas colocam o popular como tradição, inerente ao campo e ao se fazer pessoalmente que está cada vez mais escasso devido à modernidade. No entanto, os folcloristas não elegem definições amplas e que contemplem às mudanças que a sociedade vem sofrendo no decorrer do tempo. No entanto, eles veem as indústrias culturais como ameaça em potencial para as tradições populares.

Dentro das indústrias culturais, o popular é visto como aquilo que é mais comercializado, o que mais é vendido, o que alcança maior popularidade, o então chamado “gosto do povo”. Já o populismo político envolve colocar o povo em evidência dentro de alguma manifestação, é quando se faz uso da cultura do povo para potencializar o poder daquele político, atiçando o povo para que se sintam representados.

Uma questão muito importante é que a cultura não está imune às modificações e possíveis misturas, pois “a cultura popular é detentora de um caráter multidimensional e está aberta ao contato com o novo” (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008, p. 3). Logo, é possível e provável que a cultura não permaneça na íntegra nas gerações futuras das comunidades ou grupos, mas que venha sofrer algumas transformações conforme o novo seja experimentado pelas pessoas.

Peter Burke, ao relatar sobre a Europa no período de 1500 a 1800 em sua obra intitulada “*Cultura popular na Idade Moderna*” explicita que:

Para os descobridores da cultura popular, o “povo” eram os camponeses. Os camponeses compunham de 80% a 90% da população da Europa. Foi às suas canções que Herder e amigos chamaram “canções populares”, às suas danças de “danças populares”, às suas estórias de “contos populares”. (BURKE, s/d, p. 72)

Por conseguinte, cultura popular pode se referir tanto a uma tribo indígena que vive isolada e centrada em sua cultura seguindo a tradição durante séculos, ou seja, a um grupo específico, quanto ao que representa a maior parte da população, tido como o que se tornou popular, ou seja, que boa parte do povo se sente visto e pertencente enquanto identidade cultural.

Lóssio e Pereira (2007) tratam da questão da valorização da cultura popular que segundo os autores pode ocorrer de três formas: 1 – *comunicação* – concretizada por meio dos diversos símbolos existentes em cada manifestação cultural; 2 – *rivalidades* – refere-se à disputa sadia entre as manifestações; 3 – *afetividade* – tida como o principal aspecto da valorização cultural.

Legislação referente à cultura

A legislação brasileira de apoio financeiro à cultura é a Lei Federal nº 8.313/91 conhecida como Lei Rouanet que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sendo efetivado através do Fundo Nacional da Cultura (FNC), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e também do incentivo a projetos culturais.

O Pronac visa a captação de recursos financeiros e busca:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura eo pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País. (BRASIL, 1991)

O Fundo Nacional da Cultura (FNC) é a substituição do Fundo de Promoção Cultural, criado pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Sendo administrado pelo Ministério da Cultura, os recursos do FNC não podem ser utilizados para a manutenção do ministério já citado, mas são destinados a projetos culturais devidamente aprovados que posteriormente serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelas entidades supervisionadas. Dentre os objetivos do FNC encontra-se, no art. 4º e inciso II, “favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional”, e no inciso IV do mesmo artigo está explícito “contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro”.

Os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) aplicam seus recursos em projetos culturais e artísticos. No art. 9º estão descritos em cinco incisos as atividades que contemplam esse contexto:

- I - a produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas;
- II - a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres;
- III - a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural;
- IV - construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos;
- V - outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim consideradas pelo Ministério da Cultura. (BRASIL, 1991)

O Incentivo a Projetos Culturais está voltado às doações ou patrocínios advindas de pessoas físicas ou jurídicas que utilizam a opção de aplicarem as parcelas do Imposto sobre a Renda em projetos culturais, sendo essa uma alternativa facultada pela União.

Vale dizer que tais contribuições restringem-se às seguintes atividades: artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; preservação do patrimônio cultural material e imaterial e construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (BRASIL, 1991)

Os projetos aprovados serão acompanhados pela Secretaria da Cultura da Presidência da República (SEC/PR) que após a finalização da realização dos projetos deverá, “no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos, podendo inabilitar seus responsáveis pelo prazo de até três anos.” (BRASIL, 1991)

Outro elemento significativo é que a cultura popular ainda contribui para a economia, principalmente do local onde as manifestações culturais acontecem, pois os eventos regionais atraem muitos turistas que consomem a culinária, compram ingressos para shows e apresentações teatrais fazendo com que gere emprego e renda para as famílias e comerciantes.

MATERIAL E MÉTODOS

No nosso trabalho utilizamos a pesquisa qualitativa, cujo instrumento utilizado para a coleta de dados pautou-se na pesquisa bibliográfica que de acordo com Prodanov e Freitas (2013) esta é:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (2013, p. 54).

Portanto, esse estudo foi realizado por meio de artigos científicos, livros e informações de sites governamentais de vários estados que possuem os conteúdos relevantes para compor nossa investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já foi exposto anteriormente, em nosso país há diversidades culturais muito interessantes e peculiares, em que muitas delas são destacadas em cada região do Brasil. Apresentaremos a seguir, culturas que observamos serem as mais destacadas em cada território regional. Desenvolveremos conforme a ordem geográfica: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. As culturas populares selecionadas estão expostas conforme a tabela abaixo:

Tabela 01 – Regiões do Brasil com suas respectivas culturas populares

Região	Cultura popular
<u>Norte</u>	Ritmo brega; Festival Folclórico de Parintins
<u>Nordeste</u>	Literatura de cordéis
<u>Centro-oeste</u>	Cavalhadas
<u>Sudeste</u>	Carnaval
<u>Sul</u>	Chimarrão

Fonte: Autora da pesquisa

Sobre o ritmo brega, recentemente, no dia 15 de setembro de 2021, foi sancionada a lei que determina o ritmo brega como patrimônio cultural e imaterial do Pará. Esse projeto de lei foi aprovado, de forma unânime, na Alepa (Assembleia Legislativa) no dia 24 de agosto de 2021, pelo governo do Pará, através da Secult (Secretaria de Estado de Cultura).

Para comemorar essa conquista na cultura paraense, o atual governador, Helder Barbalho, vários políticos do estado e muitos protagonistas desse ritmo musical: músicos, compositores, dançarinos, entre outros, participaram do evento ocorrido no Teatro Estação Gasômetro, no Parque da Residência, em Belém. Primeiramente, foi feita a cerimônia e logo após aconteceu o show que abrangeu muitos artistas do brega paraense, dentre eles estavam: Alan Rodrigo, Sonel Farias, Nilk Oliveira, Carlos da Luz, Waldo César, Lima Neto, Alberto Moreno, Tarcísio França, Rony Nascimento, Gerson Thirrê, e do Projeto “Os reis do brega” e também a cantora Rosemarie, a qual é ex-integrante da banda Warilou.

Silva (2003) afirma que o “Brega designa tradicionalmente um estilo de música romântica, criado por artistas locais, produzido por estúdios localizados nas grandes cidades e

difundido na região e em outros estados” (p. 124). No entanto, vale dizer que o brega paraense possui sentido variado, pois “quando falamos em brega localmente podemos estar nos referindo a uma festa, ao gênero musical, a uma dança, ou mesmo a tudo isso se configurando em identidade regional” (NASCIMENTO, 2013, p. 49).

É interessante relatar que brega também se refere a algo cafona, justamente por também ser um estilo musical consumido pelas classes mais baixas, que vivem em áreas periféricas e marginalizadas e até considerado entre 1970 e 1980 como música mal feita e inferior à Música Popular Brasileira conhecida como MPB.

Atualmente, existem várias ramificações do ritmo brega, podemos citar os maiores destaques: brega pop ou calypso, tecnobrega, melody e tecnomelody. Joelma, antiga integrante da banda Calypso, é a cantora que se destaca no brega pop ou calypso. No tecnobrega temos Gaby Amarantos. E alguns dos artistas do melody são: banda Ar-15 e Viviane Batidão.

Percebe-se que a cultura não se restringe ao passado nem a tradições entrelaçados a ele, ela pode sofrer alterações, mas ela sobrevive e é vivenciada no presente, pois “A cultura popular não é um mero suporte idealizador para a tradição, por estar muito além das representações estanques, segundo as quais ela ocorreria apenas no passado; na verdade, é o hoje vivido e expresso” (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008, p. 3).

Em 1966, foi criado o festival folclórico de Parintins que tem como atração principal a disputa entre dois bois-bumbás nomeados de Garantido (vermelho) e Caprichoso (azul). Na competição, os bois se apresentam e são avaliados conforme cinco quesitos: marcação, organização, vestuário, ritmo, animação e opinião pública. O vencedor ganha o título e o troféu. Cada boi-bumbá possui sua própria torcida.

Antes de ser estabelecido como festival esse momento era concretizado como “brincadeira de rua” que propiciava a manifestação de inúmeras situações de agressões físicas entre as torcidas, pois não havia disciplina e nem regras.

Por conseguinte, na cidade de Parintins, no estado do Amazonas, ocorre anualmente durante três dias no mês de junho esse festival que atrai diversos turistas movimentando a economia da localidade. De acordo com o *site* Portal Cultura Amazonas, a festa conta com mais de 38 mil espectadores por ano; 1.200 brincantes e gera cerca de 5 mil empregos durante o evento.

Segundo Lemos (2005),

Durante a Festa dos Bumbás, há duas modalidades de confronto entre os bois: a disputa e a competição. A disputa é exercitada em diversos momentos e situações: disputa-se a hegemonia de espaços territoriais e o predomínio dos símbolos na visualidade da cidade, a amplitude das torcidas locais e a simpatia dos visitantes. A competição - para a qual se faz todo o investimento de tempo, de recursos financeiros, de trabalho, de divulgação e de envolvimento da população - dá-se pelo confronto realizado no contexto do Festival, sob a mediação do regulamento e de um corpo de jurados. Enquanto o resultado de uma dada situação de disputa confere prestígio, municiando uma agremiação para se exaltar diante da outra, o resultado da competição implica em título e troféu, sendo atualizado a cada edição do evento. (LEMOS, 2005, p. 56)

Sendo assim, “A cultura deve ser vista como um todo complexo, no qual as suas diversas possibilidades de ser interagem continuamente entre si, não geram oposição e sim uma forma de influência recíproca” (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008, p. 10). Com a inserção de regras e organização do festival, a cultura popular pode ser estabelecida compactuando com seu objetivo enquanto favorecedora do povo.

A literatura de cordel foi trazida da Europa para o Brasil durante os finais do século XIX. Na atualidade, “os nordestinos se apropriam da literatura de cordel para difundir suas manifestações culturais, abarcando não apenas a elite, mas a população em geral, devido ao fato de o folhetim poder ser confeccionado por qualquer pessoa” (GÓES, 2011, p. 2524). Assim, a literatura de cordel é composta por trabalhos que são materializados em livretos e pendurados em cordas para que possam ser vendidos.

Dessa forma,

(...) os cordéis serão os principais órgãos de divulgação e formação da personalidade, da fisionomia do nordestino, como sendo um cabra-macho, que deve seguir os passos de Lampião em suas inúmeras pelejas traçadas pelos folhetins. Além de trazerem a questão das secas com um certo ar de conformismo, que dá margens para o surgimento de um outro estereótipo do nordestino, o de devoto, de religioso assíduo. (LEMOS, 2005, p. 2525)

A seguir está descrito um trecho de um cordel que descreve sobre a seca do Ceará, sendo que a seca é algo típico de muitos estados nordestinos, e é um estereótipo voltado para essa região do país:

A seca do Ceará
Autor: Leandro Gomes de Barros

Seca as terras as folhas caem,Morre o gado sai o povo, O vento varre a campina, Rebenta a seca de novo; Cinco, seis mil emigrantesFlagelados retirantes Vagam mendigando o pão,Acabam-se os animais Ficando limpo os currais Onde houve a criação. Não se vê uma folha verdeEm todo aquele sertão Não há um ente d'aqueles Que mostre satisfação Os touros que nas fazendasEntravam em lutas tremendas, Hoje nem vão mais o campo. É um sítio de amargurasNem mais nas noites escurasLampeja um só pirilampo.

Dentre os principais autores de cordéis no Brasil temos: Leandro Gomes de Barros (conhecido como o primeiro brasileiro a escrever esse tipo de literatura); João Martins de Athayde (fazia uso da imagem de artistas de Hollywood); Apolônio Alves dos Santos (autor de 120 folhetos, tendo como sua obra-prima o cordel “Discussão do Carioca com o Pau-de-Arara”) e Firmino Teixeira do Amaral (visto como um dos criadores do trava-língua dentro da literatura de cordel).

Então, “(...) para pensar a cultura popular no mundo contemporâneo, necessário se faz perceber que esta não é estática, tampouco isenta das influências do mundo, e que esta, por sua vez, reflete, reproduz e assimila a realidade” (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008, p. 11). Dessa forma, a literatura de cordel é uma cultura que apresenta a realidade do nordeste.

Pirenópolis é uma cidade localizada no estado de Goiás que desde 1826 realiza o evento da manifestação folclórica conhecida como cavalcada que originalmente tem teor religioso e representa a luta entre mulçumanos e cristãos. Essa cultura foi introduzida, na referida cidade, pelo Padre Manuel Amâncio da Luz.

Sobre o espaço onde ocorre a cavalcada, até 1958 era realizada no Largo da Matriz, local em que atualmente encontram-se a Casa e Salão Paroquial, Correios e a Praça Central. Hoje em dia, essa manifestação acontece no campo de futebol chamado de Campo das Cavalcadas.

Curado e Pina (2012) destacam que:

A abertura das Cavalcadas é o desdobramento ápice da encenação, que para ser realizada necessita de vários ensaios que acontecem dias antes, pela manhã e pela tarde. Enquanto os doze cavaleiros mouros e os doze cavaleiros cristãos estão ensaiando, as mães, esposas deles ou mesmo costureiras locais contratadas estão preparando ou restaurando as roupas e ornamentos que eles utilizarão durante as apresentações. As vestimentas, os adereços pessoais e os adereços destinados aos cavalos estão cada vez mais elaborados e enfeitados, distinguindo-se extremamente dos ornamentos que eram empregados até a década de (CURADO E PINA, 1970, p. 219)

Posto isso, percebe-se a grande importância que esse movimento cultural possui entre as pessoas que moram naquela localidade, haja vista que para além da dedicação nos ensaios e organização desse momento, os gastos orçamentários estão cada vez mais evoluídos.

A cavalcada acontece em três tardes consecutivas, contando a partir do Domingo de Pentecostes. No primeiro dia, é encenada a parte em que o cerra-fila, que é o último cavaleiro cristão, encontra uma onça embaixo da árvore a qual é única no campo. No entanto, tal onça é o disfarce de um espião mouro, que logo após sua descoberta, a mesma é atingida com um tiro.

Logo após, os dois elementos (onça e árvore) são retirados do cenário e então se inicia a apresentação das *carreiras* onde são feitas as representações a galope pelos cavaleiros que nesse primeiro momento preocupam-se apenas em reconhecer o ambiente, no caso, o campo. Essa fase é composta por diálogos entre os cavaleiros. O discurso é encerrado com o pedido do rei mouro que é expresso na trégua de um dia, então, os cavaleiros mouros se despedem indo para o lado da nascente enquanto seus rivais, os cavaleiros cristãos, migram para o poente.

No dia dois, os mouros são presos pelos cristãos e logo após os mulçumanos são convertidos ao catolicismo, fato representado através do batismo. Desde então, cristãos e mouros fazem parte da mesma alegoria, se corporizando através de uma única fila. No terceiro e último dia, apesar da conversão dos mouros, suas roupas continuam as mesmas. O dia é reservado para a confraternização que se expressa por meio da formação de buquês das flores que são feitas por três cavaleiros mouros e três cavaleiros cristãos, que depois de prontos são dados para pessoas da comunidade. Depois começam os dois jogos característicos desse momento os quais precisam de pontaria.

Para ser um dos cavaleiros participantes da cavalhada é preciso de muito compromisso, pois é um evento que precisa de muitos ensaios, além de saber adestrar cavalos e montar neles.

Quando o evento é finalizado, ocorre a limpeza e os cavaleiros guardam suas roupas, mas algumas são doadas para o Museu das Cavalhadas.

O carnaval é um feriado nacional comemorado no país inteiro, no entanto, é no Rio de Janeiro e em São Paulo que essa manifestação cultural acontece de maneira mais determinante, pois existe a competição exibida através dos desfiles das escolas de samba que é transmitido nacionalmente pela emissora de televisão rede globo e é um evento conhecido mundialmente.

No que refere às escolas de samba, Farias (2015) enfatiza que elas:

(...) tomam a passarela com ambientações que devem primar por serem capazes atrair as audiências (direta ou próxima do vídeo), no tempo efêmero definido para a sua exibição. As escolas de samba procuram encher a moldura da pista, e consequentemente também da tela televisiva, com elementos dotados de suficientes informações acessíveis, que igualmente sejam hábeis em disponibilizar efeitos visuais. (p. 217)

Em relação ao carro alegórico, o mesmo autor afirma que:

Ano a ano deve superar-se não só em proporção física, mas no impacto que seja capaz de provocar mediante figurações que facultem força persuasiva à aparência. Isto graças ao recurso a um manancial de caracteres da memória de signos de origens as mais diversas, mas inseridos na memória da cultura do audiovisual de alcance mundial. O procedimento de selecionar nesse repertório está em sintonia com a

premissa de incitar o reconhecimento, no espectador, das informações arroladas. (p. 218)

Sendo assim, no Rio de Janeiro, o desfile das escolas de samba acontece desde 1984 na Avenida Marquês de Sapucaí, apelidada de Sambódromo. As escolas que se destacam no RJ são: Portela, Mangueira, Beija-flor, Salgueiro, Mocidade, Unidos da Tijuca, Viradouro, Imperatriz, Paraíso do Tuiuti, Grande Rio, Vila Isabel e São Clemente. Com início às 21h30min e finalização na madrugada, seis dessas escolas desfilam no domingo e as outras seis se apresentam na segunda de carnaval. Após a divulgação do resultado de campeã, na quarta-feira de cinzas, as seis melhores escolas desfilam outra vez no sábado, como forma de reafirmar suas colocações no ranking.

Já em São Paulo, é no Sambódromo do Anhembi que o desfile ocorre com catorze escolas se apresentando, sendo sete na sexta-feira e sete no sábado, são elas: Acadêmicos do Tucuruvi, Colorado do Brás, Mancha Verde, Tom Maior, Unidos de Vila Maria, Acadêmicos do Tatuapé, Dragões da Real, Vai-Vai, Gaviões da Fiel, Mocidade Alegre, Águia de Ouro, Barroca Zona Sul, Rosas de Ouro e Império da Casa Verde.

Existem muitas escolas além dessas que têm maior destaque, por isso, há a divisão em dois grupos: Grupo especial (cujas escolas integrantes são as que foram destacadas anteriormente) e o Grupo de Acesso (são as escolas que possuem menor gasto financeiro e que disputam para entrar no grupo especial). Cada escola de samba tem sua rainha da bateria, expõe sua temática em cada um dos seus blocos e tem carro alegórico gigantesco, o peso e o tamanho variam, mas geralmente pesam toneladas e possuem mais ou menos dez metros de altura. Vale dizer que os preparativos para o carnaval do próximo ano começa a ser feito assim que o carnaval do ano atual finaliza.

Logo, essa reinvenção concretizada em cada desfile das escolas de samba, mostra que:

À própria cultura popular e ao povo cabe **reinventar, recriar e ressignificar** o seu saber e o seu saber-fazer. Revelar a todos que seu universo vai além da conservação, preservação ou resgate, de modo que possamos perceber, também a sua dimensão sincrônica. (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008, p. 12)

O chimarrão é uma bebida típica do Rio Grande do Sul, mas essa cultura não se limita a esse estado, pois em diversos lugares do nosso país há o consumo de chimarrão. Advindo da erva-mate, que está presente no sul do Brasil e na Argentina, Paraguai e Uruguai, essa bebida é um hábito que toma o lugar do café e do chá. É importante salientar que essa erva também

compõe o tererê (que é típico da região centro-oeste) e o chá-mate (consumido em maior proporção no sudeste do nosso país).

A respeito do preparo do chimarrão, Pontin (2010) expõe que:

O processamento da erva-mate para chimarrão consiste basicamente de três etapas: sapeco, secagem e cancheamento. O sapeco é realizado junto ao fogo direto e consiste na passagem rápida dos ramos com folhas sobre as chamas do sapecador. Essa etapa tem por função a retirada da umidade superficial e a inativação de enzimas (peroxidase e polifenoloxidase) que causam a oxidação do produto. A etapa de secagem pode ser realizada em dois tipos de secadores mecânicos – rotativo e de esteira. A principal diferença entre eles está relacionada com o contato da matéria-prima com a fumaça durante o processo de secagem. No secador rotativo, a fumaça entra em contato direto com o produto, e no secador de esteira, o contato é indireto, causando menores danos à matéria-prima. Por fim, o cancheamento consiste na Trituração da erva após o processo de secagem. Em seguida, a erva é peneirada e o material coletado passa a denominar-se erva canchada, que pode ser usada diretamente para a produção de chás ou, após passar por um processo de soque, servir de matéria-prima para o chimarrão. (p. 34-35)

É importante se atentar à temperatura que essa bebida é consumida, já que se for ingerida com temperatura acima de 60°C causa malefícios à saúde.

Assis e Nepomuceno (2008) nos esclarecem que:

Essa noção de que a cultura popular está aberta às influências externas e, mais importante, que é “situada num lugar material” firmemente colocada dentro de um contexto histórico específico, nos permite perceber a cultura popular a partir da sua inserção no contexto da globalização, procurando apreendê-la como resultado do cotidiano de uma comunidade envolvida num macro contexto histórico, coexistindo com uma dada realidade; por sua vez, direta ou indiretamente, incorpora as transformações do mundo. (2008, p. 12)

CONCLUSÃO

Portanto, esse trabalho alcançou o objetivo proposto mostrando culturas populares específicas de cada região do país que apesar de já existirem há muito tempo, permanecem sendo passadas de geração a geração e sendo parte integrante daquele grupo específico e não somente se restringindo àquela região, mas também já existe em outras mesmos que materializadas de maneira que fuja à originalidade. Esperamos que mais pesquisas nessa área possam ser realizadas e que a nossa tenha contribuído de forma significativa para essa temática.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Cássia Lobão; NEPOMUCENO, Cristiane Maria. Estudos contemporâneos decultura. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet. Restabelece princípios da

Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. Companhia de bolso. Tradução:Denise Bottmann. S/d.

CANCLINI, N. Culturas híbridas. São Paulo, Edusp, 1989.

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 1999.

CURADO, João Guilherme da Trindade; PINA, Célia Fátima de. Museu das cavalhadas: acervo de imagens e narrativas sobre uma representação medieval no cerrado. XI Encontro internacional de estudos medievais, imagens e narrativas, 2012.

Dicionário online de português. Acesso em 01 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>

FARIAS, Edson. O saber carnavalesco: criação, ilusão e tradição no carnaval carioca. Sociologia & antropologia | rio de janeiro, v.05.01: 207 – 243, abril, 2015.

FESTIVAL Folclórico de Parintins. Portal Cultura Amazonas. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/portal/festival-folclorico-de-parintins/> Acesso em: 02 out. 2021.

GÓES, Karolayne Ribeiro de. A Literatura de Cordel: Elementos Formadores da Região Nordeste. V Congresso Internacional de História. 21-23 set. 2011.

GOVERNO do Estado sanciona lei e o ritmo brega já é patrimônio cultural e imaterial do Pará. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/31421/> Acesso em: 01 out. 2021.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Pluralidade cultural – o conceito de cultura. Coleção Agrinjo, 2014, p. 711-726.

LEMOS, Verena Cansanção da Silva. O festival folclórico de Parintins. Monografia de Conclusão de Curso (Turismo) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas – FASA, 2005.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro; PEREIRA, Cesar de Mendonça. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007.

MELHOR carnaval de todos os tempos no Rio: mais de 10 milhões de foliões e alto índice de aprovação por turistas. Disponível em: <https://prefeitura.rio/rio-acontece/melhor-carnaval-de-todos-os-tempos-no-rio-mais-de-10-milhoes-de-folioes-e-alto-indice-de-aprovacao-por-turistas/> Acesso em: 05 out. 2021.

NASCIMENTO, Mariana de Fátima Lima do. O passado é uma parada: um estudo sobre o brega dançado nos Bailes da Saudade em Belém do Pará. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Dança) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Escola de Teatro e Dança, 2013.

PONTIN, Bruna. Efeitos da ingestão de chimarrão e chá verde no perfil lipídico e inflamatório de indivíduos com dislipidemia e excesso de peso. Dissertação (Mestrado) -

Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul / Fundação Universitária de Cardiologia - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos etécnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SIEBERT, Emanuele Cristina. Cultura Popular Brasileira. Centro Universitário Leonardoda Vinci – Indaial, Grupo UNIASSELVI, 2012.

SILVA, José Maria da. Música brega, sociabilidade e identidade da Região Norte. ECO-PÓS – v.6, n.1, janeiro-julho de 2003, pp. 123-135.

VANNUCCHI, A. Cultura brasileira: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

O ENSINO DE ARTES NO CONTEXTO HISTÓRICO

Leandro Ribeiro da Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

DOI: 10.29327/5194617.1-13

O ENSINO DE ARTES NO CONTEXTO HISTÓRICO

DOI: 10.29327/5194617.1-13

Leandro Ribeiro da Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O trabalho desenvolvido no Ensino de Artes não é uma atividade tão simples, pois requer muita sensibilidade por parte do docente para levá-lo a apreender e assinalar os sentimentos, as percepções, os conceitos e a qualidade no que diz respeito ao mundo, em sua amplitude, oferecida ao sujeito pela sociedade moderna e exigindo que contemple e interprete a sua aparência visual, enxergando-o como um significado cultural, o qual está inserido nos intercâmbios sociais e de domínio. Assim sendo, percebe-se claramente que esse é o verdadeiro caminho que leva o homem a compreender a beleza existente no mundo, razão altamente relevante e que justifica a continuidade de novas pesquisas, pesquisas estas, capazes de disseminarem a importância do ensino de Artes no Ensino Fundamental. Desta forma, para a edificação deste debate, optou-se por uma coleta de dado teórico provindos de uma pesquisa de cunho bibliográfico.

Palavras-chave: Artes. Aprendizagem. Educação. Ensino

ABSTRACT

The work developed in the Teaching of Arts is not such a simple activity, as it requires a lot of sensitivity on the part of the teacher to make him apprehend and point out the feelings, perceptions, concepts and quality with regard to the world, in his amplitude, offered to the subject by modern society and demanding that he contemplate and interpret his visual appearance, seeing it as a cultural meaning, which is inserted in social and domain exchanges. Therefore, this is the true path that leads man to understand the beauty that exists in the world, a highly relevant reason that justifies the continuity of new research, research that can disseminate the importance of teaching Arts in the world. Elementary School. In this way, for the edification of this debate, we opted for a collection of theoretical data coming from bibliographical research.

Keywords: Arts. Learning. Education. Teaching

RESUMEN

El trabajo desarrollado en la Enseñanza de las Artes no es una actividad tan sencilla, pues requiere de mucha sensibilidad por parte del docente para hacerle aprehender y señalar los sentimientos, percepciones, conceptos y calidad con respecto al mundo, en su amplitud, ofrecida al sujeto por la sociedad moderna y exigiendo que contemple e interprete su apariencia visual, viéndola como un significado cultural, que se inserta en los intercambios sociales y de dominio. Assim sendo, percebe-se claramente que esse é o verdadeiro caminho que leva o homem a compreender a beleza existente no mundo, razão altamente relevante e que justifica a continuidade de novas pesquisas, pesquisas estas, capazes de disseminarem a importância do ensino de Artes no Enseñanza fundamental. De esta manera, para la edificación de este debate, optamos por una recopilación de datos teóricos provenientes de una investigación bibliográfica.

Palabras clave: Artes. Aprendiendo. Educación. Enseñando

INTRODUÇÃO

As disciplinas em geral têm grande importância na vida das pessoas, especialmente, no que diz respeito ao seu processo de formação como aluno, e o mesmo acontece com a disciplina de Arte, que é uma área do conhecimento com enorme relevância para o desenvolvimento intelectual do sujeito e tem como desígnio oferecer suporte para que ele compreenda por meio de sua criticidade o mundo a sua volta.

Desse modo, é preciso ser valorizada para que não venha ser utilizada como um simples mecanismo de interação e descontração entre os alunos, pois, como será exposto no decorrer desse trabalho, a sua importância se revelará ao ponto de ser exigida no currículo escolar.

Ademais, acrescenta-se que o processo de ensino-aprendizagem de Arte contribui consideravelmente para o desenvolvimento intelectual do aluno, ou seja, a sua formação plena como cidadão.

Assim sendo, a sua presença no currículo escolar se faz necessária, pois o sistema educacional não pode se limitar única e tão somente às disciplinas “essenciais” como Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, afinal, todas as outras apresentam a sua contribuição para a formação do sujeito.

Nesse contexto, elucida-se que a Arte está inserida em todos os setores da sociedade contemporânea, exigindo, de maneira natural, a sua inserção no currículo escolar, pois essa tomada de atitude permite que o sujeito adquira conhecimentos que o tornem um cidadão consciente e capaz de compreender o mundo e as coisas a sua volta de maneira crítica.

Para tanto, considera-se o processo formativo docente uma ferramenta essencial para o desenvolvimento adequado e efetivo do ensino de Arte, pois o contrário impede que a prática educativa seja realizada conforme a realidade dos alunos e as estratégias aplicadas não apresentarão o resultado almejado, afetando, por sua vez, todo o processo de ensino-aprendizagem pelo simples fato do docente não estar qualificado para a função que se propôs a executar.

Por outro lado, percebe-se que esse despreparo apresentado pelo docente advém de uma formação inadequada, a qual é responsável pelo desinteresse dos alunos durante as aulas, afinal, o professor não consegue desenvolver estratégias de ensino diversificadas e motivadoras, as quais não fazem sentido para o contexto em que vivem, não conseguindo de modo algum associar o ensino da disciplina de Arte com a sua vida cotidiana.

Diante dessa perspectiva, a prática docente no ensino de Arte tem se tornado um enorme desafio para o profissional dessa disciplina, necessitando, por intermédio de estratégias significativas, uma prática que envolva a intercessão entre aluno e conhecimento de modo que a atuação do aprendiz venha a ser instigada.

Muito se tem percebido que os fracassos se revelam devido ao despreparo dos docentes, promovendo situações de aprendizagem que não fazem sentido para a realidade do aluno, ou seja, totalmente fora de contextualização, inclusive, na disciplina de Arte.

Ademais, acredita-se que toda essa trajetória de ensino percorrida pelo docente não tem demonstrado o seu conhecimento e empenho mediante estudo e pesquisas que abordem de maneira mais ampla um entendimento acerca da disciplina de Arte, impedindo que ele consiga, por sua vez, criar estratégias de ensino efetivas e que façam sentido para a vida de seus aprendizes, pois não caminham dentro de um trabalho preocupado com o contexto vivido por cada um, evidenciando que não há um processo de formação continuada em atividade para os docentes.

Salienta-se que o processo de ensino-aprendizagem de Arte contribui consideravelmente para o desenvolvimento intelectual do aluno, ou seja, a sua formação plena como cidadão.

Assim sendo, a sua presença no currículo escolar se faz necessária, pois o sistema educacional não pode se limitar única e tão somente às disciplinas “essenciais” como Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, afinal, todas as outras apresentam a sua contribuição para a formação do sujeito.

A Prática Pedagógica do Ensino de Artes no Contexto Histórico

O processo de edificação deste estudo caminha em busca de desenvolver uma reflexão mais apurada e precisa acerca da importância e contribuição do Ensino de Artes para o desenvolvimento amplo, nos anos iniciais, das crianças do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, é importante ressaltar que essa trajetória terá a preocupação de adquirir maiores conhecimentos a respeito da história do Ensino de Artes no território nacional brasileiro, além de tentar compreender o sentido e a relevância da Arte no processo educacional de maneira ampla.

Para tanto, ressalta-se a importância de desenvolver uma abordagem reflexiva acerca da maneira como o docente atua em sua prática educativa, ou seja, o seu trabalho como mediador dentro do ambiente de sala de aula, no que tange a disciplina de Artes.

Todo o processo tem como propósito adquirir conhecimentos mais aprofundados a respeito da história do trabalho de mediação dos docentes do Ensino Fundamental no ensino de Artes na unidade de ensino, mais precisamente a sala de aula, para melhor compreender como esse processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido no que concerne a disciplina mencionada.

Para Groppo (2007):

Diferenciar as artes visuais de outras artes, comparar como é ministrado o seu conteúdo, compreender a evolução do ensino de Arte no Brasil a partir tendências pedagógicas são também motivadores desse estudo. Nesse sentido, as justificativas [...] elas podem ser até pessoais, e isto é muitas vezes bastante importante para ilustrar as motivações e o grau de envolvimento do pesquisador com o problema apresentado (GROOPPO, 2007, p.37).

Tomando como referência os conceitos apresentados pelo RCNEI - Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998) – o ensino de Artes não apresentava, no passado, qualquer relevância, ou seja, era visto pura e simplesmente como uma forma de entretenimento.

De acordo com os PCNs (1997):

As Artes Visuais envolvem: desenho, pintura, colagem, gravura, escultura, fotografia, desenho no computador, vídeo, cinema, televisão e outros. Os PCN's idealizam a Arte como objeto de conhecimento e como um conjunto de manifestações simbólicas de uma cultura, para um cientista uma fórmula pode ser 'bela', para um artista plástico, as relações entre a luz e as formas "são problemas a serem resolvidos plasticamente (BRASIL, 1997, p.27).

Assim sendo, em conformidade com o PCN - Artes (1997), comprehende-se que:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (BRASIL, 1997, p.15).

Figura 1 - A Prática Pedagógica de Artes



Fonte: Mundo Educação (2022)

Diante de tudo que o que foi exposto, esse trabalho tem como propósito desenvolver uma abordagem de caráter reflexivo, propensa à compreensão mais ampla acerca do ensino de Artes, para que os docentes do futuro possam, por meio de sua contribuição, entender de um modo mais claro e objetivo como se dá o ensino de Artes no Ensino Fundamental, mais precisamente nos anos iniciais.

Ademais, salienta-se que a importância desse trabalho também caminha pela estrada do desconhecido e do pouco material acerca da temática em questão que explorem e ofereçam suporte para o entendimento do trabalho de mediação docente voltado ao ensino de Artes nas unidades de ensino públicas do território nacional brasileiro.

O Ensino de Artes no Brasil

Caminhando pela história, muito facilmente, será possível perceber que a Arte não surgiu somente agora, mas que está viva no universo desde o início dos tempos e integra as

diversas formações culturais, sendo transmitida ao Homem desde o decorrer da trajetória da humanidade, até alcançar os dias de hoje.

Diante dessa premissa, percebe-se que o Homem, ao ensinar a Arte no passado, possibilitou que ela se tornasse viva, vindo a se tornar relevante e garantir o seu espaço de importância na história do mundo.

Em contrapartida, é necessário acrescentar que a Arte no território nacional brasileiro garantiu o seu espaço como disciplina, tendo como intuito desenvolver os diversos saberes artísticos do sujeito a partir do movimento, denominado de Educação através da Arte.

Esse movimento foi de grande relevância para o processo do ensino de Artes, uma vez que desenvolveu diversos trabalhos culturais voltados para a Arte e a Educação, em meados do século XIX, revelando, dessa maneira, inúmeras mudanças por volta de 1920.

Desse modo, descobre-se, por meio dos PCN (1997), que “entre os anos 20 e 70, as escolas brasileiras viveram outras experiências no âmbito do ensino e aprendizagem de Artes, fortemente sustentadas pela estética modernista e com base na tendência escolanovista”.

O propósito que envolve o ensino de Artes propenso ao aprendizado das crianças percorre firmemente em busca de uma prática educativa que respeite e valorize as suas necessidades e especificidades, bem como a sua maneira de se expressar e compreender o universo a sua volta.

O processo de ensino-aprendizagem que era amplamente voltado para um aprender fragmentado e opressor, com o docente visto como o detentor pleno do saber, modificou-se e passou a vislumbrar o desenvolvimento do educando e as suas habilidades e competências para a criação, sendo entendido, a partir daí, como um personagem responsável por sua própria aprendizagem.

Ferraz e Fusari (2009), em suas concepções, esclarece que:

Com a fundação de centros artísticos, como a Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, o Conservatório Dramático em Salvador, e a presença da Missão Francesa e de artistas europeus, este momento foi determinante na formação de profissionais na área de ensino da arte. No século XX foram muitos os fatores sociais, educacionais e culturais a expandir no ensino da arte. Começa assim o movimento modernista como a “Semana de Arte Moderna”, em 1922 (FERRAZ; FUSARI, 2009, p.15).

O Modernismo no Brasil teve a sua relevância com a apresentação de artistas plásticos e intelectuais realizada no Teatro Municipal de São Paulo, mediante uma proposta voltada para

recitais de música e poesia, palestras, danças, exposições de pintura, escultura e arquitetura, aplicando, com isso, um banho de cultura na sociedade da época.

Assim sendo, descobre-se por meio de Pimentel (1999) que depois de evento o ensino de Artes dá início a valorização do modo de expressar da criança, evidenciando a partir desse momento inspirador “a valorização do desenho como técnica voltada para o trabalho e uma forte identificação com o estudo do desenho geométrico”.

Ferraz e Fusari (2010), em suas concepções, esclarecem que, com o movimento da escolanovista em meados dos anos 1930 e 1940, o ensino voltado para a estética modernista abriu caminho para a Arte, tendo em vista as vivências e necessidades das crianças para um desenvolvimento intelectual, com valor e adquirido de modo natural, em um espaço democrático, capaz de potencializar o seu modo de expressão e entendimento acerca do mundo e das pessoas a sua volta.

Seguindo os conceitos de Saviani (1983), entende-se que:

Deslocou o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental, baseada, principalmente, nas contribuições da Biologia e da Psicologia (SAVIANI, 1983,PP.12-13).

Com isso, o ensino de Artes no processo de ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras, segundo Fusari e Ferraz (2010) passou a ganhar o seu espaço e ser disseminado, tendo como referência especialista como John Dewey (a partir de 1900), Victor Lowenfeld (1939), nos Estados Unidos e Herbert Read (1943) na Inglaterra, responsáveis por apresentar mudanças significativas na prática educativa dos docentes que atuam com o ensino de Arte no Brasil com o suporte advindo de profissionais da área como: docentes, psicólogos, filósofos e artistas, os quais apresentavam como propósito produzir um olhar mais atento e amplo acerca do processo de criação construído pelo sujeito que integra toda a trajetória.

A caminhada discursiva em torno do ensino de Artes no Brasil evidencia que Augusto Rodrigues, no ano de 1948, foi o responsável pela disseminação do movimento Educação pela Arte.

Ademais, em relacionamento mais reflexivo a respeito dessa temática com Herbert Read, o seu trabalho literário buscou evidenciar mais claramente a liberdade individual de criar do sujeito.

A partir daí, ele dá início à construção da escola de Arte do Brasil, um enorme passo para o desenvolvimento da cultura por meio do ensino de Artes na Educação.

Segundo Ferraz e Fusari (2001):

A Educação Através da Arte é, na verdade, um movimento educativo e cultural que busca a constituição de um ser humano completo, total, dentro dos moldes do pensamento idealista e democrático. Valorizando no ser humano os aspectos intelectuais, morais e estéticos, procura despertar sua consciência individual, harmonizada ao grupo social ao qual pertence (FERRAZ E FUSARI, 2001, p.19).

Assim sendo, comprehende-se que o movimento *Educação através da Arte* apresentava como ponto principal uma estratégia de ensino-aprendizagem alicerçada na educação cultural, tencionando oferecer suporte amplo ao processo de formação do sujeito, tendo em vista um pensamento popular e idealista.

Enfim, o propósito desse movimento ambicionava a formação de um sujeito com a capacidade de desenvolver seus próprios julgamentos, valorizando e respeitando a ética, a estética, responsabilidade e a intelectualidade.

Por isso, quando teve início o seu processo de disseminação no território nacional brasileiro, a Arte infantil se tornou mais valorizada e tentou adquirir entendimentos acerca da Arte inclinada para o modo de se expressar e criar com liberdade, sem que sofra interferência de outras pessoas, nesse caso os adultos.

Figura 2 – O Ensino de Artes no Brasil



Fonte: Nova Escola (2022)

É importante ressaltar que na sociedade moderna o currículo tem sido modificado com enorme frequência, almejando melhorar cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, em meados de 1950, não acontecia da mesma maneira, mas é de conhecimento que nessa época o currículo era composto das seguintes disciplinas: desenho, Música, Canto Orfeônico e trabalhos manuais, os quais revelavam de certa maneira um caráter artístico.

A qualidade de ensino nas escolas públicas do país tem sido ao longo dos anos um sonho da sociedade como um todo, no entanto, por volta de 1960 e 1970, grande parte dos docentes atuaram.

Segundo Ferraz e Fusari (2010), mediante “influência ainda da Psicologia, chegar às aulas de Arte os exercícios de sensibilidade destinados a desbloquear o aluno e soltar sua fluência criativa [...]”.

A única problemática que intrigava esse processo estava na maneira como o docente atuava em sua prática diária, uma vez que, sendo admirador do novo modelo de ensino, ou seja, da nova metodologia educacional, ainda se mantinha preso às prática de ensino ultrapassadas e fragmentadas de antes, evidenciando um vínculo muito forte às metodologias de caráter tradicional, acreditando que o aluno necessitasse desse jeito de ensinar e aprender como algo natural durante o seu processo de criação.

Tomando como base os conceitos desenvolvidos pelas autoras supracitadas, comprehende-se que a Arte veio ser encarada como uma disciplina no ensino ginásial a partir da divulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei nº 4024 de 1961, assim como atividade complementar no ensino colegial que abre caminho para o processo de iniciação artística, trocando o Canto Orfeônico pela Educação musical.

Essa trajetória de mudanças no sistema educacional brasileiro caminhava firme em busca de efetivar a qualidade no processo de ensino-aprendizagem, transformando o sujeito em alguém capacitado e fecundo no que tange às exigências do mercado de trabalho, enquanto o docente era visto como um profissional de âmbito mais técnico.

Sem contar com ineficiência da formação docente para atuar com os mecanismos tecnológicos que estavam em pleno vapor na sociedade e suprir as necessidades educacionais voltadas para esse campo.

Com o surgimento da Lei de nº. 5692/71, em 1970, várias mudanças foram ocorrendo no que tange ao ensino de Artes, abrindo novos caminhos para que a Educação Artística

integrasse o currículo escolar, com o propósito de transformar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e o seu desenvolvimento intelectual em relação ao trabalho de construção artística e expressão.

Na tentativa de trazer melhorias para o ensino da Arte, o movimento Arte-Educação veio à tona no ano de 1980 com a preocupação com o desenvolvimento e qualificação dos profissionais de Arte, almejando desenvolver estratégias inovadoras e diversificadas para a prática educativa significativa e potencializar os saberes no que diz respeito a esse campo do conhecimento.

Diante dessa premissa, diversos encontros foram desenvolvidos para discutir de maneira mais reflexiva e minuciosa, entre os profissionais da área de Artes, a respeito de sua aplicação nas unidades de ensino e a valorização dos profissionais envolvidos, disseminando cada vez mais esse movimento em torno do território nacional brasileiro.

Ressalta-se que por volta de 1980, mais precisamente com a constituição de 1988, os especialistas da Educação interessados em transformar o processo de ensino-aprendizagem de Artes tomaram como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, almejando dessa maneira o reconhecimento da disciplina e a sua inserção no processo educacional.

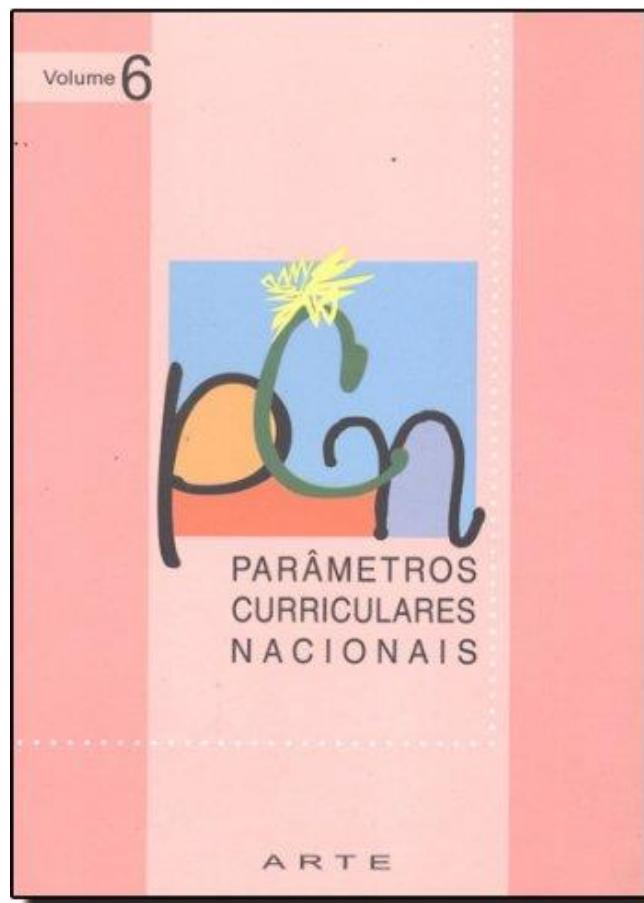
Tendo em vista os PCN's (1997), descobre-se que “em 1988, com a promulgação da constituição, iniciam-se as discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria sancionada apenas em 20 de dezembro de 1996”.

Os docentes, mesmo certos da relevância do ensino de Artes para os educandos do Ensino Básico, demonstraram indignação em grande parte contra a uma versão da mencionada lei, a qual dispensava o caráter obrigatório da área.

No entanto, com a criação da Lei n.9.394/96, as disposições anteriores se tornaram invalidadas, tornando a partir daí a Arte, na Educação Básica, uma obrigatoriedade. De acordo com a lei “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (art. 26, § 2º).

O importante a destacar com essa trajetória discursiva é que todos os trabalhos de interesse pela qualidade e melhorias do ensino de Artes na Educação passou a ser fortemente apoiado por inúmeros movimentos de relevância como: Arte Educação e Educação por meio da Arte.

Figura 3 – O PCN de Arte



Fonte: Amazon (2022)

Outro ponto relevante, deu-se com a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei de nº 9394/96), a qual possibilitou um olhar mais amplo e complacente a respeito do ensino de Artes nas instituições de ensino, de modo geral, ou seja, tanto na Educação Infantil quanto nas diversas etapas da Educação Básica.

A luta realizada pelos diversos movimentos em prol do ensino de Artes nas escolas permitiu que ela fosse reconhecida e consolidada, na década de 90, não como uma disciplina de Educação Artística, mas sim como aquela que apresenta conteúdos específicos e integra amplamente a cultura do país.

Na sociedade moderna, tendo em vista os PCN's de Arte (1998) e um trabalho intenso desenvolvido por educadores, a legislação vigente do país passa a reconhecer e validar a relevância do ensino de Artes para o processo de formação e construção do conhecimento tanto de crianças quanto de jovens, tornando-a disciplina obrigatória e parte integrante do currículo da Educação Básica.

Assim sendo, ressalta-se que a disciplina de Artes, no que tange ao ensino Fundamental, é entendida como uma área do conhecimento, a qual atua com as diversas linguagens e tem como propósito o processo de formação do aluno voltado de maneira significativa para as competências estéticas e artísticas, priorizando as linguagens que abarcam a Dança, o Teatro, a Música e as Artes Visuais para o desenvolvimento amplo e efetivo do educando.

Tendências e Concepções do Ensino de Arte no Brasil

De acordo com Ferraz e Fusari (2009), a importância da Arte no meio educacional existe desde o princípio da civilização, fazendo-a ser um dos feitos mais diligentes de humanização, mostrando-se essencial, assim, compreender que a Arte se estabelece de maneiras exclusivas de mostra de trabalho criativo das pessoas ao interatuarem com o mundo no qual vivem, ao se apreciarem e ao apreciá-lo.

Desde pequenas, as pessoas se veem enredadas por produções artísticas e culturais que contribuem para que haja uma melhor percepção acerca do senso estético que envolve às imagens, os objetos, as músicas, as falas, os movimentos, as histórias, os jogos e todas as informações da vida diária de cada um, formando-se, com isso, o indivíduo, seu modo de admirar, de apreciar, de ponderar, de considerar e ainda de perceber as dessemelhantes mostras culturais de determinados grupos sociais. Assim, a Arte permite que o indivíduo compreenda melhor a cultura.

De acordo com Ferraz e Fusari (2009):

Ao conhecer a arte produzida em diversos locais, por diferentes pessoas, classes sociais e períodos históricos e as outras produções do campo artístico (artesanato, objetos, design, audiovisual etc.), o educando amplia a sua concepção da própria arte e aprende dar sentido a ela. Desse convívio decorrem, portanto, conhecimentos que desenvolvem o seu repertório cultural mas, acima de tudo, possibilitam-lhe a apropriação crítica da arte, aprender a identificar, respeitar e valorizar as produções artísticas [...] (FERRAZ E FUSARI, 2009, p.19).

Desta forma, mostra-se importante dar oportunidade à toda criança de contemplar produções artísticas que reforcem a sua sensibilidade, ampliando as envergaduras cognitivas imprescindíveis para o acesso às atividades artísticas.

Deste modo, a partir do instante em que a criança faz e contempla a Arte, ela precisa ser incitada a refletir e discutir acerca de sua própria concepção artística e acerca das produções dos demais indivíduos.

Para Barbosa (2008), “a Arte como linguagem aguçadora dos sentidos transmite significados que não podem ser transmitidos por meio de nenhum outro tipo de linguagem, tal como a discursiva ou científica”.

Assim, a Arte se acha conexa à sensibilidade de todo indivíduo, entretanto, não se pode deixar de salientar as transformações no ensino de Artes no Brasil.

No Brasil, a Arte passou a crescer assombrosamente por meio de importantes momentos históricos e de torrentes pedagógicas, como cita-se a Pedagogia clássica, a Pedagogia nova, a pedagogia tecnicista e ainda a disposição realista-progressista.

Com isso, percebe-se que as modificações foram manifestas no decorrer do tempo, no que tange o ensino da Arte no Brasil. No princípio do século XX o ensino de Artes abraçava a tendência pedagógica clássica, por meio da qual o modo de se ministrar as aulas, de maneira especial quando se fala do desenho, era voltado para a elaboração técnica de um trabalho.

Assim, todo ensino de desenho em escolas da rede primária e secundária aquilatava no desenho o contorno, o traço e a forma, sendo claramente voltado, acima de tudo, para o refinamento do aprendizado técnico e estético neoclássico.

Com isso, tornou-se muito reconhecida a desenvoltura para se saber copiar as imagens, os objetos ou demais desenhos que eram dados aos alunos pelos educadores.

Segundo Ferraz e Fusarii (2009):

[...] O perfeito conhecimento das formas como a reprodução de desenhos de ornato (estilização de elementos naturais), a cópia e o desenho geométrico visavam à preparação do estudante para a vida profissional e para as atividades que desenvolviam tanto em fábricas quanto em serviços artesanais. (FERRAZ E FUSARI, 2009, p.45).

Desse modo, na concepção tradicional de Educação, o docente era visto como sendo um transmissor do saber e uma das suas “qualidades” era o autoritarismo, pois ele se achava como sendo o dono de toda verdade absoluta.

Já o aluno era visto como sendo um sujeito passivo, o qual apenas fazia meras cópias dos conteúdos apresentados pelo seu professor, tendo como desígnio apenas o exercitar a memorização, a inteligência, o olho, a mão, o senso moral o gosto, a organização e a limpeza, contudo, sem admitir que houvesse a criação ou exploração das habilidades dos alunos.

A Pedagogia nova nasceu no Brasil por meio do manifesto dos pioneiros em plena década de 30, defendendo a ideia de uma escola voltada para todos. Neste período, ocorreu uma

mutação de padrão, por meio do qual os participantes de tal manifesto, angustiados com a metodologia de ensino vigente, como também com os alunos, com seus interesses e com sua espontaneidade, procuraram embasamentos teóricos, fundamentados em múltiplos estudos de caráter pedagógico, filosófico e psicológicos.

Com isso, o aluno não deixou de ser encarado como um ser copiador, passando a ser criativo e os docentes passaram a oferecer a eles mais condições de expressão artística. Deste modo, a aprendizagem passou a se mostrar bem mais significativa para que os alunos pudessem atuar de forma cooperativa na sociedade.

Ferraz e Fusari (2009) também explicam que:

[...] na pedagogia nova, o ensino e a aprendizagem de arte referem-se às experimentações artísticas, inventividade e ao conhecimento de si próprio, concentrando-se na figura do aluno e na aquisição de saberes vinculados à sua realidade e diversidade individual. Essa mudança de foco foi muito importante, pois colocou ênfase no educando _ou ser que aprende __ e não apenas no conhecimento (FERRAZ E FUSARI, 2009, P. 51).

Agora, o enfoque do ensino está na criação do estudante que deixa de ser um mero copista de tudo que o docente ministrava na sala para se tornar um aluno mais ativo.

A Pedagogia tecnicista, por sua vez, nasceu no princípio da metade do século XX, tanto mundialmente quanto no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1960 e 1970, abraçando transformações sucedidas tanto na sociedade industrial quanto na tecnológica e nas novas finalidades econômicas, sociais e políticas.

Neste sentido, Ferraz e Fusari (2009) salientam que:

Um marco importante dessa tendência foi a instituição da Lei n. 5.692/71, que introduz a Educação Artística no currículo escolar. Neste contexto os professores passaram a ter que planejar suas aulas e incluir os elementos essenciais em um currículo escolar que são: objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação. A dinâmica do ensino/aprendizagem não se questionava, “pois o elemento principal é o sistema técnico de organização da aula e do curso” (FERRAZ E FUSARI, 2009, p. 52).

Por meio de tais mudanças, os docentes, de acordo com o plano de aula, conseguiam fazer o monitoramento dos estudantes, de acordo com tudo que era estabelecido em seus objetivos. Desta forma, a Educação passou a ter mais intencionalidade, abraçando objetivos realmente educacionais e se mostrando mais sistematizada.

A disposição realista/progressista surgiu praticamente nas décadas de 1970 e de 1980, trazendo consigo uma Pedagogia que se mostrava libertadora, fundamentada nos estudos de

Paulo Freire, enfocando o aluno, tendo-o como sujeito tanto histórico como de direito, ensinando ainda a importância da troca de saberes entre aluno e docente, o qual passou a ser um modelo de mediador do saber, que almeja fazer com que seu aluno realmente aprenda, se conscientize e que avalie situações vivenciadas por ele na sociedade, fazendo-o, portanto, um sujeito tanto crítico quanto partícipe.

Desta forma, o ensino de Artes na atualidade, de acordo com Ferraz e Fusari (2009), por meio do aporte da nova LDB de n. 9694/96, e ainda dos PCNs – Artes - Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes, voltados para o ensino fundamental, principia-se como um novo método histórico do ensino e de toda a aprendizagem que envolve a Arte.

Segundo os autores, ainda no princípio de sua divulgação, o ensino de Artes no Brasil exibia uma grande disparidade, em determinadas regiões no país existia docentes bem atualizados, enquanto em outras regiões os docentes formados em licenciatura de outras disciplinas eram os incumbidos para ministrar as aulas de Artes, sem que tivessem uma real clareza curricular desta disciplina para ministra-la.

Nisso, os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais passaram a ser indicados como diretrizes de caráter pedagógico e aproveitados como referencial para a Educação em todo o país.

Atualmente, a Arte é um campo de saber obrigatório na Educação Básica em todo Brasil, competindo aos órgãos públicos como os conselhos, as Secretarias de Educação e as unidades escolares cuidarem de que haja a sua melhor inclusão em todo o currículo escolar.

Contudo, de acordo com o PCN – Artes (1998), as práticas que envolvem o ensino de Artes exibem padrões de qualidade tão dessemelhantes no Brasil que, em muitas unidades escolares ainda se aproveita de padrões claramente estereotipados, que se fazem sempre repetidos e contemplados, tornando cada vez mais pobre o caráter cultural do aluno.

Com isso, tais escolas ainda se aproveitam de trabalhos que usam somente a autoexpressão, sem propiciar aos seus alunos o acesso a outros saberes que enredam a Arte.

Desta forma, por meio de estudos, percebe-se que a polivalência ainda é encontrada, infelizmente, em muitas regiões no país, dificultando a melhoria do ensino e da aprendizagem dessa disciplina.

Contudo, também existem docentes que realmente se mostram preocupados em passar a ensinar a História da Arte, levando seus alunos á teatros, museus, como também em apresentações tanto musicais como de dança.

Torna-se importante saber, então, que a Arte foi embutida no currículo educacional no ano 1971, por meio da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei essa que rege todo sistema educacional no Brasil.

Mesmo tendo sido reconhecido por lei a seriedade e relevância do ensino da Arte para o desenvolvimento do aluno, vê-se na realidade que a sua solidificação se mostrou bem aquém daquilo que era almejado.

Figura 4 – Os Docentes de Artes



Fonte: Notícias UFSC (2011)

Tudo isso, pois, segundo Ferraz e Fusari (2001), há uma singela e pequena gama de docentes formados, como também por não haver, parte do sistema público educacional, nenhum programa feito e preocupado com a formação dos docentes para tal disciplina.

Assim, sem que haja um currículo definido, a sua prática na Educação enfrenta grandes dificuldades, pois as atividades artísticas envolvem o conhecimento de múltiplas linguagens, como: artes cênicas, artes plásticas, Educação musical (BRASIL, MEC, 1997, p.24), necessitando que o docente se mostre polivalente em sua performance.

Para piorar ainda mais tal quadro, mantinha-se antigamente cobrada a polivalência dos docentes, contudo, eles não exibiam apropriada formação para trabalharem com real competência tais linguagens artísticas, pois, como já dito, não possuíam uma formação superior na área de Arte.

De acordo com Martins (1998), “os professores até então especializados em uma determinada área das Artes passaram a ter dificuldades para envolver as diversas habilidades artísticas em suas aulas”.

Os docentes de música, canto, coral, trabalhos manuais, desenho e Artes aplicadas, os quais vinham trabalhando de acordo com os saberes específicos de suas linguagens, passaram a ver tais saberes de modo repentino demudados para “meras atividades artísticas”.

Com isso, perdeu-se a potencialidade de desenvolvimento de desenvolturas pertinentes tanto à linguagem corporal quanto a sensibilidade, desenvolvendo-se somente atividades de execução.

Buscando-se capacitar os docentes, o governo passou, então, a oferecer cursos de Artes aos docentes da Educação Básica, uma segunda formação, para que, assim, fosse cumprida a LDB de nº 5.692/71, mais precisamente o alvitre do MEC de nº 540/77, o qual salienta que “[...] as escolas deverão contar com professores de Educação Artística, preferencialmente polivalente no primeiro grau”.

Contudo, o trabalho necessita ser desenvolvido, sempre que admissível, por meio de atividades que não acarretem preocupação seletiva. Mesmo havendo um método de formação, tal método ocorreu somente de maneira superficial, sem que houvesse preparação dos docentes para que pudessem trabalhar com a extensa complexidade das distintas expressões de cunho artístico.

Nos anos de 1970 e 1980, os docentes passaram a ter mais responsabilidade da prática polivalente, ensinando as múltiplas linguagens artísticas nas turmas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Com isso, viu-se que a qualidade do ensino passou a se mostrar mais empobrecida, tendo em vista que a Educação Artística era trabalhada de maneira mais ampla, dissolvida, sem mostrar qualidade em nenhuma das expressões artísticas.

Buscando-se ainda outra forma de melhoria para o ensino de Arte na educação, optou-se pela inclusão do livro didático, a qual aconteceu de maneira mais clara ao final dos anos 80, período no qual o livro didático foi trazido ao panorama educacional, sendo encarado como um manual que deveria ser fielmente seguido.

De acordo com Aguiar (1980) disserta acerca de determinada característica de ensino neste período, citando o uso dos livros didáticos, salientando que o principal desígnio da inclusão do livro didático em sala de aula foi aferir ao seu uso um feitio mais justaposto à informação.

Entretanto, torna-se importante salientar que, de acordo ainda com as importantes argumentações de Aguiar (1980), percebe-se que o livro didático, mesmo buscando uma contextualização do ensino, não pode jamais buscar esgotar por si apenas todas as probabilidades que enredam o trabalho no campo da disciplina de Artes, pois, antes disso, ele se apresenta apenas como mais uma ferramenta que pode e deve ser aproveitada pelo docente, jamais podendo ser considerada a única.

Nos anos de 1980, surgem movimentos contra a então ditadura militar, e percebe-se, por meio de estudos, que tais movimentos sociais colaboraram claramente para que os docentes pudessem se tornar conscientes de suas atuações políticas.

Tais movimentos fortaleceram claramente a disposição pedagógica acerca da qual toda escola precisaria trabalhar mais próxima e conexa a um contexto de caráter sociocultural, por meio do qual fossem despertadas desenvolturas para que todos os alunos pudessem desenvolver o seu lado crítico social, como também a sua competência de interpretativa das informações.

De acordo com o documento Brasil (1997):

Neste período o movimento Arte-Educação se constrói, formado por professores de Arte da educação formal e não formal com a finalidade de buscar a valorização deles, conscientização, e qualidade do ensino de arte (BRASIL, MEC, 1997, p. 25).

É relevante destacar que a pesquisadora Ana Mae Barbosa é vista como uma das especialistas mais importantes para o sucesso do movimento Arte/Educação, realizando inúmeros estudos e pesquisas a respeito da Arte e da Educação, por volta do final da década de

80, e regularizando a “Abordagem Triangular”, tencionando que o ensino de Artes apresentasse uma organização que desse destaque para três pontos principais:

Dentre esses pontos ou ações relevantes, destacam-se:

- Apreciar – desenvolver um trabalho de leitura com o interesse em produzir no educando o desejo pela compreensão e análise daquilo que lê, demonstrando sua capacidade de criticidade;
- Fazer – possibilitar ao educando práticas educativas por meio de experiências que envolvam a produção artística;
- Contextualizar – adquirir saberes a respeito da Arte tendo em vista o cenário voltado tanto para o tempo quanto para o espaço.

Ressalta-se que esse modelo de ensino teve o seu início no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, uma vez que ele permite, por meio da organização ou regularização, um aprender mais efetivo e capaz de desenvolver as habilidades de criação, criticismo, fazer artístico e uma ponderação mais atenta acerca da Arte e seu processo de produção.

Barbosa (1991), em suas ponderações, esclarece que a Arte-Educação é muito importante para o processo de formação de artistas, devido ao seu caráter diferenciado.

Ademais, ela pontua que a questão fundamental abarca o desenvolvimento das habilidades do educando, as quais possibilitem que ele se torne um sujeito autônomo para a construção de sua própria cidadania e seja capaz de entender e ponderar a respeito da diversidade artística que compreende a Arte.

Com a constituição de 1988, o ensino de Artes passou por um processo de mudanças bastante significativo, período em que a nova constituição brasileira teve a sua divulgação e dando importância para os direitos do cidadão, ou seja, valorizando a cidadania, um momento de grande conquista para a Educação, no que tange à obrigatoriedade do ensino de Artes no currículo educacional.

Por conta da Constituição de 1988, salienta-se que houve enorme interesse para que mudanças no sistema educacional acontecesse, o que veio abrir caminho para a publicação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 20 de dezembro de 1996.

A inserção da disciplina de Artes na Educação formal, por volta da década de 90, torna essa época um momento de grande relevância para a Arte, visto que a Lei nº 9.394/96 em seu

art. 26, § 2º assevera que “o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Depois que a disciplina de Arte passou a fazer parte do currículo educacional, o seu reconhecimento se tornou uma realidade e ela veio a ser compreendida como uma área do saber, tendo em vista seus conteúdos e linguagens. Dentre elas, destacam-se a Música, o Teatro, a Dança e as Artes Visuais.

Com o intuito de compreender de maneira mais ampla o currículo a LDB, em seu artigo 26, afiança que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p. 15)

As políticas públicas educacionais, no Brasil, por meio de uma ação governamental, colocam em prática o Art. 9º, da LDB 9394/96 e participa da criação do Plano Nacional de Educação, contudo, no intuito de asseverar essa lei para cumprir com a jurisprudência, deu-se início à organização do Plano Decenal de Educação para Todos - 1993/2003 que, em conformidade com a lei 1988, garante que:

Nesse processo de construção de um currículo que abrigasse a heterogeneidade da escola, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, que organizaram para cada disciplina, as habilidades, os objetivos e os conteúdos que deveriam ser abordados. 16 A necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras. (BRASIL, 1997, p. 14).

Os Parâmetros Curriculares Nacional de Artes – PCNs/Artes tiveram a sua divulgação por meio da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação no ano 1997, documento esse de grande relevância para o ensino de Arte no país.

Ressalta-se que ele não é visto como um modelo de ensino, contudo, serve de orientação para que o trabalho pedagógico possa acontecer, dentro nas instituições de ensino públicas, tencionando acima de qualquer coisa a formação do sujeito e do docente nos moldes que abarca a autonomia plena.

De acordo com os PCNs, descobre-se que o ensino de Artes, visto como uma área do saber, possui a mesma relevância que as outras áreas, uma vez que o seu destaque se volta para uma aprendizagem em que os desígnios são compostos por metas, conteúdos, critérios de avaliação e orientações didáticas.

Como muito já foi discutido no decorrer dessa trajetória discursava, o ensino de Artes tem como propósito desenvolver no sujeito, nesse caso o educando, o pensamento crítico e artístico para que ele consiga enxergar sentido naquilo que experiencia, potencializando o seu lado sensível, a imaginação, a percepção e o modo de refletir acerca do mundo, das pessoas e das coisas.

Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. (BRASIL, 1997, p.15)

É importante destacar, por fim, que o PCN não pode ser considerado somente um documento, mas sim um material de suporte fundamental para a prática docente, servindo como um norteador para as estratégias de ensino que terá de criar para que o seu aluno alcance os objetivos almejados na organização de seu planejamento escolar, tencionando com muito esforço e dedicação garantir a qualidade do ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de edificação deste estudo caminhou em busca de desenvolver uma reflexão mais apurada e precisa acerca da importância e contribuição do Ensino de Artes para o desenvolvimento amplo, nos anos iniciais, das crianças do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, mostrou-se importante ressaltar que essa trajetória percorrida durante a edificação deste estudo teve a preocupação de externar maiores conhecimentos a respeito da história do Ensino de Artes no território nacional brasileiro, além de tentar contribuir para que aquele que o leia possa compreender o sentido e a relevância da Arte no processo educacional de maneira ampla.

Para tanto, ressaltou-se a importância de desenvolver uma abordagem reflexiva acerca da maneira como o docente atua em sua prática educativa, ou seja, o seu trabalho como mediador dentro do ambiente de sala de aula, no que tange a disciplina de Artes.

Assim, com esta leitura, entende-se que as disciplinas em geral têm grande importância na vida das pessoas, especialmente, no que diz respeito ao seu processo de formação como aluno, e o mesmo acontece com a disciplina de Arte, que é uma área do conhecimento com enorme relevância para o desenvolvimento intelectual do sujeito e tem como desígnio oferecer suporte para que ele comprehenda por meio de sua criticidade o mundo a sua volta.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Glorinha. Educação Artística: primeiro grau. São Paulo: Ática, 1980.

BARBOSA, Ana Mae. Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no Ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte. Brasília, 1997.

BRASIL. Parecer do Conselho Federal de Educação nº 540 de 10 de fevereiro de 1977. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei nº 5.692/71. Brasília, 1977.

BRASIL, Plano Decenal de Educação para todos. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. –Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:Arte. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DEWEY, John. Vida e Educação. Rio de Janeiro, Melhoramentos. Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FUSARI, Maria Felisminda de Resende; FERRAZ Heloísa Corrêa de Toledo. Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições– 2. ed. rev. e amp. – São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Arte na educação escolar.– 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2001.

GROPPÓ, Luis Antônio. Os primeiros passos do pesquisador. In: introdução à Pesquisa em educação. Piracicaba-SP: Biscalchin, 2007.

MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. GUERRA, M.T.T. Didática do ensino da Arte. São Paulo:Editora FTD, 1998.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. Limites em expansão: Licenciatura em artes visuais.–Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1986 (1. ed. 1983).

**INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: A MONITORIA COMO
CONTRIBUINTE NO DESPERTAR DO ALUNO-
MONITOR PARA O ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO**

**Mylena Gabriely Almeida da Silva
Roseane Monteiro-Santos**

DOI: 10.29327/5194617.1-14

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: A MONITORIA COMO CONTRIBUINTE NO DESPERTAR DO ALUNO-MONITOR PARA O ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

DOI: 10.29327/5194617.1-14

Mylena Gabriely Almeida da Silva

Roseane Monteiro-Santos

RESUMO

O presente artigo tem por objeto de estudo o Programa da Monitoria Acadêmica para bolsistas e voluntários, um projeto universitário que visa o processo de ensino aprendizagem da educação superior. Tem como objetivo relatar o funcionamento e os resultados obtidos através da experiência na disciplina Fundamentos e Métodos da Dança, como componente curricular do curso de Licenciatura/Bacharel em Educação Física da Universidade do Estado do Pará - Campus XIII Tucuruí destacando a monitoria como uma grande contribuinte na formação de futuros profissionais de Educação Física, sobretudo, na docência. O artigo parte de uma pesquisa descritiva -relato de experiência-, através de uma revisão bibliográfica de artigos e livros possibilitando uma proximidade com a temática. Autores como FREIRE (1996), Resende (2017), Figueiredo et, al. (2016), corroboraram como referencial teórico para a temática abordada. Os resultados obtidos na pesquisa frisam a importância da monitoria acadêmica na formação do ensino superior, como forma de despertar no aluno-monitor o gosto pela docência, colaborando no seu amadurecimento pessoal, profissional e acadêmico.

Palavras-chave: Monitoria acadêmica, Aluno-monitor, Educação física, Dança, Profissional.

ABSTRACT

The object of this article is to study the Academic Monitoring Program for scholarship holders and volunteers, a university project that aims at the teaching-learning process in higher education. It aims to report the functioning and results obtained through the experience in the subject Fundamentals and Methods of Dance, as a curricular component of the Degree/Bachelor in Physical Education at the University of the State of Pará - Campus XIII Tucuruí, highlighting monitoring as a major contributor in the training of future Physical Education professionals, especially in teaching. The article starts from a descriptive research -experience report-, through a bibliographic review of articles and books allowing a proximity to the theme. Authors such as FREIRE (1996), Resende (2017), Figueiredo et al. (2016), corroborated as a theoretical framework for the topic addressed. The results obtained in the research emphasize the importance of academic monitoring in the formation of higher education, as a way of awakening in the student-monitor a taste for teaching, collaborating in their personal, professional and academic maturity.

Keywords: Academic monitoring, Student-monitor, Physical education, Dance, Professional.

RESUMEN

El objeto de este artículo es estudiar el Programa de Seguimiento Académico para becarios y voluntarios, proyecto universitario que tiene como objetivo el proceso de enseñanza-aprendizaje en la educación superior. Tiene como objetivo relatar el funcionamiento y los resultados obtenidos a través de la experiencia en la asignatura Fundamentos y Métodos de la Danza, como componente curricular de la Licenciatura/Licenciatura en Educación Física de la Universidad del Estado de Pará - Campus XIII Tucuruí, destacando el seguimiento como gran contribuyente en la formación de los futuros profesionales de la Educación Física, especialmente en la docencia. El artículo parte de una investigación descriptiva -relato de experiencia-, a través de una revisión bibliográfica de artículos y libros que permitan una aproximación al tema. Autores como FREIRE (1996), Resende (2017), Figueiredo et al. (2016), corroborado como marco teórico para el tema abordado. Los resultados obtenidos en la

investigación destacan la importancia del seguimiento académico en la formación de la educación superior, como una forma de despertar en el estudiante-supervisor el gusto por la docencia, colaborando en su madurez personal, profesional y académica.

Palabras clave: Seguimiento académico, Alumno-monitor, Educación Física, Danza, Profesional.

INTRODUÇÃO

O programa da monitoria é desenvolvido nos cursos de graduação de universidades públicas ou particulares, tendo a sua forma de ensino teórico-prático que permite ao aluno a integração em atividades de pesquisa e extensão além de aplicar os saberes adquiridos na vivência durante a disciplina monitorada em um contexto real juntamente com o seu professor orientador, frisando a importância dessa experiência para a formação do aluno-monitor. É através da monitoria que o aluno pode se aperfeiçoar e desenvolver as habilidades necessárias para o seu futuro profissional. Além disso, a monitoria também oferece oportunidades para o aluno ampliar seu conhecimento e compreensão das disciplinas trabalhadas.

A monitoria nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Pará objetiva propiciar formação acadêmica ao aluno universitário, incentivando a sua participação nas atividades da Universidade e o interesse pela dedicação à docência, à pesquisa e à extensão, com orientação docente, oportunizando sua capacitação didática e científica, bem como possibilitando a integração desses segmentos na Universidade. (UEPA-EDITAL N°051/2022, p. 02).

O programa da monitoria é regulamentado pela RESOLUÇÃO N° 2808/2015-CONSUN, 18 DE MARÇO DE 2015, onde estabelece informações relevantes sobre a monitoria acadêmica, de forma que possa vir a despertar o interesse do aluno na qualidade do ensino e das vivências referidas ao exercício da prática docente no ensino superior. Vale lembrar ainda que, o programa da monitoria oferta vagas para bolsistas e voluntários, todos com os mesmos direitos e deveres, tendo apenas como exceção a remuneração. Para concorrer às vagas ofertadas pelo programa da monitoria, é necessário que o discente atenda alguns requisitos básicos, para que possa se concretizar o vínculo do mesmo com a monitoria e desfrutar das experiências que venha a contribuir no seu processo de formação.

Art. 7º - São requisitos para o discente para participar do programa de monitoria: §1º - Ser discente de graduação da UEPA, regularmente matriculado, que tenha sido aprovado no componente curricular, objeto da monitoria. §2º - Possuir comprovadamente compatibilidade de horário entre suas atividades acadêmicas e as atividades de monitoria, que permitam ao discente acompanhar as aulas daquele componente curricular, para que os objetivos da monitoria possam se concretizar (UEPA RESOLUÇÃO N° 2808 - CONSUN, p. 3, 2015).

O monitor tem a honra de vivenciar durante o trabalho de uma futura docência, como são reais os contratemplos da vida de um professor universitário. A relação estabelecida de forma direta entre monitor e alunos –não saindo totalmente da condição de um acadêmico- proporciona situações prazerosas e um pouco desestimuladoras, que vão desde a contribuição de conhecimentos até a conduta ética de alguns alunos.

Portanto, a monitoria tem um papel chave na formação acadêmica dos alunos e na relação entre os alunos e professores. É através da monitoria que os alunos desenvolvem suas habilidades acadêmicas, ampliam seus conhecimentos e aprimoram suas habilidades profissionais, descobrindo dentro de si se há vocação para uma futura docência ou não.

É possível afirmar, portanto que, o programa de monitoria oferece ao estudante a chance de desenvolver habilidades nas áreas de pesquisa da instituição, conhecer a cultura universitária e criar relações de trabalho e amizade tornando uma oportunidade ímpar para quem deseja seguir carreira na docência, como afirmam FIGUEIREDO, FILIPPIN, VENDRUSCULO, (2016, p.451) “[...]proporcionar habilidades como a capacidade de convívio social acadêmico e prática profissional, e mostra-se como artifício importante de vivência precoce para o monitor atuar, posteriormente, na docência.”

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência adquirida na disciplina Fundamentos e Métodos da Dança, no curso de Educação Física na Universidade do Estado do Pará/ Campus XIII- Tucuruí, como também demonstrar aos leitores a importância da monitoria e as ações feitas na disciplina durante a formação acadêmica do monitor-discente.

MÉTODOS

O presente trabalho pretende relatar de maneira descritiva os trabalhos da monitoria na disciplina Fundamentos e Métodos da Dança, que de acordo com GIL (2002) destaca que esse tipo de pesquisa possui como característica a pesquisa descritiva, pois visa descrever fenômenos e experiências. A disciplina que possibilitou essa vivência foi a “Fundamentos e Métodos da Dança” composta na grade curricular do curso de Licenciatura/Bacharel em Educação Física da Universidade do Estado do Pará Campus XIII- Tucuruí, com aula ministrada uma vez por semana totalizando uma carga horária total de 80 horas ao final do semestre, tendo como professora e orientadora Ma. Prof.^a Roseane Monteiro dos Santos. A turma monitorada foi a do curso de Educação Física, ano 2022, somando 33 alunos.

Para o auxílio dos alunos durante a disciplina, ferramentas para contato como whatsapp e e-mail foram primordiais para que houvesse uma boa comunicação entre discente-monitor e aluno, com o intuito de trocar informações, materiais de estudos, experiências e sanar dúvidas rapidamente. Para realizar a produção deste relato de experiência, utilizaram-se anotações feitas pela monitora desde o planejamento elaborado juntamente com a orientadora até a execução do mesmo, contribuindo no que diz respeito a sua cognição quanto às experiências vivenciadas no decorrer da monitoria, desencadeando uma autoanálise do seu desempenho no decorrer do processo.

A disciplina contou com abordagens teórico-práticos, com finalidade de atender as necessidades do campo de trabalho, seja em escolas, academias, clubes entre outros espaços. Vale destacar que o objetivo da disciplina não é promover a formação de dançarinos, sejam profissionais ou amadores, mas como destaca Resende (2017), visa promover uma grande experiência e oportunidade, a fim de contribuir para as vivências corporais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da monitoria, percebi que a professora orientadora procurou construir um plano de ensino voltado para a melhor vivência dos acadêmicos na disciplina, possibilitando o entendimento dos mesmos na construção de movimentos corporais e coreográficos, a fim de mostrar as vertentes das práticas no campo de atuação profissional e assim tendo a oportunidade de estimular seu potencial criativo.

Além das aulas teóricas onde tiveram o conhecimento de temas importantes contidos na disciplina, tais como: o histórico da dança, processo coreográfico, espaço, tempo, ritmo, aprendizagem motora em dança e elaborações de atividades (resenhas, perguntas e respostas) baseadas em artigos, a disciplina contou com seminários e aulas práticas desenvolvidas na sala de dança da universidade, colocando em prática os conteúdos e conhecimentos adquiridos no decorrer dos temas abordados. A construção dos seminários práticos serviu também para estimular a criação de coreografias pelos próprios acadêmicos, mostrando a capacidade de criação quanto futuro profissional.

Dentro das atividades realizadas pela monitoria - frisando a parte dos seminários práticos, a participação ocorreu de forma indireta, atuando como coadjuvante do docente, observando as apresentações práticas que os alunos realizaram tendo como finalidade repassar aos colegas os movimentos corporais e a capacidade de criação, colocando em prática os

assuntos abordados em sala. Além de participar também, na elaboração e correção de uma atividade avaliativa (do tipo prova dissertativa) referente à disciplina, usando esta ferramenta como meio de observar o progresso de aprendizagem do aluno. A monitoria esteve presente também em orientações extras da sala de aula quanto aos conteúdos vistos, atuando também nas orientações das atividades e ações avaliativas como as apresentações de seminários práticos e instruções para a preparação do projeto de extensão da disciplina que é a VI Jornada de Dança, onde a mesma “[...] é composta por oficinas de capacitação, comunicações orais, mostras de dança competitiva e mostra de dança participativa tudo de forma gratuita. [...]” (MONTEIRO-SANTOS, 2022, p. 1).

Para atender os objetivos de uma nova avaliação, a monitoria tornou-se a ponte entre docente e aluno; coordenação e aluno, para atender e esclarecer dúvidas, orientar e acompanhar durante todo o processo de criação e preparação da VI Jornada de Dança, grande evento realizado pelos acadêmicos do curso de educação física do campus, dando suporte também em sugestões de figurinos, coreografias, músicas entre outros. Este suporte dado pela monitora ocorreu de forma constante através de conversas e trocas de experiências, possibilitando um vínculo entre monitor e aluno, além de proporcionar uma melhor vivência da disciplina para a turma, baseada em conhecimentos adquiridos pelo monitor-discente.

Entre essas trocas e as inúmeras atividades propostas durante o processo de formação do acadêmico, a monitoria está presente de forma global, incluindo todo o processo de ensino-aprendizagem, intencionando no discente o acréscimo nas atividades extracurriculares da universidade, na boa comunicação e na relação entre docente e monitor, de forma que possa vir a contribuir na qualidade e no aprendizado da instituição e do próprio acadêmico. FIGUEIREDO, FILIPPIN, VENDRUSCULO (2016) frisam a importância de ofertar aos monitorados orientações sobre as suas atividades a serem desenvolvidas, acompanhando o desempenho de suas tarefas e sua progressão como monitores. Por isso, é preciso que os monitores sejam preparados para cumprir todas as responsabilidades inerentes ao cargo.

A monitoria tem um papel fundamental dentro das instituições de ensino superior, pois é através dela que o aluno-monitor tem a percepção das práticas pedagógicas, com toda a bagagem adquirida no seu processo de formação nas aulas teórico-prática. O vínculo adquirido entre docente e discente durante a experiência da monitoria é de suma importância para o crescimento profissional durante a sua formação, pois como afirma FREIRE, 1996, p. 12 “[...]

ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”.

Pode-se dizer que a monitoria é uma grande contribuinte dentro da disciplina Fundamentos e Métodos da Dança, pois induz o monitor a buscar conhecimentos teóricos juntamente com o docente orientador, buscando promover o entendimento na prática à vivência corporal. Durante toda a disciplina foi proposto e alcançado, despertar no aluno a inserção da dança nos meios de atuação do campo profissional, mostrar a capacidade da criação quanto ao processo coreográfico e o conhecimento da própria cultura corporal. “A dança, sendo uma experiência corporal, dará possibilidades aos alunos de novas formas de expressão e comunicação, fazendo com que descubram a sua linguagem corporal, que irá contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.” (SOUZA, MENDONÇA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida alguma, a monitoria possibilitou aos discentes e ainda mais no monitor um grande enriquecimento na sua conduta pessoal, acadêmica o que poderá atingir positivamente nossa vida profissional, levando-o a enfrentar com mais autodomínio e encargo o trabalho de um docente, impondo a autorreflexão para esboçar práticas pedagógicas na educação física escolar e na dança, de forma que o processo venha atingir de forma direta o público-alvo.

A partir dessa vivência, entendemos mais de perto o quanto a dança tem potencial para trabalhar diversos aspectos importantes, como a criatividade, a expressão corporal, a coordenação motora, a interação social, a consciência corporal, a percepção do ritmo, entre outros. Além disso, a dança pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da autoconfiança e da auto expressão de cada indivíduo, ao mesmo tempo em que promove a cooperação e a integração social. Por isso, é fundamental que ela seja inserida na Educação Física, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos de forma integral.

Corroborou ainda o entendimento que a dança como uma prática corporal de caráter histórico, tem muito a contribuir no processo de formação escolar, pela capacidade de promover o desenvolvimento motor a criatividade e a socialização. Diante dessa análise surge a importância dos professores de Educação Física buscar e criar possibilidades de dar significado à dança dentro e fora do ambiente escolar, quebrando paradigmas sobre a manifestação corporal. Destacamos ainda que as Instituições de Ensino Superior, em especial as redes públicas, invistam em mais projetos voltados para a qualificação profissional durante a

graduação, incentivando nesses futuros docentes o interesse em adquirir conhecimentos e ampliá-los para elevar a qualidade da área no campo de atuação.

A monitoria é um dos caminhos existentes dentro do ambiente universitário que enriquece a formação do aluno ainda na sua graduação. Concluímos também de que o aluno-monitor em processo de formação hoje é o professor atuante amanhã, portanto, a sua bagagem adquirida no decorrer do processo de formação deve abraçar por inteiro com total compromisso com o seu campo profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIREDO, Thomaz da Cunha; FILIPPIN, Nadiesca Taisa; VENDRUSCULO, Alecsandra Pinheiro. Percepção dos discentes de fisioterapia acerca da monitoria acadêmica. *Fisioterapia Brasil*, v. 17, n. 5, p. 450-456, 2016.

FREIRE, Paulo. Não há docência sem discência. In: FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap. 1. p. 12.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p 42.

MONTEIRO-SANTOS, Roseane. Fundamentos e Métodos da Dança. Regulamento VI Jornada de Dança (JORDAN). Unidades de Apoio a Aprendizagem. Tucuruí: UEPA, 2022. Guia de estudo.

RESENDE, Catarina et al, Que lugar para a corporeidade no cenário dos saberes e práticas sps? *Fractal: Revista de Psicologia*, v 29, n. 2, P. 89-95, 2017.

SOUZA, Thays Kéllen Rodrigues; MENDONÇA, Weslene Freitas. Dança educação: cultura, expressão corporal e a criatividade na escola. *Anais da Jornada de Educação Física do Estado de Goiás (ISSN 2675-2050)*, v. 1, n. 2, p. 174-177, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA). CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE. EDITAL 051/2022. PROCESSO SELETIVO DE MONITORIA BOLSISTA E VOLUNTÁRIA DO CCBS/UEPA, Belém, p. 1-24, 2 maio 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA). RESOLUÇÃO Nº 2808/15- CONSUN, 18 de março de 2015. Fixa normas complementares para execução do Programa de Monitoria no âmbito de Universidade do Estado do Pará. Disponível em <<file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/Resolução%202808%20-%202015.pdf>>. Acesso em 17 de nov. de 2019.

GINÁSTICA LABORAL E SEUS ASPECTOS EMPREENDEDOR, INOVADOR E TECNOLÓGICO

**Roberto Penafort Amorim da Silva
Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/5194617.1-15

GINÁSTICA LABORAL E SEUS ASPECTOS EMPREENDEDOR, INOVADOR E TECNOLÓGICO

DOI: 10.29327/5194617.1-15

Roberto Penafort Amorim da Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar as reais contribuições da ginástica laboral (GL), segundo a literatura da área. Para isto, discutiu-se as controvérsias da GL afim de se avaliar a aplicabilidade desta no ambiente de trabalho, para então serem apresentadas soluções às lacunas ainda existentes. Tudo isto em detrimento de qual seria a importância real da aplicação da GL em funcionários a partir dos conteúdos de publicações anteriores pontuando a relevância nos aspectos empreendedores, de inovação e tecnologia da GL. Este estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica onde os dados foram obtidos unicamente através de bibliotecas digitais. Espera-se através desta pesquisa contribuir para o maior conhecimento sobre a GL no meio acadêmico e apresentar soluções para as problemáticas ainda existentes, com base nas literaturas anteriores.

Palavras Chave: Ginástica Laboral, Inovação Tecnológica, Empreendedorismo

ABSTRACT

This work aimed to identify the contributions of the labor initiative (GL), according to the literature in the area. For this, GL controversies are discussed in order to evaluate the applicability in the work environment, for then, solutions to the gaps that still exist. All this is punctual in the application of the importance of GL in resources in these working conditions from the contents of previous publications making the importance of technological approaches, innovation and technology of GL. This study was carried out through a bibliographic research where the data were obtained exclusively through digital libraries. It is hoped through this research to contribute to the greater knowledge of GL in the medium and to present solutions to existing problems, based on previous literature.

Keywords: Labor Gymnastics, Technological Innovation, Entrepreneurship

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo identificar las contribuciones reales de la gimnasia laboral (GL), de acuerdo con la literatura en el área. Para ello, se discutieron las controversias de GL con el fin de evaluar su aplicabilidad en el ámbito laboral, y luego se pudieron presentar soluciones a los vacíos aún existentes. Todo ello en detrimento de cuál sería la real importancia de aplicar GL a los empleados a partir de los contenidos de publicaciones anteriores puntuando la relevancia en los aspectos de emprendimiento, innovación y tecnología de GL. Este estudio se realizó a través de una investigación bibliográfica donde los datos se obtuvieron únicamente a través de bibliotecas digitales. Se espera que esta investigación contribuya a un mayor conocimiento sobre GL en el entorno académico y presente soluciones para los problemas aún existentes, con base en la literatura previa.

Palabras clave: Gimnasia Laboral, Innovación Tecnológica, Emprendimiento

INTRODUÇÃO

As mudanças decorrentes do desenvolvimento tecnológico vem exigindo cada vez mais dos trabalhadores atualização e adaptação às inovações perante a um mercado extremamente competitivo que, muitas vezes, exige mais do que a capacidade humana pode suportar, e esse fator associado à extensa jornada de trabalho pode influenciar no bem estar dos trabalhadores (REIS et al., 2003; AUGUSTO et al., 2008; FERNANDES; ASSUNÇÃO; CARVALHO, 2010; MENDES; LEITE, 2004; MUROFUSE; MARZIALE, 2001; CANDOTTI; NOLL; CRUZ, 2010). Além disso, assumindo que a utilização de ferramentas digitais como notebooks e tablets é essencial para a facilitação do trabalho, entende-se também que as pessoas expostas a estas condições estão sujeitas a restrição dos movimentos, má postura, iluminação inadequada e por conta disso desenvolvem doenças como bursite de cotovelo, síndrome do canal cubital, síndrome miofascial e tenossinovite dos extensores dos dedos (INSS/DC n 98).

Como resultado tem-se o afastamento dos trabalhadores de suas atividades, queda no rendimento e pode ocasionar aposentadoria por invalidez (PASTRE et al. 2007), uma vez que acidentes de trabalho não estão restritos a obras de grande porte ou atividades de alto esforço físico e risco, pois nota-se também um percentual significativo de afastamentos relacionados a problemas de ergonomia adquiridos em escritórios (USUALMED, 2017).

Assim, a Ginástica Laboral (GL) pode ser uma alternativa de contornar ou minimizar esses problemas. Segundo PRESSI e CANDOTT (2005), o aumento da produtividade, disposição, melhoria da qualidade de vida e consciência corporal podem ser efeitos da inserção da GL na rotina dos trabalhadores. Entretanto, a bibliografia ainda é controversa no que diz respeito à prevenção de lesões, segundo AUGUSTO *et al.* (2008) a GL aplicada de forma isolada, pode ser ineficaz.

Desse modo, este estudo justifica-se pela necessidade de um aprofundamento neste tema buscando pontuar os aspectos empreendedores, de inovação e tecnologia da Ginástica Laboral.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

GINÁSTICA LABORAL

A sobrevivência humana sempre foi relacionada ao bom condicionamento físico, considerando que, a ginástica revela-se como um conceito que reúne modalidades competitivas e não-competitivas resultante de uma série de exercícios que exigem força, flexibilidade e

coordenação motora para fins únicos de aperfeiçoamento físico e mental, conforme Carvalho (2007, p.16).

Os soldados da Grécia antiga já praticavam a ginástica a partir de exercícios visando a habilidade de montar e desmontar cavalos, da mesma forma que são realizadas por acrobatas circenses.

O termo ginástica tem sua origem no grego “gymnádizein”. Com uma tradução aproximada, quer dizer “treinar” e, no sentido literal significa “exercitar-se nu”, referindo ao modo de como os gregos praticavam seus exercícios.

Mergulhando ainda na história, descobrimos que as primeiras escolas destinadas à preparação de atletas para apresentações de ginástica em público e nos ginásios, foram criadas pelos gregos. Atribui-se também a eles o status que a ginástica tem como educação física, uma vez que, no sistema educativo grego ela desempenhava importante papel no que diz respeito ao equilíbrio harmônico em meio às aptidões físicas e intelectuais, concluindo-se com isso que, a sociedade como um todo é influenciada pela ginástica desde a Grécia Antiga. Temos conhecimento de que os artistas gregos eram grandes conhecedores do corpo humano, resultando com isso na produção de esculturas humanas com detalhes de perfeição.

Olhando para os nossos dias, podemos perceber a influência grega em vários espaços como, escolas, academias, centros culturais praças dedicadas ao lazer, quando percebemos o conjunto de manifestações corporais resultantes do campo de conhecimento de uma prática pedagógica, advindo de um conceito de educação física nascido na Grécia, dando-nos uma dimensão do quão tudo isso é importante para a existência humana.

Ainda na antiguidade, em Roma, o culto ao corpo através da educação física, era visto com algo satânico, sendo reservado a fins estritamente militares, praticado em palestras, a jovens com idade acima dos quatorze anos e, sendo chamada de ginástica higiênica, aplicada nas piscinas termais. Por conta desse temor e, em nome do deus da moral, os romanos decretaram o fim dos jogos olímpicos antigos, onde estava inserida a ginástica na condição de festividade e preparação. No entanto, essa medida radical acabou por satisfazer apenas parte da população, levando muito romanos a manterem o culto ao corpo através de práticas secretas de educação física. A frase “Mens sana in Corpore Sano” surgiu exatamente no período romano.

Seguindo no tempo, no contexto histórico da Idade Média, marcada pela presença do Cristianismo, houve uma rejeição das práticas de culto ao corpo. Esse período da história ficou conhecido como Idade das Trevas. Característica que foi retomada apenas no período

renascentista, onde a influência grega teve sua importância na produção de teatro de rua, o que motivou os espectadores a praticarem educação física em grupo.

Atravessando os tempos, a educação física acaba por adaptar-se a cada momento da existência humana, passando por mudanças, estágios e evoluções que chegam até a nós como a Educação Física que está presente em cada ambiente que conhecemos.

As lesões humanas, resultantes do ato de trabalhar, tem seus registros mais antigos entre os anos de 1633 a 1714, a partir da prática do médico italiano Bernardino Ramazzini que escreveu em 1700 sobre as doenças e lesões, tendo como referência, o trabalho. Sua obra “De Morbis Artificum” (Doenças do Trabalho), foi o resultado de suas observações dos locais de trabalho de seus pacientes, com o intuito de encontrar as causas de seus problemas.

A palavra Laboral deriva de “Labor”, que significa “trabalho”. De acordo com o Dicionário Aurélio, labor é um substantivo masculino e significa trabalho; atividade muito difícil e demorada. Labuta; trabalho penoso que causa muito cansaço. Etimologicamente falando a palavra labor vem do latim labor.oris.

Sesi (1996) nos dá indicativos de que a Ginástica Laboral teve seu primeiro registro em 1925, exclusivamente destinada a operários. Tempos depois, essa prática (ginástica) também surgiu na Holanda, Rússia, Bulgária e Alemanha Oriental. Contudo, a Ginástica Laboral teve sua origem no ano de 1928, no Japão, de iniciativa dos funcionários dos correios que passaram a frequentar, diariamente as sessões de ginástica com o objetivo de favorecer a saúde. Após a Segunda Guerra Mundial, todo o país passou a praticar esta atividade, o que acontece até os dias atuais nos ambientes de trabalho.

Em 1º de novembro de 1928, em comemoração à posse do Imperador Hirohito, foi regulamentada no Japão a prática do Rádio Taissô (ginástica pelo rádio), adotada com sucesso por empresas, serviços e escolas, como uma atividade diária para descontração e cultivo da saúde. Somente, na década de 1960 ocorreu a consolidação e a obrigatoriedade da Ginástica Laboral Compensatória, com o objetivo de diminuir os acidentes de trabalho, aumentar a produtividade e a melhoria do bem-estar geral dos trabalhadores japoneses (CAÑETE, 1996). Em 1969, uma equipe técnica da Fundação ISHIBRÁS, implantou nos estaleiros Ishikawajima do Brasil, no Rio de Janeiro, um programa denominado Ginástica Matinal, antes do início do expediente, em que cerca de 2.500 trabalhadores realizavam dez minutos de exercícios (REVISTA ISHIBRÁS, 1977). O Programa de Ginástica Matinal foi orientado inicialmente por métodos suecos e franceses, sendo readaptado posteriormente ao método austríaco, para a

realidade do ambiente de trabalho. O objetivo geral do programa era promover o aprimoramento físico dos funcionários e proporcionar maior disposição para o trabalho, melhorando seu estado geral.

Segundo LEITE e MENDES (2002) ‘esta grande difusão da Ginástica Laboral no Japão deve-se a adaptação de um programa de Rádio Taissô, que consiste num tipo de ginástica Rítmica, com exercícios específicos, acompanhados por uma música própria. Esta atividade acontece todas as manhãs, sendo transmitidas pelo rádio, por pessoas especialmente preparadas, e é praticada não somente nas fábricas ou ambientes de trabalho, mas também nas ruas e residências. O programa é acompanhado de palestras de curta duração sobre assuntos relativos à saúde, ao trabalho, à circulação sanguínea e ao aumento de produtividade.’

“A transmissão era feita pela rádio estatal NHK, diariamente, às 6h30m da manhã, para todo território Nacional.” (LIMA,2007)

A Ginástica Laboral foi adotada nos Estados Unidos no ano de 1968 através de “um programa visando diminuição do risco de problemas cardíacos em executivos.” (CARVALHO,2007, p.17)

Segundo Bergamaschi(2003), aqui no Brasil existiu uma experiência pioneira desenvolvida pela FEEVALE – Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, onde os exercícios tiveram base na biomecânica com o intuito de chegar ao relaxamento da musculatura. A esse processo, foi dado o nome de “Educação Física Compensatória e Recreação” objetivando ser a linha mestra para a criação de centros de Educação Física nos ambientes das fábricas. Em parceria com o Sesi, a Feevale idealizou um novo projeto chamado “Ginástica Laboral Compensatória”, o que veio a ser implantado em cinco empresas de Novo Hamburgo. O resultado não foi o esperado, devido a falta de compromisso das empresas que se responsabilizaram por implementar esse serviço.

Com a falta de apoio e tendo sua prática desestimulada nos ambientes de trabalho, a Educação Física permaneceu esquecida durante muito tempo.

Somente no ano de 1990 a Ginástica Laboral ressurgiu com força total e passou a fazer parte do ambiente de trabalho como meio para dar mais garantias aos trabalhadores. Um ano antes, em 1989, a Associação Nacional de Medicina do Trabalho, declarou que o Ministério da Saúde tinha que implantar a prática de atividades físicas como meio de prevenção de doenças crônico-degenerativas. Essa atitude da ANMT teve o apoio incondicional do sindicato dos trabalhadores, que sempre lutou pela melhoria do ambiente de trabalho em todas as empresas.

Após estes acontecimentos, em 1995 a Ginástica Laboral passou a ser vista como instrumento na melhoria da saúde física do trabalhador, reduzindo com isso os problemas ocupacionais.

Segundo Gonçalves, Silveira e Rombaldi (2000), Bergamaschi, Deuststch e Ferreira (2001), Santos (2000) e Casagrande (1999), os três tipos de Ginástica Laboral já conhecidos, classificam-se em: Preparatória ou de Aquecimento; compensatória ou de Pausa e, a de Relaxamento. Elas são assim definidas:

Ginástica Laboral Preparatória ou de Aquecimento, que é realizada antes do início da jornada de trabalho. Ela tem por objetivo despertar e preparar o trabalhador, aquecendo os grupos musculares que serão solicitadas em suas tarefas dentro da empresa, dando maior disposição e prevenindo acidentes, distensões musculares e doenças ocupacionais.

Ginástica Laboral Compensatória ou de Pausa, é realizada durante o período de trabalho, visa interromper a monotonia operacional e compensar as estruturas que estão sendo utilizadas no processo produtivo, diminuindo as tensões, agindo na prevenção de distúrbios osteomusculares, impedindo que se instalem os vícios de postura das atividades da vida diária (AVD) e do ambiente de trabalho, prevenindo com isso o encurtamento muscular, através de exercícios de alongamento específicos.

O último tipo de ginástica é a Ginástica Laboral de Relaxamento que ocorre ao término das atividades do funcionário dentro da empresa. Seu objetivo maior é aliviar a sensação de cansaço, oxigenando as estruturas musculares envolvidas nas tarefas diárias, prevenindo possíveis lesões e proporcionando aos trabalhadores um relaxamento muscular e mental.

Indiscutivelmente, a Ginástica Laboral (GL), traz muitos benefícios para as empresas e empregados. Um dos grandes ganhos para a empresa, diz respeito à sua imagem que, uma vez associada às práticas sadias de como trata seus empregados com a adoção de um programa que visa o bem estar e a saúde, a diminuição dos acidentes de trabalhos, a saúde mental dos trabalhadores, diminuição de gastos com serviços médicos, entre outros ganhos, certamente alcançará grande valor dentro do mercado de trabalho. Isso tudo, garantirá um considerável aumento no lucro da empresa, dando segurança e estabilidade a todos que participam de sua vida produtiva.

[...] A Ginástica Laboral busca minimizar os efeitos deletérios da tecnologia, compensar movimentos repetitivos, promover uma pausa ativa para combater a fadiga central e periférica, entre outros. Esses benefícios traduzem em uma maior produtividade para o empresário e melhor qualidade de vida para o trabalhador. (LEITE, 1992 apud MENDES, 2004, p. 36).

Podemos listar muito benefícios que a Ginástica Laboral pode trazer para o trabalhador. Dentre eles, a redução do nível de stress físico, aumento da circulação sanguínea, aumento da frequência cardíaca, melhoria da mobilidade e flexibilidade músculo-articular, por meio de exercícios de alongamento, estiramento, melhora da postura e coordenação motora, diminuição da fadiga muscular, diminuição das patologias decorrentes dos casos de L.E.R./D.O.R. T(Lesões por Esforços Repetitivos/ Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho); melhoria da saúde em geral.

Com relação ao estado psicológico do trabalhador, a Ginástica Laboral favorece sua autoestima, melhora sua percepção quanto sua importância nos quadros da empresa; mudança da rotina, que na maioria dos casos acaba por limitar a ação do trabalhador; além dos benefícios sociais que são traduzidos no bom relacionamento interpessoal, integração social, desenvolvimento do espírito de equipe, entre outros benefícios podem transformar pra melhor a vida do empregado no ambiente da empresa.

A inserção da ginástica laboral no Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador, no ano de 2018, fez que com ela passasse a fazer parte do contexto da saúde e segurança do trabalhador. Este dicionário é uma compilação de conceitos, definições, história e cultura relacionados ao trabalhador. Reunindo mais de 1.200 verbetes, essa publicação também contém o verbete “Ginástica Laboral”, enfatizando ainda mais sua importância em meio à comunidade da ciência. Esta obra possui escritos de 522 renomados autores de diversos países e foi organizada por René Mendes, um dos maiores especialistas em saúde ocupacional de nossos tempos. Tal fato assume ainda mais importância por incluir a ginástica laboral em uma obra que possui dentre seus propósitos, o de produzir reflexão e mobilização nacional e internacional em defesa da saúde e segurança dos trabalhadores e das trabalhadoras (MENDES,2018)

Com o objetivo de promover o debate e a pesquisa sobre a GL como instrumento de promoção e favorecimento da saúde do trabalhador, no ano de 2007 a Associação Brasileira de Ginástica Laboral (ABGL) reuniu diversos profissionais da saúde para que os mesmos fizessem uma grande reflexão sobre os aspectos estratégicos de implantação e acompanhamento de indicadores dos programas de Ginástica Laboral.

Seguindo a mesma linha, o Sistema CONFEF / CREFs “elegeu o ano de 2007 como o Ano da Ginástica Laboral em razão da importância da atividade para o trabalhador e para a sociedade de modo geral, ao prevenir doenças e promover saúde, por meio de estilo de vida ativo” (TEIXEIRA BRUNO 2018)

A ABGL (2012) define a Ginástica Laboral como “um programa de exercícios aplicados durante a jornada de trabalho, que contempla em seus objetivos específicos minimizar e compensar a sobrecarga gerada nas estruturas musculoesqueléticas; otimizar a percepção corporal e da postura; contribuir para a diminuição dos índices de acidentes de trabalho e afastamento; promover educação em saúde e estilo de vida ativo”.

PEREIRA (2013, p.28) nos indica que, “o Programa de Ginástica Laboral (PGL), tem como estratégia, interferir sobre a saúde do trabalhador por meio da orientação de informações sobre saúde, que devem acontecer diariamente, durante a realização da aula de Ginástica Laboral (GL), incentivando sempre a mudança do comportamento do mesmo(trabalhador) em relação aos seus hábitos diários.”

Logo, para o PGL seja desenvolvido com excelência, faz-se necessário a presença de um profissional plenamente capaz de aplicar sua metodologia visando prescrever exercícios, considerando a intensidade, frequência e duração, transmitindo confiança a todos aqueles que estiverem dispostos a praticá-lo, afim de alcançar uma satisfatória realização profissional sem ter que colocar a saúde em risco.

EMPREENDEDORISMO E GINÁSTICA LABORAL

Ao tomar a iniciativa de criar um empreendimento, o empresário deve estar atento à várias vertentes que farão toda a diferença nos resultados que se quer obter. Provavelmente o lucro deverá ocupar lugar de destaque, mas as condições físicas e psíquicas dos colaboradores precisam ter prioridade nas tomadas de decisões. Nesse momento entra em cena um bom e eficiente programa de Ginástica Laboral visando orientar e prevenir os problemas relacionados à postura do trabalhador. Os benefícios podem ir desde a ‘redução de índice absenteísmo, traz o aumento de lucro, diminui acidente de trabalho, previne doenças ocupacionais, traz a integração dos trabalhadores e de baixo custo de integração do programa. Já os benefícios voltados aos trabalhadores são divididos em Fisiológicos, psicológicos e sociais. Assim prevenir LER/DORT, diminui tenções generalizadas, amenizar a fadiga muscular e emocional, preveni o estresse e a condição e do estado de saúde’ (AUGUSTO, 2008; SAMPAIO, 2008)

A ginástica laboral trata-se de uma prática de atividade física realizada pelos funcionários coletivamente no próprio local de trabalho, durante a sua jornada diária de trabalho. Essas atividades são de forma terapêutica, com o objetivo de prevenir Distúrbios Musculoesqueléticos Ocupacionais (DMO), Lesões por Esforços Físicos Repetitivos (LER) e

Distúrbios Osteomusculares Relacionado ao Trabalho (DORT). Na Revolução Industrial no século XVIII essas doenças ocupacionais foram originadas como patologias ao impor um ritmo de trabalho mecânico ao homem, ocasionando uma série de movimento constantes e repetitivos, com isso o abandono do local de trabalho se torna precoce e diminuindo a sua produtividade (AUGUSTO, 2008; SAMPAIO, 2008).

Desde o início de sua carreira profissional, o trabalhador vai percebendo as mudanças que o ambiente de trabalho impõe à sua saúde física e mental. A rotina profissional vai ser decisiva no futuro do trabalhador. Um dos fatores diz respeito ao sedentarismo em que SOUZA (2015) afirma que o sedentarismo age como fator de risco para o surgimento de doenças e consequentemente tem feito com que, de forma progressiva, as pessoas solicitem auxílio médico e recorram a terapias para amenizar dores musculares, dores de cabeça, stress e vários outros sintomas resultantes das atividades diárias realizadas sob pressão nos ambientes de trabalho. Paralelamente a este processo, as instituições estão reconhecendo a importância do investimento no capital humano, preocupação essa ligada a gestão de pessoas, que tem como foco a diminuição das séries de consequências geradas pelas mudanças no trabalho e do aumento de fatores de risco, tanto para os servidores como para as instituições.

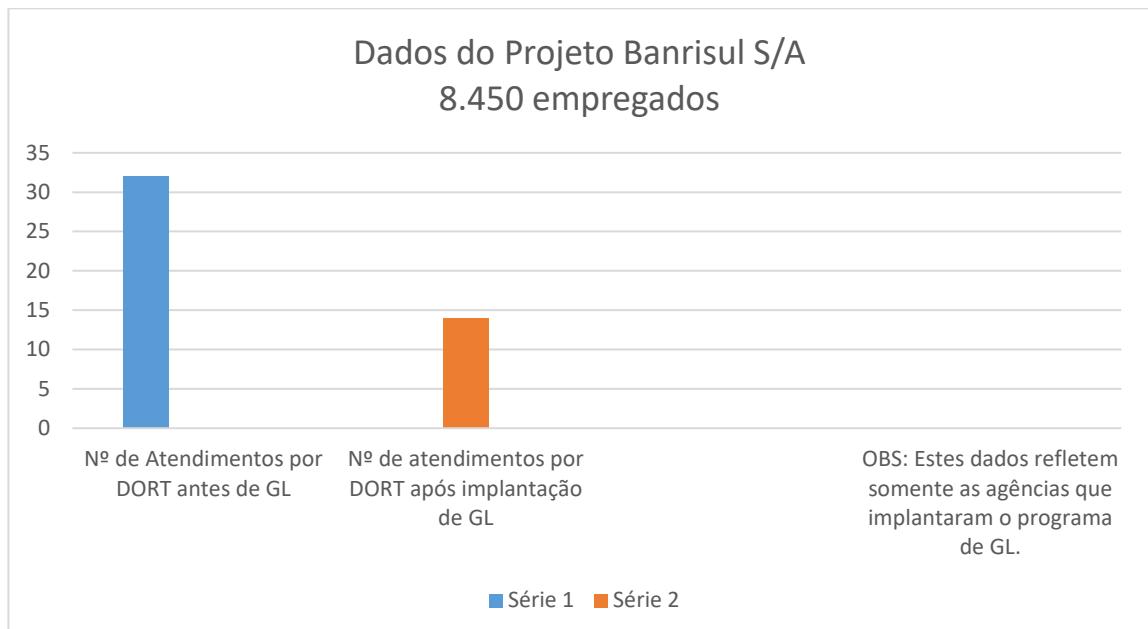
É sabido que, devido ao dinamismo existente no campo do trabalho, as pessoas tendem a estar sujeitas à mudanças de escalas de trabalho, ritmo de produção e demais fatores que incidem diretamente no bom aproveitamento profissional de cada colaborador. REIS (1998, p.21) esclarece que “entre as ferramentas utilizadas na procura desta melhoria da qualidade de vida, a Ginástica Laboral tem tomado lugar de destaque em vários segmentos”. Daí, porque esse recurso vindo sendo muito utilizado como uma grande ferramenta na busca da prevenção do aparecimento de doenças e lesões relacionadas às atividades no ambiente de trabalho.

Entre os estudos que atestam a eficácia da implantação da GL nas empresas, está o que a professora Luchese realizou no Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), empresa com quase dez mil colaboradores, na qual os exercícios orientados eram realizados durante a jornada de trabalho, no período de 2003 a 2006, foi registrada uma redução de 44% dos novos casos de LER/DORT após a implantação da Ginástica Laboral (Revista Confef, 2007). Participaram deste programa, 232 agências. Partindo desse pressuposto, evidências têm demonstrado que a Ginástica Laboral, em média, após três meses a um ano de sua implantação, em uma empresa, apresenta benefícios, tais como: diminuição dos casos de LER/DORT,

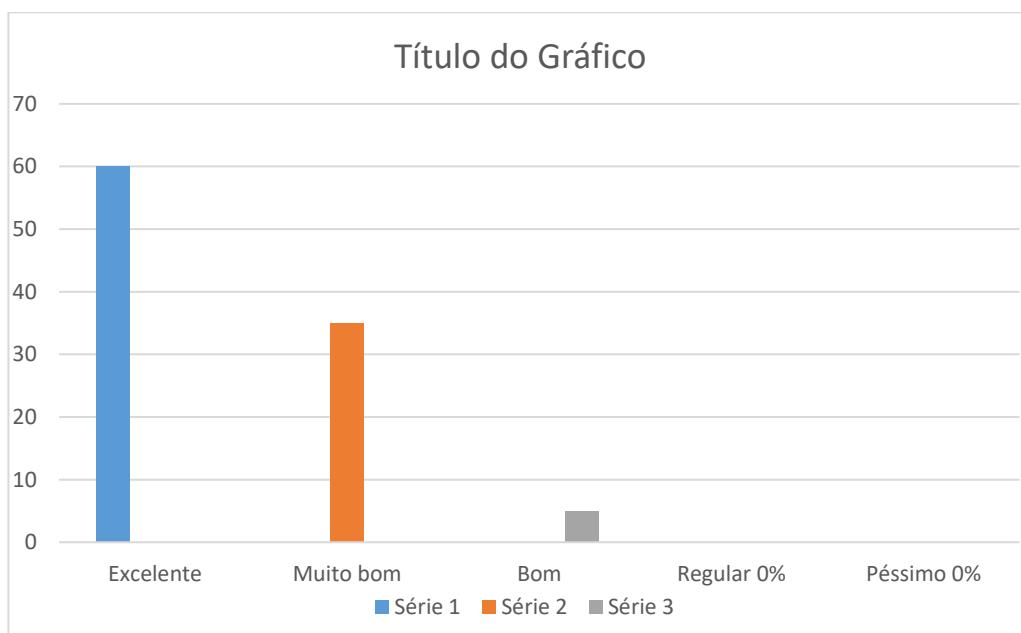
menores custos com assistência médica, alívio das dores corporais, diminuição das faltas, mudança de estilo de vida e, o que mais interessa para as empresas, aumento da produtividade.

A seguir, observaremos os dados relativos à implantação da GL no BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul, onde podemos observar a importância da presença do profissional de Educação Física enquanto peça importante no empreendedorismo.

No primeiro quadro observamos Diminuição de doenças ocupacionais. • Redução em 44% de novos casos de LER/DORT após implantação da GL.



Já no segundo quadro, observamos a (...)satisfação do quadro funcional em relação ao desempenho do Profissional de Educação Física:



A revista Confef acredita que, ‘(...) a prática regular de atividade física, associada à adoção de outras atitudes saudáveis, são fatores primordiais para o controle dos níveis de estresse e manutenção da saúde física e emocional, além do Programa de Ginástica Laboral, o Banrisul desenvolve, desde 2000, o programa VIVENDO COM SAÚDE – BANRIFTNESS. O programa reúne, geralmente no final de semana, centenas de pessoas, colaboradores, familiares e convidados da comunidade para participar de atividades físicas, informativas e recreativas, caminhadas orientadas, avaliação física e postural, entre outras. São mais de 35 oficinas por evento, além das atividades esportivas. Todas ministradas por Profissionais de Educação Física. O número de eventos anuais, desde de 2000, saltou de 01 para 07, totalizando 33 eventos no período’. Também foi feito o levantamento de empregados da empresa Banrisul S.A. que realizam atividades físicas fora da empresa. No Ano de 2004 foi um percentual de 77% e 79% em 2005. (Revista CONFEF 2007)

Não obstante o esforço das empresas em oferecer um ambiente cada vez mais saudável para o trabalhador, sempre haverá algum ponto a ser observado e revisto para que se alcance o ideal para a prática das atividades laborais. Segundo Lacombe (2005), até metade do século XX, as pessoas trabalhavam para “ganhar a vida”, hoje é o trabalho que ganha a vida de grande parte dos indivíduos. É inquestionável, mas correto afirmar que, nos dias atuais a maioria das pessoas é consumida pelo trabalho, tornando-o uma finalidade na vida humana. Percebe-se, portanto, que o trabalho ganha a atenção das pessoas como prioridade, essencialidade e assume o controle da vida humana. Qualidade de vida no trabalho está relacionada as ações desenvolvidas pelas empresas, a fim promover melhorias nas condições trabalho dos empregados.

O esforço histórico para oferecer estas melhorias acompanham vanguarda das decisões que caminham neste sentido. Para Freire (2013) com o desenvolvimento do mundo e a sua globalização, as empresas passaram a ver que não mais são as tecnologias que possuem os fatores preponderantes para o seu sucesso, cada vez mais, as empresas entendem que o capital intelectual que possuem fazem toda a diferença nesse contexto. Um dos aspectos que influenciou no avanço das políticas voltadas a QVT, foi a economia globalizada que exerce uma pressão contínua em relação a capacidade de adaptação das pessoas aos novos métodos de trabalho e tecnologias, com isso tornou-se uma exigência a aplicação de alguns modelos que tivessem como objetivo facilitar mudanças no estilo de vida, combinando ações e campanhas para a consciência, comportamento e envolvimento, capazes de prevenir doenças, não só as

tradicionalis, mas também aquelas trazidas com a modernização como: estresse, depressão, assédio, ansiedade, entre outros (FREIRE, 2013).

Esse males causados à saúde dos trabalhadores acabam por contaminar também a vida social das pessoas. Abalam a família, as relações de amizade e parceria. A GL pode ser o diferencial neste cenário pois, segundo os especialistas, ‘as atividades físicas reduzem a ansiedade, melhoram o bem-estar, o humor, a disposição, reduzem a depressão, o estresse e estados emocionais negativos, aumentam a capacidade imaginativa ou criativa, reduzem a tensão, melhoram a autoestima e o autoconceito e facilitam o funcionamento cognitivo. Além disto, aumentam a sensação de autonomia e eficácia das pessoas bem como a autoconfiança. O que gera maior motivação e energia para enfrentar os desafios. Consequentemente, o indivíduo valoriza mais seu trabalho e compromete-se realmente. As pessoas que praticam alguma atividade física, mesmo que seja por 10 minutos, três vezes por semana percebem a importância de cuidar de outros aspectos de sua saúde, tais como o controle do peso e a qualidade da alimentação’ (CAÑETE, 1996).

No ambiente de uma empresa, a presença dos profissionais de Educação Física pode ser um fator que vai trazer um grande diferencial nos resultados que se pretendem alcançar. É o que estamos tentando comprovar com todo este trabalho. O combate dos males que contrariam o bom rendimento profissional. ‘Um fator importante no que tange resultados positivos para qualidade de vida seriam as mudanças de estilo de vida do indivíduo. Está claro para a sociedade que o sedentarismo é um dos principais fatores de risco para doenças precoces e incapacitantes que acabam por afastar o trabalhador da sua vida laborativa. A favor do sedentarismo, está o avanço da tecnologia que leva cada vez mais o ser humano a posturas estáticas, contrariando as necessidades do corpo em movimento. E a quem cabe informar, conscientizar e educar para a prática regular de atividades físicas? Certamente que a um Profissional de Educação Física habilitado. Outro fator que colabora cada vez mais para a presença do Profissional de Educação Física nas equipes de saúde das empresas, é a preocupação cada vez maior dos empresários pela vida de seu colaborador fora do ambiente de trabalho. A cada dia que passa, mais empresas percebem que os familiares dos colaboradores podem ser a extensão de sua empresa. Portanto, é comum encontrarmos empresas que preveem em seus orçamentos anuais investimentos em atividades esportivas e recreativas envolvendo familiares, fora da jornada de trabalho e que são totalmente organizadas por Profissionais de Educação Física em conjunto com o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho). Cabe ressaltar,

nesse ponto específico que estamos abordando o projeto, programa de saúde, ou programa de qualidade de vida do trabalhador (Revista CONFEF 2007).

Não obstante o esforço de toda uma classe de profissionais de Educação Física, que busca inserir o desenvolvimento de projetos de GL nas empresas Brasil a fora, ainda percebemos dificuldades em alguns setores no tange essa implementação. Podemos citar aqui uma entidade do setor público, foco de um artigo publicado no XXVI ENGENEP, que aconteceu em Fortaleza-CE, no ano de 2006, onde o objetivo do artigo foi ‘identificar as dificuldades e os fatores culturais envolvidos em um processo de implementação de um programa ergonômico e ginástica laboral em uma instituição pública. Pesquisa foi realizada na Receita Federal.’

Sabemos que precisaríamos de mais tempo para realizarmos uma imersão específica nesse tema. Daí, que escolhemos citar apenas um trecho deste artigo que discorre sobre os ‘obstáculos e dificuldade enfrentados no processo’ de implementação de um programa de GL.

Relativo ao fator cultural, o artigo revela a percepção da organização como um todo, visando a necessidade de mudança de atitudes e condições ergonômicas utilizadas naquele momento de implementação do programa, levando a conclusão de que está havendo um prejuízo à saúde daqueles que atual na organização.

O estudo apresenta a seguinte tabela, denunciando o número de casos de afastamento da Delegacia da Receita Federal de Ponta Grossa – RS. ‘Os índices de afastamento por DORT’S e por problemas psicológicos nos últimos três anos evidenciam não só a necessidade de mudança de hábitos individuais, mas uma mudança de cultura no ambiente organizacional, para que a saúde e a qualidade de vida até então negligenciadas passem a fazer parte do cotidiano dessas pessoas e da cultura organizacional da instituição.’

Ano	Número de afastamento na unidade	Número de afastamentos problemas musculoesqueléticos	Número de afastamentos problemas psicológicos
2004	42	24	18
2005	23	12	11
Dados Abril 2006	10	08	02

Fonte: Divisão de gestão de pessoal da delegacia da Receita Federal – Ponta Grossa (2006)

Segundo DEJOURS (1992), a organização ao racionalizar o trabalho, sequestra o corpo e a saúde do trabalhador e mostra como resultado, distúrbios orgânicos e psíquicos, ao violar todos os ritmos próprios do corpo. Existem vários levantamentos que dão margem à hipótese que existem estreitos laços entre a qualidade de vida do trabalho e a qualidade de vida em geral (GRANDJEAN, 1998).

Sendo o fator cultural algo determinante na implementação da GL nas empresas, subentende-se que a cultura forte de uma sociedade pode fazer toda a diferença no momento de termos instituições com seus quadros desenvolvendo suas funções de forma de a alcançar uma plena satisfação. ‘Uma cultura forte demonstra um sistema de valores coeso e alto controle comportamental (ROBBINS, 1999). Quando a valorização da qualidade de vida no trabalho for absorvida pela cultura da organização, esse mesmo controle comportamental que na implementação do programa foi um fator gerador de dificuldades e resistências agora passa a interagir a favor’.

INOVAÇÃO E GINÁSTICA LABORAL

Considerando o crescimento da produção acadêmico-científica relacionada à GL e sua aplicação no ambiente de empresas é que objetivamos apresentar aqui alguns caminhos percorridos para que esse conhecimento tenha sido construído e aplicado. A própria existência da Associação Brasileira de Ginástica Laboral (ABGL) comprova esse crescimento, através do registro de muitos trabalhos apresentados em congressos, de artigos e de livros científicos, além da procura constante por cursos de extensão que abordam tal temática LIMA (2018).

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) promoveu o ano de 2007 como o Ano da Ginástica Laboral. Naquela ocasião, a GL foi apresentada ‘como uma proposta para empresas em busca de melhor desenvolvimento de seus recursos humanos e que, adotava abordagens de Educação Física, de Fisioterapia, de Medicina do Trabalho, de Psicologia e de Ergonomia’ LIMA (2018).

Os eventos daquele ano promoveram os benefícios da GL apontados por DA COSTA (1990), e consolidados em trabalhos de atualização por DA COSTA, BARA FILHO e RIBEIRO (1998). Melhoria e promoção da saúde; maior benefício e segurança social; humanização do local de trabalho (que poderá se estender a toda a sociedade); melhoria do desempenho profissional; diminuição de acidentes de trabalho, de rotatividade e de

absenteísmo; aumento da produtividade e da qualidade do trabalho; controle do estresse; melhoria da qualidade de vida.

No início dos anos 1900, quando o Brasil mergulhou na Revolução Industrial, os seres humanos ainda eram incluídos no processo de produção como mais um recurso produtivo, ou seja, o homem nada mais era do que uma máquina que operava outra máquina. Robert Owen e Andrew Ure foram os primeiros nomes a representarem uma filosofia pioneira, que levasse em consideração o fator humano no esforço da produção. Robert Owen, em 1800, foi talvez o primeiro industrial a se preocupar com as necessidades dos trabalhadores. Já Andrew Ure, em 1835, publicou o livro Filosofia da Indústria, no qual apontava aos industriais da época o fator humano e sua importância para o processo produtivo (FERREIRA, 2002).

Essa preocupação acompanhou a evolução dos métodos que utilizam a GL para proporcionar o bem estar do homem em seu ambiente de trabalho. Visando adequar um programa de GL à sua realidade, muitas empresas buscam desenvolver programas específicos para atender seu quadro funcional. Um dos exemplos está no sistema FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que implantou um programa inovador de promoção da saúde através de tecnologias interativas, visando também a redução de despesas com a saúde do trabalhador.

(...) o Sistema Fiep, por meio do Sesi no Paraná, lançou o Movimente-se+, um programa de ginástica laboral com aulas semipresenciais e online, que utiliza jogos de videogame para estimular os colaboradores. Pelo programa, os trabalhadores têm aulas diárias (de no máximo 15 minutos) de ginástica laboral. Para isso, a empresa precisa ter um espaço disponível para a atividade, pois o professor passa os exercícios de maneira remota em tempo real, que acontecem ao vivo. No Movimente-se+, 75% das aulas são online e o restante com a presença do professor na empresa para acompanhar as atividades dos alunos AGENCIA FIEPE (2018).

Segundo a técnica de Negócios do Sesi, Aline Correa Lima ‘Outro diferencial está na utilização de um jogo, com sensor de movimentos que é instalado na sede da empresa. São séries de exercícios de no máximo cinco minutos, que estimulam o interesse pelo programa, de forma ‘gameficada’ e interativa’. Segundo ela, o aluno evolui ao longo do jogo de forma progressiva, pontuando a cada dia. “Além disso, o colaborador também recebe informações sobre saúde, vídeos e podcasts. Tudo pode ser acessado através do aplicativo de celular que, além do conteúdo extra também apresenta monitoramento de passos e de indicadores de alimentação”, (...) O aplicativo promove ainda uma “competição saudável” entre os colaboradores, pois cada atividade realizada pelo programa conta pontos para as equipes participantes, estimulando a adesão em toda a proposta. As aulas do Movimente-se+ podem ser

contratadas por empresas e indústrias de qualquer tamanho e têm uma mensalidade em média 45% mais acessível do que a ginástica laboral tradicional. AGENCIA FIEPE (2018).

Considerando que a GL pode oferecer uma nova realidade na vida do trabalhador, toda qualquer inovação deverá ter como norte:

- Promove o combate e a prevenção das doenças ocupacionais (LER/DORT);
- Promove a sensação de disposição e bem-estar para a jornada de trabalho;
- Possibilita uma melhor utilização das estruturas óssea, muscular e articular, com maior eficiência e menor gasto energético por movimento específico, reduzindo a sensação de fadiga ao final da jornada de trabalho;
- Melhora a atenção e a concentração nas atividades desempenhadas, reduzindo os riscos de acidentes de trabalho;
- Melhora na flexibilidade, força, coordenação, agilidade e resistência, promovendo uma maior mobilidade e melhor postura;
- Melhora da autoestima e da autoimagem;
- Melhora as relações interpessoais, favorecendo o relacionamento social e o trabalho em equipe;
- Redução dos índices de sedentarismo;
- Combate às tensões emocionais (estresse, depressão, ansiedade);
- Desenvolvimento de uma maior consciência corporal.

Tendo esses pressupostos por base, a iniciativa de implantar alguma inovação que atenda uma demanda voltada para a GL, exige uma atenção especial do perfil do profissional que vai executar o projeto. ‘Para atuar no crescente mercado de trabalho oferecido prática de Ginástica Laboral, é fundamental que o Profissional de Educação Física tenha sólidos conhecimentos nas áreas de fisiologia do exercício, ergonomia, técnicas de relaxamento, alongamento, segurança do trabalho, medicina ocupacional, massagem e dinâmicas de recreação e lazer. Ele também precisa de visão empresarial e conhecimentos da área administrativa.

A Prof. Sonia Marina Tavares da Costa, pós-graduada em Administração Esportiva pela FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais de São Paulo, especializada em Dinâmica Organizacional pela Fundação Getúlio Vargas e sócia-diretora da Supporte Assessoria Esportiva Empresarial, revela que ‘A falta de informação e qualificação do profissional na área administrativa tem dificultado e muito a gestão dos negócios em Educação Física, tendo em vista que são muitas as necessidades a suprir quando se assume um contrato.’

O Profissional de Educação Física pode atuar nas Empresas como pessoa física ou jurídica. Sobre este ponto, a Prof. Sonia diz que o trabalho do Profissional especializado em Ginástica Laboral difere do trabalho realizado em academias, clubes e escolas. Em ambos os casos o Profissional deve ser habilitado, mas para atuar na área empresarial é necessário ter visão de negócio. Saber elaborar custos, prever despesas fixas, folha de pagamento, despesas administrativas, jurídicas e calcular a margem de lucro. A falta de análise nestes quesitos pode inviabilizar a prestação do serviço. Ela acrescenta que o profissional precisa saber qual é o foco do negócio e conhecer o perfil da empresa, seu segmento e cultura. Ou seja, ele precisa adaptar-se ao Cliente. Também é necessário que esteja atualizado. CONFEF (2004).

Mas do que implantar um novo método de programa de GL, o profissional que buscar inovar na aplicação desse serviço no meio empresarial ou em qualquer outro nível da cadeia produtiva, precisará ter conhecimento sobre a Ergonomia, que é o conjunto de regras e procedimentos que estudam a organização do ambiente de trabalho e as interações entre o homem, as máquinas e equipamentos.

O termo ergonomia vem das palavras gregas ergon, que significa trabalho, e nomos, que significa normas, leis, regras (MÁSCULO; VIDAL, 2011; SOUZA; MAZINI FILHO, 2017). Na Grécia antiga existia para palavra trabalho dois sentidos, um que designava escravo de sofrimento, ponos, e ergon que designava o trabalho de criação, satisfação e motivação. Assim, o objetivo da ergonomia é justamente transformar o trabalho ponos em ergon, atuando na melhoria das condições de saúde e bem-estar dos indivíduos em seu ambiente de trabalho. Essa atuação deve atender a todos e ser interdisciplinar, exigindo conhecimento do trabalho, do colaborador, do ambiente e da organização (MICHEL, 2000, apud ALVAREZ, 2002).

A primeira definição de Ergonomia foi feita em 1857 por um cientista polonês, Wojciech Jastrzebowski, quando publicou o trabalho intitulado em português como “Ensaios de ergonomia ou ciência do trabalho baseado nas leis objetivas da ciência sobre natureza”. (PEREIRA, 2003; MÁSCULO; VIDAL, 2011;). Segundo Másculo e Vidal (2011),

Jastrzebowski definiu ergonomia “como uma ciência do trabalho requer que entendamos a atividade humana em termos de esforço, pensamento, relacionamento e dedicação”.

Segundo a International Ergonomics Association (IEA, 2018), “ergonomia (ou fatores humanos) é a disciplina científica relacionada com a compreensão das interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema, e a profissão que aplica teoria, princípios, dados e métodos para projetar a fim de otimizar o bem-estar humano e o desempenho geral do sistema.”.

A ergonomia caminha em todos os aspectos que interagem com as pessoas, ajudando na harmonização entre eles em termos de suas necessidades, habilidades e limitações (Figura 1). Sua abordagem é holística levando em consideração fatores físicos, cognitivos, sociais, organizacionais, ambientais e outros fatores considerados importantes (IEA, 2018).

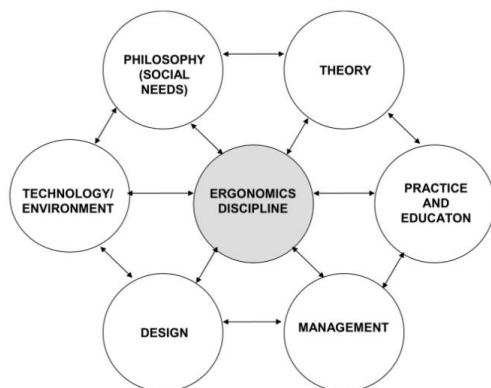
Figura 1 – Aspectos que interagem com as pessoas



Fonte: IEA (2018).

Segundo Karwowski (2005), os fatores humanos (ergonomia) é a disciplina que se concentra na natureza das interações entre humanos e sistemas, sendo vista na perspectiva unificada da ciência, engenharia, design, tecnologia e gestão de sistemas humanos. O autor traz as dimensões gerais definidas da disciplina, Figura 2:

Figura 2 – Disciplinas gerais da ergonomia.



Fonte: Karwowski (2005).

A IEA aborda que há três domínios de especialização dentro da disciplina de ergonomia:

1. Ergonomia Física: estuda a relação às características anatômicas, antropométricas, fisiológicas e biomecânicas humanas relacionadas à atividade física, sendo analisadas na postura de trabalho, manuseio de materiais, movimentos repetitivos, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, layout do local de trabalho e saúde e segurança do trabalho;

2. Ergonomia Cognitiva: se ocupa em estudar as interações nos seres humanos e nos elementos do sistema de trabalho de processos mentais, como percepção, memória, raciocínio e resposta motora, que incluem carga de trabalho mental, estresse no trabalho, tomada de decisão;

3. Ergonomia Organizacional: se preocupa com a otimização de sistemas sócio técnicos, estruturas organizacionais, políticas e processos, por meio de melhorias na comunicação, gerenciamento de recursos da equipe, projeto de trabalho, design de horários de trabalho, trabalho em equipe, design participativo, ergonomia da comunidade, trabalho cooperativo, novos paradigmas de trabalho, organizações virtuais, e gerenciamento de qualidade.

Em qualquer caso, o profissional especializado em Ginástica Laboral precisa ter ampla visão de negócio, com vistas na entrega de um produto que possa ter plena satisfação, não correndo o risco de prejudicar a saúde do trabalhador e contrair sérias consequências na área trabalhista.

TECNOLOGIA E GINÁSTICA LABORAL

A história nos mostra que, vários recursos tecnológicos já foram e vem sendo utilizados na implementação de programas e projetos que visam a implantação da Ginástica Laboral no âmbito dos ambientes de trabalho. ‘A necessidade da prática de exercícios físicos no local de trabalho remonta a Revolução Industrial (Inglaterra, século XVIII). A partir desta época, o número de funcionários com Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho (L.E.R./D.O.R.T.) aumentou consideravelmente. O advento de novos processos de produção trouxe em seu bojo mudanças consideráveis no ambiente de trabalho. Mais recentemente, a Era da Informática acentuou estas mudanças e catalisou suas consequências. Os “Tempos Modernos” impuseram uma nova rotina aos operários, que

geralmente têm uma vida sedentária, passando muitas horas na mesma posição e quase sempre repetindo movimentos milhares de vezes por dia.' (CONFEF, 2007)

O início dos anos 1900 foi marcante para a implementação da GL nos ambientes de trabalho. E, o uso do Rádio foi fundamental para que os japoneses pudesse atingir um considerável número de pessoas na prática de ginástica com a finalidade de combater as doenças advindas do ambiente laboral. 'No dia 1º de novembro de 1928, em comemoração à posse do Imperador Hirohito, foi regulamentada no Japão a prática de Rádio Taissô (ginástica pelo rádio), adotada por empresas, serviços e escolas, como uma atividade diária para descontração e cultivo da saúde(...) Em 1978, foi formada no Brasil a primeira Associação de Rádio Taissô, como uma divisão da Associação dos Lojistas da Liberdade (SP), em comemoração aos 70 anos da imigração japonesa no país. Várias empresas de origem japonesa adotaram a metodologia em suas linhas de produção. Com o passar dos anos, esse modelo acabou recebendo adaptações para se adequar melhor ao perfil dos trabalhadores brasileiros, iniciando um processo de abertura para a contratação de profissionais de Educação Física.' (LIMA & MEJIA)

De acordo com Ministério da Educação (1990, p.193),

No Brasil, a GL foi introduzida em 1969 por executivos nipônicos na Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A. (Ishibrás), localizada no Rio de Janeiro. Conforme o depoimento de um dos trabalhadores desta empresa, "há uma ginástica matinal, realizada diariamente, às 07h30 min., com a participação de 4300 funcionários". Ao som do "Concerto número 1 para piano e orquestra de Tchaikowsky", transmitido pelo serviço de alto-falantes, os empregados são dispostos em grupos, ao ar livre, de acordo com a seção a que pertencem.

A forte tradição que o rádio possui no Brasil, favoreceu a utilização do mesmo na prática da GL no ambiente de trabalho, uma vez que, devido às grandes distâncias que compreende o território nacional, faz com que a cultura de ouvir este aparelho, acaba por atrair as pessoas para os conteúdos de que dele provem.

'Um projeto chamado Movimento de Educação Base (MEB), de 1950 a 1960, tentou resgatar os ideais do rádio educativo proposto por Roquette-Pinto, consistia em utilizar a metodologia de Paulo Freire para alfabetizar agricultores das regiões Norte e Nordeste.

A comunicação, compreendida como troca de conhecimentos, possui uma dimensão educativa que deve ser levada em conta já que educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE; 1992, p.69).

O projeto acabou sendo interrompido em 1964, por ocasião da ditadura militar, que durou quase 30 anos, período em que o país viveu a limitação dos direitos civis dos cidadãos,

os veículos de comunicação foram um dos principais alvos do novo regime. Mesmo assim, o governo militar continuou a se interessar pelo uso do rádio como uma ferramenta educativa, propondo o Projeto Minerva, um programa obrigatório, veiculado em cadeia nacional durante cinco horas semanais. O projeto terminou no início da década de 1980, pela escassez de resultados concretos mensuráveis.

Do tradicionalismo do rádio ao uso da internet para executar seu programa de Ginástica Laboral. Esse é o caminho que os profissionais de Educação Física têm seguido com fins do uso das tecnologias em favor da aplicação do seu trabalho. Foi assim que o Sistema Fiep resolveu colocar em prática seu programa de GL afim de atender todos os seus colaboradores, quer estivem presentes fisicamente ou de forma virtual. Foi o que publicou a página da Agência Sistema Fiep no ano de 2018, quando do lançamento do Programa Movimente-se+, que visa realizar aulas de ginástica laboral ‘com aulas semipresenciais e online, que utiliza jogos de videogame para estimular os colaboradores.’ Agência Sistema Fiep (2018).

Ainda sobre o uso de tecnologias contemporâneas, sabemos que o videogame é uma ferramenta tecnológica muito utilizada, em especial por jovens, adolescentes e crianças. Talvez, a ‘falta de tempo’ dos adultos pode ter despertado o interesse na sua aplicação em favor da Ginástica Laboral.

‘Pelo programa, os trabalhadores têm aulas diárias (de no máximo 15 minutos) de ginástica laboral. Para isso, a empresa precisa ter um espaço disponível para a atividade, pois o professor passa os exercícios de maneira remota em tempo real, que acontecem ao vivo. No Movimente-se+, 75% das aulas são online e o restante com a presença do professor na empresa para acompanhar as atividades dos alunos. Outro diferencial está na utilização de um jogo, com sensor de movimentos que é instalado na sede da empresa. São séries de exercícios de no máximo cinco minutos, que estimulam o interesse pelo programa, de forma ‘gameficada’ e interativa”, explica a coordenadora técnica de Negócios do Sesi, Aline Correa Lima.’ Agência Sistema FIEP (2018).

Ante o seu emprego para qualquer finalidade dentro do espaço laboral, a GL em si, já é uma grande ferramenta que pode estar presente nos mais diversos ambientes e realidades do cotidiano humano. A proposta metodológica apresentada por Ariane Carvalho Mello e pelo Dr Odair Menuzzi, durante o EnlicSul – Encontro de Licenciaturas da Região Sul II Pibid/Sul – Práticas de iniciação à docência na região sul: enfoques, avaliação e perspectivas II Seminário Institucional Pibid/Unisinos Comunicação Científica de Iniciação à Docência, nos mostra o emprego da GL em um ambiente de aulas de Matemática, onde objetivou-se ‘tornar a sala de aula um ponto de encontro atrativo aos discentes. O exercício físico é uma prática que os jovens realizam com pouca frequência, o cansaço a preguiça ou a falta de tempo são algumas das

inúmeras justificativas que se é dada quando se propõe uma atividade diferenciada, que lhes exige maior esforço ou inquietação.' II Pibid/Sul & II Pibid/Sul (2017).

Masetto (2003) pressupõe que “mais abrangente que técnicas parece ser o termo estratégia, para indicar os meios que o professor utiliza em aula para facilitar a aprendizagem dos discentes”. A proposta pedagógica propõe aproveitar todos os recursos existentes na sala de aula, partindo desde (...) a organização do espaço em sala de aula, das carteiras até a preparação do material a ser utilizado, por exemplo, recursos audiovisuais, visitas técnicas, internet, etc., ou uso de dinâmicas de grupo, ou outras atividades individuais. (...) Visto a importância e os impactos positivos que uma série de exercícios pode causar em um ambiente escolar e os aspectos sociais e cognitivos que pode ser abordado, buscou-se durante o primeiro Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática, desenvolver com os alunos de sétimo ano do ensino fundamental, uma aprendizagem de formato estratégico incomum às aulas tradicionais de Matemática.’

A proposta do uso da GL duas as aulas de Matemática apresentada no II Pibid/Sul & II Pibid/Sul (2017) ‘pretende ter por duração de cinco a dez minutos, uma vez por semana, onde o principal objetivo é fazer retomadas de conteúdos a partir de uma atividade em que os discentes possam compartilhar uns com os outros, exercitar-se e apropriar-se dos conhecimentos vistos durante a semana.’ A metodologia da proposta defende que ‘O uso da Ginástica Laboral pode ser um grande aliado nas aulas de Matemática, visto que é possível adaptar vários conteúdos aos seus exercícios. Por exemplo, revisar as regras de sinais das quatro operações matemáticas utilizando o corpo e a mente como instrumento de cálculo, onde o aluno reconhece o lado direito do seu corpo como o sinal positivo e o lado esquerdo como o sinal negativo, alternando exercícios corporais com o lado positivo e negativo, podendo calcular quaisquer operações através das orientações do professor. Para Frison (2000), “como na escola o aprendizado é um resultado desejável, é o próprio objetivo do processo escolar, a intervenção é um processo pedagógico privilegiado. O professor tem o papel explícito de intervir e provocar nos alunos avanços que não correriam espontaneamente”.

Em todos os casos aqui descritos e exemplificado, existe algo em comum no uso de qualquer tecnologia em favor dos trabalhadores: a qualidade de vida. A qualidade de vida refere-se ao nível de funcionamento comparado ao que se considera ideal pelo indivíduo (CELLA; TULSKY, 1990, apud RAMOS-CERQUEIRA; CREPALDI, 2000). Pode também ser entendida como a quantificação do impacto que a doença causa na vida e no bem-estar do

paciente, de forma padronizada (JONES, 1995, apud RAMOS CERQUEIRA; CREPALDI, 2000).

Segundo Pereira et al.(2012), os conceitos mais aceitos de qualidade de vida abordam múltiplas dimensões e fatores discutidos, como o conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), em que a qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos se tem suas necessidades satisfeitas, ou se estão sendo negadas as oportunidades para alcançar a felicidade e a auto realização, independentemente de sua saúde física ou condição social e/ou econômica (OMS, 1998).

A sobre qualidade de vida da World Health Organization Quality of Life (WHOQOL), é de que “a qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida dentro do contexto cultural e do sistema de valores em que ele vive e com respeito aos seus objetivos, expectativas, normas e preocupações.” (THE WHOQOL GROUP, 1996, apud OMS, 1998). É um conceito abrangente e complexo, pois envolve e interliga diversos aspectos essenciais com o meio ambiente: saúde do estado físico e psicológico, nível de independência, relações sociais e crenças pessoal.

Existem muitas outras definições que caracterizam a qualidade de vida, apontando para conceitos que dão o direcionamento para a tomada de decisões e, assim garanti-la com o uso diverso de ferramentas, não importando se elas são tradicionais ou com tecnologia de ponta. O importante é que garanta o que mais o trabalhador deseja ao realizar o seu trabalho: sua plena satisfação com a garantia de ‘um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade’ Organização Mundial da Saúde (OMS).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa caracteriza-se pela busca de trabalhos pertinentes de outros pesquisadores, que possam contribuir de maneira eficiente com a análise da problemática da pesquisa em questão, sendo estes livros, artigos, teses etc. (SEVERINO, 2007).

Os dados para essa pesquisa foram obtidos através de livros, coletânea de textos, teses, dissertações e periódicos (LIMA; MIOTO, 2007). Todas as informações para a produção deste trabalho foram buscadas em bibliotecas digitais.

A análise foi determinada pela obtenção de dados através da leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura seletiva, leitura reflexiva e crítica e leitura interpretativa, que se configuram como ferramentas essenciais para a pesquisa bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este trabalho, queremos enfatizar o indispensável papel que a Ginástica Laboral exerce como ferramenta que favorece diretamente o modo de vida do trabalhador em seu aspecto físico ou mental. Os estudos e direcionamentos resultantes de toda pesquisa e reflexões feitas até aqui, não esgotam de maneira alguma todo o arcabouço de conteúdos existentes ou que estão em processo experimental em algum projeto de implantação da GL em algum ambiente de trabalho. Certamente que outros experimentos e reflexões que estão por serem publicados, deverão aprofundar ainda mais o pensamento acerca da importância de garantir o bem estar e qualidade de vida de tantos trabalhadores que enfrentam rotinas de trabalho que os expõem às mais diversas situações de risco à saúde.

Ao buscar mostrar os meandros da aplicação de programas de GL que utilizam as mais diversas tecnologias, técnicas e ferramentas para este fim, percebemos que vanguarda está no uso da internet, pelo profissional de Educação Física, como meio para chegar até aqueles que necessitam de uma atenção especial quando o assunto é a garantia da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Percebemos que o modo tradicional de execução de programas de GL vem dando lugar à métodos mais modernos e que se aproximam cada vez mais da realidade dos trabalhadores.

Logo, a evolução na busca do melhor método, da melhor ferramenta para implementar um eficiente programa de GL, remete ao profissional de Educação Física um papel cada mais importante e decisivo na garantia da qualidade de vida em qualquer ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGENCIA FIEPE, Sistema FIEP lança programa inovador de ginástica laboral online para empresas. 19 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciafiep.com.br/2018/04/19/sistema-fiep-lanca-programa-inovador-de-ginastica-laboral-online-para-empresas/>

Agência Sistema Fiep. Sistema Fiep lança programa inovador de ginástica laboral online para empresas. 19 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciafiep.com.br/2018/04/19/sistema-fiep-lanca-programa-inovador-de-ginastica-laboral-online-para-empresas/>

AUGUSTO, V. G.; SAMPAIO, R. F.; TIRADO, M. G. A; MANCINI, M. C; PERREIRA, V. F. Um olhar sobre as lesões no contexto clínico do fisioterapeuta: Revista Brasileira de Fisioterapia, São Paulo, v.12, n. 1, p. 49-56, jan/fev., 2008.

AUGUSTO, V.G. et al. A look into Repetitive Strain Injury/Work-Related Musculoskeletal Disorders within physical therapists clinical context. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v.12, n.1, p.49-58, jan./fev. 2008.

BERGAMASCHI, E. C; DEUSTCH, S.; FERREIRA, E.P. Ginástica Laboral: eficaz na redução de dores localizadas? Simpósio Internacional de Ciências do esporte: Vida ativa para o novo milênio, 23, 2001. Anais ... São Paulo: Celafiscs, 2001.

CANDOTTI, C.T.; NOLL, M.; CRUZ, M. Prevalência de dor lombar e os desequilíbrios musculares em manicures. Revista Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.125-40, jan./jun. 2010.

CAÑETE, Ingrid. HUMANIZAÇÃO: Desafio da Empresa Moderna- A ginástica laboral como um caminho. Porto Alegre: Foco, 1996.

CARVALHO, Sérgio Hiroshi Furuya de. Ginástica nas empresas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 2007.

CASAGRANDE, M. F. Ginástica Laboral nas empresas visando a prevenção de lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) em promoção da qualidade de vida no trabalho. São Paulo: fitness Brasil, 1999.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, R. C. P.; ASSUNÇÃO, A. A.; CARVALHO, F. M. Repetitive tasks under time pressure: the musculoskeletal disorders and the industrial work. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.15, n. 3, p. 931-42, mai. 2010.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F. e PEREIRA, M. I. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 2002.

FREIRE, Matheus Guedes. Qualidade de vida no trabalho. Disponível em <http://repositorio.uniceub.br>. Acesso em 06 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 1992. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1999). Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico 2000. Brasília: INEP.

FRISON, L. M. B. A perspectiva do especialista em educação: um olhar sobre a Orientação Educacional: avanços e possibilidades. Santa Cruz do Sul: UNISC, set/dez, 2000.

GONÇALVES, A.S.; SILVEIRA,T.D.; ROMBALDI, A. J. Ginástica Laboral e Qualidade de Vida. Simpósio Nacional de Educação Física - Educação Física, Saúde e Qualidade de vida no Novo Milênio, 20, 2001. Anais ... ESEFIUFPel, 2001.

GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS. Instrução Normativa nº 98, 5 de dezembro de 2003. Publicado em: 10/12/2003

INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION – IEA. Definition and Domains of Ergonomics, 2018. Disponível em: <<https://www.iea.cc/whats/index.html>>. Acessado em 06 de Novembro de 2018.

KARWOWSKI, W. Ergonomics and human factors: the paradigms for science, engineering, design, technology and management of human-compatible systems. *Ergonomics*, v. 48, n. 5, p. 436-463, 2005.

LACOMBE, Francisco José Massel. Recursos humanos: princípios e tendências/ Francisco Lacombe. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEITE, N. Projeto de ginástica laboral compensatória apresentado ao centro de Assistência médica (Ceasp) do Banco do Brasil SI A". Porto Alegre, 1992. In:

MENDES, R. A, LEITE, N. Ginástica Laboral: Princípios e aplicações práticas. São Paulo: Manole, 2004.

LIMA, Reginaldo Rodrigues de. & MEJIA. Dayana Priscila Maia. Ginástica Laboral na Qualidade de Vida no Trabalho. Pós-graduação em Ergonomia Produto e Processo. Disponível em: https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/20/31_GinYstica_Laboral_na_Qualidade_de_Vida_no_Trabalho.pdf

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica, Revista Katálysis, Florianópolis v. 10 n. esp. p. 42-43, Abril, 2007.

LIMA, Valquíria de. Ginástica Laboral: Atividade Física no ambiente de Trabalho. 3^a edição, São Paulo: Editora Phorte, 2007.

LIMA, Valquíria de. Ginástica laboral: atividade física no ambiente de trabalho. São Paulo: Phorte Editora, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zXF_DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Gin%C3%A1stica+laboral+Inova%C3%A7%C3%A9s&ots=uHHbDqNZuL&sig=V7ovBQw7Buk8DD9H5bm2YS2C9Gw#v=o nepage&q=Gin%C3%A1stica%20laboral%20Inova%C3%A7%C3%A9s&f=false

LIMA, Valquíria de. Ginástica Laboral: Atividade Física no ambiente de Trabalho. 3^a edição, São Paulo: Editora Phorte, 2007.

MÁSCULO, F.S.; VIDAL, M.C. (Org.). Ergonomia: Trabalho adequado e eficiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MASETTO, M.T. Competências pedagógicas do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, R. A; LEITE, N. Ginástica Laboral: Princípios e Aplicações Práticas. Barueri: Editora Manole, 2004.

MENDES, R. Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, defnições, história, cultura/ organizado por/ René Mendes...[et al.] Novo Hamburgo (RS): Proteção Publicações Ltda, 2018.

MUROFUSE, N. T.; MARZIALE, M. H.P . Mudanças no trabalho e na vida de bancários portadores de lesões por esforços repetitivos: LER. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 9, n. 4, p.19-25, jul. 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. Promoción de la Salud: Glosario. Departamento de Salud Pública y Medicina Comunitaria, Universidad de Sydney, Australia, 1998.

PASTRE, E. et al. Work-related musculoskeletal complaints by women in a social rehabilitation center. Revista Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v 23, n.11, p. 2605-12, nov. 2007.

PEREIRA, C. C. D. A. Excelência técnica dos programas de ginástica laboral: uma abordagem didático-pedagógica. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2013.

POLITO,E.;BERGAMASCHI, E.C. Ginástica laboral teoria e prática. 3^a ed. Rio de Janeiro. Sprint, 2006.

PRESSI, A. M. S.; CANDOTTI, C.T. Ginástica Laboral. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A.; CREPALDI, A. L. Qualidade de vida em doenças pulmonares crônicas: aspectos conceituais e metodológicos. Jornal de Pneumologia, v. 26, n. 4, p. 207-213, 2000.

REIS, P. F. et al. O uso da flexibilidade no programa de ginástica laboral compensatória, na melhoria da lombalgia em trabalhadores que executam atividades sentados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 18., 2003, Foz do Iguaçu. Anais., Foz do Iguaçu, 2003.

REVISTA CONFEF. Ginástica laboral: intervenção exclusiva do profissional de educação física. 2007; 23: 12-4.

REVISTA ISHIBRAS. Ano XI - nº 64 - Fev-Março de 1977.

ROBBINS, S.P. Comportamento organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SANTOS, J. F. S. Influência psicológica da ginástica laboral em trabalhadores da indústria. Simpósio Internacional de Ciências do Esporte: Atividade Física, Fitness, Esporte, 23, 2000. Anais ... São Paulo: Celafiscs, 2000.

SESI -SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Ginástica na empresa. Brasília: SESI, 1996.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez, 2007

SOUZA, J. A. C.; MAZINI FILHO, M. L. Análise ergonômica dos movimentos e posturas dos operadores de checkout em um supermercado localizado na cidade de Cataguases, Minas Gerais. *Revista Gestão & Produção* , v. 24, n. 1, p. 123-135, 2017.

SOUZA, Leonardo J. Programa de Ginástica Laboral (PGL). Centro de Educação Física, Esportes e Recreação – Coordenadoria do Campus de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. Disponível em:

https://app.fearp.usp.br/documentos/arquivos/imprensa/programa_de_ginastica_laboral_/programa_de_ginastica_laboral_.pdf. Acesso em 04 mai.2015.

TEIXEIRA, J. R. M.; BRUNO, E. B. Campanhas sistema CONFEF/CREFs. Rio de Janeiro: CONFEF, 2018.

USUALMED, Equipamentos de proteção em escritórios previnem acidentes de trabalho e aumentam a produtividade dos colaboradores, 2017. Disponível em:

<<http://usualmed.com.br/index.php/noticias/detalhes/37/equipamentos-de-protecao-emescritorios-previnem-acidentes-de-trabalho-eaumentam-a-produtividade-doscolaboradores>> Acesso em: Jan. 2022

**SAÚDE COLETIVA NA INFÂNCIA E A
INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO
CONTROLE DE CRISES DE ASMA**

Simone De La Rocque

DOI: 10.29327/5194617.1-16

SAÚDE COLETIVA NA INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO CONTROLE DE CRISES DE ASMA

DOI: 10.29327/5194617.1-16

Simone De La Rocque

RESUMO

O controle de crises de asma é muito importante e deve ser constante, sendo o tratamento medicamentoso prescrito e acompanhado por um médico pneumologista e equipe multiprofissional. A prescrição de exercício físico pelo profissional de educação física habilitado em educação física adaptada deve fazer parte complementar do tratamento de pessoas com asma. O presente estudo teve como objetivo principal avaliar a influência do exercício físico no controle de crises e na saúde de crianças com asma do Laboratório de Atividade Física Adaptada – Lafad (UEPA). Foi utilizado um protocolo de exercícios aplicado em 10 crianças com asma e consequentemente um questionário de satisfação aos pais dos alunos, como técnica para coleta de dados. Na análise de dados foi organizado a tabulação em formas de gráficos e tabelas nos softwares Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010 e no programa Biostat 5.3, a fim de se obter os resultados por meio de uma estatística descritiva, de forma qualitativa. Os resultados mostram que o protocolo de exercícios adaptados para crianças com asma tem grande influência no controle das crises. Houve melhora na medida do peak flow, quando comparado o antes e o depois da aplicação da pesquisa. Em relação ao relato dos pais, observa-se que mais de 90% relataram ter ocorrido melhora significativa na qualidade do sono de seus filhos. Na análise observatória dos pesquisadores foi registrado que houve aumento da capacidade da aptidão física das crianças, na comparação entre o início e término do período da participação dos alunos no programa proposto. Conclui-se que: por meio desta pesquisa houve melhorias significativas na qualidade de vida, sociabilidade, autonomia e nas crises de asma das crianças participantes do projeto, além de salientar a importância de que surjam novos estudos referentes ao tema, assim como este artigo pode ser uma boa alternativa para estudos e revisões futuras, tendo sua eficácia comprovada durante este estudo.

Palavras-chave: Asma, Exercício Físico, Criança, Bronco Espasmo, Saúde Coletiva

ABSTRACT

Asthma crisis control is very important and must be constant, with drug treatment being prescribed and monitored by a pulmonologist and a multidisciplinary team. The prescription of physical exercise by a physical education professional qualified in adapted physical education should be a complementary part of the treatment of people with asthma. The main objective of the present study was to evaluate the influence of physical exercise on the control of crises and on the health of children with asthma at the Adapted Physical Activity Laboratory – Lafad (UEPA). An exercise protocol applied to 10 children with asthma and consequently a satisfaction questionnaire to the students' parents was used as a technique for data collection. In the data analysis, the tabulation was organized in forms of graphs and tables in the software Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010 and in the program Biostat 5.3, in order to obtain the results through descriptive statistics, in a qualitative way. The results show that the exercise protocol adapted for children with asthma has a great influence on crisis control. There was an improvement in the measure of peak flow, when comparing before and after the application of the research. Regarding the parents' report, it is observed that more than 90% reported a significant improvement in the quality of their children's sleep. In the researchers' observatory analysis, it was registered that there was an increase in the children's physical fitness capacity, in the comparison between the beginning and end of the period of participation of students in the proposed program. It is concluded that: through this research

there were significant improvements in the quality of life, sociability, autonomy and asthma attacks of the children participating in the project, in addition to emphasizing the importance of new studies on the subject appearing, as well as this article can be a good alternative for future studies and reviews, having its effectiveness proven during this study.

Keywords: Asthma, Physical Exercise, Child, Broncho Spasm, Collective Health

RESUMEN

El control de las crisis de asma es muy importante y debe ser constante, con tratamiento farmacológico prescrito y controlado por un neumólogo y un equipo multidisciplinario. La prescripción de ejercicio físico por un profesional de la educación física titulado en educación física adaptada debe ser una parte complementaria del tratamiento de las personas con asma. El objetivo principal del presente estudio fue evaluar la influencia del ejercicio físico en el control de las crisis y en la salud de los niños con asma en el Laboratorio de Actividad Física Adaptada – Lafad (UEPA). Se aplicó un protocolo de ejercicio a 10 niños con asma y en consecuencia se utilizó como técnica de recolección de datos un cuestionario de satisfacción a los padres de los alumnos. En el análisis de datos, la tabulación se organizó en forma de gráficos y tablas en el software Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010 y en el programa Biostat 5.3, con el fin de obtener los resultados mediante estadística descriptiva, de forma cualitativa. Los resultados muestran que el protocolo de ejercicio adaptado para niños con asma tiene una gran influencia en el control de crisis. Hubo una mejora en la medida del flujo pico, al comparar antes y después de la aplicación de la investigación. En cuanto al reporte de los padres, se observa que más del 90% reportaron una mejora significativa en la calidad del sueño de sus hijos. En el análisis del observatorio de los investigadores, se registró que hubo un aumento en la capacidad física de los niños, en la comparación entre el inicio y el final del período de participación de los estudiantes en el programa propuesto. Se concluye que: a través de esta investigación hubo mejoras significativas en la calidad de vida, sociabilidad, autonomía y ataques de asma de los niños participantes del proyecto, además de recalcar la importancia de que aparezcan nuevos estudios sobre el tema, así como este artículo puede ser una buena alternativa para futuros estudios y revisiones, teniendo su efectividad comprobada durante este estudio.

Palabras clave: Asma, Ejercicio Físico, Niño, Broncoespasmo, Salud Colectiva

INTRODUÇÃO

No contexto da saúde relacionada a doenças respiratórias, a asma é uma doença crônica que afeta um pouco mais de 330 milhões de pessoas no mundo todo. É uma doença que não escolhe idade, raça e etnia, embora haja uma discrepância em seu alcance em determinados países e pessoas de faixa etária diferentes. É mais comum em crianças e é mais grave em crianças que vivem em países com rendas baixas, por não terem acesso a saúde e saneamento básico adequado. A doença possui elevada prevalência e morbidade, afetando de 1 a 18% da população em alguns países e no Brasil atinge, aproximadamente, 11% da população (GINA, 2014, 2015).

Ao longo dos últimos anos no Brasil o número de crianças com doenças respiratórias cresceu muito. Na estratégia da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI)

preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Panamericana da Saúde (OPAS), a asma foi priorizada em função de sua magnitude na composição da morbidade (OMS, 2000).

Por ser uma doença crônica respiratória que é acometida na maior parte dos casos na infância, também é considerada a fase mais propícia para o enfrentamento da doença, uma vez que as primeiras manifestações e diagnóstico da asma acontecem nesse momento da vida. Nesse sentido, se não houver a manutenção do tratamento adequado para ao controle das crises, pode ser um momento muito crítico para as crianças. Posto que a asma é responsável por mais de 30% das internações pediátricas (MCGEACHIE et al, 2016).

A asma, apesar de não ter cura pode ser muito bem controlada, possibilitando que a criança possa recuperar sua autoestima, a autonomia nas atividades diárias, no brincar e no lazer. Sabe-se que uma das principais consequências da asma são as limitações respiratórias primárias ou ainda por causas secundárias (tabus da família, má orientação). Como consequência o sedentarismo pode gerar um aumento na prevalência e severidade da asma, o que leva o sujeito ao afastamento da prática regular de exercício físico (ANDRADE et al., 2014).

O exercício físico é reconhecido atualmente como parte fundamental do programa de reabilitação para asmáticos, porém, até alguns anos atrás a indicação de exercício físico para pacientes asmáticos não era um consenso, devido ao fato do exercício físico poder desencadear o broncoespasmo induzido por ele. O Bronco Espasmo Induzido pelo Exercício (BIE) é uma condição transitória que ocasiona um estreitamento das vias aéreas durante ou após o exercício físico. No entanto o BIE só é intenso se a intensidade do exercício for intensa também. Nesse sentido, a orientação adequada quanto ao volume, à intensidade e ao método mais adequado de exercício deve ser de suma importância, para assim evitar o processo do BIE (FANELLI et al., 2007).

Inúmeras pesquisas sobre o tratamento e controle da asma apontam os benefícios e o ganho fisiológico, na participação regular em programas de atividades físicas. A prática regular de atividade física proporciona o aumento da tolerância ao exercício físico, da capacidade de trabalho com menor desconforto ou broncoespasmo, aumento de apetite, melhora do sono, diminuição do uso de drogas e sensação de bem-estar (BASSO, et al, 2010).

Levando em consideração todos esses fatores, sabemos que asma é uma doença respiratória que afeta todas as classes sociais em diferentes países e ainda sim é pouco debatida

no meio acadêmico em relação aos benefícios que exercício físico proporciona ao indivíduo asmático. Nesse sentido, a presente pesquisa propôs oferecer um programa de educação em asma, através de um protocolo de exercício físico, composto de avaliação da reeducação respiratória, reeducação postural e condicionamento físico, e objetivou avaliar a influência do exercício físico no controle de crises e na saúde de crianças com asma.

DESENVOLVIMENTO

A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (2012), afirma que a asma é uma doença comum que afeta o indivíduo de qualquer idade, causando inúmeros prejuízos principalmente à criança quanto ao alto índice de utilização dos serviços de saúde. Trata-se de uma doença crônica das vias aéreas ocasionada por um processo inflamatório, gerando um estreitamento brônquico, com edema e hipersecreção de mucosa reversível.

A asma caracteriza-se pela restrição ao fluxo aéreo agregado a sintomas respiratórios como sibilância, dispneia, aperto no peito e tosse. Os sintomas da asma podem alterar ao longo do tempo quanto à sua ocorrência, frequência e intensidade. As crises de asma são frequentemente desencadeadas por diversos fatores como exposição a alérgenos e/ou irritantes, mudanças no tempo, infecções respiratórias virais, alimentos, medicamentos, exercício físico de alta intensidade, entre outros (GINA, 2015).

Segundo a National Heart, Lung and blood Institute of the United State Public Health (GINA, 2015), os episódios recorrentes de tosse, chiado, aperto no peito e falta de ar, geralmente são reversíveis, mas podem ser graves e algumas vezes fatais. Pesquisas desenvolvidas sobre o assunto apontam percentuais altos de atendimentos hospitalares e ambulatoriais a crianças com asma, cujas causas principais são os fatores hereditários. Entretanto, são diversos os fatores desencadeantes de crises de asma, entre eles estão também às mudanças bruscas de temperatura e fatores climáticos (ALVES, 2003).

A asma é uma doença de natureza complexa, sendo sua etimologia multifatorial e caracterizada pela diversidade de seus sintomas, estando suas manifestações mais comuns presentes nas crianças. Pode determinar um comprometimento funcional de repetição irregular que se manifesta através de uma hiper-reatividade das vias aéreas a diferentes estímulos, levando a crises de broncoespasmo (TEIXEIRA, 1990).

Por ser uma doença que atinge indiscriminadamente pessoas de todas as idades, sexos e classes sociais, a asma apresenta uma tendência de crescimento da sua incidência e prevalência,

sendo o custo econômico da doença considerável, considerando custos médios diretos, consultas, internamentos e medicamentos, ou seja, em custos indiretos, nomeadamente quanto a diminuição da qualidade de vida do doente asmático, o fracasso escolar, e tempo de trabalho perdido. Neste sentido, por se tratar de um problema de saúde pública, há grande preocupação dos serviços de saúde para a redução da morbidade e mortalidade por asma e, da melhoria da qualidade de vida da pessoa asmática (GINA, 2015).

Por definição, exercício físico é toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva, que tem por objetivo a melhoria e manutenção de um ou mais componentes da aptidão física. O exercício físico melhora a disposição, o condicionamento físico e ajuda na prevenção de doenças, fortalecendo assim o organismo, ajudando no bom funcionamento do coração, da imunidade e do sistema respiratório (CASPERSEN, et al, 1985).

O exercício físico é uma forma de lazer e de restaurar a saúde dos efeitos nocivos que a rotina estressante do trabalho e do estudo traz. O exercício, após superado o período inicial, é uma atividade usualmente agradável e que traz inúmeros benefícios ao praticante, que vão desde a melhoria do perfil lipídico até a melhoria da autoestima (TOFLER, et al, 1996).

Os estudos evidenciam que os exercícios habituais sejam benéficos para saúde, proporcionando a melhoria da eficiência do metabolismo (aumenta o catabolismo e a queima de calorias do corpo), com consequente diminuição da gordura corporal, incremento da massa muscular, incremento da força muscular incremento da densidade óssea, fortalecimento do tecido conjuntivo, incremento da flexibilidade (melhora a mobilidade articular), melhora da postura, aumento do volume sistólico, diminuição da frequência cardíaca em repouso e no trabalho submáximo, aumento da potência aeróbica, aumento da ventilação pulmonar, diminuição da pressão arterial, melhora do perfil lipídico, melhora a sensibilidade à insulina, melhora do autoconceito, da autoestima e da imagem corporal, diminuição do estresse, da ansiedade, da depressão, da tensão muscular e dá insônia (SAMULSKI, 2000; MATSUDO, 1999).

O exercício habitual também influencia na melhora no humor, aumento da disposição física e mental, diminuição do consumo de medicamentos como antidepressivos, antidiabéticos orais, insulina e tranquilizantes, melhora das funções cognitivas e da socialização, e, melhora o funcionamento orgânico geral proporcionando aptidão física para uma boa qualidade de vida (SANTAREM 1996).

Um estudo português, encontrou resultados significativos entre a prática de exercício físico (programa de 12 semanas, com caminhadas de 30-45 minutos, 5 dias por semana) e a melhoria dos sintomas depressivos de um conjunto de utentes com diagnóstico de perturbação depressiva maior resistente a tratamento farmacológico (NAHAS, 2017).

Freitas (2007) mostra os resultados encontrados com a população idosa, mostrando que a prática de exercício físico regular proporciona efeitos benéficos para o estilo de vida ativo, manutenção da capacidade funcional e da autonomia física, minimizando a degeneração provocada pelo processo de envelhecimento, com melhoria geral na saúde e qualidade de vida dessa população. Portanto, pode-se afirmar que o exercício físico possui efeito direto em várias outras doenças e pode ser considerado como um preditor de saúde, como é o caso das doenças cardiovasculares" (FREITAS, 2007; ZAGO 2010).

O exercício físico regular traz uma série de benefícios para o organismo, como redução de risco para doenças cardiovasculares e manutenção da massa corpórea em níveis seguros, além de ativar o sistema imunológico e estimular o sistema de defesa contra infecções, envelhecimento e câncer. Nesse sentido, segundo estudos publicados no jornal do American College of Sports Medicine é muito importante manter uma atividade física, pois além de todos estes benefícios, você pode manter o peso ou emagrecer, fortalecer o corpo, aliviar tensões, diminuir o risco de doenças, depressão ou estresse, melhorar a postura e evitar muitos problemas de postura e coluna, retardar o envelhecimento e envelhecer com qualidade de vida, autoestima elevada, facilidade em executar as atividades do dia-a-dia, evitar problemas de articulações, musculares ou ósseos e muitos outros (FELTRIM; SARDIM, 1995).

A prática regular de exercícios físicos promove melhora na função pulmonar, com ganho no condicionamento físico e na redução da dispneia, melhorando a qualidade de vida e psicossocial de indivíduos asmáticos, quando orientado por um profissional qualificado. RAM et al (2000), publicaram a primeira revisão sistemática que foi responsável pelo início da quebra do paradigma referente à prática de exercício físico para asmáticos, tanto em crianças como em adultos (FONSECA, et al, 2012).

Hoje há muitas pesquisas afirmando que o exercício físico contribui para a melhora da saúde de indivíduos asmáticos. A partir de 2000, surgiram diversos estudos com maior rigor metodológico, demonstrando que o exercício físico pode reduzir o Broncoespasmo Induzido pelo Exercício (BIE), a responsividade brônquica, o uso de medicação corticosteroide, bem

como melhorar os fatores de saúde relacionados à qualidade de vida, e a capacidade física anaeróbia (FREITAS; SILVA; CARVALHO, 2015).

A possibilidade de uma vida saudável e convívio com a doença de forma mais tranquila, depende muito da ajuda dos pais ou responsáveis pela rotina da criança com asma, juntamente com a prática de exercício físico e o tratamento medicamentoso. Estudos mostram que tem sido a melhor fórmula de recesso no trato da asma. Os resultados das pesquisas deixam claro que exercício aeróbio, além de melhorar o condicionamento físico do asmático, também contribui para a melhora no seu controle clínico, principalmente devido à redução dos sintomas e comorbidades, com consequente melhoria na qualidade de vida destes sujeitos (MARTINS, 2016).

Entre as atividades mais indicadas, encontram-se aquelas de característica aeróbia, com destaque para natação, a qual, comprovadamente, leva a uma melhora significativa na pressão expiratória final (PEF) e função pulmonar geral (WICHER et al., 2010; SILVA et al., 2015). No entanto, estudos também têm demonstrado que atividades aeróbias em ambientes não aquáticos, como treinamento aeróbio em esteira ergométrica e até em circuitos, também trazem benefícios aos pacientes (GONÇALVES et al., 2008; MEYER et al., 2015; IAN GREGG, A. J. NUNN, 1973).

O asmático tem limitações em seu desempenho físico quando submetido a teste de esforço, pois devido sua menor ventilação volumétrica máxima, a ventilação necessária para uma determinada intensidade de esforço aumenta o que reduz a eficiência ventilatória e limita a prática de exercício neste sujeito (BASSO et al., 2010). A broncoespasmo induzida pelo exercício (BIE) ocorre em 40% a 90% dos asmáticos, dependendo do tipo de exercício empregado e das condições em que foi realizado.

Este estudo caracterizou-se como pesquisa de campo, com abordagem qualitativa descritiva que segundo Gil (2008), “descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.”

O universo desta pesquisa foi constituído de 10 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade, com diagnóstico clínico de asma, em tratamento médico realizado por pneumologista particular, matriculadas voluntariamente no Laboratório de Atividade Física Adaptada (LAFAD) do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e 10 pais ou responsáveis por essas crianças.

Como técnica de coleta de dados foi utilizada o teste que segundo Rampazzo (2005),” são instrumentos utilizados com a finalidade de obter dados que permitam medir o rendimento, a competência, a capacidade ou a conduta dos indivíduos”. Um questionário que segundo Gil (2008), “pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas aspirações, temores, comportamento presente ou passado e etc.”

Por serem menores de idade foi entregue aos pais ou responsáveis, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constavam: o objetivo da pesquisa, procedimento do estudo, caráter de voluntariedade do sujeito e responsabilidade do pesquisador sendo respeitada a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais do participante da pesquisa.

O projeto de Intervenção teve início no segundo semestre de 2019, com duração de dezesseis (16) semanas, ou seja, quatro (4) meses, composto por sessões/aulas três (3) vezes na semana. Todo início de semana (uma vez por semana) foi verificado o Pico de Fluxo Expiratório das crianças por todo o período da intervenção do estudo (antes do protocolo de exercício). O medidor de pico de fluxo expiratório utilizado é um pequeno aparelho portátil feito de material plástico claro, contendo um sistema graduado de medidas que avalia a força e a velocidade de saída de ar de dentro dos pulmões em L/min., ou seja, verifica-se se a criança está apta ou não para fazer as atividades propostas, e isso só pode ser feito através de um parâmetro que são as faixas de Pico de Fluxo expiratório.

As faixas são subdivididas em 3 categorias, sinal verde, amarelo e vermelho, essas faixas determinam o valor percentual do Pico de Fluxo Expiratório (PFE) como parâmetro para a prática do exercício físico. Sinal verde (80-100% do PFE máximo pessoal): medidas de PFE dentro dessa faixa e diante da ausência de sintomas sinalizam para o paciente que a asma está controlada, e ele deve seguir o seu esquema de tratamento de manutenção. Sinal amarelo (50-80% do PFE máximo pessoal): medidas de PFE dentro dessa faixa sinalizam “atenção”, uma vez que podem indicar o estreitamento das vias aéreas. Neste caso, a criança deve implementar o plano de tratamento definido junto ao médico.

O farmacêutico também deve acompanhar a efetividade da resposta do tratamento da criança com asma após os ajustes que visam a reverter o quadro de bronco constrição e recuperar o controle da asma. Sinal vermelho (abaixo de 50% do PFE máximo pessoal): medidas de PFE dentro dessa faixa sinalizam “alerta”. A terapia broncodilatadora deve ser

iniciada imediatamente. Novas medidas de PFE devem ser feitas e, caso elas não indiquem melhora, a criança deve ser encaminhada para um serviço de urgência e emergência (BOAVENTURA, et al, 2007).

Para a obtenção das medidas do pico de fluxo expiratório máximo é necessário que o indivíduo expire forçadamente através do bocal após uma inspiração máxima. Durante a coleta de dados, seguramos o aparelho verticalmente, tomando o cuidado para que os dedos não bloqueassem a saída de ar e a seguir solicitamos ao aluno que se coloca a boca firmemente ao redor do bocal de plástico, tendo-se certeza de que não houve escape de ar, o que poderia interferir nas medidas. Em seguida, pediu-se que a criança soprasse o mais forte possível e o mais rápido que puder. Importante ressaltar que cada criança teve seu bocal específico e individual, nenhum foi dividido, no Total, foram verificadas 10 crianças participantes do LAFAD.

O Protocolo de Exercícios (figura 1), foi aplicado três (3) vezes na semana com duração de 50 minutos cada aula/sessão, em cada semana ocorreu um tema específico divididos entre: jogos e danças, ginástica geral, natação, circuito ou exercício resistido, basquete ou vôlei. Ou seja, na primeira semana foi realizado a 1º sessão do protocolo de exercício que é a temática jogos e danças, na segunda semana a 2º sessão do protocolo com o tema ginástica geral e as outras semanas conforme o protocolo, após o término do protocolo de 8º sessões, repetiu-se para completar as 16 semanas de intervenção.

Todas as atividades ocorreram nos espaços disponibilizados pela Universidade do Estado do Pará (UEPA - Campus III): quadras, sala de ginástica, sala de recreação, campo de futebol, pista de atletismo, onde eles estavam reservados com antecedência para o Laboratório de Atividades Físicas Adaptadas. Ocorreu de algumas vezes não foi possível realizar as atividades aquáticas pelo clima, que no segundo semestre do ano sempre tem altos índices chuvosos nessa região do Estado.

Figura 1: Protocolo de Exercício

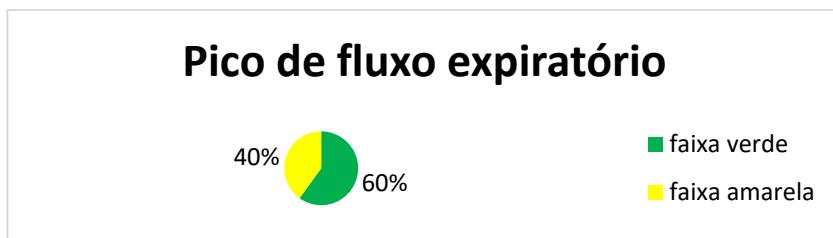
1 ^a SESSÃO	2 ^a SESSÃO	3 ^a SESSÃO	4 ^a SESSÃO	5 ^a SESSÃO	6 ^a SESSÃO	7 ^a SESSÃO	8 ^a SESSÃO
20 minutos: <i>Exercícios Respiratórios e Posturais</i>							
20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>	20 minutos: <i>Caminhada ritmo moderado e sem perda do ritmo respiratório</i>
25 minutos: <i>Jogos ou Dança</i>	25 minutos: <i>Ginástica geral</i>	25 minutos: <i>Natação</i>	25 minutos: <i>Círculo ou Exercício Resistido</i>	25 minutos: <i>Vôlei ou Basquete</i>	25 minutos: <i>Círculo ou Exercícios Resistido</i>	25 minutos: <i>Natação</i>	25 minutos: <i>Jogos ou Dança</i>
10 minutos: <i>Exercícios Respiratórios e Posturais</i>							

Fonte: autoria própria (2023)

Ao final do período de intervenção, foi aplicado aos pais ou responsáveis o Questionário de Satisfação do Projeto, que teve por objetivo buscar informações relacionadas a visão deles em relação a intervenção, e sobre comportamentos fora do ambiente do projeto, mudanças na rotina, melhorias no sono, sociabilidade, e aspectos de saúde.

Durante a intervenção, as nossas primeiras observações, foram nos resultados do pico de fluxo expiratório no início do projeto de intervenção (Gráfico 1), onde 60% dos alunos estavam na faixa verde (aptos para a prática do exercício físico) e 40% estavam na faixa amarela (em alerta, porém podendo fazer os exercícios físicos), e nenhum dos alunos estava na faixa vermelha (não aptos), todos os alunos participaram voluntariamente das aferições concedidas pelos responsáveis.

Gráfico 1: Pico de Fluxo Expiratório



Fonte: MATTOS e MONTEIRO

Quando iniciamos o protocolo de exercício, os alunos ainda tinham muita aversão ao início das aulas, onde fazíamos os exercícios respiratórios e de alongamentos, já que não estavam habituados a prática, porém na segunda semana em diante, já estavam adaptados ao protocolo. Dificilmente os alunos se recusavam a fazer as atividades direcionadas, e conforme a aula foi se estendendo, os alunos participaram com mais vigor, proporcionando também uma melhor interação entre os próprios alunos, onde a sociabilidade foi muito bem trabalhada.

Os valores de referência para aferição do pico de fluxo expiratório para crianças dessa faixa etária estão listados abaixo na tabela 1.

Tabela 1. Valor de referência do pico de fluxo expiratório (L/min) para crianças até 14 anos de idade

ALTURA (CMS)	PEF (l/m)	ALTURA (CMS)	PEF (l/m)
100	106	145	344
105	132	150	370
110	159	155	397
115	185	160	423
120	212	165	450
125	238	170	476
130	265	175	503
135	291	---	---

Fonte: Godfrey et al. *Beit. J. Dis. Chest* (1970)

Na primeira semana de intervenção houve alguns resultados do PFE em alerta na faixa amarela (Tabela 2), já na última semana de intervenção (tabela 3), percebemos que 100% dos alunos já estavam na faixa verde conforme os valores de referência previstos para altura e idade dos mesmos, e também que os alunos que estavam na faixa amarela obtiveram resultados bem

animadores subindo seu percentual do PFE de 10% a 15% o que nos mostrou um resultado muito satisfatório, mostrando assim, a eficácia do protocolo aplicado.

Tabela 2: Tabela da relação dos alunos e suas respectivas idades e percentual da faixa de pico de fluxo expiratório no Início da intervenção

Alunos	Idade (anos)	Altura (cm)	PFE(L/min)	Valor ideal (v.i)	%percentag em
Aluno 1	06	117	180	185	97%
Aluno 2	06	117	185	185	100%
Aluno 3	07	131	230	265	87%
Aluno 4	08	130	180	265	68%
Aluno 5	09	145	280	344	81%
Aluno 6	09	130	250	265	94%
Aluno 7	10	135	190	291	65%
Aluno 8	10	144	235	344	68%
Aluno 9	11	158	279	397	70%
Aluno 10	11	145	300	344	87%

Fonte: MATTOS e MONTEIRO

Tabela 3: Tabela da relação dos alunos e suas respectivas idades e percentual da faixa de pico de fluxo expiratório ao Final da intervenção

Alunos	Idade (anos)	Altura (cm)	PFE(L/min)	Valor ideal (v.i)	%percentag em
Aluno 1	06	117	180	185	97%
Aluno 2	06	117	185	185	100%
Aluno 3	07	131	230	265	87%
Aluno 4	08	130	217	265	82%

Aluno 5	09	145	280	344	81%
Aluno 6	09	130	250	265	94%
Aluno 7	10	135	235	291	80%
Aluno 8	10	144	290	344	84%
Aluno 9	11	158	320	397	80%
Aluno 10	11	145	300	344	87%

Fonte: MATTOS e MONTEIRO

Nesse sentido, destacamos Fanelli (2007), que ressalta que mesmo crianças com asma moderada e severa, obtiveram resultados positivos na melhora da capacidade aerobia e também evidenciou a redução do uso do broncodilatador em um programa de exercícios de 16 semanas. Evidenciando o mesmo tempo em que os alunos desta pesquisa foram submetidos.

Posteriormente analisamos o questionário de satisfação dos pais e responsáveis dos alunos, e mais uma vez obtivemos 100% de aproveitamento. Levando em consideração as perguntas que foram propostas, todos os responsáveis notaram a melhora na disposição física, autonomia e autoestima dos alunos. Até os alunos que estavam na zona verde (aptos para os exercício físico), obtiveram melhorias significativas na medida do fluxo expiratório, inclusive muitos chegaram a 100%, e na sua qualidade de vida em geral.

Por esse motivo defendemos que um programa de exercícios físicos pode gerar melhorias na capacidade aerobia dos alunos e na qualidade de vida dos mesmos, tendo em vista a frequência da aplicação desse programa e também a orientação adequada de um professor de educação física.

CONCLUSÃO

Conclui-se por meio desta pesquisa, a importância da prática de exercícios físicos para grupos especiais, mais especificamente em pessoas com asma, e do quanto é importante que esse estímulo seja inserido na infância, consequentemente trazendo qualidade de vida na infância e também na vida adulta. Quebrando tabus e mitos que foram impostos ao longo dos anos em relação a prática de exercícios e a asma, e também mostrar que não são somente

atividades cílicas como a natação, caminhada, corrida e remo que são benéficas as pessoas asmáticas. Assim como mostrar que a pessoa asmática é capaz de fazer qualquer tipo de atividade ou exercício físico quando bem orientado por um professor de educação física.

Durante o processo de construção deste artigo notamos uma dificuldade em encontrar artigos brasileiros que relaciona-se a prática de exercício físico e asma na infância, porém notamos muitos trabalhos sobre natação e asma, e gostaríamos de enfatizar que existem muitas outras alternativas para se trabalhar o exercício físico com pessoas asmáticas, não somente a natação, sempre respeitando a individualidade de cada pessoa, e por meio deste artigo, esperamos estimular novas pesquisas sobre o tema, que é de total relevância social e acadêmica.

Assim como, também queremos encorajar o debate acadêmico em relação ao tema: asma e exercício físico perante a sociedade, tendo em vista que muitos alunos são dispensados nas aulas de educação por não terem um apoio de um profissional qualificado e bem instruído no assunto para proporcionar ao aluno uma experiência de vida transformadora. Por fim, queremos salientar que este programa de exercícios físicos pode ser uma boa alternativa para estudos e revisões futuras, tendo sua eficácia comprovada durante este estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima Maria; NOVAES, Hillegonda Maria Dulith. Asma na infância: prevalência, saberes e práticas na clientela de um plano privado de assistência médica na cidade de São Paulo. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ANDRADE, L.B.; SILVA, D.A.R.G.; SALGADO, T.L.B.; FIGUEIROA, J.N.F.; SILVA, N.L.S.; Britto M.C.A. Comparison of six-minute walk test in children with moderate/ severe asthma with reference values for healthy children. Rio de Janeiro. J Pediatr. Vol. 90 Num. 3. 2014. p. 250-257.

BASSO, R; JAMANI, M; PESSOA, B; LABADESSA, I; REGUEIRO, E; LORENZO V. Avaliação da capacidade de exercício em adolescentes asmáticos e saudáveis. Rev. bras. fisioter. vol.14 no.3 São Carlos May/June 2010.

BOAVENTURA CM; AMUY FF; FRANCO JH; SGARBI ME; MATOS LB; MATOS LB. Valores de referência de medidas de pico de fluxo expiratório máximo em escolares. Arq Med ABC 2007;32(Supl.2):S30-4.

CASPERSEN, C. J. et alii. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. Public Health Reports, 1985.

FANELLI, A.; CABRAL, A.L.B.; NEDER, J.A.; MARTINS, M.A.; CARVALHO, C.R.F. Exercise Training on Disease Control and Quality of Life in Asthmatic Children. Medicine & Science in Sports & Exercised. Vol. 39. Num. 9. 2007. p. 1474-1480.

FELTRIM MIZ, SARDIM JRB. Fisiologia muscular respiratória. In: Amaral CA, Júnnior C. Assistência ventilatória mecânica. São Paulo: Atheneu; 1995, cap. 2, p. 25-39.

FREITAS, CMSM. Aspectos motivacionais que influenciam a adesão e manutenção de idosos a programas de exercícios físicos. *Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum* 2007; 9(1):92-100.

FREITAS, PD.; SILVA, RA.; CARVALHO, CRF. Efeitos do exercício físico no controle clínico da asma / Effects of exercise on clinical asthma control. *Rev Med (São Paulo)*. 2015 set.-dez.;94(4):246-55.

FONSECA, C.D.; HECK, T.G.; VANTIL, D.P.; MOREIRA, M.A. Efeito de um programa de exercício físico adaptados para pacientes asmáticos: Estudo de caso. *Revista Contexto & Saúde*. Vol. 12. Num. 23. 2012. p. 59-66.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINA - GLOBAL INITIATIVE FOR ASHTMA. Global Burden of asthma. National Institutes of Health. National Heart, Lung and Blood Institut of Health, Bethesda. Uptated 2014 [cited 2015. June]. Available from: <http://www.ginasthma.org/>.

GINA - GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA. Global Strategy forAsthma Management and Prevention. National Institutes of Health. National Heart, Lung and Blood Institut of Health, Bethesda. Uptated 2015 [cited 2015 June]. Available from: <http://www.ginasthma.org/>.

GONÇALVES, R.C.; NUNES, M.P.T.; CUKIER, A.; SELMACH, R.; MARTINS M.A.; CARVALHO, C.R.F. Effects of an aerobic physical training program on psychosocial characteristics, quality-of-life, symptoms and exhaled nitric oxide in individuals with moderate or severe persistent asthma. *São Carlos. Rev Bras Fisioter.* Vol. 12. Num. 2. 2008. p. 127-35.

IAN GREGG, A. J. NUNN. Peak Expiratory Flow in Normal Subjects. *British Medical Journal* v. 4 August, 1973.

MARTINS, I. Asma e exercício: ambiente seco versus aquático – uma breve revisão. *RPBeCS*. 2016;3(2):10-14.

MATSUDO, V. K. R. Vida ativa para o novo milênio. *Revista Oxidologia*, p.18-24, set/out,1999.

MCGEACHIE, Michael J. et al. Patterns of growth and decline in lung function in persistent childhood asthma. *New England Journal of Medicine*, v. 374, n. 19, p. 1842-1852, 2016.

MEYER, A.; GÜNTHER, S.; VOLMER, T.; TAUBE, K; BAUMANN, H.J. A 12-month, moderate-intensity exercise training program improves fitness and quality of life in adults with asthma: a controlled trial. *Pulmonary Medicine*. BMC. 2015.

NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida : conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. – 7. ed. – Florianópolis, Ed. do Autor, 2017. 362 p. : il.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Investigaciones Operativas sobre Atencion Integrada a las Enfermedades Prevalentes de la Infancia. 2000. (GENERIC). Ref Type: Generic [[Links](#)].

Foro de las Sociedades Respiratorias Internacionales. El impacto gobal de la Enfermedad Respiratoria – Segunda edición. México, Asociación Latinoamericana de Tórax, 2017.

RAM, FS.; ROBINSON, SM.; BLACK, PN. Effects of physical training in asthma: a systematic review. Br J Sports Med. 2000;34(3):162-7.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SANTAREM, José Maria. Atividade física e saúde. Acta Fisiátrica, v. 3, n. 1, p. 37-39, 1996.

SAMULSKI, Dietmar Martin; NOCE, Franco. A importância da atividade física para a saúde e qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários da UFMG. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 5, n. 1, p. 5-21, 2000.

SILVA, M.C.R.; SILVEIRA, M.C.; SOARES, J.C.; CORAZZA, S.T.; Mota, C.B. Efeito de um programa de natação e ginástica respiratória no equilíbrio postural de adolescentes asmáticos. R. bras. Ci. e Mov. Vol. 23. Num. 2. 2015. p.123-129.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. Diretrizes as Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para Asma. Jornal Brasileiro de Pneumologia. Vol. 38. Supl. 1. p. S1-S46. 2012.

TEIXEIRA, L.; ANDRADE, Januário de. Efeitos de um programa de atividades físicas para criança asmática, avaliados por provas de função pulmonar. 1990. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

TOFLER, GH; MITTELMAN, MA; MULLER, JE. Physical activity and the triggering of myocardial infarction: the case for regular exercise. Heart 1996; 75:323-325

WICHER, I.B.; RIBEIRO, M.A.G.O.; MARMO, D.B.; SANTOS, C.I.S.; TORO, A.A.D.C.; MENDES, R.T.; CIELO, F.M.B.L.; RIBEIRO, J.D. Effects of swimming on spirometric parameters and bronchial hyperresponsiveness in children and adolescents with moderate persistent atopic asthma. Jornal de Pediatria. Vol. 86. Num. 5. 2010. p. 384-390.

ZAGO, Anderson Saranz. Exercício físico e o processo saúde-doença no envelhecimento. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 13, p. 153-158, 2010.

OS BENEFÍCIOS DA DANÇA MODERNA PARA MULHERES COM SINTOMAS DE ANSIEDADE

Sofia da Silva Rocha

Thayssa Bianca Eleres da Rocha

Maria Auxiliadora Monteiro

DOI: 10.29327/5194617.1-17

OS BENEFÍCIOS DA DANÇA MODERNA PARA MULHERES COM SINTOMAS DE ANSIEDADE

DOI: [10.29327/5194617.1-17](https://doi.org/10.29327/5194617.1-17)

Sofia da Silva Rocha

Thayssa Bianca Eleres da Rocha

Maria Auxiliadora Monteiro

RESUMO

A pesquisa tem como finalidade comprovar se a prática da dança moderna é eficaz na diminuição do quadro de sintomas de ansiedade em mulheres que apresentam essas características. O protocolo a ser utilizado para a obtenção dos resultados possui questões elaboradas pelas pesquisadoras baseadas nos critérios de inclusão e exclusão; assim como, questões retiradas do Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), que mede o nível de ansiedade-estado (A-E) e ansiedade-traço (A-T); todas ligadas a relação das participantes com a prática da dança moderna; sendo elas 17 bailarinas que praticam a modalidade há pelo menos 6 meses no Studio Auxiliadora Monteiro Dance Company, local onde foi desenvolvido o estudo. Os resultados das perguntas iniciais corroboraram com o que já havia sido expressado no referencial e atingindo os objetivos da pesquisa, onde as próprias bailarinas em 88,2% afirmaram que a prática da dança moderna trouxe um saldo positivo em relação aos sintomas de ansiedade. Nos resultados do formulário IDATE, apenas duas participantes apresentaram diferença em relação ao nível de ansiedade, estando no grau médio, no entanto a média de todas as bailarinas ficou no grau baixo, com A-E em 25,4 e A-T em 17 pontos. Diante dos fatores proveitosos expostos, afirma-se que a prática frequente de aulas de dança moderna pode auxiliar mulheres com sintomas de ansiedade, sendo uma alternativa não farmacológica para este grupo.

Palavras-chave: Ansiedade. Mulheres. Dança moderna.

ABSTRACT

The research aims to prove whether the practice of modern dance is effective in reducing the symptoms of anxiety in women who have these characteristics. The protocol to be used to obtain the results has questions prepared by the researchers based on the inclusion and exclusion criteria; as well as questions taken from the State-Trait Anxiety Inventory (STAI), which measures the level of state-anxiety (A-E) and trait-anxiety (A-T); all linked to the participants' relationship with the practice of modern dance; 17 dancers who have been practicing the sport for at least 6 months at Studio Auxiliadora Monteiro Dance Company, where the study was conducted. The results of the initial questions corroborated what had already been expressed in the reference and reached the research objectives, where the dancers themselves in 88.2% stated that the practice of modern dance brought a positive balance in relation to anxiety symptoms. In the results of the IDATE form, only two participants showed a difference in relation to the level of anxiety, being in the medium degree, however the average of all dancers was in the low degree, with A-E at 25.4 and A-T at 17 points. In view of the exposed beneficial factors, it is stated that the frequent practice of modern dance classes can help women with anxiety symptoms, being a non-pharmacological alternative for this group.

Keywords: Anxiety. Women. Modern dance.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo comprobar si la práctica de la danza moderna es eficaz para reducir los síntomas de ansiedad en mujeres que presentan estas características. El protocolo a utilizar para la obtención de los resultados cuenta con preguntas elaboradas por los investigadores en base a los criterios de inclusión y exclusión; así como preguntas extraídas del Inventario de Ansiedad Estado-Rasgo (STAI), que mide el nivel de ansiedad-estado (A-E) y

ansiedad-rasgo (A-T); todos vinculados a la relación de los participantes con la práctica de la danza moderna; 17 bailarines que llevan al menos 6 meses practicando la modalidad en la Compañía de Danza Studio Auxiliadora Monteiro, donde se realizó el estudio. Los resultados de las preguntas iniciales corroboraron con lo ya expresado en la referencia y alcanzando los objetivos de la investigación, donde los propios bailarines en un 88,2% manifestaron que la práctica de la danza moderna trajo un balance positivo en relación a los síntomas de ansiedad. En los resultados del formulario IDATE, solo dos participantes mostraron diferencia en relación al nivel de ansiedad, estando en el grado medio, sin embargo el promedio de todos los bailarines estuvo en el grado bajo, con A-E en 25,4 y A-T en 17 puntos. Ante los factores benéficos expuestos, se afirma que la práctica frecuente de clases de danza moderna puede ayudar a las mujeres con síntomas de ansiedad, siendo una alternativa no farmacológica para este colectivo.

Palabras clave: Ansiedad. Mujer. Danza moderna.

INTRODUÇÃO

A partir de dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) do ano de 2019, cerca de 8,31% da população brasileira sofrem com transtornos de ansiedade, um total de 17.319.782 casos, e evidencia-se uma maior proporção no público feminino, mais especificamente no estado do Pará o número de mulheres com o transtorno chega a 460.116, comparado ao de homens que corresponde a 242.378. Sendo assim, o órgão reconhece a necessidade de uma maior sensibilidade com a saúde mental dos cidadãos a fim de combater despropósitos e preconceitos existentes, assim como oferecer mais suporte e tratamento para pessoas que convivem com transtornos mentais. (WHO, 2019)

A ansiedade pode ser considerada um agravante causado pela incidência a curto ou longo prazo de eventos estressores de fraco ou forte impacto que seguirá de acordo com a resposta de cada indivíduo a partir de componentes cognitivos, comportamentais e fisiológicos, com a possibilidade de influência genética ou somente pelo fator ambiental, capaz de gerar sintomas predeterminantes e se de grande recorrência, o qual dependerá da sensibilidade individual, pode levar até ao próprio transtorno. (MARGIS *et al.*, 2003)

A dança realizada como um exercício físico pode proporcionar melhorias no quadro de pessoas com ansiedade, pois de acordo com Robatto (1994), a dança apresenta diversas funções dentro do contexto pessoal e social, sendo: autoexpressão, onde possibilita aos indivíduos por meio da dança compreenderem e expressarem aspectos significativos de suas vidas; comunicação, ligada nas relações em nível pessoal, interpessoal e ao seu habitat; diversão e prazer estético, vinculada a ludicidade, e a diversão e o prazer que a prática da dança pode proporcionar, assim também como no local de expectador; espiritualidade, a qual tem origem ritualística de comunicação com o divino e com a lado espiritual; identificação cultural, tendo

o reconhecimento e valorização de seu ambiente e cultura por meio da dança; ruptura do sistema de revitalização da sociedade, direcionando ao fato de que as artes sempre tiveram um papel de renovação e indagação na busca de quebras de paradigmas sociais, causando revoluções internas e externas.

Dentre os diversos estilos de dança, cita-se a dança moderna que teve origem nos Estados Unidos no início do século XX, contemplando aspectos políticos, sociais e estéticos da época. Tendo influência de coreógrafos e dançarinos brasileiros que impactam até os dias atuais, no século XXI, sendo assim, buscando compreender novas crenças e valores para problematizar e apropriar-se dessa cultura. Além de trabalhar e desenvolver não só ao corpo do bailarino, ligados as valências físicas: como força, resistência, equilíbrio, flexibilidade, mas também ao lado de emocional e expressivo dos sentimentos. (VIEIRA, 2009).

“A intensidade do sentimento comanda a intensidade do gesto” (BOURCIER, 1987, p. 244). Bourcier (1987), esclarecendo a intencionalidade da dança moderna, a qual é derivada do Ballet, mas diferencia-se dele, pois ao invés de rigidez dos movimentos e da contenção da expressão, a dança moderna busca, através de sua técnica específica, trabalhar a manifestação dos sentimentos, da emoção e da voz interior, por meio dos gestos e movimentos corporais; ademais, os bailarinos modernos passaram a dançar descalços, incluindo mais torções, formas e encaixes em seus movimentos. Alguns pioneiros da dança moderna são: Isadora Duncan, Martha Loie Fuller, Ruth St Dennis, Martha Graham e Lester Horton.

A pesquisa apresenta como justificativa a necessidade da investigação acerca dos possíveis potenciais que podem causar o transtorno de ansiedade no gênero feminino, visto que este, a partir de dados da OMS, mostra que atinge mais mulheres do que homens, com uma margem de mais ou menos a metade separando a porcentagem de um gênero para outro. Assim como, torna-se importante divulgar uma modalidade diferente da dança nas aulas não só em estúdios, mas também em escolas e outros ambientes, atingindo o público acometido pelo transtorno ou não.

Tais fatores levam ao questionamento: quais as possibilidades da utilização da Dança Moderna como recurso auxiliar para a diminuição dos sintomas de ansiedade em mulheres praticantes de dança em um estúdio em Belém?

Buscando responder a essa problemática tem-se por objetivo geral identificar os benefícios da dança moderna em mulheres com sintomas de ansiedade, e atrelado a este e complementando-o os objetivos específicos apresentam-se em: a) avaliar como a prática da

dança moderna auxilia na saúde mental de mulheres que possuem sintomas de ansiedade; e b) incentivar o exercício da dança moderna como uma forma de trabalhar a saúde física e mental.

Conceituação e características da ansiedade

A partir da Grécia Antiga, a ansiedade já deixava resquícios, porém como não havia uma palavra que pudesse expressar tal quadro, eram usados termos como melancolia, mania, histeria e paranoia. A utilização da palavra ansiedade se deu somente na escrita médica no século XVII. (COUTINHO et al., 2013).

Anteriormente, em escritos bíblicos encontraram-se também manifestações de medo excessivo, que seriam representações do quadro, representado de modo a fazer referência à relação do homem com o divino e do seu afastamento perante a este. (COUTINHO et al., 2013).

Silva (2010) citado por Freitas (2019) define a ansiedade como uma função natural do organismo que tem como propósito o ensaio a uma rápida e correta resposta para um novo quadro ao qual este foi submetido ou ainda algo previamente considerado como caso de atenção e perigo; o que pode se tornar um agravante, levando a um quadro clínico devido a frequente exposição destes eventos, deixando o corpo em constante estado de alerta e de esgotamento.

Como ratifica Margis et al (2003, p.71):

O desenvolvimento de um transtorno está diretamente relacionado à frequência e duração de respostas de ativação provocadas por situações que o sujeito avalia como estressoras para si.

A OMS (2001, p.43) ainda enfoca que a ciência no ramo da psicologia constatou que transtornos mentais e comportamentais, como a ansiedade, podem se mostrar em razão do não enfrentamento a um acontecimento gerador de um estresse, tornando-se um organismo não adaptado a este tipo de episódio. Este comportamento faz com que estes indivíduos estejam mais propensos a manifestação sintomática de quadros ansiosos, chegando até o transtorno; diferentemente dos que buscam meios de obter o controle e moldar-se frente a estas situações, evoluindo com o passar do tempo. (WHO, 2001, p.43)

Os sintomas da ansiedade em mulheres e o exercício físico

Os sintomas de ansiedade se dão por insônia, taquicardia, palidez, aumento da respiração, tensão muscular, entre outras (SANTOS et al., 2017), indo além do caráter fisiológico, chegando também a um componente psicológico, com uma sensação desagradável de medo ou aflição, que pode afetar a concentração, pensamento e aquisição de conhecimento. (PODEA, RATOI, 2011 apud FREITAS, 2019, tradução do autor).

O gênero feminino aparece com maior predisposição a manifestar casos de perturbações mentais e comportamentais, como a ansiedade, do que outras pessoas na comunidade. O que se torna evidente pelos diversos papéis os quais a mulher representa em sociedade. (WHO, 2001, p.45)

As mulheres continuam a arcar com o fardo das responsabilidades de serem, simultaneamente, esposas, mães, educadoras e prestadoras de cuidados [...]. Além das pressões impostas às mulheres em virtude do alargamento dos seus papéis, não raras vezes em conflito, elas enfrentam uma significativa discriminação sexual e as concomitantes pobreza, fome, desnutrição, excesso de trabalho e violência doméstica e sexual. (WHO, 2001, p.45-46)

Embásado em diversos autores Araújo (2019, p.2) mostra em sua pesquisa que a prática do exercício físico proporciona efeitos benéficos na visão da imagem corporal, autoestima, um contentamento com a vida, na interação social, o que viabiliza o sentimento de funcionalismo e independência. Ademais, o exercício físico pode auxiliar no tratamento da depressão, pois contribui para redução das respostas fisiológicas ao estresse. (ARAÚJO, 2019)

Contribuições benéficas da prática da dança à mulheres que apresentam sintomas de ansiedade

A dança, como um tipo de exercício físico, faz com que seja liberada a serotonina (SILVA et al, 2020), adrenalina e endorfina que são apontados como agentes que agem em razão da melhora do humor (ARAÚJO, 2019). Estes elementos agem sobre os sintomas de transtornos mentais, como a ansiedade, e geram respostas positivas. (SILVA et al, 2020)

O que torna a dança uma adequada e satisfatória opção, já que pode fazer parte da vida do indivíduo desde a infância até a senioridade, podendo sofrer adaptações e simplificações. (CONNOR, 2000). Sendo utilizada como um modo terapêutico, pois independente da faixa etária, a atenção aos passos e à coreografia faz com que possa fugir dos pensamentos negativos

e problemas que perturbam a mente (SILVA et al, 2020), assim como o emprego para melhoria da qualidade de vida e saúde no geral, principalmente ao público feminino por ser o mais evidente nos eventos de ansiedade. (OLIVEIRA et al, 2020)

Costa et al (2004), afirma que a energia que vem através do movimento na dança, traz benefícios ao equilíbrio da saúde, favorecendo o contato da pessoa com a realidade que a rodeia. Oliveira et al (2020) corrobora e adiciona que os aspectos psicológicos e sociais vivenciados são mudados direto ou indiretamente em vista da prática da dança, garantindo alguns benefícios a quem pratica como: socialização, autoestima, motivação e segurança; que podem ser melhorados com se regularmente vividos, condicionando a uma rotina.

A influência da dança moderna na saúde mental de mulheres

Dando enfoque mais precisamente na dança moderna que teve sua idealização no início do século XX, realçando os aspectos políticos, sociais e estéticos deste período (FOULKES, 2002 apud VIEIRA, 2009), tendo como finalidade a expressão do impulso interior, mas também a valorização da forma e do movimento de maneira estética. (STRAZZACAPPA, 2007, p.232)

Segundo Strazzacappa (2007, p.239):

A dança moderna não é um sistema; é um ponto de vista. Este ponto de vista vem desenvolvendo-se ao longo dos anos, e não é, absolutamente, um desenvolvimento isolado. Tem caminhado lado a lado com o desenvolvimento de pontos de vista em outras áreas.

Em 1916, Isadora Duncan, norte americana grande precursora da dança moderna utilizando túnicas gregas e pés descalços em suas apresentações, chegou ao Brasil fugindo de acusações da Igreja Católica em relação a seu modo de dançar, no entanto, no país pode ser reconhecida e admirada por um público que conseguiu entender a mensagem e proposta inovadora por traz da sua dança. Coreógrafos e dançarinos brasileiros após o retorno de estudos no exterior trouxeram também concepções e técnicas de outros precursores, como: Martha Graham, dos Estados Unidos; Rudolf Laban, Mary Wigman e Kurt Joss, da Europa. (VIEIRA, 2009, p.6-7)

Martins (2002) em comunicação por escrito com Vieira (2009, p.8) afirma que a dança moderna é uma técnica própria, com uma composição coreográfica elencada pelo uso do espaço em linhas paralelas, diagonais, fileiras, círculos, entre outros; movimentos espontâneos e cheios de expressão, utilizando o centro do corpo, com relaxamento e contração muscular, e ainda com

os pés descalços, com ornamentações de túnicas e vestidos longos de tecidos leves ou elásticas colados ao corpo.

Como contribuição à perspectiva deste estilo de dança, Vieira (2009, p.16) afirma:

Pelas novas propostas de dança se inventam corpos, se resiste ao poder, se desestabilizam as representações e discursos tradicionais acerca da sexualidade e de gênero, e se geram desvios microscópicos que abalam o pensamento.

Explica-se pelo modo que a dança moderna se apresenta além do corpo físico, ou seja, em consonância também com a mente, buscando mostrar além dos movimentos, trazendo o pensamento crítico à sociedade e sendo utilizado como uma forma de criar novas imagens do real para refletir sobre identidades pessoais e contextos sociais. (VIEIRA, 2009, p.16)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve seu início com um levantamento de dados, com a intenção de recolher informações e conhecimentos sobre a temática, com uma pesquisa tanto documental, com a coleta de dados de fontes estatísticas, que segundo LAKATOS e MARCONI (2003), “[...] abrangem os mais variados aspectos das atividades de uma sociedade, incluindo as manifestações patológicas e os problemas sociais”, a partir de dados da OMS; como também uma pesquisa bibliográfica, neste caso explorando publicações, como teses, periódicos e artigos científicos relacionados ao tema, de maneira a pesquisar o assunto dando a este uma nova abordagem, com novas conclusões e não repetindo o que já existe sobre (LAKATOS, MARCONI, 2003).

Posteriormente foi iniciada a pesquisa de campo que de acordo com Gonsalves (2001, p.67), “é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada”, com estudos usando procedimentos específicos para coleta de dados, que:

São aqueles estudos exploratórios que utilizam exclusivamente um dado procedimento para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.188)

O presente estudo foi realizado no estúdio de dança Auxiliadora Monteiro, localizado na cidade de Belém do Pará, utilizando um formulário virtual no modelo Google Forms com respostas fechadas, dentre elas questões de dados pessoais, 9 criadas pelas pesquisadoras

correspondentes aos critérios de inclusão: a) mulheres de 18 a 50 anos, b) praticantes de dança moderna há pelo menos 6 meses no estúdio de dança Auxiliadora Monteiro, c) presença de sintomas de ansiedade; e exclusão: a) ter menos 75% de presença nas aulas, b) ser matriculada no estúdio de dança Auxiliadora Monteiro e em outro estúdio de dança, c) não praticar pelo menos duas vertentes da dança moderna, tendo como respostas apenas duas possibilidades “sim” ou “não”; e 26 perguntas advindas do Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), criado por Spielberger et al (1970) e traduzido para o português por Biaggio et al (1977), que mede o nível de ansiedade estado e traço.

Segundo Biaggio et al (1977), o estado de ansiedade (A-E) é conceituado como um estado emocional transitório e o traço de ansiedade (A-T) trata-se de diferenças individuais relativamente estáveis em relação à ansiedade. Ou seja, na A-E as questões referem-se a como o indivíduo se sente no momento em que está praticando a ação, e na A-T a como o indivíduo geralmente se sente com a atividade.

As perguntas foram selecionadas pelas pesquisadoras ao critério do que ficou mais acertivo e coerente com a ligação à prática da dança moderna. Visto que vários itens de ambas as escalas tinham respostas nebulosas e grupos distintos de avaliação, limitando uma análise apropriada. (KAIPPER, 2008)

Sendo assim, as questões de A-E definidas foram 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20; e de A-T 1, 3, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 18. As respostas para cada uma delas conta com uma pontuação de 1 a 4, sendo que na primeira tem-se as opções “absolutamente não”, “um pouco”, “bastante” e “muitíssimo”; e na segunda são “quase nunca”, “às vezes”, “frequentemente” e “quase sempre”. (BIAGGIO et al, 1977)

Com isso, ao final, e com essa quantidade de questões de A-E o escore final se daria entre 16 e 64 pontos; e o escore final de A-T entre 10 e 40 pontos, divididos da seguinte forma em relação ao nível de ansiedade:

Ansiedade – Estado (A-E)		
BAIXO	MÉDIO	ALTO
16 - 32	33 - 48	49 - 64

Fonte: Desenvolvido pelas pesquisadoras com base na análise de dados de Spielberger (1970) do formulário IDATE

Ansiedade – Traço (A-T)		
BAIXO	MÉDIO	ALTO
10 - 20	21 - 30	31 - 40

Fonte: Desenvolvido pelas pesquisadoras com base na análise de dados de Spielberger (1970) do formulário IDATE

Com o intuito de fortalecer o vínculo de confiança entre as pesquisadoras e o público, as participantes optaram e assinaram voluntariamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização do Uso de Imagem (TAUI), onde puderam receber por meio de email a cópia de suas assinaturas e respostas da pesquisa. Foram esclarecidas que não sofreriam com prejuízo nenhum, sem obter qualquer recompensa e que poderiam abandonar a qualquer momento o estudo, assim como os resultados encontrados e seus nomes seriam mantidos em sigilo e substituídos por nomenclaturas, a exemplo, B1 (bailarina 1), em consonância com os requisitos da Resolução 510/16.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente contou-se com a amostra de 19 bailarinas, que responderam ao formulário, no entanto 2 foram descartadas após análise constando estarem fora dos critérios estabelecidos. Sucessor a isso, o cálculo da média de idade entre elas foi de 28 anos.

A tabela 1 mostra as respostas para as 9 primeiras perguntas que constam no formulário desenvolvidas pelas pesquisadoras baseadas nos critérios de inclusão já apresentados.

Tabela 1. Perguntas iniciais criadas pelas pesquisadoras

Perguntas	Sim	Não
Pratica dança moderna há mais de um ano?	100%	0%
Nas suas aulas de dança, aprende mais de duas técnicas de dança moderna?	100%	0%

Faz aula de dança em outro Studio, além do Auxiliadora Monteiro Studio de Dança?	0%	100%
Pratica aula de dança moderna no mínimo duas vezes por semana?	100%	0%
Apresenta algum sintoma como: estresse, medo e preocupação excessiva, insônia, falta de ar, inquietação, sudorese, taquicardia, tremedeira, dor de cabeça; tidos como sintomas de ansiedade?	100%	0%
Sua vida cotidiana lhe causa sintomas de ansiedade?	88,2%	11,8%
Tem alguém com histórico de ansiedade na família?	88,2%	11,8%
Escolheu a dança moderna para ajudar com os sintomas de ansiedade como forma terapêutica?	64,7%	35,3%
Considera que houve resultado positivo nos sintomas de ansiedade com a prática da dança?	88,2%	11,8%

Fonte: Coleta de dados da pesquisa, 2023.

Nas 5 primeiras perguntas mostraram estar em concordância com os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, estando aptas a participar.

Em relação a 6^a pergunta, Oliveira et al (2020, p. 39), explica que é necessário ter um equilíbrio entre os aspectos da vida, incluindo a saúde mental, o que pode ser afetado por situações no trabalho, no seio família e na vida conjugal, e para o público feminino tem o agravante das pressões sociais, das responsabilidades em casa ou no trabalho, e fisiologicamente apresentam características funcionais singulares, como menopausa, fertilização e hormônios da menstruação.

A questão 7 foi feita para saber se as participantes tem contato com o transtorno em casa, o que pode dizer se sabem como se manifesta, quais os sintomas que são possíveis sentir e o que torna mais fácil a auto análise delas em relação ao transtorno.

Na questão 8, alinhado ao pensamento de Oliveira et al (2020, p. 39), a dança pode atuar como maneira de prevenir e também como meio terapêutico para amenizar os sintomas de transtornos psicológicos, como a ansiedade. Somado a isso, após relato de alguns participantes feito diretamente às pesquisadoras depois de terem respondido ao formulário, neste caso a dança moderna inicialmente não foi procurada como forma terapêutica, mas posteriormente foi tratada como tal.

A última pergunta, foi realizada para averiguar a viabilidade da dança moderna diretamente pelas participantes, tal qual diz o objetivo do estudo, o que mostra uma resposta positiva com uma porcentagem de 88,2%. Explicado por Silva et al (2020), a dança como exercício físico, faz com que na sua prática seja liberada serotonina, que é um neurotransmissor responsável pelo bom humor e bem estar, exercendo impactos positivos sobre o transtorno.

Nas tabelas 2 e 3 serão apresentas os escores das bailarinas mediante ao estado de ansiedade (A-E) e no traço de ansiedade (A-T), com as questões que foram utilizadas do formulário IDATE.

Tabela 2. Escore final A-E das bailarinas

Ansiedade-Estado (A-E)	
Participantes	Escore
Bailarina 1	24 pontos
Bailarina 2	30 pontos
Bailarina 3	21 pontos
Bailarina 4	22 pontos
Bailarina 5	27 pontos
Bailarina 6	24 pontos

Bailarina 7	24 pontos
Bailarina 8	34 pontos
Bailarina 9	29 pontos
Bailarina 10	31 pontos
Bailarina 11	32 pontos
Bailarina 12	23 pontos
Bailarina 13	33 pontos
Bailarina 14	29 pontos
Bailarina 15	29 pontos
Bailarina 16	20 pontos
Bailarina 17	30 pontos

Fonte: Coleta de dados da pesquisa, 2023.

Tabela 3. Escore final A-T das bailarinas

Ansiedade-Traço (A-T)	
Participantes	Escore
Bailarina 1	14 pontos
Bailarina 2	20 pontos
Bailarina 3	14 pontos
Bailarina 4	13 pontos
Bailarina 5	16 pontos
Bailarina 6	16 pontos
Bailarina 7	16 pontos

Bailarina 8	24 pontos
Bailarina 9	20 pontos
Bailarina 10	15 pontos
Bailarina 11	23 pontos
Bailarina 12	12 pontos
Bailarina 13	22 pontos
Bailarina 14	16 pontos
Bailarina 15	20 pontos
Bailarina 16	12 pontos
Bailarina 17	16 pontos

Fonte: Coleta de dados da pesquisa, 2023.

A média geral das bailarinas no Ansiedade-Estado foi de 25,4 e Ansiedade-Traço de 17 pontos, obtendo-se assim uma média positiva em relação aos níveis de ansiedade, estando caracterizado no nível baixo.

Após análise dos dados e contabilização dos escores finais individuais de ambas as divisões, em relação aos níveis de ansiedade, as bailarinas 8 e 13 destoaram das demais e tiveram evidência com escores característicos do nível médio de ansiedade tanto no A-E, quanto no A-T, estando B8 com A-E em 34 pontos e A-T em 24 pontos; e B13 com 33 e 22 pontos, respectivamente.

Com isso, depois das avaliações feitas, foram repassados às duas bailarinas afetadas os resultados, e B8 afirmou que apresenta os sintomas de ansiedade, em detrimento de ter laudo do transtorno em si e faz acompanhamento psicológico para tratamento. Já B13, foi surpreendida pelas estimativas que resultaram do estudo, mas foi alertada a buscar apoio psicológico para averiguar o seu estado clínico mental, visto que a pesquisa não visa diagnosticar o transtorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados mostrados e das respostas positivas, pontuando-se a questão em que as participantes sentiram o aspecto positivo da prática da dança moderna na sua saúde mental com os sintomas de ansiedade, o objetivo da pesquisa, então, foi auferido, notando-se que a modalidade pode ser uma atividade que auxilia mulheres com os sintomas do transtorno, e mesmo não sendo buscada por todas com a finalidade de ajudar em questões emocionais, conclui-se, a partir dos feedbacks destas de como se sentem durante a realização das aulas, que houve uma parcela de contribuição na melhora no quadro de bailarinas que apresentam sintomas de ansiedade no seu cotidiano, com a modalidade sendo praticada regularmente, sendo uma medida não farmacológica para estas, o que torna uma opção possível em aulas não somente em estúdios de dança, mas também atuando em outros ambientes, como escolas e academias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F.; COIMBRA, M. A. R.; CARBINATTO, M. V.; MIRANZI, M. A. S.; PEDROSA, L A. K. Promoção da saúde: benefícios através da dança. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*. Uberaba, v. 3, n. 3, set/dez, 2015, p. 228-234.

ARAUJO, Bárbara Gicélia de. Efeito do exercício físico sobre sintomas de ansiedade e depressão em mulheres. 2019. 68 f. Monografia (Especialização) - Curso de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2019.

BIAGGIO, A., NATALICIO, L. F. & SPIELBERGER, C. D. Desenvolvimento da Forma Experimental em Português do IDATE. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 1977.

BOURCIER, Paul. História da dança no ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2^a ed., 2001.

COSTA, Anny GM et al. A dança como meio de conhecimento do corpo para promoção da saúde dos adolescentes. *DST J Bras Doenças Sex Transm*, v. 16, n. 3, p. 43-9, 2004.

COUTINHO, Fernanda C.; DIAS, Gisele P.; BEVILAQUA, Mário C. N. História. In: NARDI, Antonio E.; QUEVEDO, João; SILVA, Antônio G. (Org.). *Transtorno de Pânico: Teoria e Clínica*. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 17-26.

DA SILVA, Josimáteus Geraldo Ataíde Rocha; ROMARCO, Evanize Kelli Siviero. Impacto de uma abordagem de dança sobre a ansiedade, estresse e depressão em universitários. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 7, n. 2, p. 1222-1244, 2021.

FREITAS, Francislane Bonfim. Benefícios psicológicos da prática de dança em pessoas com diagnósticos de ansiedade e depressão: uma revisão bibliográfica, 2019.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alinea, 2001.

KAIPPER, Márcia Balle. Avaliação do inventário de ansiedade traço-estado (IDATE) através da análise de Rasch. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Medicina: Ciências Médicas, Porto Alegre, BR-RS, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARGIS, R., PICON, P., COSNER, A. F., SILVEIRA, R. O. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 25(Supl. 1), p. 65-74., 2003.

MOMMENHSON, M. Comunicação oral. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2002, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, quando se realizou o Laban International Meeting.

MONTEIRO, Maria Auxiliadora. Pesquisa em Dança- O método Graham. GTR Gráfica.Belém, 2004.

MONTEIRO, Maria Auxiliadora. PINTO, Ricardo Figueiredo. MACARA, Ana. A Corporiedade e a Técnica de Dança Moderna de Lester Horton. Efdeportes, revista digital. Buenos Aires, anõ 17, no 172, 2012.

OLIVEIRA, M. P. S., DOS SANTOS, E. V., RODRIGUES, M. R. S., SILVA, L. A. Dança e saúde: discutindo sobre os principais benefícios da dança nos aspectos psicológicos em mulheres. Revista de Educação, Saúde e Ciências do Xingu, v. 1, n. 2, p. 35-43, marc/2020.

RONDINELLI, Paula. Dança Moderna; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao-fisica/danca-moderna.htm>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SIGNIFICADOS. O que é Dança Moderna e suas características. Disponível em: <https://www.significados.com.br/danca-moderna/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SILVA, L.A.O.; CANOVA, F.B.; DA SILVA, D.B. Relação entre a prática da dança e os níveis de ansiedade e qualidade de vida. Revista Científica UMC, Edição Especial PIBIC 2020.

SPIELBERGER, CD; GORSUCH, RL; LUSHENE RE. Manual for the state-trait anxiety inventory. Palo Alto: Consulting Psychologist Press; 1970.

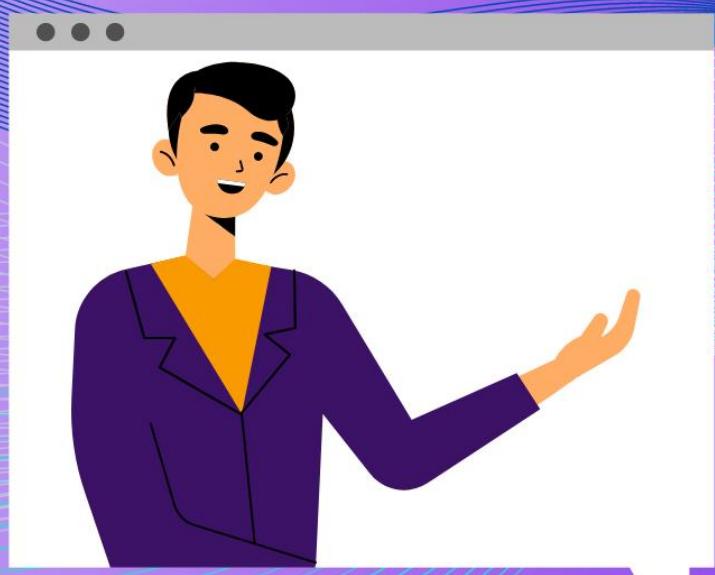
STRAZZACAPPA, Márcia. A dança moderna. Pro-Posições, v. 18, n. 1, p. 229-259, 2007.

VIEIRA, A. P. Dançando nos espaços das rupturas: olhares sobre influências das danças moderna e expressionista no Brasil. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, v. 6, n. 3, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Tópicos de Saúde: Saúde Mental. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/mental-health#tab=tab_1. Acesso em: 11 set. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Relatório Mundial da Saúde, 2001.

SEÇÃO BANNERS





X ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS E II ENCONTRO BINACIONAL CIENTÍFICO DA FICS BRASIL - PARAGUAI



INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS MOTIVACIONAIS NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS ESCOLARES ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE LAZER E BEM-ESTAR.

Agersonias dos Santos Rey, André Luis Ferreira da Silva, Shirlene Osorio de Aviz

Introdução:

A prática esportiva na escola é uma oportunidade para que os estudantes desenvolvam habilidades físicas e sociais, além de contribuir para o bem-estar geral. No entanto, a motivação dos alunos pode influenciar significativamente a participação e o sucesso nas atividades esportivas.

A motivação pode ser definida como o conjunto de fatores que impulsão uma pessoa a realizar determinada atividade. No contexto esportivo escolar, os aspectos motivacionais podem ser divididos em dois tipos principais: intrínsecos e extrínsecos.

A motivação intrínseca se refere ao interesse e prazer pessoal na atividade esportiva em si, enquanto a motivação extrínseca se basa em fatores externos, como recompensas ou pressões sociais.

Alel disso, o tipo de motivação pode influenciar a escolha de atividades esportivas pelos alunos. Estudos mostram que a participação em atividades esportivas pode levar a uma melhora significativa na saúde física e mental dos estudantes. Além disso, o lazer e a recreação são importantes para o bem-estar geral, proporcionando momentos de relaxamento e prazer.

Portanto, a promoção de práticas esportivas escolares deve levar em consideração os aspectos motivacionais dos alunos, incentivando a motivação intrínseca e a escolha de atividades esportivas que sejam do interesse dos estudantes.

Objetivo:

Este estudo tem como objetivo investigar a relação entre os aspectos motivacionais e a adesão e persistência na prática esportiva entre estudantes do ensino médio com foco na identificação das principais barreiras e facilitadores para a prática esportiva na escola.

Justificativa:

A escola é um ambiente importante para a promoção do lazer e da atividade física, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis e para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. No entanto, muitos estudantes enfrentam dificuldades em aderir e manter uma rotina de práticas esportivas, o que pode afetar negativamente sua saúde e bem-estar. Portanto, entender os fatores motivacionais que influenciam a adesão e manutenção do lazer e das práticas esportivas na escola pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de promoção da saúde e do bem-estar dos estudantes.

Metodologia:

O estudo será realizado com base em uma revisão bibliográfica sobre os aspectos motivacionais e a relação com a prática esportiva e o lazer na escola. Em seguida, será conduzido um levantamento de dados por meio de questionários aplicados em uma amostra de estudantes do ensino médio de uma escola. Os dados serão analisados por meio de técnicas estatísticas para identificar os principais fatores motivacionais que influenciam a adesão e manutenção do lazer e das práticas esportivas na escola.

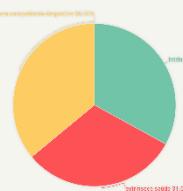
Os parâmetros, ou melhor dizendo, os pesos serão totalizados na fórmula:

S(SOMA)	Os pontos a serem considerados:
$S1+S2+S3= R$ (RESULTADO)	Nada importante -1
$R1+R2+R3+R4+R5+R6= T$ (TOTAL)	Pouco importante 1
$T/6= 100/y$	Muito importante 2

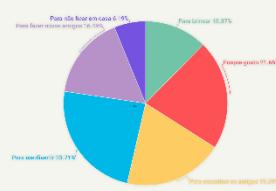
Para se concluir o projeto empregou-se tal metodologia de modo que foi possível saber sobre a motivação intrínseca dos alunos de forma bastante esclarecedora, bem sobre os aspectos: intrínseco; extrínseca saúde e extrínseca competência desportiva.

RESULTADOS PARCIAIS

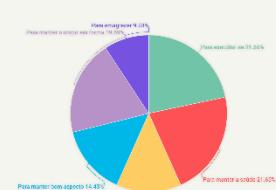
1 - Motivações gerais



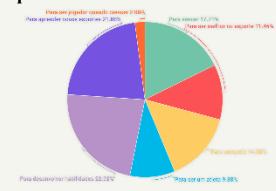
2- motivação Intrínseca



3 -motivação extrínseca relacionada a saúde



4 -motivação extrínseca relacionada a competência desportiva



Bibliografia:

FOLLE, Alexandre; POZZOBON, Maria Eliete; BRUM, Carina Fátima. Modelos de ensino, nível de satisfação e fatores motivacionais presentes nas aulas de Educação Física. Revista da Educação Física/UFLM, Maringá, v. 16, n. 2, p. 145-154, 2005.

KOBAL, Marília Corrêa. Motivação intrínseca e extrínseca nas aulas de educação física. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SANTOS, A. DA S.; NÓBREGA, M. A. G.; DE LIMA, M. P.; PEREIRA, M. Fatores motivacionais para a prática esportiva em adolescentes do 3º ano do Ensino Médio. RBFF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol, v. 8, n. 31, p. 313-318, 6 nov. 2016.



X ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS E II ENCONTRO BINACIONAL CIENTÍFICO DA FICS BRASIL - PARAGUAI



Título : A prática de exercício físico em combate a ansiedade

Nome dos autores : Cecília melo do nascimento e Leda Silvane Teixeira Pinheiro

INTRODUÇÃO

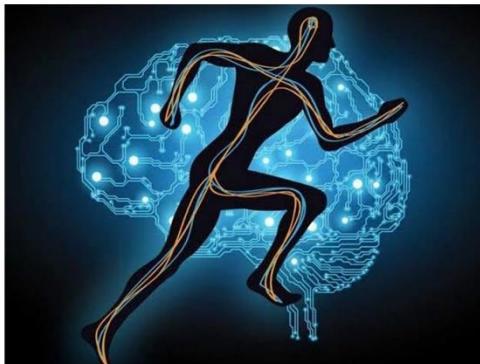
A ansiedade é um sintoma comum a todas as pessoas, porém, quando ocorre de forma excessiva e intensa pode ser considerada como patologia gerando distúrbios ansiosos e, assim, prejudicando a qualidade de vida.

O exercício físico ajuda a melhorar a autoestima, a imagem corporal, a cognição e a função social de pacientes em risco de saúde mental, melhorando assim, sintomas como: insônia, diminuição ou aumento do apetite, elevação de peso, entre outros pontos negativos.



OBJETIVO

Identificar os efeitos do exercício físico nos sintomas de ansiedade.



METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica

DESENVOLVIMENTO

Desenvolver o projeto em um período de cinco meses;

Verificar quais os efeitos do exercício físico em indivíduos com ansiedade;

Identificar os efeitos coadjuvantes do exercício físico em indivíduos com ansiedade;

CONCLUSÃO

O projeto visa contribuir com a comunidade científica a partir da investigação do estado da arte sobre os efeitos de exercícios físicos em pessoas com sintomas de ansiedade.

BIBLIOGRAFIA

- <http://www.https://blog/ansiedade-conhecas-as-causas-sintomas-e-tratamentos>
- <http://www.https://drauziovarella.uol.com.br/doen%C3%A7as-e-sintomas/ansiedade/transtorno-de-ansiedade-generalizada>
- <http://www.https://vidasaudavel.einstein.br/entenda-a-importancia-dos-exercicios-fisicos-para-a-ansiedade>
- <http://www.https://vidav.com.br>



INTRODUÇÃO

O que é educação em saúde para EJA? É considerada de extrema importância para ampliação do conhecimento e práticas relacionadas com os comportamentos saudáveis dos indivíduos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma história de intensas conquistas pela qualidade e expansão no ensino, principalmente, devido a fragilidade das políticas educacionais e das dificuldades destes alunos na continuidade dos seus estudos.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo descrever as práticas da educação em saúde no âmbito escolar e as contribuições aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sucinta e simples que objetiva contribuir para um maior entendimento e como as instituições escolares podem ensinar a educação em saúde e suas práticas, especialmente na EJA em prol de um crescimento do aluno que permita vivências em saúde e contribua para o crescimento da cidadania. O referencial teórico possibilita ampliar o conhecimento sobre o respectivo tema do artigo, pois apresenta reflexões que dominam a temática e contribuem grandemente para uma melhor ideia sobre, as práticas de educação em saúde, no âmbito escolar.

DESENVOLVIMENTO

O processo de ensino e aprendizagem é definido como um sistema de trocas de informações entre docentes e alunos, que deve ser pautado na objetividade daquilo que há necessidade que o aluno aprenda. Considerando as etapas do processo de aprendizagem, iniciado pela compreensão do conhecimento, retenção e fixação das informações; prática e disseminação. Considerando ainda, processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população referente ao conjunto de práticas de educação em saúde que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (Falkenberg, M.; Mendes, T.; Moraes, E.; Souza E, 2014).

As práticas de educação em saúde envolvem três segmentos de atores prioritários: os profissionais de saúde que valorizem a prevenção e a promoção, incluindo os professores EDF; os gestores que apoiam esses profissionais; e a população que necessita construir seus conhecimentos e aumentar sua autonomia nos cuidados, individual e coletivamente.

Compreendemos que a educação em saúde deve ser trabalhada de forma a problematizar aquilo que é habitual e corriqueiro para os jovens e adultos. As práticas de educação em saúde, devem priorizar o diálogo, considerando sempre seus interesses e expectativas na abordagem de temáticas e metodologias. Trazendo temas de alimentação e nutrição, saúde bucal, saúde geral, uso de substância psicoativas; aspectos psicosociais e saúde mental, e atividades físicas (SOUZA, F.; RODRIGUES, R., 2020)

Não se pode esquecer que a educação em saúde como processo político pedagógico requer o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras que levem o indivíduo à sua autonomia e emancipação como sujeito histórico e social, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade.

CONCLUSÃO

Considera-se importante distinguir e caracterizar as práticas de *educação em saúde* na escola e no ensino de jovens e adultos, visto que são práticas que no âmbito educacional apresentam conexões que devem ser alvo de reflexão por parte dos alunos e professores.

A Educação em saúde é um assunto transversal, sendo na escola de extremo destaque, principalmente pelos resultados na melhoria da qualidade de vida dos alunos da Educação de Jovens e adultos.

Referências

Falkenberg, M.; Mendes., T.; Moraes, E.; Souza E. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>

GUETERRES, É; ROSA, Elisa de Oliveira; SILVEIRA, Andressa da; SANTOS, Wendel Mombaqué dos. Educação em saúde no contexto escolar: estudo de revisão integrativa. *Enfermería Global*, Murcia [Espanha], v. 16, n. 46, p. 464-499, abr. 2017. Disponível em Scielo.

Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª Edição. São Paulo: Paz e Terra; 1987.

CREMONESE, Luiza et al. Atividades educativas na escola: abordando as temáticas drogas e violência. *Revista Ciência em Extensão*, v. 10, n. 3, p. 198-209, 2014.

DE LIMA, Essyo Pedro Moreira. Atividades educativas para a promoção da saúde mental. *REMAP-REVISTA MULTIDISCIPLINAR DO AMAPÁ*, v. 1, n. 1, p. 120-127, 2018.



X ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS E II ENCONTRO BINACIONAL CIENTÍFICO DA FICS BRASIL -

PARAGUAI

Cristiane de Paulo Martins, Erica Paixão Borges, Ilana Mikelle farias Matos

ESPORTE ADAPTADO

VOLEIBOL ADAPTADO PARA

IDOSOS

- INTRODUÇÃO

O esporte adaptado é atividade física, seja para lazer, para cuidar da saúde ou como forma profissional, o esporte envolve muitas pessoas, inclusive os idosos. Com objetivo competitivo procura usar, manter ou melhorar as habilidades físicas proporcionando diversão aos participantes e, em alguns casos, entretenimento entre eles.

- OBJETIVOS

GERAL

AVALIAR A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO VOLEIBOL ADAPTADO PRATICADO POR IDOSOS

- ESPECÍFICOS

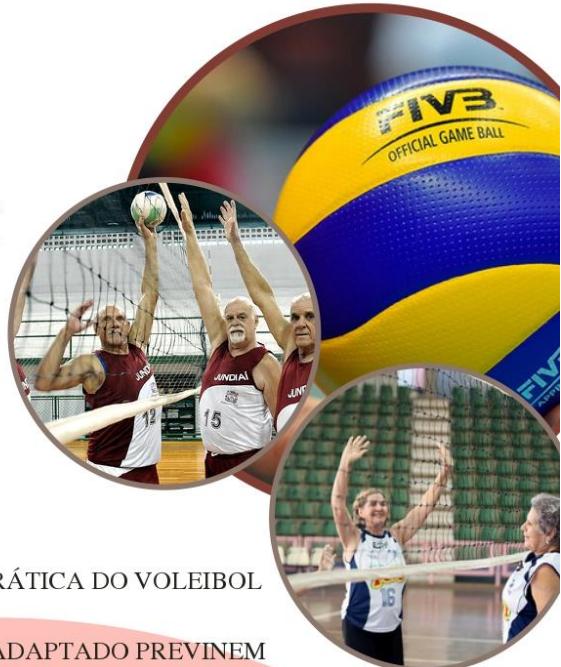
- LISTAR AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DO VOLEIBOL ADAPTADO PARA OS IDOSOS
- VERIFICAR SE OS BENEFÍCIOS DO VOLEIBOL ADAPTADO PREVINEM DOENÇAS RELATIVA À MENTE
- PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE NA PRÁTICA DO VOLEIBOL ADAPTADO, ESTIMULANDO A SAUDÁVEL CONVIVÊNCIA ENTRE OS IDOSOS

- MÉTODOLOGIA

O PRESENTE PROJETO DE PESQUISA E DE EXTENSÃO, SERÁ DESENVOLVIDO POR MEIO DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DE ATIVIDADES DE CAMPO, TENDO COMO PÚBLICO-ALVO PESSOAS IDOSAS.

- CRONOGRAMA

Fases do projeto	Meses			
	Fevereiro	Março	Abri	Maio
Revisão da bibliografia	X	X		
Atividades de campo com os idosos		X	X	
Tabular os resultados			X	
Elaboração do Relatório Final				X



- BIBLIOGRAFIAS BÁSICA

ARAÚJO, W. A.; SILVA, T.; SOUZA, E. C.; LIMA, K. F. O.; ALMEIDA, G. S. A importância da atividade física no cotidiano da pessoa idosa: revisão de literatura. CIEH. Congresso Internacional Envelhecimento Humano. 2017. Disponível em:https://editorarealmize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EVD75_MD2_SA7_10494_05092017235508.PDF.

AZEVEDO FILHO, E. R. Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Prontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, v. 9, n. 1, p. 14–23, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2018.04.010>.
 SQUARCINI, C. F. R.; ROCHA, S. V.; MUNARA, H. L. R.; BENEDITRI, T. R. B.; ALMEIDA, F. A. Programa de Atividade Física para Idosos: Avaliação da Produção Científica Brasileira utilizando o modelo RE-AIM. Rev. Bras. Geriatri. Gerontol, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-920, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14103>.



INTRODUÇÃO

Marujada representa um elemento cultural de extrema importância para Tracuateua. Uma tradicional festa com base religiosa, onde o povo Tracuateuense manifesta sua devoção aos dois santos e também se divertem com diversas danças próprias da cultura marujada de São Sebastião e São Benedito.

OBJETIVO

Analisar a visão dos dançantes em relação a marujada como uma forma de lazer.

METODOLOGIA

Metodologia empregada foi uma pesquisa de campo com entrevista exploratória estruturada. Participaram nove indivíduos dançantes da marajada de diferentes faixas etárias



Fonte: Pascom PSS



Fonte: Flávio Contente



Fonte: Alunos GEDF/UEPA



RESULTADOS

A pergunta feita aos dançantes foi se eles viam a marujada como forma de lazer ou religiosidade. Entre os nove, cinco responderam que consideram como lazer e os outros quatro como religiosidade.

"É a única coisa que eu me divirto ainda é na marujada, eu gosto muito!" (Maria do Rosário Costa da Silva, conhecida por "Maria Adão").

"Não, não considero a marujada como um lazer ,a marujada é algo só religioso tem um lado profano, eu gosto muito de frisar a palavra fé." (Rodolfo Reginaldo da Costa Silva)

CONCLUSÃO

Portanto leva-se em consideração duas linhas de pensamentos sobre a marujada segundo os depoimentos, podemos observar e chegar numa conclusão que para uns a marujada é uma forma de lazer e de diversão, exercendo um papel importante atrelado ao entretenimento, já a outra forma considera a marujada como uma festa, fruto de um processo cultural, religioso e tradicional. A grande questão que move as nossas pesquisas é entender a marujada como um fenômeno de identidade local, produto e produtor de cultura, influenciando seus adeptos a enxergar como uma importante ferramenta de lazer.

REFERÊNCIAS

PALHETA, Hygo. Territorialidade festiva e espaço marujo tracuateuense. Manduarisawa, v. 6, n. 1, p. 62-75, 2022.

X ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO DE PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS E II ENCONTRO BINACIONAL CIENTÍFICO DA FICS BRASIL - PARAGUAI



QUADRILHA JUNINA E LAZER

CRISTIANO SILVA
ELENICE DE MORAIS
JULIANA PALMA
LIDIANE SANTOS
KARLENA RAMALHO
PRISCILA FELIPE
RAIZA LOBÃO
ROBERTA LORRANY

INTRODUÇÃO

A quadrilha junina, é uma manifestação cultural no qual tem como características próprias de um grande baile marcado por interações entre seus participantes, a partir de uma combinação sonora e harmônica entre os mesmos.

Em Tracuateua, conhecida também como cidade junina, dançar quadrilha está além das responsabilidades que os dançantes assumem, é uma forma de expressar seu apreço pela quadrilha no qual faz parte e tê-la como um instrumento de lazer.

OBJETIVO

Analizar a visão dos dançantes em relação a quadrilha junina como uma forma de lazer pessoal.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de campo, com entrevista exploratória estruturada, onde para coleta de dados foram entrevistados oito dançantes da Quadrilha Junina Explosão Jovem de diferentes faixas etárias.

RESULTADOS

O questionamento direcionado aos dançantes, foi se eles viam a quadrilha junina como uma forma de lazer.

Dessa forma, todos responderam que a têm como uma forma de lazer e entre os entrevistados, tivemos um em que destacou a importância que a quadrilha tem para si, no que diz respeito ao combate à depressão.

Aproveitamos ainda a oportunidade para conversar com o atual presidente da Explosão Jovem, Rodolfo Reginaldo, o qual relatou a importância de proporcionar esse momento de lazer para os jovens desse grupo, bem como desafios enfrentados, tendo em vista que trabalhar com jovens é uma tarefa árdua, mas gratificante.

"Sim, é uma forma de lazer muito gratificante né, já como devido aos anos que eu tenho de dançar quadrilha, e as experiências e também as amizades que eu venho conquistando com o decorrer da quadra junina, acredito também que me sinto mais confortável tanto na questão como brincante como também na questão como ajudar o grupo junino a qual eu participo."

Thaylson Laranjeira, 29 anos, dançante há 10 anos

CONCLUSÃO

Concluímos que quadrilha junina é um instrumento de lazer para todos os entrevistados, mas que além de proporcionar esse momento de ócio é um fator de grande relevância quando utilizada no combate à depressão e/ou ansiedade nos jovens que participam desse meio.

Destaca-se ainda a satisfação do presidente, do grupo em questão, em poder manter viva a cultura no município e poder contribuir socialmente, de forma positiva, na vida dos jovens tracuateuenses, em especial aos que estão incluídos nesse grupo junino em que está a frente atualmente.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Willian Adão; TEIXEIRA, Flaviana Tavares. A quadrilha junina, dança e festa: integração entre comunidade acadêmica e comunidade externa. Revista Extensão em Foco, Patolína n.26, 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a professora Dra. Patrícia do Socorro Chaves de Araújo que nos ministrou, ainda no terceiro semestre, a disciplina de Educação Física, Lazer e Cultura, onde realizamos essa pesquisa como complemento avaliativo de sua disciplina.

Agradecemos também o professor pós Dr. Ricardo Figueiredo Pinto por nos incentivar a apresentar e publicar trabalhos acadêmicos por nós realizados, bem como nos orientar para que tudo ocorra da melhor forma possível.





X ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS E II ENCONTRO BINACIONAL CIENTÍFICO DA FICS BRASIL - PARAGUAI



RELATO DE EXPERIÊNCIA

MARIA DA CONCEIÇÃO SANTIAGO

INTRODUÇÃO

As atividades de Educação Física foram desenvolvidas dentro e fora do âmbito escolar, uma vez que, a escola não dispõe de um espaço adequado para a realização das aulas práticas, com isso fez-se necessário utilizar de uma área no lado externo da escola para atender essa demanda. Durante o trimestre essas atividades foram desenvolvidas através de diálogos (roda de conversa) e exercícios para a promoção da saúde, tais como: alongamentos, atividades educativas, leituras, pequenos circuitos de acordo com a faixa etária etc..

OBJETIVO GERAL

Despertar as potencialidades e necessidades dos alunos, para trabalhar os esportes coletivos e individuais, trabalhando corpo e intelecto nas aulas de Educação Física, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem no fundamental menor da Escola Epifânio Melo como polo e suas instalações anexas.



Fonte: Arquivo pessoal - comunidade do Jurussaca



Fonte: Arquivo pessoal - comunidade do Jurussaca

OBJETIVO ESPECÍFICO

Verificar de que forma os esportes coletivos e individuais desenvolvidos nas aulas de Educação Física podem contribuir no desenvolvimento psicomotor dos alunos no processo de ensino-aprendizagem do fundamental menor da Escola Epifânio Melo como polo e suas instalações anexas.

AVALIAÇÃO

Avaliação foi feita de forma contínua levando em consideração aspectos físicos e intelectuais trabalhando habilidades como a coordenação motora, aspectos cognitivos e lateralidade observando todos os avanços e desenvolvimento das crianças.

As turmas em geral estavam divididas por faixa etária adequada e a maioria dos alunos eram ativos e participativos. Além disso a maioria dos alunos respeitavam todas as regras pré-estabelecidas pela instrutora, porém tivemos uma minoria que apresentou dificuldades de atenção interferindo no desenvolvimento das atividades propostas.

Os alunos gostaram de todas as atividades, eles absorveram rapidamente todas as propostas de aulas, sendo prazerosas e produtivas tanto para os alunos quanto para a escola.



Fonte: Arquivo pessoal - comunidade do Jurussaca



Conhecimento & Ciência
Acreditar e Confiar

Há 23 anos
produzindo...
Conhecimento &
Ciência

Próximo evento

**XI Encontro Científico do Grupo
Pesquisas & Publicações - GPs**

**X Caminhada "Caminhando para
a saúde"**

**I feira de Empreendedorismo e
Inovação em Educação Física,
Esporte e Saúde do Pará**

Data: 22 a 25 de junho de 2023

Evento híbrido

Mais informações:
eventos@siteeventoscec.page

